



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA
NA AMAZÔNIA – PPGSCA**

TRABALHADORES DA MALVA
(Re)produção material e simbólica da vida no Baixo rio Solimões

ALDENOR DA SILVA FERREIRA

MANAUS
2009



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA
NA AMAZÔNIA – PPGSCA**

ALDENOR DA SILVA FERREIRA

TRABALHADORES DA MALVA
(Re)produção material e simbólica da vida no Baixo rio Solimões

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM como requisito para obtenção do Título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski

Ficha Catalográfica

	Ferreira, Aldenor da Silva
<u>F383t</u>	Trabalhadores da malva: (re) produção material e simbólica da vida no Baixo rio Solimões / Aldenor da Silva Ferreira. - Manaus: UFAM, 2009. 104 f.; il. color.
	Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, 2009. Orientador: Prof. D. Antônio Carlos Witkoski
	1. Juta – Malva – Amazonas – Aspectos sociais 2. Camponeses – Amazônia 3. Trabalho camponês – Aspectos sociais I. Witkoski, Antônio Carlos II. Universidade Federal do Amazonas III. Título
	CDU 331:582. 795//. 796(811.3)(043.3)

MANAUS
2009

ALDENOR DA SILVA FERREIRA

TRABALHADORES DA MALVA
(Re)produção material e simbólica da vida no Baixo rio Solimões

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM como requisito para obtenção do Título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski – Orientador
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Manoel de Jesus Masulo da Cruz
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto
Universidade Federal do Amazonas

Dedico a Antônio Lopez Ferreira dos Santos in memoriam e Raimunda da Silva Santos, camponeses amazônicos que com esforço gigantesco conseguiram educar todos os seus filhos. A Isaac Ferreira, filho da minha alma que me trouxe sorte. Aos trabalhadores da malva, amazonenses que constroem a cada dia um capítulo de suas histórias.

AGRADECIMENTOS

A todos que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização desse trabalho, em especial à coordenação do Núcleo de Socioeconomia da Universidade Federal do Amazonas, na pessoa da Prof^a. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, pessoa que verdadeiramente me mostrou os caminhos da pesquisa social, introduzindo-me no universo da ciência de maneira singular.

Ao Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski, que foi mais que um orientador, mais que um professor, um amigo. Sua proposta de empreendermos uma análise sobre a vida dos trabalhadores da malva em todos os seus aspectos foi contagiante. A construção do objeto de pesquisa foi feito sem dúvida a quatro mãos.

Ao programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, professores e funcionários como um todo. Orgulho-me de ter sido aluno do primeiro Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, que completou sua primeira década.

Aos coordenadores do Projeto Piatam Prof. Dr. Alexandre Rivas e Prof. Dr. Carlos Edward, pois sem a infra-estrutura e logística desse projeto, bem como a bolsa de estudo, essa pesquisa não seria possível.

Aos colegas sociólogos Pedro Henrique C. Rapozo e Elder Monteiro de Araújo pelas importantes dicas quando estivemos em campo. Seus conhecimentos acerca dos informantes foram fundamentais para a aplicação dos questionários e, também, suas contribuições acerca das relações de poder na comunidade Bom Jesus foram relevantes.

Aos professores doutores Manoel Masulo e Iraíldes Caldas Torres, pelas importantes observações feitas ao trabalho no exame de qualificação.

A Kátia Cavalcante e Edileuza Melo pelo mapa das comunidades.

Ao companheiro de mestrado Neuton Corrêa, meu conterrâneo e parceiro na elaboração dos artigos para as disciplinas.

Ao Dr. Júlio Rabelo pela sua alegria e incentivo ao me ver aprovado em um curso de Pós-Graduação.

A Luciane Salorte pelas constantes colaborações técnicas e correções de meus textos com eficiência e dedicação.

Aos meus irmãos Antenor, Antônio, Marizélia e Ana Angélica Ferreira, pelas incontáveis ajudas que me possibilitaram a permanência aqui nessa cidade e na Universidade desde a graduação.

A companheira eterna e amada Luciana Raffi Menegaldo, pela presença doce e constante madrugada a fora, tabulando dados, discutindo interpretações e metodologias, compartilhando textos e imagens, vivenciando frustrações e alegrias. Seu conhecimento na área de animais silvestres foi fundamental para a seção sobre caça e pesca nesta pesquisa. Sua dedicação para comigo revelam a natureza de um amor puro, que almeja a plenitude de minhas realizações profissionais e afetivas.

A Yeshua Hamashia, o Cristo que me protege e me mantém vivo. Debaixo de suas asas é meu abrigo, o lugar secreto e cuja presença é meu prazer.

Aos olhos do animal laborans, a natureza é a grande provedora de todas as 'boas coisas', que pertencem igualmente a todos os seus filhos, que 'as tomam de suas mãos' e se 'misturam com' elas no labor e no consumo [...]. Sem tomar as coisas das mãos da natureza e consumi-las, e sem se defender contra os processos naturais de crescimento e declínio, o animal laborans jamais poderia sobreviver. (ARENDETT, 2007).

RESUMO

Esta pesquisa trata do modo de vida do camponês varzeano, trabalhador da malva, nas comunidades rurais de N.S.das Graças, Município de Manacapuru; Bom Jesus, Município de Anamá; e Santo Antônio, Município de Anori, todas localizadas no Baixo rio Solimões. O processo de trabalho na agricultura de malva continua o mesmo desde a introdução dessa atividade na região a partir da década de 1930. O camponês nessa fase do processo produtivo expõe seu corpo aos riscos de acidentes com animais e, também, está sujeito a contrair doenças, uma vez que permanece dentro d'água em média 10 horas por dia. Além dos processos de trabalho na produção de malva, a pesquisa abordará mais dois aspectos que compõem a vida material e simbólica desses sujeitos sociais. Trata-se da questão do *labor* e da *vida activa*. O primeiro está ligado à questão objetiva e subjetiva da sobrevivência, primeiramente física e depois simbólica do camponês varzeano, ou seja, o uso que eles fazem dos recursos naturais visando primeiramente à manutenção da vida e posteriormente, eventualmente, à comercialização. O último aspecto está ligado à esfera da comercialização do produto final – as fibras de malva. Nesse momento, ocorre a extensão da degradação, iniciada durante o processo de desfibramento dentro d'água, é o momento da subalternização dos trabalhadores da malva à dinâmica do capital comercial. É também a extensão da degradação porque esses sujeitos sociais são os elos mais fracos de uma cadeia produtiva que tem como característica principal o monopólio das ações. A degradação deixa de ser física para ser moral. Essa situação poderia melhorar a partir da introdução de tecnologias sociais que eliminassem a insalubridade do processo de obtenção das fibras e, também, a partir de políticas públicas que regulassem o processo de comercialização e de preços, pois a fibra de malva é um produto que tem potencial para ser socialmente viável e economicamente sustentável. Numa época em que mundo busca alternativas econômicas sustentáveis, uma produção agrícola baseada na extração de fibras vegetais, cujo impacto ambiental é mínimo e que se assenta na estrutura familiar de produção, é uma atividade que se aproxima muito dos critérios da sustentabilidade.

Palavras-chave: labor; trabalho; ação; malva

ABSTRACT

This research is about the varzeano peasant, malva worker's way of life, in N.S. das Graças rural communities, Municipality of Manacapuru; Bom Jesus, Municipality of Anamá; and Santos Antônio, Municipality of Anori, all located in Baixo Solimões River. The work process in malva agriculture continues the same since the introduction of this activities in the region from 30's on. The peasant who is in this stage of production process expose his body to the accident risks with animal and, also, is subject to contract illnesses, since he keeps inside the water about 10 hours per day. Besides the labor process in the malva production, this research is going to deal with others two aspects which compose this social individuals' symbolic and material life. It is about the labor and active life matter. The first is linked to the surviving objective and subjective matter, firstly physical and then symbolic of the varzeano peasant, that is, their usage of the natural resources aiming firstly the life maintenance and subsequently, eventually to trading. The last aspect is linked to the final product – the malva fiber trading sphere. At this moment, the degradation extension takes place, initialized during the desfibrillation process inside the water, directed to the malva workers subalternation to the trading capital dynamic. It is the extension of the degradation because these social individuals are the weakest link of a productive chain which has as main characteristic the monopoly of the actions. The degradation stops being physical and become moral. This situation could increase from the social technologies introduction on which eliminate the insaltness of the fiber obtaining process, and also, from the public politics on which rule the trading and price process, because the malva fiber is a product which has potential to be socially accessible and economically supportive. In a period when the world seeks for supportively economical alternatives, an agricultural production based in vegetable fibers extraction, whose environment impact is minimum and lays on the family production structure, is an activity which approaches pretty much to the maintenance criteria.

Key-words: labor; work; action; malva

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fenômenos das “terras caídas”	29
Figura 2	Quintal na Comunidade N. S. das Graças	46
Figura 3	Troca-de-dia e <i>ajuri</i> na comunidade Bom Jesus	48
Figura 4	Almoço no roçado de malva na comunidade Bom Jesus	49
Figura 5	Núcleo central da comunidade N. S. das Graças	56
Figura 6	Núcleo central da comunidade Bom Jesus	60
Figura 7	Igrejas Evangélicas nas comunidades Bom Jesus e Vila Sião	62
Figura 8	Novas escolas da comunidade Bom Jesus	65
Figura 9	Núcleo central da comunidade Santo Antônio	67
Figura 10	Celebração de batismo e primeira comunhão	68
Figura 11	Localização da área de estudo	70
Figura 12	Espécies encontradas e caçadas pelos trabalhadores da malva	82
Figura 13	Os diversos usos a madeira nas comunidades	85
Figura 14	Amêndoas da andiroba e cacho de açaí	86
Figura 15	Cuia como recipiente para armazenamento de água	87
Figura 16	Diversas formas de uso das palhas pelos camponeses	88
Figura 17	Plantas medicinais utilizadas pelos trabalhadores da malva	93
Figura 18	Ambientes de pesca das comunidades	104
Figura 19	Pesca artesanal comercial com redes de arrasto na boca do Lago do Anori	105
Figura 20	O etnoconhecimento subsidiando o mundo do labor	120
Figura 21	Hortaliças mais cultivadas nas comunidades	126
Figura 22	Exemplos de criações de animais domésticos dos trabalhadores da malva	130
Figura 23	Atividades nas terras, floretas e águas – o mundo do labor	131
Figura 24	<i>Urena lobata L. e Corchoros capsularis</i>	149
Figura 25	Produtos à base de fibras de juta e malva	167
Figura 26	Plantação de malva na lama e em terra seca	169
Figura 27	Feixes cortados ficam secando as folhas para perder peso	171
Figura 28	Varais com fibras secando nos varais	173
Figura 29	Fardos prontos para a comercialização	174
Figura 30	Degradação objetiva do corpo	178
Figura 31	Protótipo da máquina descortiaçadora de malva e/ou juta	186

Figura 32	Treinamento para utilização correta da máquina descortecedora	190
Figura 33	Mundo do trabalho na malva.	191
Figura 34	Barcos de agentes da comercialização na Comunidade Bom Jesus	196
Figura 35	Organograma “a condição humana”	197
Figura 36	Organograma: cadeia produtiva da malva no Amazonas	206
Figura 37	Comercialização de fibras de malva na comunidade Bom Jesus	210
Figura 38	Comercialização da malva: mundo da ação	226
Figura 39	Alguns trabalhadores da malva das três comunidades pesquisadas	227

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Animais silvestres mais capturados pelos trabalhadores da malva	79
Gráfico 2	Espécies florestais mais utilizadas pelos trabalhadores da malva	83
Gráfico 3	Finalidade da extração de madeiras	84
Gráfico 4	Espécies de peixes mais consumidos pelos trabalhadores da malva	107
Gráfico 5	Peixes mais comercializados sazonalmente nas comunidades	108
Gráfico 6	Gráficos comparativos do objetivo da atividade pesqueira	109
Gráfico 7	Ambientes mais visitados pelos pescadores	111
Gráfico 8	Embarcações mais utilizadas na atividade pesqueira nas comunidades	112
Gráfico 9	Apetrechos de pesca mais utilizados pelos trabalhadores da malva	114
Gráfico 10	Melhor período para pesca de acordo com os trabalhadores da malva	114
Gráfico 11	Principais cultivos das comunidades	123
Gráfico 12	Hortaliças mais consumidas pelos trabalhadores da malva	125
Gráfico 13	Principais criações de animais domésticos dos trabalhadores da malva	128
Gráfico 14	Finalidade das criações dos animais domésticos	129
Gráfico 15	Problemas de saúde mais citados pelos trabalhadores da malva	176
Gráfico 16	Formas de tratamento mais utilizadas nas enfermidades	177
Gráfico 17	Compradores de malva das comunidades	199
Gráfico 18	Dificuldades relativas ao crédito rural	200
Gráfico 19	Destino da produção de malva das comunidades	206
Gráfico 20	Importância do cultivo da malva para as comunidades	214
Gráfico 21	Principais doenças encontradas nas comunidades	215
Gráfico 22	Escolaridades nas comunidades da área focal do Projeto Piatam	216

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Possíveis ambientes de caça	80
Quadro 2	Plantas medicinais encontradas nas comunidades	94
Quadro 3	Espécies agroflorestais usadas como remédios	95
Quadro 4	Espécies de peixes mais capturadas nas comunidades	106
Quadro 5	Instrumentos e períodos de captura	119
Quadro 6	Frutas de maior frequência nas comunidades	124
Quadro 7	Algumas empresas de beneficiamento de juta em 1950/60	152
Quadro 8	Custos diretos da produção nas comunidades	213

LISTA DE SIGLAS

ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
BASA	Banco da Amazônia S/A
CEAP	Centro de Excelência Ambiental da Petrobrás
CIA	Companhia Industrial Amazonense
CFP	Comissão de Financiamento da Produção
CODEAMA	Comissão de Desenvolvimento Econômico do Amazonas
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
FMP	Federação dos Municípios Paraenses
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas
IAC	Instituto Agrônomo de Campinas
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IEADAM	Igreja Assembléia de Deus no Amazonas
IEADB	Igreja Assembléia de Deus Unidas do Brasil
IFIBRAM	Instituto de Fomento a Produção de Fibras da Amazônia
INPA	Instituto de Pesquisa da Amazônia
NUSEC	Núcleo de Socioeconomia
PIATAM	Inteligência Socioambiental Estratégica da Ind. do Petróleo e do Gás no Amazonas
SAT	Serviço de Apoio ao Trabalhador
SGP	Sistema Geral de Preferência
SEPLAN	Secretaria Estadual de Planejamento
SEPROR	Secretaria Estadual de Produção Rural
SPEVEA	Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Densidade demográfica da Amazônia Legal	38
Tabela 2	Área de produção de juta e malva no Amazonas em 1980	153
Tabela 3	Microrregiões produtoras de juta e malva no Amazonas em 2007/08	159
Tabela 4	Produção de sementes de juta	163
Tabela 5	Produção de sementes de malva	163
Tabela 6	Custo diretos da produção nas comunidades	209

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 VÁRZEA AMAZÔNICA: O LUGAR DA VIDA	25
2.1 Panorama da dinâmica da várzea	25
2.2 A dialética homem/natureza na Amazônia – adaptabilidade pretérita	33
2.3 O camponês varzeano	40
2.4 O sistema agroflorestal – o quintal e o sítio	44
2.5 As práticas de ajuda mútua no cultivo de malva	47
2.6 Comunidades amazônicas: espaço da sociabilidade e manutenção da vida	53
2.7 Comunidade N. S. das Graças – surgimento e aspectos sociopolíticos	56
2.8 Bom Jesus – surgimento e aspectos sociopolíticos	59
2.8.1 Bom Jesus e a relação de poder	62
2.9 Comunidade Santo Antônio – surgimento e aspectos sociopolíticos	65
3 O LABOR E OS DIAS: VIVER É PRECISO	71
3.1 A condição humana do labor	71
3.2 O mundo vivido dos camponeses varzeanos – atividades de labor	77
3.2.1 A caça	77
3.2.2 As espécies florestais	82
3.2.3 Os frutos e produtos da floresta	86
3.2.4 As plantas medicinais	89
3.2.5 O etnoconhecimento nas atividades pesqueiras	96
3.2.5.1 Os apetrechos	110
3.2.6 Outros cultivos agrícolas	121
3.2.7 As hortaliças	125
3.2.8 As criações	126
4 TRABALHO E AMBIENTE	132
4.1 A condição humana do trabalho	132
4.2 Trabalho e ambiente	137
4.3 Origens da produção de fibras no Amazonas	141
4.3.1 A malva	141
4.3.2 A juta	146
4.4 O apogeu e o declínio	150
4.5 A problemática das sementes	160

4.6 A revitalização?	165
4.7 O processo de trabalho – degradação objetiva do corpo	168
4.8 Ecotecnologia e a produção de fibras	183
4.8.1 O projeto Nova Forma de Processamento da Malva e/ou Juta	183
4.8.2 A estrutura da máquina descortçadora de malva e/ou juta	185
4.8.3 A funcionabilidade da máquina descortçadora	187
5 A COMERCIALIZAÇÃO E SEUS AGENTES	192
5.1 A esfera da ação	192
5.2 Os agentes da comercialização e suas formas de atuação	198
5.3 Os entraves da cadeia produtiva da malva e/ou juta	205
5.4 A tragédia das atividades monoespecíficas	211
5.5 Malva e Juta: <i>sementes</i> de uma nova racionalidade ambiental?	217
5.5.1 Ecodesenvolvimento – uma alternativa?	219
5.5.2 Fibras vegetais: produtos do futuro?	222
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	228
REFERÊNCIAS	233
ANEXOS	241

1 INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que o modo de vida do camponês amazônico é a expressão de um elevado grau de adaptabilidade a esse ecossistema. A diversidade e a configuração geomorfológica da várzea do rio Solimões/Amazonas lhe permite desenvolver polivalência, ou seja, um conjunto de atividades no mundo do trabalho servindo-se dos ambientes terras, florestas e águas. Ao se relacionar com esses ambientes e extrair dos mesmos os recursos necessários à sua (re)produção material e/ou simbólica, os camponeses do Baixo Solimões realizam atividades que conceituamos como *labor*, trabalho e ação. Sua organização de trabalho tende a revelar isso, pois nas terras de várzea baixa e/ou alta, eles praticam agricultura de subsistência, comercializando seus excedentes, e criando principalmente pequenos animais. Nesse contexto, o subsistema sítio e quintal são importantes não só para a complementação alimentar, mas, também, eventualmente, como geração de renda para a família camponesa; na floresta – de várzea e/ou terra firme – eles praticam o extrativismo vegetal (lenha, madeira, frutos, plantas medicinais, etc.) e animal – a caça fundamentalmente, objetivando complementar e variar a dieta alimentar protéica; no ambiente água, praticam o extrativismo animal – pesca e caça. Portanto, esses sujeitos sociais mantêm com a natureza uma relação simbiótica, na qual o trabalho em suas múltiplas formas ainda ocupa lugar de centralidade. “O trabalho comparece como um ato de mediação entre os homens e a natureza e o resultado do trabalho é a transformação da natureza e a transformação do próprio homem” (WITKOSKI, 2007 p.131). Nesse sentido, o camponês amazônico é portador de singularidades que o diferencia de outros, no Brasil. A exigência de ter que trabalhar nas terras, florestas e nas águas é um imperativo categórico à prática polivalente. Assim, a polivalência nas atividades camponesas relaciona-se com a necessidade do trabalho agrícola, a criação de animais, o extrativismo vegetal e/ou animal – todas elas ligadas diretamente à unidade de produção familiar. Segundo Witkoski (2007, p.183).

A estrutura organizacional da família camponesa é decisiva para a obtenção dos meios de vida, pois, quem produz é a unidade de produção familiar, como se fosse um trabalhador coletivo: sem família não há produção e sem produção não há família. A família não só reproduz biologicamente seus membros, como tem que educá-los para a vida e o mundo do trabalho.

As modalidades de trabalho, no interior da unidade de produção familiar, giram em torno do sistema agroflorestral que de certa forma guia a vida socioeconômica camponesa. Nesse sentido, esse tipo de manejo, que se relaciona diretamente com a natureza e dela

depende, implica produzir com tecnologias de baixo impacto ambiental e com um fim específico – a sobrevivência. Isto se dá devido à integração entre os cultivos agrícolas, criação de animais, extrativismo vegetal e animal que tem por objetivo incrementar a produtividade. Pode-se afirmar que o modo de vida do camponês varzeano do Baixo rio Solimões representa um modo específico de organização social, de tentativa de autonomia e de sobrevivência que se contrapõe ao modo de vida capitalista de outros contextos. Trata-se de uma outra lógica de relações sociais de produção, a reclamar o direito de um outro modo de trabalho; que comandado pelo tempo ecológico, implica reconhecer e respeitar o ciclo das águas numa constante dinâmica de adaptabilidade. Nesse sentido, a definição Bottomore (1988), que define a figura socioantropológica do camponês como “todo indivíduo que vive *na e da* terra”, isto é, que possui seus meios de produção, instrumentos de trabalho e opera, na grande maioria das vezes, com força de trabalho familiar é pertinente e enquadra-se perfeitamente em nosso esquema de interpretação desse modo de vida.

O camponês amazônico é a representação do sujeito social possuidor de capital simbólico, de um saber e de uma organização política muito peculiar. Representa o agente direto na relação com a natureza e num possível projeto de sustentabilidade para a Amazônia. Eles apresentam grande responsabilidade na relação com a natureza. A luta pela sobrevivência desses sujeitos sociais que se organizam em torno das terras, florestas e águas, rompe com o paradigma do sujeito pacato e passivo a que fora submetida à representação do caboclo/ribeirinho – camponês amazônico – em outras épocas.

Sem a pretensão de esgotar o tema, analisaremos no decorrer deste trabalho a vida dos trabalhadores da malva, pois antes de serem trabalhadores rurais “malveiros” eles são homens, sujeitos sociais que devem ser compreendidos na plenitude de suas vidas. Eis, portanto, os motivos de abordarmos três dimensões do mundo vivido desse camponês: o *labor*, o trabalho e a ação. Essas são as categorias estruturantes propostas para o trabalho.

Definitivamente os camponeses da várzea do rio Solimões/Amazonas, trabalhadores da malva, possuem um modo de vida marcado por singularidades e especificidades. Desse modo, a orientação de Chayanov (1974, apud FRAXE 2000, p. 46) pertinente: “não se pode compreender o campesinato imputando-lhe categorias econômicas, sociológicas e/ou antropológicas, *a priori*, que não correspondam às suas particulares formas de vida”. Nesse sentido, a investigação do objeto proposto não poderia ser contemplada satisfatoriamente se não fossem articulados fatores qualitativos (dimensão simbólica) e quantitativos (dimensão material) dentro da pesquisa de campo. Por quê? Devido ao fato de os trabalhadores da malva serem sujeitos sociais que desenvolvem várias atividades no mundo do trabalho que também

são fundamentais para a manutenção de suas vidas. A partir da idéia de empreendermos uma análise sociológica dos meios de vida, não poderíamos analisar apenas uma “produção agrícola”, ou seja, direcionarmos a pesquisa para análise puramente econômica, quantitativa da atividade, isso seria um reducionismo. Era preciso analisar *a vida* desses sujeitos sociais como um todo, pois nem só de malva vivem os “trabalhadores da malva”, portanto, o contato direto com a realidade desses trabalhadores seria essencial. O método etnográfico e a técnica da pesquisa de campo seriam imprescindíveis. Nesse sentido, um exercício de imaginação sociológica foi deveras necessário para o estabelecimento de novas abordagens sobre a vida desses sujeitos sociais. Todavia, ainda que fosse possível a tentativa de superação de uma análise economicista e quantitativa, por se tratar de uma produção agrícola anual, isso não seria totalmente possível. Esse aspecto foi contemplado a partir da manipulação de dados secundários oficiais, sendo necessário à construção de gráficos, tabelas e planilhas. Contribuíram para a quantificação a Secretaria de Produção Rural do Amazonas (SEPROR), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas, (IDAM), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Inteligência Socioambiental Estratégica da Indústria do Petróleo Amazônia (PIATAM) e o Núcleo de Socioeconomia da Universidade federal do Amazonas (NUSEC), cujo banco de imagens e de dados, relatórios e apoio logístico foram determinantes para a execução da pesquisa.

A coleta dos dados primários foi feita no decorrer de cinco viagens a campo, durante os meses de março, maio, junho, julho e dezembro de 2008. Essas viagens só foram possíveis devido minha inserção como pesquisador bolsista do Núcleo de Socioeconomia da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Amazonas. Esse núcleo de pesquisa é responsável pela área socioeconômica do Projeto Piatam. Se por um lado o acesso a informações do Banco de Dados do Projeto Piatam possibilitou uma análise efetiva das comunidades da área de estudo, por outro, o trabalho de campo foi dobrado, pois era preciso executar a pesquisa inerente à área de socioeconomia do referido Projeto (aplicação de questionários) e ainda aplicar os questionários específicos relacionados à dissertação, isso tudo em apenas um dia em cada comunidade. Daí o trabalho de campo ter sido feito em cinco viagens. Outra dificuldade foi o fato de ser frequentemente confundido e identificado por parte de alguns trabalhadores da malva, como representante de um órgão oficial (Idam), pelo fato de trabalharmos com a distribuição de sementes de malva para os mesmos. Às vezes, essa identificação ajudava no sentido de que se tornava mais fácil a aplicação de questionários, noutros casos o inverso também era verdadeiro.

Foram aplicados 36 questionários, cujas perguntas abertas e fechadas versavam sobre cinco questões estruturais da pesquisa. Dados da comunidade (dados pessoais, mobilidade, migração, formação); dados de propriedade (área plantada tanto de malva, como outros cultivos); dados do processo produtivo (plantio, colheita, processo de trabalho); dados de comercialização (preço, produção em 2007/08, sementes e relação com os agentes da comercialização) e, por fim, dados relacionados ao labor (outros cultivos agrícolas, caça, pesca, extrativismo, e criação de pequenos animais).

Os questionários aplicados foram divididos para as três comunidades, sendo oito em N. S. das Graças, 18 em Bom Jesus e 10 em Santo Antônio. Foram entrevistados por amostra 10 trabalhadores da malva, sendo dois em N. S. das Graças, oito em Bom Jesus e dois em Santo Antônio. Essa técnica foi importante, pois com o gravador, os trabalhadores da malva discorreram livremente sobre seu modo de vida. Essas entrevistas nos permitiram obter informações relacionadas ao ecossistema da várzea, a formação das comunidades e as subjetividades do trabalho na malva e, também, questões simbólicas ligadas fundamentalmente ao *labor*. Portanto, mantivemos contato com 46 trabalhadores da malva nas três comunidades, o que perfaz um total 43,9% do universo de trabalhadores.

No tocante às delimitações e escolhas dos atores sociais que foram entrevistados e observados, não foram selecionados de maneira aleatória, mas sim fazendo uso de critérios de prioridade com relação de pertinência à pesquisa. De acordo com (HAGUETTE 1992 p. 96):

A escolha dos entrevistados não pode ser aleatória, ou seja, não pode obedecer aos parâmetros da amostragem probabilística. Embora a montagem do universo – listagem dos atores que poderão fornecer contribuições úteis ao desenvolvimento de certo tema – seja fundamental, sempre existem alguns personagens cuja contribuição é imprescindível, daí porque sua inclusão na lista de entrevistados seja intencional.

A soma das famílias das três comunidades é de aproximadamente 120. Sendo 38 famílias em Bom Jesus, 65 famílias em N.S. das Graças e 17 famílias em Santo Antônio, e o número de trabalhadores da malva, foco da pesquisa foi de 82 trabalhadores. É válido ressaltar que esse número corresponde à safra 2007/08, período eleito para a investigação e execução da pesquisa. A partir da safra 2008/09, houve mudanças no número de trabalhadores, mas não foram cobertas pela investigação. Tentando dar conta de todos os aspectos que envolvem a vida dos trabalhadores da malva estruturamos a pesquisa em quatro capítulos.

O primeiro capítulo, *Várzea Amazônica: o lugar da vida* será analisado um pouco a dinâmica da várzea, o lócus dos camponeses, trabalhadores da malva. A várzea, como terra de trabalho, anualmente fertilizada por sedimentos trazidos pelos rios Solimões/Amazonas, são terras propícias para o cultivo de muitos produtos que podem ser comercializados nos mercados locais e regionais, a malva é um deles. A várzea é concebida aqui como o lugar da vida, no sentido de um processo de construção de relações sociais, de organização política, econômica e territorial de seus habitantes, onde as condições de apropriação do espaço, de adaptabilidade e, sobretudo, de subsunção da natureza, refletem a percepção de um espaço físico e simbólico. É o lugar da vida no contexto onde se dão as relações, ou seja, no cotidiano dialético entre homem e natureza e, principalmente, entre os próprios homens no sentido de suas práticas socioculturais.

No segundo capítulo, *O labor e os Dias: viver é preciso*, apresentaremos todas as atividades dos trabalhadores da malva ligadas fundamentalmente ao labor. Nesse capítulo, os trabalhadores da malva serão analisados como *animal laborans*. Trabalharemos com a dimensão material e simbólica da vida dos camponeses – trabalhadores da malva. Atividades desenvolvidas por eles nos ambientes *terras, florestas e águas*, tais como, a manipulação de produtos da floresta, dos lagos, das roças. Dos produtos obtidos na pesca, na caça, e/ou a criação de pequenos animais, cuja finalidade fundamental é garantir a manutenção da vida física. Essas ações são fisiologicamente necessárias e insubstituíveis, e refletem o grau de organização desses camponeses na busca da realização dessas necessidades. Apesar de haver gasto de energia corporal e racionalidade organizativa na execução, certas atividades, como, por exemplo, arrancar mandioca para fazer farinha ou lançar uma tarrafa no rio em frente a seu porto, não é trabalho, e sim *labor*, enquanto gênese da vida. Essas ações estão ligadas à questão da objetividade e subjetividade da sobrevivência, primeiramente física e depois simbólica, ou seja, o uso que os camponeses fazem dos recursos naturais visando não à comercialização imediata, mas a (re)produção e manutenção da vida. Segundo Hanna Arendt (2007 p.15–98), “O labor não deixa nada atrás de si, como é típico de todo labor. O resultado do seu esforço é consumido quase tão depressa quanto o esforço é despendido. A condição humana do labor é a própria vida”. E, no entanto, esse esforço, a despeito de sua futilidade, decorre de enorme premência, motiva-o um impulso mais poderoso que qualquer outro, pois a própria vida depende dele. O *labor*, por exemplo, produz as condições sociais da vida, embora essas condições produzidas sejam efêmeras. “A imediatização das coisas que o homem produz, por meio do *labor*, são tão vitais às suas condições de vida, que é como se os atos de

produzir e consumir se realizasse ao mesmo tempo – produzir é consumir!” (WITKOSKI, 2000 p. 28).

O terceiro capítulo, *Trabalho e Ambiente*, será dedicado ao trabalho na lavoura de malva. Nesse capítulo os trabalhadores da malva serão analisados como *homo faber*, produtores de artefatos. Entendemos que o trabalho em suas múltiplas formas, ainda ocupa lugar de centralidade na vida dos camponeses das comunidades estudadas. O trabalho é a atividade responsável pela criação de um mundo artificial de coisas que difere do mundo natural e que perpassa o cotidiano do homem. No sentido de transcender a vida de seu empreendedor, o trabalho e o seu produto, isto é o artefato humano, “[...] emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano”. “A condição humana do trabalho é a mundanidade” (ARENDT, 2007 p.15-16).

O cultivo de malva há mais de quatro décadas é desenvolvido pelo camponês amazônico e sua família em várias comunidades rurais das microrregiões localizadas no Baixo Solimões. O cultivo dessas plantas não se restringe aos rios principais – Solimões/Amazonas –, podendo ser encontrada também em seus tributários de água branca, principalmente nos paranás.

O potencial econômico dessas plantas está na adaptabilidade ao solo fértil das várzeas amazônicas; ao seu ciclo de maturação compatível com o regime das águas, (enchente, cheia, vazante e seca); por fornecer fibras biodegradáveis e gerar renda para os camponeses. Nesse sentido, seu capital simbólico vai além dos entraves passados e atuais da cadeia produtiva, pois os produtos oriundos dessas fibras têm potencial para se transformar em mercadorias de forte apelo ecológico, o que contribuiria para a agregação de valores e conseqüentemente ampliação de seu valor comercial tanto no mercado nacional, quanto internacional. São muitos os produtos que podem ser desenvolvidos a partir das fibras de malva, entre eles estão: sacos para armazenar grãos, barbantes, telas, cordas, materiais para estofamento de veículos dentre outros. Numa época em que o mundo volta-se para temática ecológica e seus desdobramentos, uma produção agrícola baseada na extração de fibras vegetais, cujo impacto ambiental é mínimo (quando ocorre), e que tem na estrutura organizacional da família sua maior força de trabalho, é uma atividade que se aproxima muito dos critérios do que se convencionou chamar de sustentabilidade. Entretanto, o processo de trabalho nessa atividade ainda é bastante degradante e insalubre. Os perigos e o desgaste físico são uma constante, e na maioria das vezes não são compensados com o valor que se arrecada ao final da safra. Nesse sentido, ocorrem em todo o processo dois tipos de degradação, a física e a moral. A primeira

está relacionada diretamente ao processo de obtenção das fibras, que é realizado totalmente de maneira manual e dentro da água – degradação objetiva do corpo.

O último capítulo, *A Comercialização e seus Agentes*, fecha a tríade arendtiana, pois entendemos que o momento da comercialização das fibras de malva é o da *ação*. Neste capítulo, objetivamos mostrar os significados da *vida activa* dos trabalhadores da malva em razão da comercialização desse produto. Analisaremos a dimensão da *ação*, do *homo faber*, pois entendemos que o momento da comercialização é, também, o momento da *ação*, no sentido de que eles têm que se relacionar com os *outsiders* – os agentes da comercialização no mercado. Estes são sujeitos sociais que não produzem nenhum tipo de produto – seja de origem agrícola, criação animal ou extrativista – apenas apropriam-se dos excedentes da produção camponesa para vender e revender na cidade. A esfera pública da comercialização das fibras de malva revela a dimensão subjetiva do trabalho degradante, ela agora não é mais física e sim moral. Segundo Arendt (2007, p. 173):

A esfera pública do *homo faber* é o mercado de trocas, no qual ele pode exibir os produtos de sua mão e receber a estima que merece. Esta inclinação para a exibição pública tem haver com a propensão de negociar, permutar e trocar uma coisa pela outra, que segundo Adam Smith, distingue os homens dos animais – e de certo não é menos arraigada que ela.

Entendemos que os trabalhadores da malva são sujeitos sociais detentores de grande capacidade de trabalho, desejam apenas relacionar-se na esfera pública como cidadãos completos, no discurso, na ação, situações que são próprias da esfera pública, ou seja, o desejo de estar entre os demais (*inter homines esse*), não de forma bestializada, com marcas no corpo e no espírito, como ocorre atualmente, e sim com autonomia e dignidade. Isso se dá devido à descapitalização dos trabalhadores da malva, fato que os impossibilita de comprar sementes e, por isso, são obrigados a adquirir sementes junto aos patrões e marreteiros, numa relação de aviamento e, também, não dispõem de meios de transportes próprios para escoar a sua produção sendo obrigados a vender para os agentes da comercialização que dispõem de tudo aquilo que o camponês não dispõe – capital, meios de transporte e articulação com as empresas de aniagem do Estado. Estes são os únicos compradores de malva dos beiradões do complexo Solimões/Amazonas.

Portanto, há muitos entraves que precisam ser removidos da cadeia produtiva da malva no Estado do Amazonas, o acesso a sementes, políticas de preço mínimo contínuo e garantia de compra da safra, implementação de novos métodos de obtenção das fibras, a abertura de crédito para os produtores. A estrutura dessa cadeia produtiva deixa os camponeses

produtores de malva refém dos agentes da comercialização e dependentes das ações dos governos municipal e estadual.

O cultivo de malva e/ou juta pode contribuir para o estabelecimento de uma nova racionalidade ambiental. Uma racionalidade que saiba utilizar as potencialidades do ambiente de várzea, desde que sejam removidos os entraves do processo produtivo e da comercialização. Entendo que a vida na várzea é possível, todavia o caráter polivalente de seus habitantes não pode desaparecer jamais, não pode ser desprezado por nenhuma política pública, pois os camponeses sabem conjugar como ninguém terras, florestas e águas, extraíndo desses ambientes os recursos que demandam sua sobrevivência.

2 VÁRZEA AMAZÔNICA – O LUGAR DA VIDA

2.1 Panorama da dinâmica da várzea

[...] A terra, substrato tanto da floresta como da água, nunca, ou quase nunca, aparece como mercadoria – ou seja, terras para se fazer negócios –, mas sempre como terra que tem por destino nela se trabalhar [...] A terra do camponês amazônico é a terra de várzea [...]. Sem a enchente e a cheia, que a fertilizam, e sem a vazante e a seca, que propiciam as condições para que a terra seja fecundada, as várzeas como terras de trabalho não seriam possíveis (WITKOSKI, 2007, p. 191).

Não constitui objetivo desse estudo, especialmente nessa seção, descrever a várzea na sua totalidade, considerando com profundidade aspectos geomoforológicos, hidrológicos ou climáticos, para que isso ocorresse seria necessário um tempo maior de pesquisa e, também, um amplo diálogo com outros campos do saber. É preciso considerar ainda, o fato de que esses aspectos já foram abordados com propriedade por autores como M. Iriondo (1982), W. Junk (1983), H. Sternberg (1998), E. Moran (1990; 1994) e outros. À semelhança de Witkoski (2007, p. 111) nos propomos abordar a várzea como “lócus dos caboclos-ribeirinhos, ou melhor, dos camponeses amazônicos, apresentando a várzea do rio Solimões como paisagem natural e humanizada, onde habita, trabalha e vive o camponês amazônico com sua família”. Pretendemos traçar nesta seção, um panorama do modo de vida do camponês que habita a várzea do sistema fluvial Solimões/Amazonas, especificamente das três comunidades da sétima sub-região do Estado do Amazonas, que compõe a microrregião de Coari e Manaus nas quais as comunidades se localizam, considerando o ambiente, sua complexidade e a adaptabilidade desses sujeitos sociais, que tem no cultivo de malva sua maior fonte de renda.

Uma apresentação/descrição, ainda que de forma sintetizada desse ambiente, é importante porque é na várzea que se dá o cultivo de malva, também é na várzea que os trabalhadores da malva realizam outras atividades que estão relacionadas diretamente e especificamente com a manutenção da vida. Atividade realizadas nos sítios e quintais, atividades de pesca, caça, extrativismo, criação de pequenos animais, dentre outros cultivos agrícolas que tem por fim imediato à sobrevivência física e, posteriormente, eventualmente, à comercialização. Esse conjunto de fatores é que vai definir o argumento da (re)produção material e simbólica da vida proposto neste estudo.

Nesse sentido, “estudar a população da várzea é conhecer os habitantes das margens baixas do rio com maior volume de água do mundo. É também conhecer a região de colonização mais antiga da Amazônia” (LIMA, 2005 p.11). “A Amazônia, como complexo de

terra, floresta e água, existe indiscutivelmente há muito tempo. Ela é cronologicamente muito mais velha do que a recente experiência do homem” (WITKOSKI, 2007 p. 21). Sabe-se que nessa região, dois grandes ecossistemas destacam-se, trata-se da terra de várzea e da terra firme. De acordo com Lima (2005, p.11):

Ao longo dos 3.000 km de extensão do rio Solimões/Amazonas, em terras brasileiras, ocorrem dois tipos de ambientes: a várzea, como é chamada a área de planície inundada anualmente, e a terra firme, terras altas que consistem em extensões do platô do período terciário que alcançam as bordas do rio. Esses dois tipos de ambientes se alternam ao longo das margens do rio, e neles moram populações ribeirinhas que, embora vizinhas, apresentam modos de vida diferenciados.

É importante destacar que a várzea não é apenas uma planície que fica submersa por um período de aproximadamente seis meses do ano, também não é algo contínuo e homogêneo, de total fertilidade. Ela possui estruturas que possibilitam ambientes diferentes. Para Moran (1990, p. 219):

Classificar uma área como várzea leva freqüentemente a uma noção errada de seu potencial biológico ou agrícola. Qualquer discussão relativa à adaptação humana na Amazônia deve considerar pelo menos três tipos de várzea: várzeas altas, várzeas baixas e as várzeas do estuário do Amazonas. Existem diferenças significativas entre as floras, as faunas, o aluvião depositado, o declive e a altitude, a acidez do solo e a produção de biomassa nestes três tipos de ecossistemas amazônicos.

Iriondo (1982, p. 324) percebe bem essa heterogeneidade e afirma que “a planície amazônica compreende a várzea ou planície propriamente dita que é a faixa deprimida dentro da qual corre o rio, constituída por seus depósitos de canal e de inundação”. Ele divide a planície de inundação em quatro unidades geomofológicas diferentes, considerando a idade e o tipo de influência do canal do rio na sua construção. Para Iriondo, a várzea constitui-se de planície de bancos de meandros antigos; planícies de bancos de meandros atuais; depósitos de inundação e depósitos estuarinos. “A planície de bancos e meandros representa a fase atual, diretamente ligada à atividade do canal do rio Amazonas, que se configuram como faixas estreitas de terras, mais baixas e que sofrem intensos processos de erosão ou colmatação” (PEREIRA, 2007 p. 15). A várzea baixa, caracterizada mais por oportunidades que por fatores limitantes com solos de aluvião ricos em nutriente e alta biomassa de peixes (MORAN, 1990). “É o principal ambiente que o camponês utiliza para plantar, apesar da maioria dos povoados localizarem-se acima das áreas de inundação, ou seja, na terra firme ou nas terras altas conhecidas como (restingas) raramente inundáveis” (MORAN, 1990 p. 223). Moran

afirma ainda que “a várzea alta é um ecossistema variável, com áreas ricas em nutrientes provenientes dos Andes e áreas ácidas e deficientes em nutrientes, contradizendo o senso comum sobre a fertilidade universal das áreas de várzea” (MORAM, 1990 p. 223).

Segundo Pereira (2007 p. 14) “[...] autores que estudaram a várzea Amazônica fazem referência a um evento geológico que separa a história da construção da planície de inundação do rio Amazonas: a transgressão Flandrina durante o médio Holoceno”. Assim explica-se a existência de uma várzea mais antiga (pré-flandrina) e uma várzea de construção mais recente (pós-flandrina). Para Ayres (1995, p. 17):

A várzea pode ser grosso modo, dividida em dois tipos, dependendo de quando os sedimentos foram depositados. A várzea mais antiga, formada durante os períodos interglaciais primários, ocorre em áreas que foram erodidas completamente e é conhecida como várzea do Pleistoceno. As planícies inundáveis mais recentes (Glaciais Pós-Würm) são chamadas de planícies inundáveis do Holoceno.

Numa conceitualização mais generalizada “a várzea é parte do plaino aluvial, é uma forma fundamental produzida pela erosão lateral dos rios, definido como terreno baixo e plaino bordejando o canal fluvial, e situado entre as paredes do vale” (PEREIRA, 2007 p.13). “Ela corresponde aproximadamente 1,5 a 2% do território da Amazônia brasileira (75 a 100 mil Km²)” (VIEIRA, 1992 p. 39). A extensão de sua largura, no entanto é variável. Segundo Porro (1995 apud Fraxe 2000, p. 46), geralmente essa largura é maior no baixo curso, a leste de Manaus, onde são comuns larguras de 15 a 50 quilômetros. Essa variação de extensão e de largura das várzeas dá-se devido ao processo de erosão das margens dos rios Solimões/Amazonas, fenômeno conhecido como “terras caídas” e, também, fundamentalmente, pelo maior ou menor aporte de sedimentos acumulados na extensão do leito do rio principal e de seus afluentes. Segundo Siguio e Bigarella (1993 apud PEREIRA 2007, p. 22), “os rios anastomosados caracterizam-se por apresentar canais largos, rápido transporte de sedimentos e contínuas migrações laterais. Os deslocamentos laterais dos canais ligam-se às flutuações na vazão líquida (descarga) dos rios”. Pereira (2007, p. 22) afirma que:

No rio Amazonas, em sua fase atual, o movimento de migração lateral do canal não é contínuo, pelo contrário, é intermitente, em função dos intervalos maiores ou menores e de variação na intensidade da flutuação do nível da água. O movimento de migração do canal é o fator determinante na formação da paisagem [...] Estes processos diferem localmente, dependendo da forma da curvatura da margem do canal: na margem côncava predominam os processos de degradação; na margem oposta, de forma convexa predominam os processos de agregação.

“Na margem côncava do canal principal ou paraná, em forma de barranco (margem instável) predominam os processos erosivos: em contato com um banco ou terraço mais elevado, a correnteza mais forte do rio erode a margem” (PEREIRA, 2007 p. 23).

Na margem convexa do canal ou Paraná, predominam os processos construtivos. Com o transbordamento da margem do canal, o rio vai construindo uma espécie de dique. A maior parte da carga de sedimentos transportados pelo rio é depositada na parte mais próxima do canal. Os primeiros sedimentos que se depositam nas partes emersas, ainda durante a fase caudal  considerável, são os sedimentos mais pesados, a areia grossa, que se precipitam próximo à margem do canal transbordado. Por serem partículas mais grossas, mais pesadas (menor área superficial), o empilhamento é mais rápido nessa faixa próxima ao canal. Essa borda que se eleva mais rapidamente acaba por formar um dique paralelo  extensão do canal. Continuando o movimento de migrao lateral, a tendência é o isolamento de dique. No dique isolado, passam a predominar períodos de ambiente terrestres, até a perenizao de um ambiente verdadeiramente terrestre (PEREIRA, 2007 p. 23).

Esse fenômeno possui características próprias, sua dinâmica não são transforma a paisagem, como também traz conseqncias que afetam diretamente o modo de vida do camponês varzeano, no sentido de se perder ou ganhar terras. Para Sternberg (1998 apud WITKOSKI, 2007 p. 117).

A força da atividade fluvial na produo do solo varzeano  tão decisiva que condicionar a vida e a morte, por exemplo, do mundo vegetal. As guas ocupam um papel fundamental nos processos de formao dos terrenos aluviais – afetando não são as qualidades diferenciais do próprio solo de várzea, assim como as condioes essenciais para a vida de plantas e animais em seu ecossistema O ecossistema da várzea encontra-se circunscrito pela dinâmica das guas.

Os períodos da enchente e da vazante representam dois momentos distintos para o camponês varzeano. Assim como pode haver um acréscimo de solo  sua propriedade, pode haver também diminuio. A rea de plantio pode ser favorecida ou prejudicada. De acordo com Witkoski (2007, p. 122):

O rio não é todo o tempo generoso com as populaoes que habitam suas margens. O terreno depositado ciclicamente pelas enchentes, numa certa área, poderá desaparecer, com as vazantes, também cíclicas. Numa palavra, as terras novas possuem a sua antítese – as terras caídas.

A dinâmica das águas propicia na maioria das vezes a formao de um tipo de solo favorável à atividade agrícola, mas também pode interferir de forma negativa para a permanência do camponês em um determinado local. A gua é o principal fator para o fenômeno das terras caídas. Segundo Sternberg (1998, p. 63):

O principal fator responsável pela aluição dos barrancos e conseqüentemente recuo das margens é o aprofundamento do álveo (leito). O mesmo se dá por uma ação vortícosa, gerada na ascensão de uma massa d'água. Trata-se de um dos mais comuns, se bem que mais importantes fenômenos da macroturbulência nos rios... este fenômeno é incluído, com outras manifestações vorticosas, na designação popular 'rebojo'. [...] A escavação pelos *kolks*¹ se verifica, sobretudo quando as águas se encontram em cota elevadas. Mas o efeito sobre as margens ocorre freqüentemente na baixada das águas.



Figura 01 – Fenômeno das “terras caídas”.
Fonte: Nusec/Ufam e Luciana Menegaldo, 2008.

É comum haver deslocamentos simplesmente porque a parte agriculturável do terreno acabou, ou diminuiu drasticamente a ponto de não haver mais possibilidades de agricultura ou de pecuária. Quando isso ocorre o camponês varzeano precisa ocupar novas áreas, atualmente nem sempre possível devido à estrutura fundiária desigual da região. Para Witkoski (2007, p. 205):

A dinâmica da várzea exige adaptabilidade, nesse sentido, o camponês varzeano desenvolve suas culturas agrícolas, tendo em suas mentes um mapa claro de suas propriedades e o alcance (altura) que, historicamente, as águas têm em sua unidade de produção; logo, sabendo exatamente onde se deve plantar isso ou aquilo, sempre se adequando às condições topográficas do lugar onde se desenvolve sua vida.

O calendário agrícola da várzea é elaborado, na maioria das vezes, levando-se em consideração o regime fluvial e, também o pluvial (inverno e verão). Maio, por exemplo, é o mês que marca uma fase de transição, quando na maioria das vezes ocorre a normalização das chuvas e o nível das águas atinge a cota máxima. Os meses de maio, junho e julho formam o trimestre da cheia, quando uma grande parte das áreas cultiváveis fica submersa. O mês de

¹ Trabalho executado pelas águas sugando em forma de redemoinho (sucção vortícosa).

julho e agosto marca o início da vazante, esse período propicia rápida reintegração de áreas submersas à atividade agrícola. Sternberg (1998 apud PEREIRA 2007, p. 16) afirma que:

O regime do rio Amazonas apresenta uma característica peculiar e particularmente favorável ao uso agrícola da planície de inundação. O ritmo da enchente é mais lento que o da vazante. Nesse sentido, o nível das águas leva cerca de oito meses para atingir o auge e vazam em apenas quatro.

A atividade agrícola do camponês varzeano se intensifica de forma significativa a partir do que é conhecido regionalmente como “verão”. Nesse período as condições edafoclimáticas favorecem o desenvolvimento de várias espécies agrícolas, bem como a criação de gado utilizando as pastagens naturais das várzeas emersas. Segundo Pereira (2007, p. 17).

Os meses de agosto, setembro e outubro formam o período da seca. Nesse período a atividade agrícola é intensa, são cultivadas as mais variadas espécies, tanto aquelas que são direcionadas para o mercado consumidor, quanto as que se destinam ao abastecimento exclusivo da unidade familiar. Os meses de novembro, dezembro e janeiro formam o trimestre da estação mais amena, que corresponderia ao ‘outono’ das regiões subtropicais e temperadas, com condições ideais para o desenvolvimento das espécies agrícolas. Em anos normais, com o fim da seca, ocorre a normalização da precipitação e a recuperação da umidade do solo. O trimestre de fevereiro, março e abril correspondem à enchente (subida das águas) e ao período chuvoso superiores a 250 mm mensais, baixa insolação e evapotranspiração.

Para Fraxe (2000, p. 104) “nas comunidades rurais amazônicas, em sua grande maioria, as condições materiais de sobrevivência são obtidas, a partir da *terra seca* e da *terra molhada*, ou seja, a produção de terra firme e a produção de várzea”. A várzea, com seus lagos e igapós, se transforma no mais importante meio de (re)produção da vida material e/ou simbólica dos camponeses varzeanos. Nos dizeres de McGrath *et al.* (1994, p. 389) os ambientes utilizados da várzea são,

[...] Os paranás, que cortam a várzea, formando ilhas; as restingas, que cortam a ilha; os campos alagados, que formam a margem do rio; e os lagos que ocupam o interior das ilhas. Os caboclos ribeirinhos utilizam todos esses ambientes. Os paranás são utilizados para o transporte e para a pesca durante as migrações sazonais de algumas espécies de peixes; os ribeirinhos moram e cultivam suas roças nas restingas, a parte mais elevada da várzea; os campos inundados são utilizados principalmente para a pastagem no verão, enquanto os lagos são unicamente para a pesca.

Todavia, é preciso considerar o papel complementador que a terra firme exerce para os que habitam nas várzeas amazônicas. A dieta alimentar protéica, por exemplo, também é

complementada, por exemplo, a partir da carne de caças desse outro ambiente. Frequentemente eles utilizam essências oleaginosas, como o pau-rosa (*Amiba rosaeodora ducke*), a copaíba (*Carapa guianensis aubl*), plantas ornamentais e medicinais, cascas comuns na terra firme. Nas comunidades estudadas percebemos uma constante relação, ou melhor, uma conjugação perfeita desses dois ambientes.

O ambiente de terra firme possui outra complexidade. Aproximadamente 98% da planície Amazônica constituem-se destas terras, que possuem uma altitude média de dez a cem metros (SOMBRA, 1994). O destaque desse ambiente é a floresta. Segundo Branco (1989, p. 39) “nome hiléia proposto por Humboldt para o sistema muito característico encontrado em toda extensão da planície amazônica, desde os contrafortes dos Andes até o oceano Atlântico, tem simplesmente o significado de bosque, ou coleção de matéria vegetal”. “A floresta é essencialmente alimentada não pelos nutrientes do solo, que são escassos, mas pelo *húmus* que ela mesma produz por decomposição de suas partes mortas e que protege com suas copas contra a violência da chuva e do sol” (FRAXE, 2000 p. 39).

A terra firme, apesar da pouca fertilidade de seu solo, fornece aos camponeses amazônicos vários produtos de forma gratuita. Na floresta de terra firme, ele encontra palha branca (*Athalea* sp) para cobrir o seu tapiri². Encontra madeiras nobres com elevado grau de durabilidade, como por exemplo, a itaúba (*Mezilaurus itauba*) e a cupiúba (*Goupia glabra*), que dependendo das condições em que são utilizadas duram muitos anos. Há ainda outras espécies, como a maçaranduba (*Manilkara huberi*), muiracatiara (*Astronium lecointei*), angelim (*Dinizia excelsa*) etc. No ecossistema de terra firme o camponês amazônico obtém proteínas importantes para a complementação de sua dieta. As carnes que mencionei anteriormente vêm de animais como a anta (*Tapirus terrestres*), cutia (*Dasyprocta azarae*), tatu (*Família dasypodida*) paca (*Agouti paca*) e outros. Há um número considerável de plantas frutíferas de elevado grau vitamínico: o buriti (*Mauritia flexuosa*), o açaí-do-mato (*Euterpe precatória*), a bacaba a bacaba (*Oenocarpus minori*), a castanha da Amazônia (*Bertholletia excelsa*), dentre outras. Existem áreas de terras pretas que são boas para o plantio de cana-de-açúcar, macaxeira, guaraná, jerimum, batata doce, dentre outras culturas. Pode se dizer que em muitas localidades desta região, o camponês amazônico conjuga com habilidade e extrai desses dois ambientes os recursos que demanda a sua sobrevivência.

A organização de trabalho do camponês amazônico do Baixo Solimões, e de outras áreas confirma os dizeres de McGrath *et al.* (1994), citado anteriormente, pois nas terras de

² Barraca coberta de palha “branca” (*Athalea* sp), e as de injaseiro (*Maximilliana maripa*). Serve principalmente para pernoitar em busca de caça, ou para atividades de curta duração no meio da mata.

várzea baixa e/ou alta, eles praticam agricultura de subsistência, comercializando seus excedentes, e criando pequenos animais. Nesse contexto, o subsistema sítio e quintal são importantes não só para a complementação alimentar, mas, também, eventualmente, como geração de renda para a família camponesa; na floresta – de várzea e/ou terra firme – eles praticam o extrativismo vegetal (lenha, madeira, frutos, plantas medicinais, etc.) e animal – a caça fundamentalmente, objetivando complementar e variar a dieta alimentar protéica; no ambiente água, praticam o extrativismo animal – pesca e caça. A caça na água é mais uma singularidade desse campesinato, ela é praticada pelo camponês na maioria das vezes com intuito de obter alimento para ele e sua família. Espécie como a capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*) e o pato do mato (*Cairina moschata*) são bastante apreciados por eles, e são caçados efetivamente nos corpos d'água.

Mesmo para os camponeses que habitam somente na terra firme a água tem papel preponderante no modo de vida, pois como vimos anteriormente, as populações amazônicas, devido à fertilização natural dessas terras, utilizam bastante as áreas de várzea, principalmente às baixas para fazerem plantios de culturas de ciclo curto. É, também, das águas do ambiente de várzea que sai seu principal alimento – os peixes e algumas caças. Não se trata, entretanto de uma compreensão do rio como comandante da vida. Apesar de ser quase irresistível essa idéia, é preciso relativizá-la. Witkoski *et al.* (2007, p. 185) ajuda-nos nessa questão:

Ainda que talvez um pouco romântica, a visão de Leandro Tocantins, não deixa de apontar para um dos aspectos essenciais da realidade amazônica – a primazia das águas como uma das precondições naturais na formação dos habitantes da várzea. Ainda que o rio tenha, inquestionavelmente, uma centralidade relevante para uma correta compreensão do homem amazônico, na verdade no Amazonas, como em qualquer outro lugar do mundo a vida comanda a vida.

Se adotássemos o critério da importância de ambientes, como pressuposto para reprodução material, não seria apenas o rio (água) a comandar a vida, mas também, a floresta e as terras de trabalho. O que ocorre de fato é uma compreensão da dinâmica da natureza por meio de um conhecimento tradicional acumulado durante séculos, que permite às populações camponesas da Amazônia de maneira geral, e da várzea especificamente, um modo singular de relação com a mesma, em que práticas de sustentabilidade no uso dos recursos naturais refletem a grande capacidade cognitiva dessas populações em conhecer o seu mundo. Nesse sentido, esse tipo de manejo, que se relaciona diretamente com a natureza e dela depende, implica produzir com tecnologias de baixo impacto ambiental e com um fim específico – primeiramente a sobrevivência.

Moran (1990) afirma que o ambiente é reconhecido pela percepção do indivíduo, mas somente parte dessa percepção entra na cognição devido às estruturas ecológicas que derivam da linguagem e às rotinas passadas do indivíduo na sociedade. Segundo ele, tais estruturas também servem para avaliar o que entrou no consciente, a partir daí se segue um processo de decisão no qual interagem avaliação com rotinas culturais baseadas em experiências anteriores. Para Lévi-Strauss (1989 apud DIEGUES 1996, p. 65):

O simbolismo e as representações que os povos primitivos ou pré-industriais fazem da natureza constituem uma verdadeira ciência do concreto, um verdadeiro tesouro de conhecimentos da botânica, ictiologia, da farmacologia. [...], a grande dependência dos recursos naturais, acabando por se obter um profundo conhecimento dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e uma linguagem específica [...].

Trata-se, portanto, de uma elevada compreensão do movimento cíclico de fertilização da terra que permite manobrar sua biodiversidade e extrair da mesma os recursos que demanda sua sobrevivência. “Pois o saber adquirido mediante a observação e a experiência retida na memória, através do tempo, é sempre fruto da relação entre os indivíduos e a sociedade e passa constantemente por ajustes culturais” (WITKOSKI, 2007 p. 13). Portanto, pode-se afirmar que o modo de vida do camponês amazônico, trabalhador da malva, representa um modo específico de organização social, de tentativa de autonomia e de sobrevivência que se contrapõe ao modo de vida capitalista de outros contextos. Trata-se de uma outra lógica de relações sociais de produção, a reclamar o direito de um outro modo de trabalho, que comandado pelo tempo ecológico, implica reconhecer e respeitar o ciclo das águas num constante diálogo entre os ambientes.

2.2 A dialética homem/natureza na Amazônia – adaptabilidade pretérita

Nesta seção, objetivamos fazer algumas referências, ainda que pormenorizadas ao período de posse e conquista da região amazônica pelas nações européias a partir do século XVI. Sem enveredar por um assunto espinhoso, que trata das diversas teorias sobre a origem do homem americano e amazônico, pretendemos falar um pouco de uma adaptabilidade pretérita que é uma marca indelével das populações que habitam as margens desse complexo de terras, florestas e águas. Poderíamos especular que a adaptabilidade das populações indígenas ao ecossistema amazônico de maneira geral, e da várzea de maneira específica, é tão antiga quanto sua própria formação. Entendemos que esse período redesenha a história

dos povos que habitavam a região, no sentido da desconstrução de um modo de vida que possuía elevado grau de adaptabilidade ao ecossistema, fruto do conhecimento gestado por várias gerações durante séculos e, também, da capacidade plástica desses povos de se adaptar às condições mais hostis da natureza.

Segundo Freire *et al.* (1994) quanto à ocupação da Amazônia brasileira antes da chegada do colonizador europeu, existem variadas hipóteses dando conta de diferentes ondas de migrações, apesar das dificuldades encontradas pela pesquisa arqueológica. Para Porro (1995 apud WITKOSKI 2007, p. 53):

Todos os povos indígenas da América, desde os Esquimós até os Patagônios, passando pelos ‘peles vermelhas’, Astecas e Maias (habitantes do México), Incas (habitantes do Peru) e todos os índios do Brasil, são originários da Ásia e, possivelmente, também da Oceania. Em época que ainda desconhecemos, mas que pode ter começado há mais de 40 mil anos ou 50 mil anos – quando a agricultura, a cerâmica e a tecelagem ainda não haviam sido inventadas e a humanidade vivia no paleolítico – começaram as migrações que levaram ao povoamento da América.

Nenhum outro povo pôde contemplar e verificar *in loco* tal capacidade como os europeus que por aqui passaram a partir do século XVI. O processo civilizatório implementado por esses povos nas Américas de maneira geral e na Amazônia de modo particular, a partir desse século, poderia muito bem ser definido como o alvorecer de uma era de sangue. Poderíamos especular e dizer que foi difícil para o *ser* europeu suportar tamanha plasticidade e vida com outra perspectiva teleológica.

São nas margens do rio Solimões/Amazonas que foram formados os primeiros núcleos de ocupação dos portugueses que vieram para a Amazônia no século XVI. Etnocentrismo à parte, eles encontram aqui elevada organização social, assinaladas por complexos sistemas políticos, de comércio relações intertribais, bem como atividades de subsistência e manufaturas, além de cerimônias e crenças religiosas (PORRO, 1995). Os europeus souberam compensar muito bem a ausência, à primeira vista, de ouro e prata, e se valeram da enorme densidade demográfica da região, para transformar a força de trabalho indígena no maior tesouro encontrado no vale amazônico. Freire *et al.* (1994, p. 13) afirma que “o primeiro cronista que viajou ao longo da Amazônia foi Gaspar de Carvajal na expedição de Francisco Orellana, e que em seu relato indica elevada população nas margens do rio Amazonas”.

Vinte anos depois de Carvajal, os cronistas Francisco Vasquez e o Capitão Altamirano oferecem dados do que viram dando conta de que toda a várzea do Amazonas era densamente povoada. Já em pleno ano de 1639, o padre Acuña confirma: ‘*são tão seguidas estas Nações, que dos últimos povoados de umas, em muitas delas, se ouvem lavrar paus nas outras*’. O próprio Pedro Teixeira, na

mesma época, sintetiza: ‘*Rios todos muito caudalosos, e com tanto número de índios de diferentes nações, que é impossível poder nomeá-los*’. (FREIRE et al., 1994 p. 13)

A respeito da densidade demográfica na Amazônia no período de posse e conquista Porro (1995, p. 08) afirma que “quase tudo que se sabe é fruto de pesquisas e reflexões dos últimos vinte anos. Segundo ele a postura predominante na antropologia americana, com relação à demografia indígena, caracterizou-se, até a década de 1960 pelo conservantismo”.

Partia-se quase sempre da premissa de que as estimativas dos primeiros cronistas eram sempre exageradas e, portanto, deviam ser descartadas. Essa postura parece ser resultado da noção geopolítica de que o tamanho da população é um fator determinante do poder nacional ou tribal; constatando-se relativa facilidade com que o indígena foi submetido em todo o continente e a escassez da população atual, arraigou-se a convicção de que a América havia sempre sido um continente pouco povoado. Projetava-se dessa forma, para o passado, uma imagem construída a partir do índio submetido. Quando havia necessidade de tomar como testemunho dessa imagem a população ‘original’, apresentavam-se os primeiros censos demográficos da administração civil missionária. Ocorre que, salvo nas regiões onde o sistema colonial se sobrepôs às civilizações urbanas – Mesoamérica e Andes centrais – tais censos foram muito posteriores – às vezes em 100 ou 200 anos – aos primeiros contatos. Nesse período crucial as guerras e as doenças já haviam provocado uma drástica redução da população indígena, redução que em estudos recentes indicam ter sido de proporções variáveis desde 3 para 1 até 20 e mesmo 25 para 1. Ou seja, tomou-se como população ‘original’ aquela que já havia sido dizimada pela conquista. (PORRO, 1995 p. 9-10).

Somente a partir do estabelecimento de novas evidências arqueológicas no vale amazônico e, também, sob a influência de novas metodologias inauguradas, principalmente a partir da “escola de Berkeley” vai haver o início de um longo processo de revisão dessas teorias. Segundo Porro (1995), Cook, nome de expressão da “escola de Berkeley” a partir da década de 1970, trabalhando com documentação da Mesoamérica, norte do México e oeste dos Estados Unidos resgata o valor historiográfico dos cronistas no tocante à demografia indígena.

Entre suas contribuições deve se destacar a constatação de que as frentes críticas de tendência ao exagero nos números por parte dos conquistadores e missionários não tem fundamentação empírica; pelo contrário, evidenciam casos significativos de subavaliações da população, destinadas a permitir a sonegação de tributos ao fisco real por parte dos *encomenderos* e a não despertar a ganância desses por parte de missões religiosas indefesas (PORRO, 1995 p. 11).

É muito difícil descrever com precisão o número exato de ameríndios na Amazônia no início da colonização. “Em poucas linhas não se pode resumir todas as variantes e a rica complexidade de centenas de tribos com grande diversidade em suas atividades econômicas,

na divisão etária e sexual do trabalho, nas formas de chefia, nas normas morais etc.”. (FREIRE, 1994, p. 13). Contudo, não se pode menosprezar estudos avançados sobre adaptabilidade humana e, também, sobre a geodiversidade da várzea dos últimos tempos. Moran, (1990 p. 251) afirma que “as populações pré-coloniais da Amazônia parecem ter tido suas maiores densidades geográficas nas áreas de várzea baixa e em áreas de várzea alta de rios brancos como o Solimões, o Madeira e o Huallaga”. Denevan (1976 apud MORAN 1990, p. 231) estima que a “população da várzea baixa teve uma densidade demográfica de 8,0 hab/km² em 1651. Corrigindo-a pela taxa de despovoamento nos primeiros 100 anos de contato ele estima uma densidade de 28,0 hab/km² em 1500”.

A fertilidade do ecossistema de várzea, anualmente renovadas pelas enchentes dos rios Solimões/Amazonas, potencializou cultivos agrícolas de extrema importância que sustentaram inúmeros povos indígenas durante séculos e que estavam em pleno desenvolvimento quando da chegada do europeu. “Povos como Omáguas e Tapajós constituíam-se em sociedades hierarquizadas, tais como cacicados hereditários com grupos de nobres, escravos capturados e uma classe baixa” (MORAN, 1990 p. 231). “Carvajal e outros cronistas da época do descobrimento indicaram claramente que as populações na margem das várzeas eram numerosas e com povoados que se estendiam por muitas léguas” (Ibidem). Um contingente populacional nesse ambiente só seria possível se houvesse possibilidades reais de produção de alimentos. Segundo Freire *et al.* (1994, p. 14) as populações que habitavam a várzea conheciam a dinâmica das águas, (enchente, cheia, vazante e seca), a partir daí programavam a semeadura e a colheita. Eles detinham o conhecimento das técnicas de armazenamento que protegiam os alimentos durante a cheia dos rios.

Além da mandioca, outros produtos agrícolas foram domesticados, como o milho, o algodão, o tabaco e certas árvores frutíferas. O aproveitamento da imensa fertilidade da várzea permitia uma diversificação muito grande de produtos tais como caça (antas, capivaras, jacarés, quatis, macacos, etc.), pesca (peixe-boi, tartarugas) e coletas de frutos (abacate, abacaxi, castanha, ingá, etc.). Por essas razões, a várzea era muito mais habitada do que a terra firme, que além de não ser tão fértil, requeria maiores cuidados, exigindo a derrubada e a queima da mata antes do plantio e, após duas colheitas, os índios deslocavam suas roças pra outro local, devido ao rápido esgotamento do solo. (FREIRE *et al.*, 1994, p. 14).

O texto de Freire revela a lógica subjacente ao conhecimento que esses povos tinham do mundo natural, das taxonomias e classificações gerais. A adaptabilidade do ameríndio aos ecossistemas, tanto de várzea quanto da terra firme, revela, em maior ou menor escala, a grande capacidade desses povos em conjugar com destreza os elementos terras, florestas e águas. Talvez possa haver questionamentos quanto ao nível dessa adaptabilidade, no sentido

dela ser perfeita ou não. Se tivermos como parâmetro o estágio atual das populações tradicionais indígenas ou não, dizimadas não mais pela força do arcabuz, mas agora pela miséria, fome, doenças, influência da sociedade envolvente e desmandos políticos, ou seja, se projetarmos para o passado à imagem presente dessas precarizações, de fato poderíamos não ter segurança nessa questão. Entretanto, esse não seria o melhor parâmetro. Parece ser consenso à tese da adaptabilidade dos ameríndios aos ecossistemas amazônicos em estudos mais recentes (MORAN, 1990; ROOSEVELT, 1991; LATHRAP 1977; PORRO, 1995, dentre outros). É no mínimo intrigante que a densidade demográfica do início da colonização apontada por estudiosos do assunto se apresente como superior à densidade demográfica da Amazônia atual. A destruição da floresta, da fauna e da flora parece demonstrar que a civilização que se assenta no capital, guiada pela lógica do mercado e que possui uma visão utilitária da natureza, não consegue sequer gerir os recursos naturais desse ambiente e dar garantias reais de (re)produção material e simbólica das gerações futuras, apesar de todo seu aparato tecnológico, argumento que é quase sempre utilizado quando se quer distinguir moderno de primitivo. O relacionamento dessa sociedade com a natureza é diametralmente oposto à relação que era mantida pelos ameríndios quando da época da colonização dessa região. “A relação dialógica que esses povos mantinham com a natureza nunca será entendida pela racionalidade economicista dos conquistadores portugueses e outros europeus” (WITKOSKI, 2007 p. 28). O tempo de produção do sistema dessa sociedade atual é inversamente oposto ao tempo de produção e reprodução da natureza. A verdade é que essa sociedade ainda não se revelou capaz até agora de desenvolver um sistema adaptativo ajustado às condições da floresta tropical, multiplicável através de um modelo empresarial que lhe assegure viabilidade econômica (RIBEIRO, 1998). Atualmente a densidade demográfica na bacia amazônica é cerca de 3,4 habitantes por Km², com uma população de aproximadamente 17 milhões de habitantes, onde 62% da população vivem na zona urbana e 38% na zona rural³.

³ Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. Disponível em www.inpa.gov.br. Coordenação de extensão.

Tabela 01 – Densidade demográfica da Amazônia legal.

Estado	População (hab.)	Área (km²)	Dens. Demográfica (hab./km²)
<u>Rondônia</u>	1.453.756	237.576,167	6,12
<u>Pará</u>	7.065.573	1.247.689,515	5,66
<u>Tocantins</u>	1.243.627	277.620,914	4,48
<u>Acre</u>	655.385	152.581,388	4,29
<u>Amapá</u>	587.311	142.814,585	4,11
<u>Amazonas</u>	3.221.939	1.570.745,680	2,05
<u>Roraima</u>	395.725	224.298,980	1,76

Fonte: Contagem populacional do IBGE, março de 2007.

A adaptabilidade, portanto, não é algo gratuito, que está posto, ela é o corolário de uma relação sincrônica com o ambiente. Marx (1965, p. 15) no texto *A Ideologia Alemã* afirma que:

A condição essencial de toda história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos [...] Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo que se desejar. Os próprios homens começam a se distinguir dos animais a partir do momento em que começam a produzir seus meios de existência, passo à frente que foi consequência mesma de sua organização física. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material.

Tal processo, afirma ele, consiste numa ação consciente do homem sobre a natureza e na permanente transformação dessa em bens necessários à manutenção de sua vida. Assim, o homem realiza trabalho, isto é, cria e reproduz sua existência na prática diária, e faz isso atuando na natureza. Essa interação do homem com a natureza é, e ao mesmo tempo produz, evolução social. “Uma comunidade humana, por mais bem sucedida que seja sempre terá alguma dimensão de sua vida carente de adaptabilidade” (WITKOSKI, 2007 p. 55). Para Moran (1990, p. 31):

Quanto maior for o tempo durante o qual uma população habita um ambiente estável, maior será o grau da adaptação dessa população às várias pressões ambientais. Igualmente, uma população deslocada recentemente para uma área com diferentes características ambientais mostrará muitas ‘adaptações’ desenvolvidas a partir das condições da área de origem que são inadequadas à nova situação. Na nova área, a população migrante terá que aprender sobre as novas condições ambientais. Tal processo será mais rápido se existir uma população habitando o local anteriormente.

Através do ajuste cultural, o homem (re)age rapidamente as mudanças ambientais, a elas se adaptando (WITKOSKI, 2007). Retirar algo da natureza ou determinar um tipo de uso

para alguma parte da natureza pode ser considerado, e é o que acontece na linguagem comum, uma apropriação, que é, pois originalmente, apenas um aspecto de trabalho. O homem, portanto, não é apenas um habitante da natureza, ele se apropria e transforma as riquezas da natureza em história e sociedade. Essa relação que se instaura entre homem e natureza expressa a ação que a natureza sofre das leis do desenvolvimento social e, ao mesmo tempo, o homem sofre das leis naturais. Para Moran (1990 apud WITKOSKI 2007, p. 55):

O processo de adaptação pode seguir uma série de caminhos. O mais importante (embora não seja o único, mas, talvez, o mais importante) é a difusão cultural. Contudo, o etnocentrismo inerente a cada cultura constitui-se, às vezes, em obstáculo à difusão e/ou à assimilação de certas idéias e práticas [...]. Na ausência da difusão cultural, os indivíduos de uma população podem desenvolver novas formas de adaptação. O homem é uma criatura inovadora, mas a difusão de inovações dentro de uma população é limitada por inúmeras forças que pretendem manter o controle sobre a mudança cultural [...]. (Por outro lado), todo sistema adaptativo caracteriza-se por seu caráter conservador, e as sociedades humanas não são exceções [...]. O mais comum é o esforço de manter os padrões culturais, seja qual for o ambiente. Se as práticas obtêm resultados aceitáveis, é possível que não ocorram mudanças a curto prazo. Contudo, se as práticas levarem a resultados negativos, que ano após ano coloquem em perigo a sobrevivência, alguns indivíduos na população tendem a promover mudanças de modo a levar melhor adaptação às novas condições. A difusão de novas práticas é facilitada em qualquer população pela prática de exogamia e pelo intercâmbio econômico com outras populações. Tais processos fazem com que continuamente novos valores e idéias sejam incorporados pelas populações, mantendo o processo de mudança cultural como um elemento fundamental do processo adaptativo.

É necessário compreender que a relação homem e natureza é histórica e que, mesmo com a agressividade ambiental, novos equilíbrios podem ser produzidos. O aumento das ações humanas sobre os ecossistemas provoca uma urgente mudança na forma de pensar e agir sobre a natureza. Essa nova visão prende-se, sobretudo, ao conceito de interdependência dos ecossistemas, estando o homem necessariamente presente como principal sujeito modificador, cuja atividade pode alterar acelerar e/ou retardar determinados processos.

A várzea é concebida aqui como o lugar da vida, no sentido de um processo de construção de relações sociais, de organização política, econômica e territorial de seus habitantes, onde as condições de apropriação do espaço, de adaptabilidade e, sobretudo, de subsunção da natureza, refletem a percepção de um espaço físico e simbólico. É o lugar da vida no contexto onde se dão as relações, ou seja, no cotidiano dialético entre homem e natureza e, principalmente, entre os próprios homens no sentido de suas práticas socioculturais.

2.3 O camponês varzeano

Nessa seção discutiremos sociologicamente o camponês. Sem a pretensão de esgotar o tema, e sem enveredarmos no campo das discussões epistemológicas dessa categoria, objetivamos apenas conceituar sociologicamente os trabalhadores da malva. Esses sujeitos sociais possuem um modo de vida ligado a terra, à agricultura, ao mundo rural, enfim, possuem características que o enquadram perfeitamente nesse conceito sociológico, pois apresentam características próprias e compatíveis aos modelos teóricos. No que concerne, por exemplo, a relação intrínseca com a natureza, uma relação de simbiose refletida nas ações práticas e cotidianas de comércio, da relação que o mesmo mantém com o mercado local, sua sociabilidade presente no dia-a-dia entre vizinhos e as instituições, visando objetivos próprios alicerçados em distintas especificidades. Esta diretriz epistemológica tem o propósito de apreender ao máximo uma realidade humana e as necessidades relacionadas aos processos da vida.

O termo camponês pressupõe várias características que remontam um processo teórico, de acordo com Bottomore (1988), a figura socioantropológica do camponês é “todo indivíduo que vive *na e da* terra”, isto é, possuem seus meios de produção, instrumentos de trabalho e opera, na grande maioria das vezes, com força de trabalho familiar.

“A categoria camponês, etimologicamente vem de campo (*campus*, no latim), não é no meio rural brasileiro, mais rica em conteúdo do que *lavrador*, que contém na raiz a palavra latina *labor*; esta não só quer dizer *trabalho*, mas remete a esforço cansativo, dor e fadiga” (MOURA, 1986 p. 16). Portanto, viver da terra, do que ela lhe oferecer, manter relações sociais tanto em sua localidade quanto com a sociedade envolvente, ter profundos conhecimentos do tempo e do espaço, são marcas indelévels desse sujeito social, cujo modo de vida perpassa os limites geopolíticos de uma nação. O modo de vida camponês pode ser observado em várias regiões, tanto no Brasil como em outras partes do mundo.

Chayanov (1974) elabora uma definição de camponês cuja base é a própria família e as determinações que a estrutura familiar impõe sobre o comportamento econômico. Sua definição é expressa entre a relação balanço do trabalho e consumo da própria família, e é identificado como um indivíduo que se relaciona intrinsecamente com o ambiente em que vive de forma equilibrada. Assim, são os laços comunitários locais, bem como o conjunto de regras coletivas, os vínculos de natureza personalizada e o caráter extra-econômico das próprias relações de dependência social que explicam as particularidades sociais e culturais do camponês, não podendo de fato ser compreendido apenas por seu comportamento econômico. Ainda segundo Chayanov (1974), o campesinato não é apenas um setor social ou um modo de

produção específico; trata-se de um sistema econômico com características que o diferencia de outras relações de trabalho assalariado.

O campesinato varzeano é definido aqui como um lugar de singularidades e especificidades, onde as relações de trabalho ligadas à estrutura organizacional da família, a partilha de bens comuns são definidas principalmente pelas práticas de ajuda mútua – a solidariedade vicinal. O campesinato como problema sociológico encontra-se presente nas teorias dos clássicos que estudam a questão agrária. Uma categoria em extinção? Esse questionamento já foi feito algumas vezes no âmbito das Ciências Sociais. No interesse renovado e crescente de conhecer e compreender o que é camponês, existe algo especialmente atraente e capaz de suscitar a avidez de respostas que às vezes originam grandes incógnitas (MOURA, 1986). “Se os camponeses continuam existindo nos dias de hoje é provável que continuem a existir por muito tempo” (SHANIN, 1980 apud MOURA, 1986 p. 17). O camponês varzeano do rio Solimões, no caso específico os trabalhadores da malva, podem ser considerados como sujeitos sociais possuidores de capital cultural que conseguem – a partir de conhecimentos acumulados, transferidos às gerações futuras por um *habitus* – adaptar-se à dinâmica das águas, elemento regulador de suas atividades agrícolas e manterem-se vivos diante da sempre crescente relação capitalista de produção na região. “É fato que o sistema capitalista dominante, que determina a organização do trabalho e da apropriação da terra em muitas formações sociais espalhadas pelo mundo, não erradicou o camponês” (MOURA, 1986 p. 17).

Em outras palavras, os processos sociais que viabilizam a existência do camponês têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam à extinção. É mais correto falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato do que fazer uma afirmação finalista. Se, diferentemente dos demais meios de produção, a terra não é reprodutível, por que então que o camponês permanece nela sem que a lógica capitalista demande sua completa expropriação? Esta questão não se explica quando se diz que o campesinato passa a se articular com o sistema econômico mais forte. Ocorre que o camponês desempenha um papel contraditório que, de um lado, expressa a sua resistência em desaparecer e, de outro é resultado do próprio capitalismo que não o extingue. Este não só extrai sobretrabalho dos operários, como também capta onde é possível. Entre essas possibilidades encontra-se o trabalho camponês. É nesse contexto de dramáticas tensões que o camponês vive no meio rural contemporâneo. (MOURA, 1986 p. 19).

O camponês é um sujeito criando sua própria existência (CHAYANOV, 1974). O trabalho camponês é guiado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares; e uma vez assegurado à subsistência da família, será atribuído um valor cada vez menor a cada unidade adicional de trabalho. Para Shanin (s/d, p. 8-9), o campesinato como

entidade social estaria ligada a quatro facetas: unidade familiar como unidade básica multifuncional de organização social; o trabalho na terra – ou na água como no caso do processo produtivo da malva –; a criação de animais como um dos principais meios de subsistência; e uma cultura tradicional específica diretamente ligada ao modo de vida das pequenas comunidades rurais. Essas características estão presentes no modo de vida dos trabalhadores da malva, por isso definimos sociologicamente os mesmos como camponeses. Empiricamente verificamos que o modo de vida desses sujeitos sociais apresenta não só as características descritas por Shanin, como também surge como uma singular vivência socioantropológica. De acordo com Silva (1996, p.196),

A configuração do cenário amazônico é composta por um mosaico de povos e culturas que ao mesmo tempo se distinguem e se interpenetram. Estas culturas manifestam-se em muitas atitudes dos povos amazônicos, passando a orientar o modo peculiar com que o homem vive sua relação com a natureza e com outros homens, no sentido de trabalho, festa, solidariedade, estratificação social e parentesco.

A tríade *terras, florestas e águas* exigem do camponês varzeano, trabalhador da malva, elevado grau de adaptabilidade e é o seu diferencial. Essa forma de se relacionar com a natureza e com os outros homens define o modo de vida desse campesinato das águas. São estratégias de reprodução da vida social que são engendradas por esses indivíduos e envolve tanto a transformação de algumas estruturas quanto a permanência de outras num processo dinâmico. Segundo Bourdieu (1983), a dinâmica social, necessariamente marcada pela produção e re-produção das condições de sobrevivência, pode ser focalizada através da geração de estratégias de reprodução. “Longe de ser o produto automático de um processo mecânico, a reprodução da ordem social ocorre somente através das estratégias”. (BOURDIEU, 1992 p. 114). Estas estratégias seriam o produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire na infância à medida que se participa das atividades sociais. Para Ferreira (1995, apud FRANCISCO s/d p. 05) a estratégia surge como um “ato de livre escolha do indivíduo, mas como um exercício do senso prático de agentes sociais que buscam concretizar suas perspectivas e projetos dentro das condições dadas pelo universo social específico em que vivem”. A estratégia se desenvolve a partir de conhecimentos acumulados, transferidos às gerações futuras por uma prática de oralidade e atividades cotidianas. Bourdieu (1983, p. 105) faz distinção entre a noção de hábitos e *habitus*. Para ele “o hábito é considerado espontaneamente como

repetitivo, mecânico, automático, antes reprodutivo do que produtivo”. Em relação ao *habitus* ele afirma:

O *habitus*, como se diz a palavra é aquilo que se adquiriu, mas que se encarnou no corpo de forma durável sob forma de disposições permanentes. Esta noção lembra então, de maneira constante, que se refere a algo de histórico, que é ligado à história individual, e que se inscreve num modo de pensamento genético, por oposição a modos de pensamento essencialistas (como a noção de competência que encontramos no léxico chomskiano). Aliás, a escolástica designava também com o nome de *habitus* algo como uma propriedade, um **capital**⁴. E de fato o *habitus* é um capital, que, sendo incorporado, se apresenta com as aparências de algo inato [...] o *habitus* é algo que possui uma enorme potência geradora. Para resumir o *habitus* é um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos, mas introduzindo neles uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós ‘reproduzamos’ as condições sociais de nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não se pode passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos. (BOURDIEU, 1983 p. 105).

Para Fraxe (2000); Witkoski (2007), o conceito de *habitus* permite analisar o conjunto de ações pautadas por predisposições ancoradas em determinadas regras e valores que são internalizados pelos indivíduos pertencentes a um grupo ou classe social. Bourdieu (1983) afirma que o *habitus* não é destino, é o produto da história, é um sistema de disposições aberto, que é confrontado com experiências novas o tempo todo e é afetado por estas, também incessantemente. O *habitus* está incorporado no indivíduo como resultado de um longo processo de socialização de caráter cotidiano, pois é uma estrutura *estruturante*, além de ser simultaneamente estruturada. Essa noção ajuda-nos a compreender o modo de vida do camponês varzeano, a partir da tradição, que se caracteriza pelo *ethos*, educação, identidade e relações de poder, elementos fundamentais para a (re)produção material e simbólica desses sujeitos sociais.

Entendemos o camponês varzeano – trabalhador da malva – como sujeito social possuidor de capital social e cultural, de um saber e de uma organização política muito peculiar. Representa o agente direto na relação com a natureza e num possível projeto de sustentabilidade para a Amazônia, cuja relação de trabalho é carregada de significados sociais. Esses camponeses, na sua condição de sujeitos sociais, são possuidores de um alto grau de consciência coletiva e de grande responsabilidade na relação com a natureza. A constante luta pela sobrevivência dos mesmos, organizados em torno das terras, florestas e águas de trabalho rompe com o paradigma do sujeito pacato e passivo a que fôra submetido à representação do caboclo/ribeirinho – camponês amazônico – em outros contextos. A vida dos trabalhadores da malva, assim como a vida de outros camponeses amazonenses, é marcada

⁴ Grifo do autor

por constantes desafios e por inúmeras dificuldades no seu cotidiano. E quando me refiro às dificuldades estou pensando no sentido mais amplo que essa palavra encerra. O cotidiano desses homens e mulheres é voltado para a questão do *labor* e do trabalho, talvez não com o intuito direto de enriquecer, de acumular, de prosperar, mas primeiramente de sobreviver. Os trabalhadores da malva das comunidades da área de estudo vivem de forma cíclica, dedicando toda a sua existência ao trabalho, movendo os próprios meios de produção, o que não resulta para o mesmo, acumulação de capital (FRAXE, 2000). Portanto, o que lhe resta é uma contínua repetição/reprodução do mesmo modo de vida. Seus momentos de lazer e de entretenimento se resumem na maioria das vezes à missa no domingo pela manhã e/ou torneio de futebol à tarde, em que há uma socialização maior do grupo. O resto da semana é de faina exaustiva. Todavia, esses trabalhadores mantêm suas esperanças, honra, crenças, costumes, enfim, mantêm sua tradição, num contínuo ciclo de (re)produção de suas condições existenciais, procurando a cada dia adaptar-se a uma nova realidade, buscando sempre a satisfação de suas necessidades.

2.4 O sistema agroflorestal – quintal e o sítio

Nas comunidades estudadas, a relação com o meio apresenta sinais de integração e adaptabilidade. As atividades de produção dos trabalhadores da malva podem ser definidas como exemplo elevado de racionalidade produtiva e ambiental. Como já foi dito essa forma de relacionamento com o meio implica produzir com tecnologias de baixo impacto ambiental num constante diálogo com a natureza. Segundo Witkoski (2007, p. 203):

Essa concepção de relação homem/natureza, embora tenha sido considerada como originalmente associada ao nomadismo e à prática de uma agricultura primitiva, é uma posição cada vez mais aceita nos tempos modernos. Só não é aceita quando critérios bioeconômicos e agronômicos, fundados numa visão de monocultura, são adotados – eficiência da unidade de produção, medida em termos de resultados que independe de um comportamento ecológico, produtividade intensa, com vista à comercialização etc. Quando se usa a perspectiva do sistema agroflorestal, subjacente à sua concepção de operar com o meio ambiente, produção e conservação são dois momentos distintos e complementares de um mesmo processo. Homem e natureza não são percebidos como inimigos naturais ou sociais. Entre ambos emerge uma nova visão de mundo que pode redimensionar, e tem redimensionado as medições entre o homem e a natureza, na direção da criação de um modo de produzir a vida – a vida sustentável.

Na perspectiva do sistema agroflorestal, as populações amazônicas há muito detêm o domínio de técnicas agrícolas que estabelecem relação de complementação dos ambientes

para melhor aproveitamento dos cultivos e do solo. De acordo com Dubois (1996 apud CASTRO *et al.* 2007, p. 59):

A agrosilvicultura é uma prática antiga na Amazônia, onde os agricultores mantêm uma rica diversidade de árvores, arbustos e plantas herbáceas em seus quintais e muitos povos indígenas plantam uma diversidade de árvores e cultivos anuais em suas roças.

De acordo com Noda; Noda; Martins (2002) os sistemas agroflorestais tradicionais na Amazônia são constituídos por cinco componentes produtivos que são: roça, capoeira, quintal, extrativismo vegetal e animal e a criação animal.

Os sistemas agroflorestais (SAF's) são definidos como sistemas de uso da terra em que os cultivos de espécies agrícolas de ciclo curto são combinados de forma simultânea ou seqüencial com o cultivo de espécies arbóreas sobre a mesma unidade de manejo da terra (AMADOR; VIANA, 1998), podendo ser associado ao manejo de criação de animais (NAIR, 1993; DUBOIS, 1996; SMITH, *et al.* 1998). Os sistemas agroflorestais apresentam grande potencial como componente de estratégias de desenvolvimento local, pois diversifica a produção nas unidades produtivas, propiciando maior proteção contra as variações dos preços e menor pressão sobre a capacidade dos mercados de absorver um determinado produto. Além disso, contribuem para a manutenção da biodiversidade da comunidade edáfica do solo na regularização de ciclagem de nutrientes e a recuperação de fragmentos florestais, matas ciliares, áreas degradadas e paisagens (NAIR, 1991; BAGGIO, 1992; AMADOR; VIANA, 1998; WANDELLI, *et al.*, 2000) [...] (CASTRO *et al.* 2007, p. 59).

Enfatizaremos aqui os subsistemas quintais, sítios e roças, pois possuem destaque maior nas comunidades estudadas. As roças (de mandioca) também são importantes.

Essas são caracterizadas como componente dos sistemas agroflorestais do tipo seqüencial, onde o plantio de culturas anuais é alternado, numa mesma área, com uma vegetação arbórea (capoeira), para recuperação da fertilidade do solo (KITAMURA, 1994 apud CASTRO *et al.* 2007 p. 85).

A roça é representante do tipo de agricultura de corte e queima em que as populações tradicionais abrem uma clareira dentro da vegetação primária ou em diferentes estágios de sucessão e ateiam fogo, incorporando nutrientes ao solo e estabelecendo uma comunidade de plantas alimentícias que apresenta heterogeneidade de espécies (MARTINS, 2005).

Os subsistemas agrícolas (sítio, quintal e roça) são importantes para os trabalhadores da malva, pois proporcionam produtos variados em diferentes quantidades em uma área reduzida que complementam a necessidade protéica dos mesmos. É neste espaço que as atividades estão ligadas mais ao *labor* que ao trabalho. Os quintais constituem a área ao redor

da casa do camponês onde são cultivadas árvores frutíferas, grãos (milho e feijão), hortaliças, plantas medicinais, ornamentais e a criação de pequenos animais.



Figura 02 – Quintal na comunidade N. S. das Graças.

Fonte: Nusec/Ufam, 2008.

Os sítios são unidades de terra consideradas pelos produtores como áreas de produção agrícola, geralmente localizadas numa outra propriedade distante de sua moradia. O sítio propicia uma integração entre os cultivos agrícolas, criação de animais, extrativismo vegetal e animal e tem por objetivo incrementar a produtividade na unidade de produção familiar com objetivo primeiro de garantir ou complementar a alimentação cotidiana, posteriormente, eventualmente, comercialização.

O plantio das principais culturas agrícolas (frutíferas, malva, juta, mandioca, macaxeira e milho) é realizado nos meses de julho a novembro. E o plantio de hortaliças (pepino, tomate, feijão de metro, cebolinha e chicória) é realizado nos meses de janeiro a maio e outubro a dezembro. O plantio das culturas de jerimum e melancia, por exemplo, é realizado nos meses de julho e agosto. Nas comunidades pesquisadas, não foi encontrado grandes plantios de hortaliças. Estas são plantadas próximas às residências. Nos quintais e nos sítios também há uma grande diversidade de plantas medicinais que são utilizadas pelos trabalhadores da malva como remédios.

Os sítios e os quintais são fundamentais para a manutenção da vida dos camponeses amazônicos. Esses ambientes também são racionalmente manejados com a finalidade de redução de incidências de pragas, plantas invasoras e, também, com intuito de melhorar a produtividade das plantas. Há um cuidado especial com a área próxima da residência. Elas são

capinadas, aradas, varridas e as folhas são queimadas propiciando sua utilização como adubo para as próprias plantas do quintal.

As ferramentas utilizadas para a limpeza dos quintais e sítios são fundamentalmente terçados, enxadas, ancinhos e vassouras de piaçava. A poda das árvores tem por finalidade o favorecimento do crescimento de outras espécies e, também, para a renovação da planta, para que a mesma produza bastante por mais tempo.

Nesse sentido, podemos concluir provisoriamente que o sítio e o quintal são a maior expressão da vida material e simbólica do camponês varzeano. Neles podem-se encontrar alimentos, remédios e fórmulas mágicas que combatem “encantamentos” e “mal olhado”. Conceituamos aqui o sítio e o quintal como o lugar de maior manifestação das atividades de *labor* dos camponeses trabalhadores da malva.

2.5 As práticas de ajuda mútua no cultivo de malva

A organização do trabalho camponês na Amazônia caracteriza-se por uma particularidade, ou seja, os vínculos sociais de sua relação com o trabalho. Nota-se que as práticas de ajuda mútua se sobrepõem aos indivíduos, no sentido da busca de uma alternativa ao trabalho assalariado e temporário. Nas comunidades pesquisadas, observamos diversas formas de organização social para a produção, nas quais predomina a forte presença das atividades agrícolas voltadas para o consumo e eventualmente para a comercialização. O *ajuri* é uma dessas formas organizacionais, ele surge da necessidade de força de trabalho por parte dos trabalhadores da malva. Com a ajuda de vizinhos, muitas vezes utilizadas quando há riscos iminentes de perda da produção por conta de enchente rápida, o trabalho é realizado de maneira mais rápida e eficaz. Essa prática é utilizada não apenas no processo de trabalho da malva, mas em diversas atividades como em outros cultivos agrícolas, na limpeza da comunidade, na fabricação de farinha, na limpeza de um roçado ou no plantio da mandioca.

Outra prática observada é a chamada *troca-de-dia* ou “dar o dia de serviço” que ocorre fundamentalmente nos períodos de alta produção de malva e, também, quando a rápida subida das águas ameaça levar grande parte da produção. Nessas situações, é comum a família requisitar auxílio. Contudo, essa família deve retribuir com o tempo de trabalho equivalente. De acordo com Fraxe (2000, p. 93):

Denominada regionalmente de *dar o dia de serviço*, a *troca de dia* ocorre na preparação dos terrenos para plantio, colheita, farinha, *arranquio* de roça, construções rurais (casa, galinheiro, chiqueiro, canoa etc.). Quando não é capaz de

dar conta do serviço somente com sua família, o camponês pede auxílio, havendo expectativa de que retribua com um tempo de trabalho equivalente. Essa retribuição é feita de modo particularizado, diretamente do camponês que recebeu ajuda àquele que a forneceu, seguindo um critério comum, o tempo de trabalho medido em jornadas.



Figura 03 – Troca-de-dia e *ajuri* na comunidade Bom Jesus.
Fonte: Nusec/Ufam, 2008.

As práticas de ajuda mútua são relações baseadas numa espécie de cumplicidade, nas quais a confiança no homem ainda é algo real e vivido cotidianamente, situação essa que na sociedade capitalista do consumo praticamente não existe. Elas podem receber outras nomenclaturas, mas todas possuem um traço comum, que é a questão da confiança mútua. Segundo Fraxe (2000, p. 88):

As relações de trabalho permeadas pelas práticas de ajuda mútua apontam para a inexistência de uma formalização, de uma regulamentação dessa relação. Há uma confiabilidade mútua entre os vizinhos. A base dessa relação é o acordo verbal, sendo este regido pela crença da palavra, e as relações de compadrio.

Candido (1997) define as práticas de ajuda mútua como solidariedade vicinal, ou seja, aquilo que é compartilhado por vizinhos. Segundo ele, o trabalho coletivo consiste na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho. Em sua análise da sociedade caipira paulista da década de 1950, ele reconhece o *mutirão* como manifestação mais importante da solidariedade vicinal. Segundo Fraxe (2000, p. 88), “as relações de ajuda mútua, denominadas *mutirão*, *ajuri* e/ou *puxirum*, apresentam-se como sendo o produto das necessidades econômicas dos camponeses”.

O *ajuri* funciona como elemento congregador que transforma o roçado de malva em um espaço não só de trabalho, mas também num espaço de sociabilidade. Enquanto

desfibrilam a malva, esses camponeses dialogam sobre vários aspectos da vida, contam seus causos, compartilham perigos, sonhos e frustrações.



Figura 04 – Almoço no roçado de malva na comunidade Bom Jesus.

Fonte: Nusec/Ufam, 2008.

O almoço é o momento máximo da confraternização e, na alta temporada da produção de malva é realizado no próprio roçado. Segundo Fraxe (2000, p. 93):

A refeição é um ato de permuta que sela alianças e que cria uma relação análoga à parentela entre os vizinhos. A refeição nunca é contada na estimativa de um salário pelas horas trabalhadas para outrem. A refeição é uma espécie de um ritual congregador de pessoas da mesma comunidade ou de comunidades vizinhas, que em alguns casos participam do mutirão, por serem parentes, compadres ou mesmo amigos, através do convite do responsável pelo mutirão.

Há uma relação de troca entre os camponeses – trabalhadores da malva – que têm por base não interesses capitalistas de acumulação e sim o interesse primordial de sobrevivência sua e de sua família. Nesse sentido, a “parceria” ou “meia” ocorre quando o trabalho familiar não é suficiente e quando não há recursos financeiros para assalariar temporariamente alguém. No caso da lavoura de malva, a parceria geralmente se dá apenas no momento da colheita. “Nesse momento, diante dos problemas apontados anteriormente, os camponeses entregam metade da produção de determinada área para que outros a colham e se encarreguem do desfibrilamento” (NODA, 1985 p.126). Nesse caso específico não há compromisso com a alimentação e nem com o trabalho conjunto. O parceiro é o responsável por sua refeição e pela quantidade de malva desfibrilada durante o dia.

Segundo Candido (1997, p.107), “essencialmente, a parceria é uma sociedade, pela qual alguém fornece a terra, ficando com o direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro”. Candido descreve algumas formas de parcerias.

a) 10% quando ele concorrer só com a terra-nua;

b) 20% quando ele concorrer com a terra preparada e a moradia;

c) 30% caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, valas ou currais, conforme o caso;

d) 50% caso concorra com a terra preparada, a moradia, o conjunto básico de benfeitorias acima referido e mais as máquinas e implementos agrícolas, sementes, animais de tração; e no caso de parceria pecuária, com animais de cria em proporção superior a 50% do número total de cabeças objeto de parceria. A parceria de 50% é também denominada de *meia*.

As parcerias praticadas pelos trabalhadores da malva diferem um pouco das formas de parceria apresentadas por Candido (1997). A parceria na produção de malva é uma forma de ajuda mútua que se dá mais no âmbito individual. Os parceiros na maioria dos casos isentam-se da fase inicial do processo de trabalho (preparação do roçado, semeadura e capinas) e ficam responsáveis apenas no momento da colheita. Nesse sentido, a parceria dos trabalhadores da malva é uma parceria de colheita, diferentemente das que ocorrem em outras modalidades agrícolas ou na pecuária, em que na maioria dos casos, o processo todo de trabalho é dividido de forma integral. A parceria camponesa nas atividades da malva envolve o acordo geralmente entre duas pessoas. Segundo Fraxe (2000, p. 94) “essa prática de ajuda mútua aparece mais nos períodos de subida rápida do nível das águas, principalmente no período da colheita”. Para quem produz na várzea, a subida repentina do nível das águas pode ser sinônimo de perda total da lavoura. Na comunidade Bom Jesus, em 2008, os trabalhadores da malva tiveram que recorrer bastante à parceria e a troca-de-dia por conta da rápida subida das águas. A parceria pode ocorrer ainda, em atividades de colheita de frutas como manga, mamão, maracujá e, também, na pesca. As práticas de ajuda mútua nas comunidades da área de estudo ainda se constituem como elemento de integração social, apesar de ter diminuído muito nos últimos anos. Essas práticas cobrem a necessidade de força de trabalho que o camponês não consegue suprir trabalhando apenas com sua família. São arranjos feitos por esses trabalhadores, no sentido de transporem as barreiras que o ciclo das águas impõe aos processos de trabalho na várzea dos rios Solimões/Amazonas. A lógica camponesa mostra equilíbrio nas ações frente às adversidades naturais e sociais. Eles têm plena consciência de que sozinhos não conseguem sobreviver nesse gigantesco mosaico de terras, florestas e águas.

A principal prática de ajuda mútua dentro das comunidades pesquisadas é a troca-de-dia. Dos 36 entrevistados 48% responderam que trabalham dessa forma, que consiste em contrato entre dois ou mais produtores de ajuda mútua sem envolver pagamento em dinheiro. Posteriormente vem a parceria (de meia na colheita), com 36,89% e por último o ajuri, com 15,11%.

A colheita da malva de modo geral demanda um número maior de trabalhadores, momento em que toda a família volta-se para a realização dessa atividade produtiva. O relato a seguir mostra a importância da família na execução dessa tarefa.

Aí, a gente corta cem feixes, cento e cinquenta, conforme for esse hectare aí. Eu corto, ela corta, esses meninos cortam tudo corta aqui. Quando chega no trabalho, todo mundo aí. Ela fica pra fazer comida e a turma vai toda pra lá. A gente dá um jeito de comprar os terçados de forma que todo mundo participe (José Maria de Souza Coelho, 49 anos, produtor de malva e pescador, comunidade Nossa Senhora das Graças).

Os braços de trabalho da família na produção de malva são fundamentais. Dos camponeses entrevistados 52% afirmaram trabalhar exclusivamente com a força de trabalho familiar. Também é freqüente nesta etapa, o auxílio de mão-de-obra contratada (diária) ao preço de R\$ 15,00. Dos 36 entrevistados todos pagaram diárias em 2007/08. A média de diárias foi de 30, ou seja, um mês, praticamente o tempo que se leva para desfribilar em média de dois a três hectares. Por que mesmo com as parcerias e a troca-de-dia, ainda se tem a necessidade de pagamento de diárias? Geralmente as diárias são pagas quando a área plantada excede a quantidade de força de trabalho da família, ou quando é preciso acelerar a colheita por conta da subida rápida das águas. O problema é que como as comunidades plantam em períodos iguais, também, colhem praticamente juntas, isso faz com que toda mão-obra disponível esteja sendo utilizada. Quem está trocando dia já está comprometido e quem é parceiro de igual forma. Quem recebe diária geralmente é aquele que não planta malva, ou planta áreas menores, que obviamente colhe mais rápido, ficando com tempo ocioso e por conta disso aproveita para obter uma renda extra empregando-se como diarista. Por que todos pagaram diárias? Devido à área plantada não corresponder à capacidade dos braços de trabalho da própria família. Por que se planta tanto, se não se pode colher? A resposta é simples. O preço do quilo de malva está congelado há mais de quatro anos (R\$1.00 a R\$1.20), mas o valor da cesta básica aumentou consideravelmente nesses últimos anos. Isso impõe à família camponesa um sobretrabalho, ou seja, é preciso a cada ano aumentar o volume produzido para manter o nível de renda da família. Há de se considerar ainda que as

comunidades obtém o grosso de sua renda a partir do cultivo de malva. Em linhas gerais, significa que a família camponesa tem a cada ano maiores dificuldades para garantir os meios de sua reprodução material. Nas comunidades pesquisadas, a família é a principal estrutura produtiva.

A constituição da família camponesa pode se dar de duas maneiras: extensas ou nucleares, conjugais. A família conjugal é constituída pelos cônjuges e sua prole. Já a família extensa de acordo com Wolf (1970, p. 87) consiste:

Um varão com muitas mulheres seus filhos. Diversos grupos nucleares têm em comum nesse caso o cabeça da família (macho). Pode consistir em famílias nucleares pertencentes a diversas gerações tal como quando uma unidade familiar contém o camponês e as mulheres e, muitas vezes, o filho mais velho do camponês que mora com a mulher sob o teto paterno; em outras palavras, outro grupo nuclear.

A relação de trabalho entre os membros da família extensa e/ou conjugal são predominantemente definidas e realizadas por meio de parcerias ou troca-de-dia, segundo a qual os indivíduos dividem os processos e resultados do trabalho de forma coletiva. Para (CASTRO *et al.* 2007, p. 55):

As famílias extensas atuam organizadas e de forma cooperada nas unidades produtivas, na divisão do trabalho e na concentração dos recursos. As unidades de produção estruturam-se da seguinte forma: algumas concentram várias famílias nucleares em uma mesma residência, outras concentram esses núcleos familiares em uma mesma área com as casa próximas umas das outras, com a casa dos pais geralmente no meio das dos filhos. Nas comunidades pesquisadas, geralmente são os filhos homens que trazem as esposas para morarem juntos aos pais.

A sociabilidade no espaço aparece como um processo de dissociação do privado e do público, correlacionando-os, na lógica de apropriação dos recursos em um contexto dado pela mediação de interesses propostos pela racionalidade do mundo vivido, e que compreende a questão do saber prático das atividades de trabalho e a simbólica frente à percepção do espaço, ou seja, no uso dos recursos mediado pelas relações sociais, seja pela lógica da produção para comércio ou subsistência. Salientamos que a mediação da sociabilidade nas comunidades articula-se pelo propósito de interesses individuais e coletivos, e, sobretudo perante o processo de desenvolvimento histórico e tradicional do mundo cotidiano de convivência, em que o *habitus*, como salienta Bourdieu (1983), demonstra-se enquanto princípio estrutural gerador e unificador do processo de construção diária da vida, dos costumes e para além da organização social que se reproduz no ambiente social da comunidade.

2.6 Comunidades amazônicas: espaço da sociabilidade e manutenção da vida

De acordo com (BARROS & SILVA, 2003) uma das maneiras de se perceber as especificidades e singularidades da relação homem-meio na Amazônia é estudar e compreender bem o funcionamento e a estrutura de suas unidades menores, a saber, as comunidades rurais. Nesses agrupamentos humanos, estão presentes os conhecimentos populares, os costumes, as tradições culturais, tais como lendas, mitos e folclore, e também sistemas produtivos adequados e adaptados ao meio. Também estão presentes aí, as relações baseadas nos valores pessoais, construídos historicamente. Segundo Johnson (1997, p. 99):

Comunidade é um termo que possui numerosos significados, tanto sociológicos como não sociológicos. A comunidade pode ser um grupo de indivíduos que têm algo em comum, sem necessariamente viver no mesmo lugar. Pode ser também um senso de ligação com outras pessoas, de interação e identificação. De um modo geral, contudo, comunidades geograficamente localizadas implicam viver, trabalhar e realizar as atividades básicas da vida dentro de um território definido pelos seus residentes. Para Ferdinand Tönnies a idéia de comunidade inclui um sentimento muito forte de pertencimento e compromisso mútuo baseado em uma cultura homogênea, experiência em comum e acentuada interdependência. Os traços fundamentais de uma comunidade rural é a homogeneidade, pequena população e atividade econômica agrícola marcada pela solidariedade vicinal. A questão da solidariedade vicinal é importante para a manutenção de comunidades rurais.

Segundo Weber (1991), na comunidade de vizinhança, o vizinho é o típico prestador de socorro, e há nestes tipos de agrupamento fraternidade, na forma de ajuda mútua, baseados no interesse comum nascem várias formas de trabalho associado, tais como o mutirão e o “trabalho de favor”. Para Fraxe (2000, p. 88), “as relações de trabalho permeadas pelas práticas de ajuda mútua apontam para a inexistência de uma formalização, de uma regulamentação dessas práticas”. Neste sentido é criado na comunidade rural um forte sentimento de pertencimento ao lugar. Segundo Fraxe *et al.* (2007, p. 15) o processo histórico de ocupação das áreas de várzea da região amazônica possibilitou, ao longo dos anos, uma heterogeneidade de modos de vida. O ambiente e as populações humanas reconfiguram-se em um processo diversificado que combina inúmeros elementos do espaço e da diversidade da cultura humana. A formação histórica das populações ribeirinhas (camponesas) da região é fruto do encontro de culturas, seja de populações locais, ameríndias, do colonialismo em um dado momento ou da recente presença nordestina do período econômico da borracha.

O processo de formação das comunidades da área de estudo deu-se nesse contexto. É a partir dessa dinâmica populacional e cultural, do sentimento de pertencimento, da compreensão de uma territorialidade específica buscando sempre melhores condições de vida,

que grande parte das comunidades se formou na microrregião estudada, principalmente a partir da década de 1960. O conceito de comunidade utilizado nesta pesquisa compreende um agregado humano que reside em uma mesma localidade territorialmente limitada, onde várias pessoas interagem entre si e possibilitam a sustentação de instituições coletivas, tais como: a escola, a igreja, as associações, entre outras. A comunidade pressupõe um processo de socialização que dá origem a práticas de cooperação, colaboração, solidariedade e uniformidade (DURHAM, 2004). Ainda segundo Durham (2004), na “comunidade”, todos acreditam nos mesmos mitos, praticam os mesmos cultos, conhecem as mesmas técnicas, manejam instrumentos idênticos, obedecem às mesmas normas. Isso não se trata de harmonia, pois numa comunidade, como em qualquer agregado humano, existem conflitos e paixões, porém, esses conflitos se desenrolam num universo comum. Numa interpretação Durkheimiana, nessas sociedades, há forte presença de uma solidariedade mecânica, na qual os indivíduos ainda não se diferenciaram cuja divisão social do trabalho é simples e as práticas sociais são compartilhadas por todos. A questão da vizinhança nessas comunidades rurais vai além do espaço físico, ela extrapola limites territoriais, ou seja, o espírito de vizinhança não se dá apenas pelo fato de morar perto e sim por haver uma situação comum a todos. Esse processo de formação está ligado fortemente a essas questões, mas, também, é fruto da constante migração regional entre os municípios (área rural para área rural). São vários os fatores que promovem essa mobilidade, os mais destacados são: a busca de uma terra própria e mais fértil para produzir e viver; proximidade com a cidade; casamentos cujo cônjuge é de outra localidade, nesse caso é comum um dos cônjuges ser inserido na família do contraente, principalmente, mas não só, as mulheres; diminuição do terreno por conta das terras caídas; possibilidade de uma vida melhor na cidade (aqui pode ser a cidade a qual a comunidade pertence legalmente, ou mesmo a capital); por questões de educação (na comunidade não tem escola, ou esta não atende a todas as séries, busca-se então viver em outra comunidade que disponha dessa infra-estrutura); mudança de cultivos agrícolas (esse aspecto está ligado ao abandono de um determinado cultivo agrícola e a substituição por outro mais rentável), dentre outros. Segundo Durham (2004), uma das principais razões indicadas pelos trabalhadores rurais para a incidência de migração é a busca de melhorias e condições de vida. Segundo ela, o trabalhador abandona a zona rural quando percebe que não pode melhorar de vida, isto é, que a sua miséria é uma condição permanente.

No caso dos camponeses varzeanos, outras variáveis devem ser consideradas, pois como descrevemos anteriormente há aspectos ligados a fenômenos da natureza (terras caídas, grandes enchentes ou secas) e, também, questões simbólicas e subjetivas.

Os dados da pesquisa de campo revelaram que a ocupação das áreas das comunidades segue a dinâmica descrita acima. Dos 36 entrevistados, 33,3% nasceram e vivem nas comunidades desde então e 66,6% vieram de fora (outra localidade e/ou outro município), destes 25% mudaram-se para essas áreas porque tinham parentes já estabelecidos no local, 50% migraram por questões financeiras (busca de melhores condições de trabalho e renda e pela possibilidade de melhorar as condições de vida); 12,50% pela falta de escola para seus filhos em suas respectivas comunidades e 12,5% em busca de terra própria para plantar e viver.

As comunidades da área de estudo inserem-se nesse contexto e localizam-se na microrregião de Coari e de Manaus⁵. Nossa Senhora das Graças, Município de Manacapuru; Bom Jesus, Município de Anamá; e Santo Antônio, Município de Anori. O critério de escolha dessas comunidades deu-se a partir de um diagnóstico feito pelo Núcleo de Socioeconomia da Universidade Federal do Amazonas que apontou o cultivo de malva como importante fonte de renda das referidas comunidades. É válido ressaltar que não constitui objetivo dessa seção realizar uma análise profunda dos processos de ocupação da área e de formação das comunidades, uma vez que a pesquisa é sobre os trabalhadores da malva e não um estudo sobre as comunidades em si. Haja vista que nem todos os moradores dessas comunidades se dedicam à atividade da malva. Na comunidade N. S. das Graças, a pesca comercial é a principal atividade econômica, o cultivo de malva aparece como segunda atividade mais importante. Nas outras, o cultivo de malva é a principal fonte de renda e a pesca aparece como atividade que consolida o sustento e eventualmente complementa a renda. Na comunidade N. S. das Graças apenas 13 trabalhadores praticam esse tipo de agricultura. Em Bom Jesus há um número maior de agricultores nessa atividade, aproximadamente 57. Na comunidade Santo Antonio o número cai para 17 trabalhadores.

⁵ O estado do Amazonas atualmente está dividido geograficamente em quatro mesorregiões: a mesorregião do centro amazonense, mesorregião do sudoeste, mesorregião do sul e mesorregião do norte amazonense. Essas mesorregiões estão divididas em sub-regiões que somam nove no total, que por sua vez compõem-se de microrregiões. Dados da Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento Econômico do Amazonas – SEPLAN, afirmam que a sétima sub-região do rio Negro – Solimões é formada por quatro microrregiões com seus respectivos municípios e inseridas em duas mesorregiões, a do centro amazonense e a do norte amazonense. A primeira microrregião é a de Coari, composta pelos municípios de Anamá, Anori, Beruri, Caapiranga, Coari e Codajás; a segunda microrregião é a de Manaus, com os municípios de Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru, Manaquiri e o Município de Manaus, capital do Estado, a terceira microrregião é a do Rio Preto da Eva, com os municípios Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo. Por último, a microrregião do Rio Negro, composta pelos municípios de Barcelos, Novo Airão, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira.

2.7 Comunidade Nossa Senhora das Graças – surgimento e aspectos sociopolíticos

A comunidade Nossa Senhora das Graças está situada em frente à sede do Município de Manacapuru, na margem direita do rio Solimões, na localidade denominada Costa do Pesqueiro II, entre as comunidades Nossa Senhora de Fátima ao leste; Nossa Senhora do Perpétuo Socorro ao oeste; São Raimundo ao sul e São Francisco ao norte. Sua latitude é de 3° 20'34.8'' e longitude de 60° 35'36.2'' Figura 11.



Figura 05 – Núcleo central da comunidade N. S. das Graças.

Fonte: Nusec/Ufam, 2008.

Fundada principalmente por famílias de agricultores oriundas dos falidos seringais do Alto Juruá, principalmente dos seringais da boca do Boana e de Monte Cristo em Carauari, a comunidade N.S. das Graças atualmente constitui-se de 65 famílias.

As condições de vida dentro dos seringais na região amazônica no período áureo da exploração gomífera eram precárias, violentas e de exploração exaustiva da força de trabalho,

tanto no primeiro período, no final do século XIX e início do XX, quanto no período de exploração que ficou conhecido como período dos “soldados da borracha”. Os dois relatos a seguir inserem-se nesse último momento dessa atividade na região.

Nós saímos do Juruá para fugir da “escravidão” do patrão e dos coronéis. Lá nós só trabalhava para ele, pra pagar uma conta que nunca acabava, e os preços eram lá nas alturas. Meu pai decidiu procurar melhoras para nós. Então viemos pra cá. Viemos a remo, num batelão coberto de palha, baixando o rio Juruá ate chegar aqui. Aqui é muito melhor, hoje eu tenho minha casa, meu terreno, outros que vieram na mesma época também tem suas coisas. Aqui a gente pôde evoluir mais um pouco (Sebastião Mendonça, 51 anos, trabalhador da malva).

O problema do Juruá não era alimento, caça, pesca. Lá o que era ruim é que nós éramos sujeitos aos patrões e, também, o trabalho na seringa que era muito dificultoso. A pessoa tinha que andar muito dentro da mata de madrugada pra fazer o corte nas árvores para poder dar tempo de colher bastante. Não dava pra vir em casa, tinha que comer lá no mato mesmo, depois tinha que defumar toda aquela borracha. Essa era as maiores dificuldades daquele lugar. Mas tinha muita fartura, só que nada era nosso né, tudo era do patrão (Clarinda Pires 73 anos, uma das fundadoras da comunidade).

Atualmente muitas famílias de N. S. das Graças como já foi dito, buscam na atividade pesqueira a principal fonte de sustento e renda. Das 65 famílias da comunidade, 30 dedicam-se à atividade da pesca. O ambiente mais utilizado é o lago tamanduá e, também, o rio Solimões.

O cultivo da malva nessa comunidade continua sendo uma modalidade de trabalho importante apesar da forte retração. Segundo o senhor Sebastião Mendonça, a comunidade já esteve entre as maiores produtoras de malva e juta do Município de Manacapuru. Contudo, essa atividade agrícola tem diminuído entre as famílias da comunidade, uma vez que seus moradores têm garantido seu sustento não somente com a pesca, mas também, em cargos públicos (professores e agentes de saúde). Das três comunidades pesquisadas, esta é a que sofre maior influência da sociedade envolvente, devido, como já foi mencionado, localizar-se em frente à sede do Município.

A comunidade N. S. das Graças possui escola de Ensino Fundamental denominada Escola Municipal Getúlio Vargas. Atualmente há apenas duas professoras lecionando na comunidade. O material didático é fornecido pelas Secretarias Municipal e Estadual de Educação e os livros são dispostos na própria sala de aula. Essa escola está sendo reformada e ampliada, pois não possuía mais condições de abrigar todos os alunos da comunidade com segurança. A comunidade atualmente conta com duas professoras e o número de alunos matriculados é de 43.

As atividades realizadas e organizadas entre os jovens estão ligadas à escola e são na maioria práticas esportivas, tais como, torneios de futebol masculino e feminino, voleibol etc. De acordo com a professora da Escola Getúlio Vargas, Gisele Mendonça, os jovens da comunidade Nossa Senhora das Graças estão perdendo cada vez mais o interesse em permanecer trabalhando e estudando na comunidade; muitos têm desejos de ingressar na faculdade, enquanto outros possuem planos de ingressar na carreira militar e morar na cidade. A escola possui uma banda de música que se apresenta em momentos relevantes para a comunidade. Contudo, a escola não possui Ensino Médio, e isso gera alguns problemas para a mesma, pois, devido a proximidade desta comunidade com o Município de Manacapuru, quando os alunos alcançam a idade de ingressar nessa segunda fase do ensino, muitos migram para Manacapuru ou mesmo para Manaus e dificilmente retornam para a comunidade e/ou para as atividades de agricultura pesca.

A comunidade possui ainda, a Associação de moradores e de pescadores, sede social, onde são realizadas as reuniões mensais das Associações e a festa da padroeira; há também o campo de futebol, principal área de lazer e entretenimento da referida comunidade. A Associação de moradores é legalizada e presidida atualmente pelo senhor Sebastião de Lima Mendonça. Essa comunidade é de maioria católica. Contudo, na localidade (Costa do Pesqueiro II) há muitas Igrejas Evangélicas cuja denominação de maior representatividade é a Assembléia de Deus no Amazonas – IEADAM.

As lideranças da Igreja Católica ajudaram a formar a comunidade. Por várias vezes os comunitários recebem a presença do padre da prelazia de Manacapuru para celebração de batismo e casamentos, como também são organizadas festas em comemoração a padroeira da comunidade. As principais atividades sociais dos comunitários ligadas à Igreja são os cultos dominicais, novenas, reuniões da comunidade e das Associações e eventualmente mutirões. Assim, a igreja reúne seus moradores para buscarem benefícios para seu templo, além de organizar eventos de socialização.

A partir dos relatos dos próprios moradores percebemos que a comunidade N. S. das Graças insere-se no contexto de surgimento de comunidade rurais amazônicas. Fatores de persistência ligados à religiosidade, relações de parentesco, atividade agrícola de subsistência (relação estabelecida com a terra) e migração provocadas por variados motivos. Essa dinâmica cultural propicia uma mobilidade espacial constante que reflete o caráter adaptativo dos camponeses amazônicos em sua luta permanente para a obtenção dos meios de vida.

2.8 Bom Jesus – surgimento e aspectos sociopolíticos

Esta comunidade localiza-se no Paraná do Iauara, na divisa do Município de Anamã com Manacapuru. Mantém relações sociais e comerciais com os dois municípios, sendo que com o primeiro há uma maior identificação. Sua latitude é de 3° 36'36.4'' e longitude de 61° 17'49.2'' Figura 11.

Residem na comunidade aproximadamente 38 famílias, e a principal atividade agrícola é o cultivo de malva e juta, sendo que poucas famílias buscam obter renda na pesca comercial, embora existam quatro grandes lagos próximos à comunidade, a saber: lago Branco, Samaúma, lago Mocotó e lago da Ressaca. Complementa a renda da comunidade a produção de farinha de mandioca e outras culturas de ciclo curto como a melancia, milho e feijão. Por conta de sua elevada concentração na produção de malva, a comunidade de Bom Jesus vive um dilema, uma vez que essa atividade econômica traz benefícios no sentido de uma renda efetiva, mas que prende os comunitários durante grande parte do ano nessa atividade que não lhes permite desenvolver outros cultivos de forma grandiosa como os da malva e da juta. Isso ocorre devido ao sobre trabalho causado pelo baixo preço do quilo da fibra no mercado. É a partir da renda obtida com a safra de malva que esses trabalhadores compram praticamente todos os gêneros que demanda sua sobrevivência para o ano todo. Para seu Francisco Alves, 41 anos, o maior problema para se cultivar malva é a questão das sementes, que é muito cara. Ele fez um sumário de problemas dessa atividade, e a questão do trabalho em si, ele colocou em quarto lugar, numa escala de valores, pois segundo ele, “não existe nenhuma modalidade de trabalho fácil no interior”. Esse aspecto será aprofundado no capítulo V.



Figura 06 – Núcleo central da comunidade Bom Jesus, escola e sede da futura Associação de Produtores.
Fonte: Nusec/Ufam, 2008.

O processo de formação da comunidade Bom Jesus assemelha-se com o processo de formação da comunidade anterior quando o assunto é migração, pois muitos moradores vieram de outras localidades como o rio Juruá, Purus e, também do Careiro da Várzea (Am). O senhor Aureliano Vieira de Souza, foi um dos primeiros moradores da localidade e também veio do alto Juruá ainda na primeira metade do século XX. Segundo relato de alguns moradores é este senhor quem inicia a partir da década de 1960 a formalização da comunidade, de seu núcleo central, cuja principal casa é a Igreja, que fica em sua propriedade, mas precisamente no seu porto. Outra semelhança com a primeira comunidade é o anseio por melhores condições de vida e mudança de atividade agrícola ou extrativa. O relato a seguir deixa claro essa questão.

Vimos de lá porque a situação ficou difícil. A sorva acabou, a borracha desvalorizou e a pesca ficou difícil e era isso que nos mantinha lá. Outra coisa que fez nosso pai querer vir pra cá foi que ele percebeu que lá no seringal não dava mais para sobreviver. Era tudo muito caro e o nosso produto não tinha valor. Vimos

em busca de novas oportunidades de trabalho (Odeto Zeferino da Costa, 53 anos trabalhador da malva).

A comunidade Bom Jesus diferencia-se das demais comunidades da área de estudo por dois motivos principais. Primeiro porque o cultivo de malva e juta é preponderante. Nessa comunidade, essa atividade agrícola é a principal, e em alguns casos, a única fonte de renda de algumas famílias. O segundo aspecto diferencial da comunidade, é que ela é predominantemente evangélica, não há Igreja Católica no local. Em Bom Jesus, a liderança da comunidade é exercida a partir de uma ética alicerçada nos princípios da Igreja Pentecostal Assembléia de Deus do Brasil (IADUB), seu líder é o senhor Raimundo Thomé que tem a função de presidente da Associação de moradores e, também, líder espiritual.

Em Bom Jesus, não há atividades como os torneios de futebol e festas de santos padroeiros. Apesar disso, os jovens costumam se reunir em outros lugares para a realização dos torneios de futebol, muitas vezes sem o consentimento dos pais e dirigentes da igreja. As festas nessa comunidade têm outra conotação e não estão ligadas às danças, músicas, bebidas, ou práticas esportivas. Na verdade são confraternizações realizadas na comunidade por intermédio da igreja, nas quais todos os moradores podem participar, são elas: a festa das crianças, a festa dos jovens, o círculo de oração e a reunião dos senhores e os cultos dominicais. Essas atividades sociais são organizadas e coordenadas pelos dirigentes da igreja. Também não há em Bom Jesus um núcleo central da comunidade, composto por igreja, escola, sede social e campo de futebol, comum em outras comunidades rurais amazônicas.

Diferente da primeira comunidade, em Bom Jesus o sentimento de pertencimento é fragmentado. Há algumas celeumas entre os moradores. Muitos não vêem legitimidade nas lideranças eclesiais o que acaba gerando disputas por espaços de poder. Alguns moradores não aceitam essas lideranças e, por conta disso, acabam freqüentando outra igreja também pentecostal, a Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Amazonas (IEADAM), localizada na comunidade vizinha, no mesmo Paraná, denominada Vila Sião. Durante as visitas a campo podemos observar empiricamente algumas questões que nos fornecem pistas que apontam na direção da questão do tempo de estabelecimento na comunidade, ou seja, alguns moradores que já residiam na comunidade há muitos anos, ou que são filhos dos fundadores, parecem não aceitar a liderança eclesial, devido ao fato dessa liderança ter chegado há pouco tempo na comunidade e pelo fato do mesmo não ter nascido na localidade e nem na comunidade. Outra questão importante é que há certa incompreensão quanto à função de líder espiritual e administrativo. E, nesse sentido, divergências teológicas, litúrgicas se confundem com as medidas administrativas adotadas pelas lideranças eclesiais. Poderíamos especular

e dizer que essa questão é tão importante na comunidade quanto sua produção de malva e juta e, nesse sentido, mereceu atenção especial na pesquisa de campo, que gerou uma seção neste capítulo. É importante tratar desta questão porque tem gerado alguns conflitos na comunidade e tem dificultado a implantação de projetos de desenvolvimento socioeconômico na mesma, pois é difícil haver consenso nas decisões em prol da comunidade como um todo.



Figura 07 – Igrejas Evangélicas na comunidade Bom Jesus e Vila São.
Fonte: Nusec/Ufam, 2006.

2.8.1 Bom Jesus e a relação de poder

Ao realizar estudos em uma comunidade na Inglaterra, no final da década de 1950 e início da década de 1960, Norbert Elias e John L. Scotson (2000) construíram uma compreensão dos processos relacionados à relação de poder. Inicialmente, com o intuito de compreender a violência existente na comunidade de Winston Parva – nome fictício –, os autores em questão perceberam que o ponto central e, que inclusive, contribuía para a delinqüência existente na comunidade era o fato de uma parte da comunidade – os estabelecidos – excluir a outra – os *outsiders* – dos espaços de poder. Além disso, ainda havia um processo de estigmatização dos primeiros em relação aos segundos. Os estabelecidos seriam as pessoas que moravam na área onde viviam as “famílias antigas” e os *outsiders* seriam as famílias mais recentes. O interessante é que os estabelecidos se sentiam mais humanos e mais superiores em relação aos *outsiders*. Estes últimos, por serem mais recentes, não compartilhavam do estilo de vida e conjunto de normas dos estabelecidos. Neste sentido, ao perceber o afluxo de recém chegados à comunidade, as famílias mais antigas perceberam

isso como “uma ameaça a seu estilo de vida já estabelecido, embora os recém-chegados fossem seus compatriotas.” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 25).

Atualmente, além das características religiosas citadas acima, a comunidade Bom Jesus compõe-se de grupos que buscam recurso de poder existentes na comunidade ou, por assim dizer, fora dela. Em Bom Jesus, tal como em Winston Parva, a relação de poder entre os grupos também gira em torno do vínculo ou não a determinadas redes. O vínculo de parentesco e antiguidade também desempenha um papel importante naquela comunidade, mas, além desta, contava-se as ligações a determinados espaços institucionais da política, bem como a questões geográficas e a religião. A seguir, demonstram-se essa situação com informações obtidas através de observações diretas e/ou anotações no diário de campo. A ordem de apresentação dos grupos não representa privilégios de um em relação a outro, mas simplesmente uma escolha aleatória. Primeiro, encontra-se o grupo que tem como um principal representante o Sr. Carlos Silva (nome fictício⁶), responsável pela administração da escola da comunidade. Aliados a ele, estão os comunitários que preferem os vínculos políticos com a administração do município de Anamá (AM). Não é de surpreender esse interesse de parte dos comunitários, pois a comunidade localiza-se próximo à sede do município de Anamá (AM) e, por conta disso, desenvolve relações estreitas com aquela. Do ponto de vista religioso, o Sr. Carlos Silva frequenta a igreja Assembléia de Deus do Amazonas – IEADAM – localizada na comunidade vizinha, denominada Vila Sião. Num segundo momento, se encontra um grupo vinculado à família do líder atual da comunidade e dirigente da igreja local – Assembléia de Deus Unidas do Brasil – ADUB – o Sr. Antônio (nome fictício). Aliados a eles, estão os moradores que preferem vínculos políticos com a administração do município de Manacapuru (AM), não obstante, vale ressaltar, a sede deste último município encontrar-se demasiadamente distante da comunidade se compararmos com a sede do município de Anamá (AM).

Por ser líder religioso e administrativo Sr. Antônio e sua família tendem a agrupar os comunitários que frequentam os cultos, formando um grupo coeso em torno de sua liderança. Atualmente, na comunidade Bom Jesus, há uma razoável distribuição dos recursos de poder entre esses grupos de forma que não se pode incluí-los necessariamente na condição de estabelecidos ou de outsiders. Neste sentido, as condições de estigmatização de qualquer dos

⁶ Todas as informações fornecidas pelos camponeses foram coletadas a partir da aprovação de suas lideranças por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Entretanto, nessa seção optamos por esconder as verdadeiras identidades dos sujeitos sociais por se tratar de um ponto delicado da organização política da comunidade.

dois grupos perde força, pois “um grupo só pode estigmatizar o outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído.” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 23). Essa condição de razoável igualdade de posições faz com que os dois grupos costumem tecer comentários jocosos um em relação ao outro, também tentam desprestigiar as redes de relações produzidas pelo outro. Não obstante, o dirigente da igreja local, Sr. Antonio, é mais recente na comunidade, entretanto, não chegou como qualquer outro comunitário, ou seja, migrando de uma outra localidade ou comunidade, mas, sim, para ocupar uma posição de líder espiritual⁷, portanto, uma posição de poder. Ao assumir seu posto de líder religioso, o Sr. Antônio mudou – ou pelo menos, tentou mudar – alguns aspectos no estilo de vida da comunidade como, por exemplo, proibir os jogos de futebol e alguns programas televisivos. Ao substituir o ex-dirigente, que era ligado à família do senhor Carlos Silva que é uma das famílias mais antigas da comunidade, houve o estabelecimento de pontos de tensão. Seu Carlos Silva passou a freqüentar a igreja localizada na comunidade vizinha. A percepção desse comunitário, em relação à chegada de pessoas “novas” na comunidade e que de imediato exerceram posições de poder não foi aceito de bom grado. Somente neste sentido, poderíamos afirmar que o Sr. Antonio – e não a instituição a que representa – seria considerado outsiders.

Foi sob esta circunstância de conflito por espaços de poder e de legitimidade que se articulou a instalação da associação de moradores da comunidade. Não obstante ter sido formada no início do século XX, somente no segundo semestre de 2007 a comunidade de Bom Jesus legalizou sua associação de moradores. Outrora, havia uma organização que, principalmente, tinha como eixo de articulação principal a Igreja da comunidade. Da parte dos moradores sempre houve reclamações por conta de ainda não haver associação na comunidade. Isso também se deve a influência da organização social existente na Vila Sião, onde além de igreja e escola com melhores estruturas, também há uma associação de moradores. De fato, durante os trabalhos de campo foi comum presenciar no discurso dos moradores de Bom Jesus elogios a forma de organização existente na Vila Sião. Numa clara tentativa de desqualificar a atual liderança política e religiosa da comunidade. Essa percepção dos moradores nos remete a construção da identidade para fora ou como diria Lepri (2005) remetendo-se a Viveiros de Castro (1992) há uma tensão para fora, um processo de tornar-se outro.

⁷ É comum a direção maior das Igrejas Evangélicas locais transferirem seus obreiros de um lugar para outro, quer seja, por carência desses “trabalhadores do evangelho” em determinadas áreas, ou para promover renovação litúrgica em áreas que a Igreja não cresce ou perde fiéis para outras denominações.

Ainda em relação à associação de moradores, percebeu-se que ela fôra legalizada e, inclusive, nos momentos de pesquisa de campo, no mês de dezembro de 2007, os comunitários estavam construindo a sede dessa associação como vimos na figura anterior (Figura 01). Mas essa legalização deu-se através da articulação com um vereador de Manacapuru (AM). Além disso, a associação está registrada com o nome que a vincula a igreja da comunidade – Associação de Desenvolvimento Rural da Comunidade Assembléia de Deus do Brasil no Paraná do Iauara. Outro fato importante, é que os componentes da diretoria da associação finalmente legalizada são todos ligados a seu Antonio, o líder da Igreja local. Pelo visto as disputas por espaços de poder vão continuar em Bom Jesus por algum tempo, uma vez que em dezembro de 2008, duas escolas estão sendo construídas na comunidade, uma ligada à prefeitura de Manacapuru pela articulação dos grupos de oposição às atuais lideranças religiosas da comunidade e a outra ligada à Anamã. Esses aspectos religiosos e de poder, serão tratados com mais profundidade em estudos futuros.



Figura 08 – Novas escolas da comunidade Bom Jesus.

Fonte: Nusec/Ufam, 2008.

2.9 Comunidade Santo Antônio – surgimento e aspectos sociopolíticos

A última comunidade eleita para pesquisa é Santo Antônio da Costa da Terra Nova. Essa comunidade localiza-se no Município de Anori, próxima às comunidades de Ponta Grossa, Catalão e Boca do Anori. Possui aproximadamente 17 famílias e um total de 71 habitantes. Sua latitude é de 3° 50' 40.2'' e longitude é de 61° 39' 50.8'' (Mapa 02). A fundação da comunidade Santo Antonio deu-se por volta de 1980.

É preciso deixar claro que as três comunidades da área de estudo foram formalizadas, constituídas legalmente a partir da década 1960, entretanto, as localidades a qual estão inseridas começaram a ser ocupadas muito antes. De acordo com relatos de moradores mais antigos, a localidade a qual está inserida a comunidade Santo Antônio, provavelmente começou a ser ocupada na primeira metade do século XX. O relato a seguir sugere isso:

Olha aqui mesmo (núcleo central atual da comunidade) não tinha nada, não tinha morador aqui. Meu avô foi um dos primeiros moradores só que era mais ali na frente. Aí as pessoas foram chegando, naquele tempo tinha muita terra e aí as pessoas foram ocupando. Foi nos anos 80 que um senhor conhecido como Vilmar ajudou a criar a comunidade, mas nós já mudamos muito por causa do barranco que cai. Então era assim tinha as famílias isoladas, cada um no seu terreno, só depois é que a igreja deu essa idéia de comunidade (Pedro de Sousa, 47 anos, trabalhador da malva).

Em Santo Antônio, tal qual N. S. das Graças, é forte a presença da Igreja Católica. Essa instituição religiosa desempenha papel importante na construção da idéia de comunidade e de vida comunal, uma vez que isso não existia na localidade como vimos no relato acima. Não encontramos nenhum morador que se identificasse como evangélico, ou de outra religião.

Essa comunidade sofre com o fenômeno das “terras caídas”, por conta disso seu núcleo central já foi construído e reconstruído várias vezes. Diferentemente das outras comunidades, em Santo Antonio a natureza impõe desafios aos camponeses, no sentido da reprodução da espacialidade.

A espacialidade de uma comunidade revela diferentes formas utilizadas pelos habitantes locais na apropriação do espaço. Trata-se de entender as múltiplas estratégias criadas e recriadas pelos agentes produtores do espaço rural, que buscam, dessa forma, defender seus interesses e legitimar suas escolhas, o que nos leva a compreender os lugares como resultados de sentimentos e emoções traduzidas no cotidiano das pessoas (MIGUEZ; FRAXE; WITKOSKI 2007, p. 90).

O núcleo central atual (escola, igreja e a sede social) foi todo reconstruído mais para o centro da terra com o intuito de fugir das áreas de desmoronamento. Esse novo empreendimento (re)configura novas práticas sociais.

Sem dúvidas, as transformações do espaço de moradia e socialização reelaboram as práticas sociais dentro de uma comunidade, pois a partir do momento em que as centralidades são recriadas, também passam a ser recriados os mecanismos de relacionamentos. É como se a antiga igreja não fizesse mais parte da comunidade, se tornasse parte de uma representação de um espaço, sem sentimento de pertença. (MIGUEZ; FRAXE; WITKOSKI 2007, p. 90).

Na comunidade Santo Antonio, o cultivo de malva, juntamente com a pesca e as roças de mandioca são as principais atividades geradoras primeiramente de sustento e posteriormente, eventualmente renda. Existem cinco lagos próximos à comunidade, dos quais suas famílias obtêm os recursos ictiofaunísticos que geram sustento e renda, são eles: lago Aruanã, Barão, Samaúma, Catalão e Mora.

Essa comunidade não é tão “especializada” no cultivo de malva. Contudo, isso tem uma explicação, trata-se justamente das características do terreno e, também, da dimensão dos mesmos. Estes já não são tão extensos, e ainda desmoronam constantemente. Apesar disso, a cultura da malva é a que gera maiores rendas para os moradores. Nessa comunidade foi produzida em 2007/08 aproximadamente 17,970 toneladas de malva numa área de 17,5 ha.



Figura 09 – Núcleo central da comunidade Santo Antônio.
Fonte: Nusec/Ufam, 2005,2006.

As figuras acima mostram momentos importantes da comunidade Santo Antônio, no sentido das construções serem novas. O espaço conhecido como centro da comunidade dá

idéia de um recomeço. Os moradores de Santo Antônio seguem vivendo e enfrentado os desafios que a natureza lhes impõe, praticando seus cultivos, vivenciando suas festas e seus conflitos. As atividades sociais mesmo sendo diminutas continuam ocorrendo na comunidade, entretanto, limitaram-se um pouco às partidas e torneios de futebol, e à festa do padroeiro da comunidade que ocorre todo dia 13 de junho, dia de Santo Antônio.



Figura 10 – Celebração de batismo e primeira comunhão.
Fonte: Nusec/Ufam, 2008.

Box 01**Aspectos históricos e socioeconômicos dos municípios****Manacapuru**

A elevação à categoria de cidade se deu em junho de 1932, pelo Ato nº. 1639. Em 10 de dezembro de 1981, conforme Emenda Constitucional nº. 12, diversas partes do território foram desmembradas em favor dos municípios de Iranduba, Beruri, Manauquiri, Anamã e Caapiranga. Sua altitude é de 34m acima do nível do mar. Possui uma área territorial de 7.062 km², com temperatura média de 26°C. Sua população é de 82.309 habitantes, com o IBGE (2007). Os meios de acesso mais utilizados são o rodoviário e fluvial. A distância em linha reta entre Manacapuru e a Capital do Estado, é de 79 km. Por via terrestre a distancia aumenta para 84 km e por via fluvial a distancia é de 102 km. O setor primário em Manacapuru destaca-se, a agricultura de mandioca, malva, juta, milho, feijão e hortaliças em geral, são mais expressivas. A fruticultura também tem destaque com ênfase para o maracujá, cupuaçu, mamão, abacaxi, banana, abacate, laranja, limão, tangerina, melancia, etc. Na pecuária o destaque fica por conta da criação extensiva de bovinos. A pesca comercial também é importante para o município, cujo destaque é para a exportação de peixes lisos. No extrativismo vegetal, a exploração de produtos como borracha, pupunha e madeira também se destacam. Em relação ao setor secundário, Manacapuru não possui grandes industriais, nesse setor destacam-se as pequenas e microempresas metalúrgicas, mecânica, materiais elétricos, madeira, mobiliário, borracha, couro, têxtil, vestuário, gráfica e construção. No setor terciário o comércio é o mais expressivo. O município possui estabelecimentos comerciais, com a venda dos mais diversificados produtos, que vão desde o gênero alimentício até material de construção, incluindo medicamentos, tecidos, calçados, roupas, confecções, estivas em geral. O setor de serviços tem crescido nos últimos anos e deve continuar nessa direção, principalmente a partir da construção da ponte sobre o rio Negro e melhorias na rodovia Am 070, fato que facilitará o trânsito de pessoas e mercadorias. Manacapuru destaca-se ainda no aspecto cultural. Por meio do Festival de Cirandas (29 a 31 de agosto), o município vem ganhando projeção nacional, recebendo todos os anos turistas brasileiros e estrangeiros.

Anamã

Em 10.12.1981, pela Emenda Constitucional nº. 12, o distrito de Anamã é desmembrado de Anori e, com outros territórios desmembrados de Codajás e Manacapuru, passa a constituir-se o novo município. Os limites do município são Manacapuru, Beruri, Anori, Codajás e Caapiranga. Possui altitude de 28m acima do nível do mar, numa área territorial de 2.755 km², com temperatura média de 27° C, com uma população de 81.82 habitantes (IBGE, 2007). Sua única via de acesso é fluvial. Dista de Manaus cerca de 179 km em linha reta. Sua principal atividade econômica está no setor primário, que tem na agricultura da mandioca, milho, melancia, malva, juta e feijão. (culturas temporárias), manga, mamão, banana, abacate e limão (culturas permanentes) seus principais produtos. Há ainda a hortifruticultura cujo principal produto são as verduras, legumes e frutas, que surgem de acordo com a respectiva época do ano, como tomate, maxixe, pimentão, cebolinha, couve, feijão, pepino, batata-doce, cará, jerimum, limão, cupuaçu, tangerina, abacate, manga, abacaxi e goiaba. Na pecuária a criação de bovinos de forma extensiva e, a criação de suínos de igual forma para consumo interno, que não é suficiente para abastecer o mercado local. No extrativismo vegetal destacam-se a madeira, cipó-títica, borracha, óleo de copaíba, castanha, cumaru e malva. O destino final desses produtos é o município de Manacapuru ou a capital. Podemos destacar algumas frutas regionais, como a pupunha, abacaba, pataua, tucumã, açaí e maracujá do mato. O setor secundário é bastante reduzido. Há algumas micro indústrias de madeira, de gelo, de produtos alimentares e de mobiliário, bem como o comércio varejista. Na cultura o destaque é para as festas religiosas, tais como festejos de São Francisco de Anamã (29.04 a 24.10) e o festival de música Anamaense (28 a 30 de agosto).

Anori

Foi criado pela Lei Estadual nº. 117, de 29.12.1956, e seus primeiros limites foram fixados através da Lei Estadual nº. 1.012, de 31.12.1970. Em 10.12.1981, pela Emenda Constitucional nº. 12, de seu território foi desmembrado o distrito de Anamã, para integrar o município de igual nome. Seus limites geográficos são com o Município de Anamã, Beruri, Tapauá, Coari e Codajás. Com altitude de 36m acima do nível do mar, numa área territorial de 6.311 Km². Apresenta temperatura média de 27,8°C, com uma população e 13.834 habitantes (IBGE, 2007). Sua única via de acesso é fluvial. Dista de Manaus 195 km em linha reta. Por via fluvial entre Anori e a capital do estado, são 220 km. Sua atividade econômica liga-se fundamentalmente ao setor primário, através da agricultura que são utilizadas como opção de mão-de-obra, e cujos principais produtos são: mandioca, juta e malva, feijão, arroz e milho e a fruticultura com destaque para a laranja, abacaxi, tangerina, abacate, manga entre outras. A pesca também tem importância para o município, mesmo sendo ainda praticada de forma artesanal. No extrativismo vegetal destacam-se, entre outros produtos, a exploração da borracha, goma não elástica, madeira e castanha. O setor secundário é reduzido com algum destaque para micro indústrias oleiras, serrarias, padarias e oficinas de móveis em madeira. O setor terciário apenas destaca-se o comercio varejista e o de serviços, com pequenos hotéis e pensões, oficinas mecânicas e estaleiros e agência bancária. Os principais eventos culturais são a festas da laranja (30.05 a 01.06), festas juninas e os festejos da Padroeira da Cidade (29.11 a 08.12) (SEPLAN, 2008).

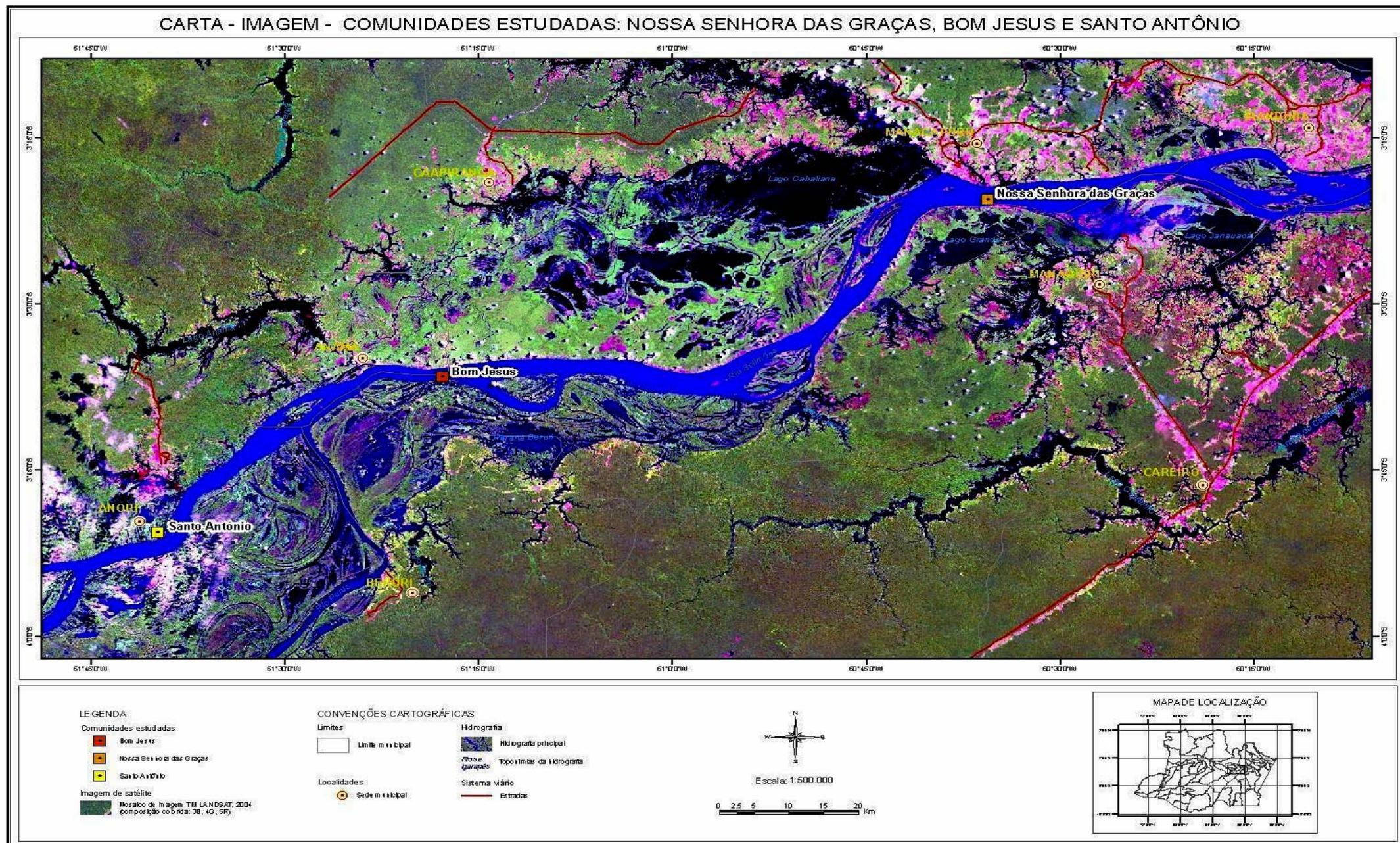


Figura 11 – Localização da área de estudo.

Fonte: CEAP/Amazônia, outubro de 2008.

3 O *LABOR* E OS DIAS: VIVER É PRECISO

3.1 A condição humana do *labor*

Aos olhos do animal laborans, a natureza é a grande provedora de todas as ‘boas coisas’, que pertencem igualmente a todos os seus filhos, que ‘as tomam de suas mãos’ e se ‘misturam com elas no *labor* e no consumo [...]’. Sem tomar as coisas das mãos da natureza e consumi-las, e sem se defender contra os processos naturais de crescimento e declínio, o animal laborans jamais poderia sobreviver. (ARENDDT, 2007, p. 147).

Nesse capítulo analisaremos alguns aspectos da dimensão material e simbólica da vida dos camponeses – trabalhadores da malva. Atividades desenvolvidas por eles nos ambientes terras, florestas e águas, tais como, a manipulação de produtos da floresta, dos lagos, das roças. Dos produtos obtidos na pesca, na caça, e/ou a criação de pequenos animais, cuja finalidade fundamental é garantir a manutenção da vida física. Essas ações são fisiologicamente necessárias e insubstituíveis e refletem o grau de organização desses camponeses na busca da realização dessas necessidades. Apesar de haver gasto de energia corporal e racionalidade organizativa na execução, certas atividades, como, por exemplo, arrancar mandioca para fazer farinha ou lançar uma tarrafa no rio em frente a seu porto, não é trabalho, e sim *labor*, enquanto gênese da vida. Nesse sentido, objetivamos identificar a dimensão material do *labor* dos trabalhadores da malva, considerando o ambiente ecológico onde se realizam suas atividades. Para uma melhor caracterização do *labor*, foram observadas, quantificadas e analisadas apenas atividades que gerassem algum tipo de produto que não tivesse por fim primeiro a comercialização. Produtos de origem agrícola ou extrativa cuja finalidade fosse fundamentalmente a alimentação.

Os trabalhadores da malva das comunidades pesquisadas obtêm grandes parte de sua renda a partir da venda das fibras. Esse dinheiro serve para obter valores de uso (motores de popa, canoas, casas flutuantes, aparelhos eletroeletrônicos, ferramentas agrícolas, utensílios domésticos etc.) que dificilmente seriam obtidos com a renda de outra atividade agrícola. A garantia de alimentação também não seria possível apenas com a renda obtida a partir da venda das fibras de malva, pois como veremos no capítulo IV, a estrutura da cadeia produtiva da malva os coloca em uma posição subalterna frente aos agentes da comercialização que estabelecem o preço do produto e detém o monopólio das ações, uma vez que o trabalho é degradante e a renda quase sempre não corresponde ao esforço despendido. Os trabalhadores da malva precisam desenvolver outras atividades que lhes garantam alimentos necessários

para a sua sobrevivência cotidiana e, ainda, eventualmente, complementar sua renda. A base teórica para tal análise vem da distinção de *labor* e trabalho feita por Arendt (2007). É a partir de suas atividades desenvolvidas principalmente, mas não somente, nos quintais e sítios, que esses trabalhadores garantem a satisfação de suas necessidades fundamentais.

Hanna Arendt, no texto *A condição Humana* (2007), faz uma distinção entre as palavras *labor* e trabalho, caracterizando um e outro, enfocando que essa distinção não foi percebida tanto pelos clássicos quanto pelos modernos teóricos do assunto que se relaciona ao tema. Isso repetida vezes ao longo da história humana, muitas dessas a despeito da própria evolução da sociedade que primou em enxergar os dois temas como partes componentes de um mesmo corpo. Não empreenderemos uma análise etimológica e histórica dessa distinção, utilizaremos essa categoria no estudo e compreensão de uma realidade posta – o mundo vivido do trabalhador da malva. Para tanto, faz-se necessário algumas ponderações com relação ao histórico do conceito.

Arendt (2007) busca nos clássicos e nas línguas européias antigas justificar essa diferença. Ela cita a vida dos escravos da Grécia antiga que eram obrigados a realizar atividades domésticas para o sustento da família a qual pertenciam como também para seu próprio sustento e dos operários, homens do povo em geral, que tinham liberdade de movimento fora da chamada vida privada, ainda que não fossem cidadãos completos (na Grécia antiga, cidadão era proprietário). Na sociedade essa exemplificação é a forma que a autora utiliza-se para definir o *labor*, conjunto de atividades realizadas pelo nosso corpo a partir das quais sobrevivemos e o trabalho como tudo que está relacionado à transformação, à atividade de fabricar propriamente dita, ou seja, aos escravos cabia a designação dos trabalhos realizados com o intuito mero e simples de manutenção da vida, na sua essência mais simples, o conjunto de atividades que se realiza para sobrevivência do corpo, para a manutenção da vida.

Para Arendt (2007), há um desprezo pelo *labor* na teoria antiga e uma glorificação na teoria moderna; e ainda que misturada à idéia de trabalho, baseiam-se na atitude subjetiva pela qual foram encaradas. As tentativas de igualá-los se dão talvez pelo fato de não serem amplamente compreendidos pela sociedade. Segundo a autora, Marx entendeu a atividade humana *labor*, independente de estar na esfera pública ou privada, como produtividade (força humana) capaz de produzir um excedente que impulsionaria a produção. O trabalho então se torna possuidor de um caráter intrínseco com *labor* explicando a não distinção feita por ele, pois, em seu pensamento, igualá-los era correto, uma vez que tudo é resultado da força do *labor*, de um *labor* que impulsiona o homem a produzir agora para acumular. A moderna

divisão do trabalho assegurou a não observação da distinção entre *labor* e trabalho para o pensamento marxista, pois, com o seu “advento”, a qualificação perdeu ainda mais espaço uma vez que o que passou a ser vendido não mais é fruto de uma qualificação individual, mas da força de trabalho que gera também o excedente. Por outro lado, para Hanna Arendt, a diferenciação entre *labor* e trabalho torna-se facilmente identificável, uma vez que são os frutos do trabalho que garantem a sociedade tal como hoje se apresenta, num mundo repleto de bens, de materializações que garantem a vida e que foram produzidas perante a materialização dos pensamentos cabendo ao *labor* ser a força que é desprendida para realizá-los além de defini-los. Apesar do *labor*, a autora afirma ainda que esse é parte intrínseca da vida humana e que difere do trabalho, pois o caráter cíclico do *labor* é sua maior característica, ao passo que o trabalho em si é fadado ao fim quando produzido o bem ao qual esse se destinou. Arendt (2007 p.15-98) afirma que “o *labor* não deixa nada atrás de si, como é típico de todo *labor*. O resultado do seu esforço é consumido quase tão depressa quanto o esforço é despendido. A condição humana do *labor* é a própria vida”. E, no entanto, esse esforço, apesar de sua futilidade, decorre de enorme premência, motiva-o um impulso mais poderoso que qualquer outro, pois a própria vida depende dele. O *labor*, por exemplo, produz as condições sociais da vida, embora essas condições produzidas sejam efêmeras. A imediatização das coisas que o homem produz, por meio do *labor*, são tão vitais às suas condições de vida, que é como se os atos de produzir e consumir se realizassem ao mesmo tempo – produzir é consumir! (WITKOSKI, 2000 p. 28). Arendt afirma ainda que Marx cometeu um equívoco de interpretação, pois sua forma de equacionar e relacionar os dois conceitos dá ao *labor* características que esse não possui, sua característica principal está no fato de que ele é necessário à vida, enquanto ao trabalho cabe a transformação, o consumo.

Para Arendt (2007), o *labor* decididamente pertence à esfera privada, isto é, a esfera do lar privado, do lugar onde ocorre a perpetuação da espécie, a manutenção biológica da vida. Nesta esfera, o homem se reúne pela condição de necessidade, uma vez que para manter a vida carece-se da ajuda de outros. Se na esfera pública o homem submete-se à persuasão como única forma segura de convencimento – isto porque, abandonando-a, a consequência imediata é o surgimento da violência, uma vez que esta independe de palavras para existir, pois é muda – na esfera privada o discurso e a ação podem ser substituídos pela hierarquia, pois esta é a esfera da propriedade, o lugar do *dominus*, que pode exercer seu poder pelo comando pela autoridade. O mundo comum significa aquilo que adentramos pelo nascimento e deixamos ao morrer, sendo este o aspecto que temos em comum com os que aqui estiveram

antes de nós e os que ainda virão e nos sucederão após nossa partida, embora para que isso ocorra seja necessária uma presença pública.

Na antiguidade era no lar, na unidade *oikia* (casa) que o grego e o romano praticavam a administração dos recursos naturais, ficando a esfera social para ser vivida em torno daquilo que lhe era comum (*koinon*). Nesse sentido, a manutenção da vida material dos trabalhadores da malva, primeiramente se dá na esfera privada, no ambiente da *oikia* – a unidade de produção da família. Eles não vivem de maneira estanque, mas bem delimitados, em duas ordens de existência, isto é, a esfera daquilo que lhe é próprio, (*idion*), o lar, a família e o mundo comum.

A tríade composta por atividades relacionadas ao mundo do *trabalho*, do *labor* e da *ação*, tem por objetivo principal, primeiramente, garantir a satisfação das necessidades físicas e, também, sociais e culturais. As necessidades, nos dizeres de Candido (1997), possuem um caráter social, pois, a vida e a sobrevivência de um determinado agrupamento humano dependem do equilíbrio estabelecido entre tais necessidades e os recursos que o grupo dispõe para satisfazê-las. Para Candido (1997), a obtenção dos meios de vida, não só é um tema sociológico, como também problema social, pois para cada cultura há, em cada momento, certos “mínimos”, abaixo dos quais não é possível haver equilíbrio; há certos “mínimos vitais” de alimentação e abrigo que correspondem a certos “mínimos sociais” de organização para obtê-los. As soluções, por sua vez, dependem da quantidade e qualidade das necessidades a serem satisfeitas. Ele afirma que:

[...] as necessidades têm um duplo caráter natural e social, pois se a sua manifestação primária são impulsos orgânicos, a satisfação destes se dá por meio de iniciativas humanas, que vão se complicando cada vez mais, e dependem do grupo para se configurar. Daí as próprias necessidades se complicarem e perderem em parte o caráter estritamente natural, para se tornarem produtos da sociedade. De tal modo a podermos dizer que as sociedades se caracterizam, antes de tudo, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos de que dispõem para satisfazê-las (CANDIDO, 1997 p. 23-24).

Atividades desenvolvidas, ainda que algumas vezes, de forma coletiva, na pesca, no trato de um pequeno rebanho, na coleta dos frutos do sítio ou do quintal, no plantio de uma horta etc., são ações que despedem energia corporal, necessitam de organização coletiva para executá-las e muitas vezes não são trabalho e sim *labor*, pois tem por finalidade a manutenção da vida. Todo esforço desenvolvido não produz artefato, durabilidade, pois todo esforço na captura de um surubim, por exemplo, desaparece depois do jantar. O açaí, a melancia, a manga, já não ostentam tanta beleza no final do lanche da tarde. Obviamente que algumas

atividades não constituem apenas *labor*, mas, também, não podem ser conceituadas tão somente como trabalho. É possível que essas mesmas atividades, em uma determinada época do ano, dependendo da localidade e da sazonalidade, assumam características de trabalho, ou seja, uma atividade racional voltada para o abastecimento do mercado e a obtenção de valores de uso. É o caso, por exemplo, da produção de hortaliças na comunidade rural de Santa Luzia do Baixio, Município de Iranduba. Não se pode dizer que nessa comunidade as frutas e hortaliças sejam apenas para consumo dos camponeses, mesmo que isso ocorra, e de fato ocorre. Todavia, essa comunidade é altamente especializada nesse tipo de agricultura, cuja finalidade principal é sempre a venda em larga escala comercial. Nesse caso, temos uma atividade racional voltada para o mercado, cuja finalidade é a obtenção de valores de uso. A motivação principal de se produzir hortaliças é “fazer dinheiro” e, posteriormente, consumi-las.

A vida dos camponeses amazônicos, assim como de outros camponeses de outros contextos, surge como uma construção social de um processo no qual eles reproduzem-se material e simbolicamente. Seus meios de existência e de subsistência são propiciados por relações constituídas historicamente e por circunstâncias específicas. A vida como um processo que tem relação com a durabilidade do mundo, resultado dos processos vitais e relacionais entre os homens, segundo Arendt (2007) como um intervalo entre o nascimento e a morte, num movimento dialético do mundo entre o processo que combina a passagem humana por um movimento cíclico e vital. Nesta perspectiva, a autora apresenta uma questão vital para se compreender melhor a relação *labor/vida*:

A característica comum ao processo biológico do homem e ao processo de crescimento e declínio do mundo é que ambos fazem parte do movimento cíclico da natureza; sendo cíclico, todas as atividades humanas provocadas pela necessidade de fazer, face a esses processos estão vinculadas aos ciclos recorrentes da natureza (ARENDR, 2007 p. 09).

De modo sintético, pode-se afirmar que, do ponto de vista fisiológico, o *labor* e o resultado do *labor* (produtos que o sujeito faz e consome), são apenas dois momentos de um mesmo e eterno ciclo natural da vida biológica humana. Noutras palavras, a necessidade de subsistir comanda ao mesmo tempo tanto o *labor* quanto o consumo. Arendt (2007, p. 112) afirma “do ponto de vista da natureza, o trabalho, e não o labor é destrutivo, uma vez que o processo de trabalhar subtrai material da natureza sem o devolver no curso rápido do metabolismo natural do organismo vivo”.

Não poderíamos de modo algum empreender análise sobre o modo de vida dos trabalhadores da malva sem considerar o todo, o mundo vivido, pois nem só de malva vivem esses camponeses. Nessa região há um imperativo categórico – a polivalência. Quem habita o mundo rural amazônico, quer seja na várzea ou na terra firme tem que exercer polivalência, ou seja, um conjunto de atividades no mundo do trabalho visando primeiramente sobreviver e posteriormente obter renda.

Nesse sentido, o cotidiano dos trabalhadores da malva é de faina exaustiva. Sua principal atividade obviamente é o cultivo dessa plantas, entretanto, o produto final fornecido por elas não é comestível, pelo menos por enquanto. Portanto, o trabalhador precisa se manter vivo, ele precisa comer, beber, morar etc. Para que isso ocorra, ele utiliza-se de todos os recursos que a natureza pode lhe oferecer de forma gratuita para essa finalidade. Eles pescam, caçam, extraem, plantam, colhem, criam, enfim, vivem. O mundo rural amazônico é constituído por vários elementos que mediatizam as relações sociais no tocante as atividades exercidas, e permeiam a racionalidade de apropriação social dos recursos naturais. Neste sentido, o processo de trabalho comporta inúmeros elementos que segundo Godelier (1984) agem sobre potencias invisíveis que controlam a reprodução da natureza, demonstrando que a parte simbólica do processo de trabalho constitui uma realidade social tão real quanto às ações materiais sobre a natureza. Witkoski (2000, p. 27-28) interpretando Arendt (2007) elabora a seguinte questão:

O que significa esta compreensão do papel singular do *labor* na sociedade moderna? Hannah Arendt, por meio de um simples exemplo comparativo, parece nos convencer da força de sua tese: alguém dúvida da efemeridade de um pão? Alguém tem dúvidas da durabilidade de uma mesa de madeira, quando relacionada com o pão? Não! Não se pode duvidar nem da natureza da coisa produzida (no caso comparado, o pão e a mesa de madeira), nem da distinção dos atores sociais que as produziram – o padeiro e o carpinteiro. Na concepção arendtiana, são as experiências humanas fundamentais que existem por trás da linguagem que nos ensinam serem as coisas do mundo, entre as quais transcorre a *vita activa*, Hannah Arendt chega mesmo a argumentar que cíclico, também, é o movimento do organismo vivo, sem a exclusão do corpo humano, enquanto ele pode suportar o processo que permeia o seu ser e o torna vivo. Neste processo cíclico, entretanto, a natureza não possui consciência do seu nascimento nem da sua morte. O que predomina no seu ciclo de vida é o próprio devir de uma natureza inacabada, substantivamente diferente do devir vivenciado pelos homens. Assim, de maneira diferente da natureza, sustenta Arendt (1993, p. 108), ‘o nascimento e a morte de seres humanos (...) referem-se a um mundo ao qual vêm e do qual partem indivíduos únicos, entidades singulares, impermutáveis e irrepetíveis. O nascimento e a morte pressupõem um mundo que não está em constante movimento, mas cuja durabilidade e relativa permanência tornam possível o aparecimento e o desaparecimento (...). ‘Sem um mundo ao qual os homem vêm pelo nascimento e do qual se vão com a morte, nada existiria a não ser a recorrência imutável eterna, a perenidade imortal da espécie humana como a de todas as outras espécies animais’. Para além da similaridade que pode haver – e há – entre o ciclo da vida da natureza

propriamente dita e o ciclo da vida dos seres humanos, a característica que funda a vida especificamente humana é o fato de ela ser plena de fatos que podem ser – e via de regra o são – narrados como eventos históricos, isto é, a vida humana pode ser traduzida através de uma *biografia* – a vida humana, neste sentido, hegemoniza a vida da natureza.

O mundo vivido do camponês varzeano perpassa por essas questões, no sentido do devir de uma natureza inacabada, que só adquire sentido na relação dialética deste com a mesma. A vida desses sujeitos sociais realmente torna-se uma biografia cujo ciclo da vida só se torna completo devido às garantias que a natureza lhe oferece para tal empreendimento.

3.2 O mundo vivido dos camponeses varzeanos – atividades de *labor*

3.2.1 A caça

Antônio Candido (1997), citado anteriormente, em seu livro *Os parceiros do Rio Bonito*, elabora um estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seu meio de vida. Ele analisa “o problema dos meios de vida”, como se obtém, de que maneira se ligam à vida social, como refletem as formas de organização e as de ajuste ao meio. Cada um desses momentos, por conseguinte, é caracterizado pelas condições de subsistência, pelas formas de organização e pelas concepções de mundo vividas pelo caipira. Apesar de o contexto ser outro, há nessa obra aspectos relevantes passíveis de generalizações. Como já foi dito, a obtenção dos meios de vida não só é um tema sociológico como problema social, pois o êxito nessa tarefa depende da organização social de um determinado grupo, dos recursos que o mesmo dispõe para realizá-la. Diria que na várzea o êxito dessa jornada estaria relacionado à articulação em torno dos ambientes terras, florestas e águas. Godelier (1984) ensina que o saber prático do mundo sensível (natureza) faz com que as sociedades rurais demonstrem, por exemplo, o conhecimento do solo, dos fenômenos climáticos, das taxonomias e os esquemas de ações materiais e de comportamento simbólico, que são refletidas no uso de seu espaço de vida, na apropriação dos recursos naturais, sejam para subsistência e/ou comércio. É justamente devido ao elevado conhecimento da natureza que os camponeses – trabalhadores da malva – se mantêm vivos.

O gráfico abaixo mostra as espécies animais mais capturadas e consumidas pelos trabalhadores da malva, capturas que tem por finalidade exclusiva saciar a fome, fundamentalmente quando seu principal aporte protéico (os peixes) fica escasso, ou pela facilidade de caça que em determinados períodos hidrológicos se revela maior ou menor (é o

caso, por exemplo, da captura de quelônios, cujo período mais propício é a vazante e a seca), ou ainda por hábito, aspecto mais ligado à cultura. Nesse gráfico foram considerados todos os períodos hidrológicos de forma conjunta, sem separação. Os motivos para tal procedimento referem-se ao fato de que não importa o período em que o animal é capturado (enchente, cheia, vazante e seca) e sim a finalidade de sua captura. Foram observadas as repetições em cada comunidade e englobadas em um só gráfico, evitando dessa forma que se confeccionassem a cada atividade ligada ao *labor* três gráficos diferentes tratando do mesmo assunto, fato este que deixaria o texto truncado. Outra questão importante a qual fazemos questão de frisar, é que a pesquisa como um todo não tem por finalidade empreender comparações sobre o modo de vida das três comunidades. Objetivamos fundamentalmente, nessa seção, observar atividades relacionadas ao *labor* dos trabalhadores da malva como um todo.

O gráfico a seguir destaca alguns animais característicos do ambiente de várzea, ou de ambientes aquáticos, tais como a capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), o tracajá, (*Podocnemis unifilis*) o iaça (*Podocnemis sextuberculata*), a tartaruga-da-Amazônia (*Podocnemis expansa*) e outros, cuja carne é muito apreciada pelos camponeses da região. Destacam-se também, algumas aves que compõe a dieta alimentar dos camponeses, fundamentalmente, mas não somente, no período das cheias, época dos “peixes magros”⁸. Aves como o alencor (*Anhima carnuta*), pato-do-mato (*Cairina moschata*), mergulhão (*Podilymbus podiceps*) garça grande (*Casmerodius albus*) e marreca (*Anas* sp) também são capturados. É a luta pela sobrevivência conjugada com o hábito da caça, herdada fundamentalmente dos ameríndios. Nesse sentido, animais tanto da floresta de várzea, quanto da floresta de terra firme não são desprezados. O guariba (*Alouatta* sp), o macaco prego (*Cebus* sp), a cutia (*Dasyprocta azarae*) complementam a dieta.

É importante frisar que por uma questão de configuração e formatação da figura optamos por indicar como “outros” os animais que apareciam com frequência menor que três por cento. Nesse sentido, inserem-se nos 14,5% do item “outros” animais que são capturados eventualmente, ou que a caça não apresenta regularidade, quer seja por questões de diminuição da espécie, ou por questões de ambientes e hábitos dos animais, como por exemplo, a anta (*Tapirus terrestris*), que tem por habitat principal a terra firme, exigindo do

⁸ O período da cheia na Amazônia de maneira geral representa um período de difícil acesso ao pescado, uma vez que há uma maior dispersão dos indivíduos, devido principalmente ao aumento no volume de água, fato que colabora para o estabelecimento de um número maior de esconderijos. Daí a idéia do período de “peixes magros”, no sentido da diminuição dos estoques pesqueiros e do aumento do esforço de pesca.

caçador maior deslocamento para capturá-la, aumentando dessa forma o esforço de caça. Enquadraram-se nessas condições as seguintes espécies: a queixada (*Tayassu pecari*) com 1,20%; a paca (*Agouti paca*), 1,5%; a anta com 0,82%; o jabuti (*Geocheloni denticulata*) com 1,25%; o mutum (*Mitu tomentosa*) com 0,93%; e o catitu (*Tayassu tajacu*) com 0,82%. O nome popular das espécies é apresentado aqui de acordo com o relato feito pelos camponeses, como por exemplo, o pato-do-mato, do guariba e do macaco prego identificado dessa forma por eles.

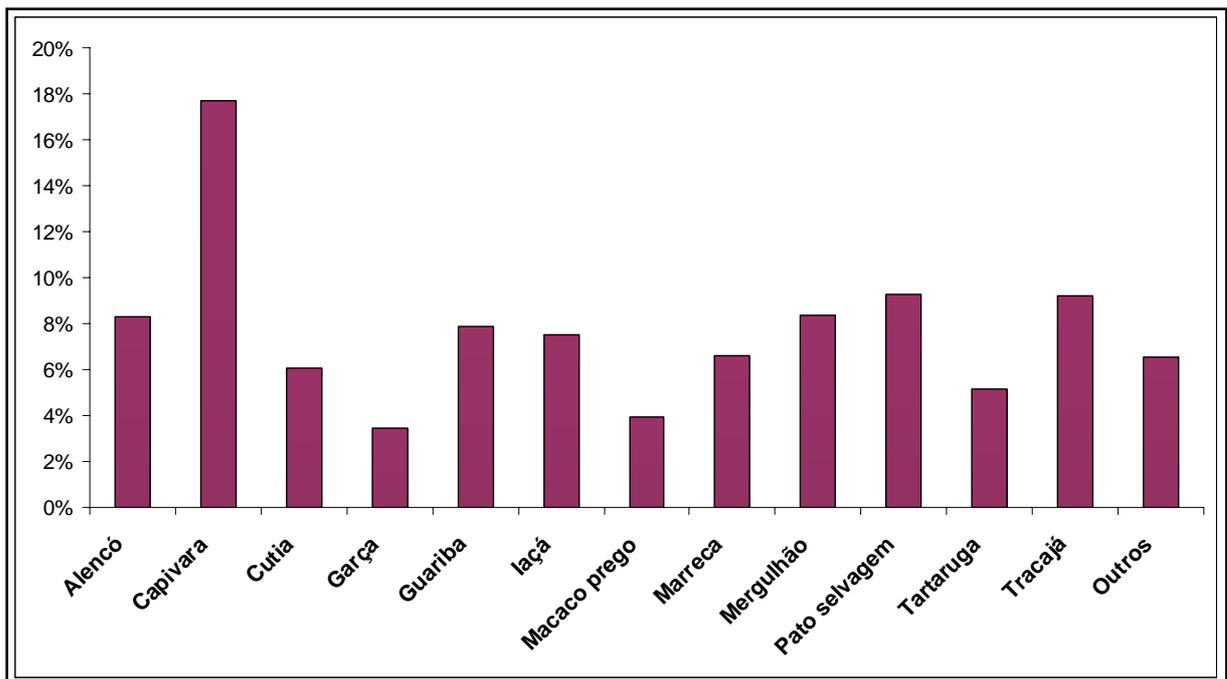


Gráfico 01 – Animais silvestres mais capturados pelos trabalhadores da malva.

Todos os ambientes podem ser locais de caça segundo os camponeses. A escolha do ambiente está relacionada com a espécie que se quer abater, pois dependendo do interesse do caçador por determinados animais, é natural que ele se desloque para o ambiente de maior probabilidade de encontrá-lo. Contudo, isso não é regra definida e imutável. Ele pode simplesmente sair para caçar de forma aleatória, tanto para o ambiente, quanto para a espécie e abater a primeira espécie que encontrar, no primeiro ambiente que passar, conseguindo isso, o dia está ganho, pois a finalidade principal é a obtenção do almoço ou do jantar por alguns dias.

Quadro 01: Possíveis ambientes de caça.

Roça	Igapó	Restinga	Paraná	Capoeira
Praia	Rio	Quintal	Campina	Chavascas
Anigal	Floresta	Lago	Poço	Sítio

A caça realizada pelos camponeses amazônicos, em particular os trabalhadores da malva, é uma atividade relacionada ao *labor*. Entretanto, algumas ponderações precisam ser feitas. O hábito da caça desses sujeitos sociais, herdado fundamentalmente de seus ancestrais dos ameríndios, deve ser pensado englobando outros aspectos da dimensão social e cultural.

“A manifestação do conhecimento zoológico tradicional remonta ao tempo em que os primeiros homínidos tomaram interesse pelas espécies animais com as quais conviviam e das quais dependiam para sua sobrevivência material e simbólica” (SANTOS FITA & COSTA NETO 2007, p. 100):

Os seres humanos possuem uma conexão emocional inata (portanto, genética) com as demais espécies da Terra (WILSON, 1989). Esta ligação emotiva varia da atração à aversão, da admiração à indiferença. A interdependência da espécie humana com os demais elementos bióticos da natureza tem sido explicada pela hipótese da biofilia, segundo a qual o homem teve 99% de sua história evolutiva intimamente envolvida com outros seres vivos, tendo desenvolvido um significativo sistema informacional acerca das espécies e do ambiente, que se traduz nos saberes, crenças e práticas culturais relacionados com a fauna de cada lugar. Desse modo, as atitudes do homem direcionadas aos animais evoluíram bem antes das primeiras tentativas de representá-los tanto nas artes e na história quanto nas ciências (SAX, 2001)[...] (SANTOS FITA & COSTA NETO 2007, p. 100).

Segundo Moran (1990) a caça (no caso na Amazônia) consiste numa atividade sazonal relevante, cuja alternativa de alimentação é de extrema importância, além de ser uma atividade de socialização fundamentalmente masculina, mas que não tem a orientação mercantil. Dessa forma, a atividade de caça não pode ser entendida apenas como um processo técnico, ou que esteja somente relacionado ao interesse do camponês em adquirir um almoço ou um jantar, apesar desse interesse ser verdadeiro, e de fato é, ele não é exclusivo. Essa atividade liga-se um processo cultural, que perpassa pelo conhecimento da natureza, que obviamente orienta a captura dos animais. O conhecimento tradicional não é pré-lógico ou pré-científico, ele é baseado em observações contínuas dos fenômenos naturais recorrentes de experimentação, de decisão sobre quais os ambientes mais adequados e o uso das técnicas

mais apropriadas para executar a caça (PEREIRA, *et al.* 2007, p. 158). Nesse sentido, o conhecimento dos camponeses a cerca dos recursos faunísticos e das técnicas de capturas podem ser entendidas como tecnologias patrimoniais adquiridas no decorrer dos anos.

O etnoconhecimento revela-se nas técnicas de captura dos animais. No âmbito das comunidades, a captura da caça dá-se principalmente pela técnica de tocaia, através da qual o caçador prepara o terreno na direção de árvores frutíferas, observa o rastro da caça que se alimenta dos frutos e geralmente à noite fica escondido esperando a caça chegar para abatê-la. A caça pode ser feita também durante o dia com auxílio de cachorros. Nessa técnica há um esforço para que o animal fique encurralado e, pressionado pelos cachorros, torne-se alvo fácil para o disparo de uma arma de fogo, no caso a espingarda. Outra técnica bastante utilizada pelos talhadores da malva quando estão caçando é a armadilha, que pode ser feita com galhos e pequenas árvores, cordas, canos de ferro e até mesmo a própria espingarda, engatilhada e presa por um barbante, de modo que a caça ao acionar o dispositivo a arma dispare.

Há também a caça que é realizada por meio de canoas. Isso ocorre porque na Amazônia a caça também é feita na água. As espécies capturadas por meio desse instrumento são principalmente quelônios e aves e, também, animais aquáticos (boto e peixe-boi) e semi-aquático (capivara, paca e ariranha).

A proteína da carne de caça é um elemento fundamental para os camponeses amazônicos, contudo não é apenas essa dimensão que deve ser considerada. Há questões que estão ligadas à dimensão cultural dessas populações. A carne de tartaruga, por exemplo, é bastante apreciada pelos camponeses. As aves aquáticas como o pato selvagem é capturado regularmente devido à quantidade que os bandos aparecem nos ambientes aquáticos das comunidades principalmente no período da seca. A carne de capivara também é muito apreciada. Esse animal geralmente é caçado em grupo. Essa modalidade de caça revela o caráter solidário e cooperativo da vida em comunidade, pois para a realização dessa tarefa as ações são realizadas em conjunto. A carne também é dividida entre os que estavam presentes na empreitada e, também, com seus parentes.

A organização social em torno da caça revela a capacidade dos camponeses amazônicos em extrair da natureza os recursos que demanda sua sobrevivência. Revela ainda que se o primeiro impulso é orgânico (fome), o segundo impulso é extremamente social, ou seja, a capacidade organizativa, racional, técnica para obter um recurso vital que vai remediar a fome. Há, portanto, uma relação sincrônica entre instrumento e habilidade. A confecção do primeiro e o saber fazer do segundo, são resultados de um longo processo de aprendizagem

que começa cedo com os mais novos sendo introduzidos no mundo da caça, da pesca e das técnicas de reconhecimento dos ambientes e dos hábitos dos animais.



Figura 12 – Espécies encontradas e caçadas pelos trabalhadores da malva.
Fonte: Luciana Menegaldo; Nusec/Ufam; Fundação Omacha, 2008.

3.2.2 As espécies florestais

O conhecimento dos ciclos biológicos (fauna e flora), a dependência dos recursos naturais, pode ser observado, também, em outras atividades igualmente importantes como a caça. Os trabalhadores da malva utilizam-se dos produtos da floresta com o intuito de criar infra-estruturas importantes para manutenção de sua vida. É o caso da utilização das madeiras tanto da floresta de várzea quanto as de terra firme. Espécies florestais como a piranheira (*Piranhea trifoliata*) muito utilizada como suporte para as casas flutuantes⁹. Os questionários aplicados nas comunidades não revelaram uma comercialização intensa de madeira. Isso ocorre eventualmente, e está ligado mais ao ambiente da própria comunidade. Quando um camponês precisa de madeira para a construção de uma casa e dispõe dos instrumentos para tal empreitada (principalmente a moto-serra) e, também, detém a técnica de retirar madeira, (habilidade para retirar tábuas, caibros, barrotes, esteios etc.) ele mesmo retira o que vai precisar ou compra de um vizinho que detém os instrumentos e domina a técnica. O gráfico abaixo traz uma lista das principais espécies florestais que os trabalhadores da malva utilizam para construir casas, cercas, local para os animais, escolas, igrejas, canoas etc.

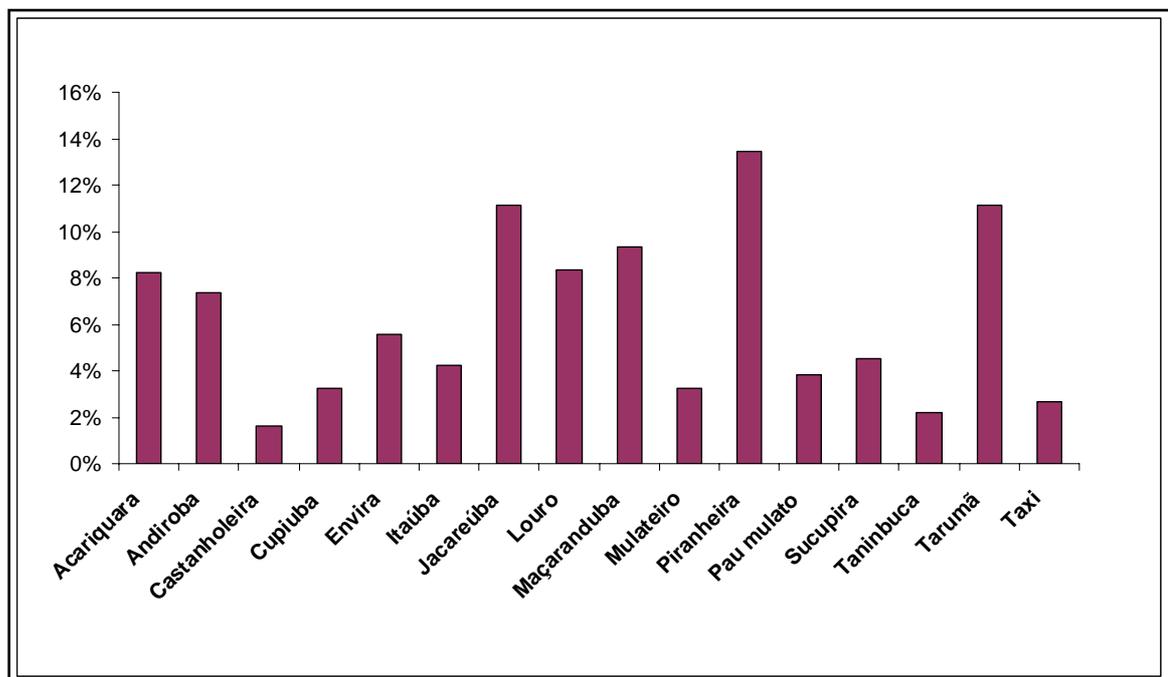


Gráfico 02 – Espécies florestais mais utilizadas pelos trabalhadores da malva.

⁹ Os flutuantes, como são conhecidos regionalmente, são casas construídas sobre toras de madeiras com capacidade de flutuar. Essas casas são geralmente cobertas com telhas de zinco, possuem as mesmas divisões das casas construídas em terra. Na comunidade Bom Jesus, no Paraná do Iuaura, este tipo de habitação é bem frequente. A importância da pinheira nesse processo reside no fato de que as toras dessa árvore não só flutuam como também é muito resistente a ação das águas.

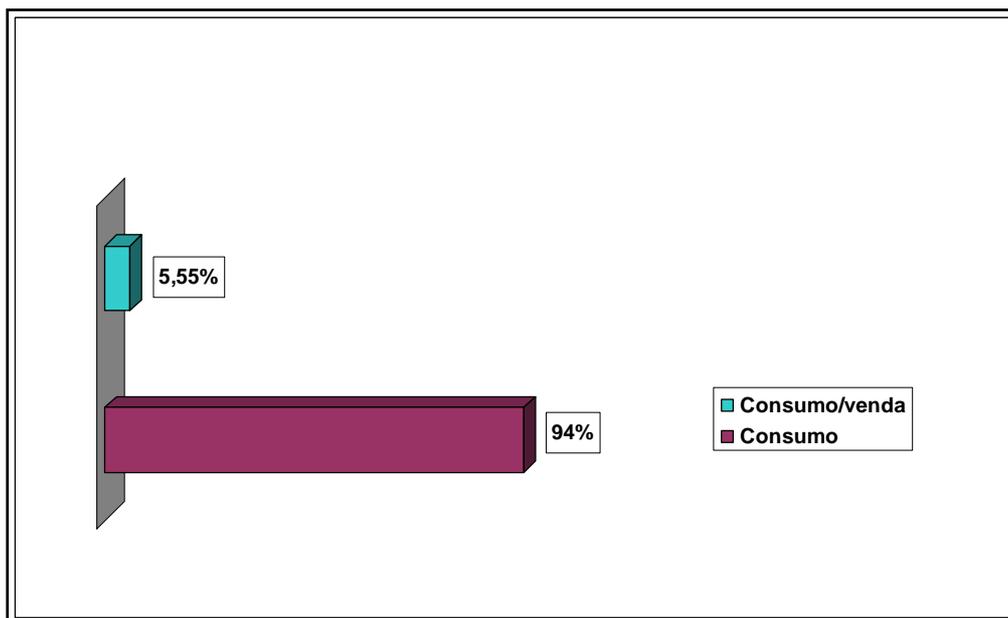


Gráfico 03 – Finalidade da extração de madeiras.

A madeira é um produto de primeira necessidade para os trabalhadores da malva. Das espécies apresentadas no gráfico acima, eles extraem muitos subprodutos. A jacareúba (*Calophyllum brasiliensis*) fornece excelentes esteios; a cupiúba (*Goupia glabra*), tábuas e estacas; da itaúba (*Mezilaurus itauba*) se retira praticamente tudo. Essa madeira é uma das mais nobres da região amazônica muito utilizada na construção naval, devido sua resistência de baixo d'água. Da maçaranduba (*Manilkara huberi*), extraem-se esteios, caibros, tábuas, estacas e pernambucas. As possibilidades são variadas e, diferente da terra firme, onde é possível a construção de casas de taipa, na várzea a madeira é imprescindível, uma vez que nesse ambiente a taipa não resistiria. Nas comunidades pesquisadas não foram encontradas casas de taipa, nem tão pouco de alvenaria, todas são de madeira e de assoalho, ou são casas flutuantes. O assoalho tem em média cerca 1,5m de altura, com essa medida nem sempre é possível fugir da alagação, salvo quando a enchente não atinge as cotas máximas. Todavia, quando isso ocorre, os camponeses fazem uso de uma técnica importante – a maromba¹⁰, ou deslocam-se para áreas mais altas, casa de parentes em outras localidades ou até mesmo para a cidade. Para livrar-se desses incômodos ocasionados pela dinâmica das águas muitos camponeses optam por morar em casas flutuantes. O problema é que este tipo de habitação é muito mais cara do que uma casa em terra, pois requer constante manutenção, além de cabos

¹⁰ A maromba consiste em elevar o assoalho a partir do assoalho principal da casa. É construído um novo assoalho tendo como base o primeiro.

de náilon ou de aço para amarrá-los à margem do rio e, também, é fundamental a confecção de uma *poita*¹¹ para que o mesmo fique firme.

Outro fator negativo da casa flutuante são os riscos de acidentes, principalmente com animais peçonhentos e afogamentos. Os cuidados dobram se a família camponesa for composta fundamentalmente por crianças. Essas são as mais prejudicadas quando o assunto é higiene, uma vez que os dejetos do banheiro são lançados diretamente no rio, cuja água é consumida sem tratamento, na maioria das vezes.



Figura 13 – Os diversos usos da madeira nas comunidades: cercas, casas em terra e flutuantes e tábuas.
Fonte: Nusec/Ufam, 2008.

¹¹ A *poita* na maioria das casas flutuantes é confeccionada a partir de um bloco de concreto revestido por uma chapa de aço que tem por finalidade impedir que o flutuante rodopie com a força da correnteza. Pode ser utilizadas também toras de madeiras pesadas para tal finalidade.

3.2.3 Os frutos e produtos da floresta

Os produtos que a floresta amazônica oferece de forma gratuita para os camponeses que habitam essa região, verdadeiramente são muitos. Entretanto, nem só de madeira e de caça vive a floresta e os camponeses. Ela é muito mais generosa, incrivelmente ela consegue ser ainda mais dadivosa. E quando nos referimos a floresta, obviamente estamos nos reportando as de várzea e as de terra firme. É chegado o momento de analisarmos os frutos dessas florestas, complemento alimentar fundamental para a manutenção da vida dos trabalhadores da malva.

Nesses ambientes há um número considerável de plantas frutíferas de elevado grau vitamínico: o buriti (*Mauritia flexuosa*), o açaí-do-mato (*Euterpe precatória*), a bacaba (*Oenocarpus minori*), a castanha (*Bertholletia excelsa*), o tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), o piquiá (*Caryocar villusum*), dentre outras. A floresta fornece também muitas ervas, cascas, óleos, sementes etc. É o caso, por exemplo, da carapanaúba (*Aspidosperma* sp) árvore de grande porte, cuja casca é utilizada no tratamento de algumas inflamações; da andiroba (*Carapa guianensis*) cujas amêndoas fornecem um óleo de propriedades terapêuticas. E, como já foi dito a bacaba (*Oenocarpus minori*) e o açaí-do-mato (*Euterpe precatória*) cujos frutos são ricos em ferro (Fe) substância que combate doenças como a anemia. O açaí é consumido de várias maneiras, quase sempre associado à farinha de mandioca na forma de vinho (suco), ou ainda como acompanhamento às refeições.



Figura 14 – Amêndoas de andiroba e cacho de açaí, recurso natural extremamente utilizado pelos trabalhadores da malva.

Fonte: Nusec/Ufam, 2007.

A utilização de produtos da floresta como complemento alimentar, ou como alternativa à ausência de produtos industrializados, são marcas indeléveis do modo de vida dos camponeses amazônicos. Um bom exemplo dessa assertiva são as cuias (*Crescentia cujete L.*), muito utilizadas nas mais diversas tarefas domésticas. Com elas os camponeses armazenam e transportam água para o roçado, utilizam-nas como recipientes para servir alguns tipos de alimentos como o tacacá¹², e o açaí, e, também, como recipiente para alimentar animais domésticos, guardar sementes etc.



Figura 15 – Cuiá como recipiente para armazenar água.
Fonte: Luciana Menegaldo, 2008.

¹² Alimento muito consumido na região amazônica. Possui consistência semelhante a uma papa, seus ingredientes principais são: a goma (fécula de mandioca), tucupi (sumo da mandioca), jambu (*Spilhanthes oleácea Jac.*) camarão do mar ou de rio e pimenta.

Outro exemplo de utilização dos recursos da floresta são as palhas brancas (*Athalea* sp), e as de injaseiro (*Maximilliana maripa*). Essas palhas são alternativas importante que suprem a ausência de telhas industrializadas principalmente na cobertura de residências, de galinheiros, pocilgas, casas de farinha próxima à roça, viveiros de mudas e outros usos de caráter ornamental.



Figura 16 – Diversas formas de uso das palhas pelos camponeses.
Fonte: Nusec/Ufam, 2007.

Em um estudo realizado entre os aborígenes australianos Service (1971) Meggitt (1964 apud SILVA, 2007, p. 146) afirma que “os vegetais constituem 70 a 80% da dieta das pessoas, onde a maioria das populações não poderia ser mantida sem tais alimentos, enquanto que poderia passar períodos sem o consumo de carne”. Poderíamos por analogia especular que esta afirmação se aplica aos habitantes da região amazônica, pois a variedade de espécies florestais, os domínios paisagísticos e ecológicos, reflexos dessa própria variedade, têm potencial para fornecer alimento para um número elevado de pessoas. A apropriação dos recursos florestais é de suma importância para a reprodução do modo de vida dos camponeses amazônicos, e os trabalhadores da malva não estão fora desse contexto. Essas atividades que são realizadas no interior das florestas compõem o imperativo categórico da polivalência. Aqui navegar verdadeiramente é preciso, entretanto, sobreviver é a palavra de ordem e, para que isso ocorra com o mínimo de dignidade e de calorias, os trabalhadores da malva precisam atuar em várias frentes, pois nem só de extrativismo vegetal vive a floresta e esses sujeitos sociais. O mundo vivido do labor desses trabalhadores compõe-se por outras atividades também importantes, como as ligadas aos aspectos simbólicos da vida, como veremos a seguir.

3.2.4 As plantas medicinais

Outra dimensão que reflete a capacidade adaptativa dos camponeses amazônicos, exemplificada no conhecimento e extração dos recursos da floresta, são as plantas medicinais. Essas são encontradas tanto na floresta, ainda no seu habitat natural, quanto nos quintais¹³, algumas, já domesticadas.

O uso de plantas medicinais para combater determinadas doenças é conhecido como Fitoterapia. Sua utilização está relacionada ao conhecimento terapêutico popular, respeitando as formas de compreender a doença e o corpo (ARAÚJO, 1998). A medicina moderna que é uma das mais beneficiadas com progresso da ciência, tem resistido, mas não tem conseguido impedir o estabelecimento de modelos alternativos de tratamento. Os princípios da moderna medicina assentam-se no modelo Tecnocrático, Humanístico e Holístico. Segundo Santos (2006 apud SILVA *et al* 2007, p. 111-112),

¹³ Os quintais são áreas menores que circundam a casa. O terreiro está geralmente associado à frente da residência. É comum encontrarmos nessa área variedades de plantas medicinais domesticadas sendo cultivadas com o intuito de ornamentar, proteger do “mal olhado” e produzir remédios.

O modelo Tecnocrático separa corpo e mente, onde o corpo é a máquina, e o paciente é o objeto. O modelo Humanístico não separa o corpo e a mente; existe interação com o paciente, respeito pelas suas necessidades, divisão de responsabilidades, cujo foco de tratamento é a prevenção. Já o modelo Holístico não separa corpo, mente e espírito; existe unidade entre médico e paciente, cada indivíduo é responsável por si mesmo, a tecnologia está a serviço do homem e não se sobrepondo a ele, o processo é de autocura, que vem de dentro para fora.

Ainda segundo Santos (2006 apud SILVA *et al.* 2007, p. 111-112):

O modelo existente no Brasil é o Tecnocrático, com as organizações de saúde hierarquizadas, praticando modelos de cura padronizados, onde a autoridade máxima é do médico e não do paciente. Nesse modelo não é relevante saber quem é o paciente, não é preciso observar suas emoções, as máquinas diagnosticam tudo e produzem resultados que quase sempre indicam medidas radicais, como por exemplo, cirurgias. Esse método é benéfico aos conglomerados empresariais que se formaram no decorrer dos últimos anos no Brasil. De certa forma esses empresários têm na doença e não a saúde sua principal fonte de lucros.

No caso específico dos trabalhadores da malva, a utilização de métodos alternativos de tratamento de saúde é um imperativo. O processo de trabalho na extração das fibras de malva é, sem sombra de dúvidas, um dos mais arriscados da agricultura amazônica. Eles estão sujeitos a ataques de animais peçonhentos, a desenvolver doenças de pele etc. As plantas medicinais para eles são socorro bem presente na hora do acidente, propicia um ganho até ser providenciado o tratamento convencional, se necessário. Os aspectos objetivo e subjetivo do trabalho degradante da lavoura de malva serão abordados com profundidade no capítulo III.

A utilização de plantas medicinais perpassa por questões objetivas e subjetivas dos camponeses amazônicos – trabalhadores da malva –, pois se é certo que o chá de boldo verdadeiro (*Plectranthus barbatus*) é um excelente alívio para dores estomacais, é certo também que o galho do pião roxo (*Jatropha gossypifolia* L.) “afugenta com propriedade” o mal olhado e a inveja. Outras plantas são utilizadas em benzimento e simpatias. Plantas que às vezes não são originárias da Amazônia, como a arruda (*Ruta graveolens* L.) de origem européia, é muito utilizada no benzimento de crianças para cura de quebranto.

As plantas medicinais utilizadas pelos camponeses possuem propriedades terapêuticas – diuréticas, tônicas, laxativas, depurativas, dentre outras e, também, princípios ativos como alcalóides, flavonóides, óleos essenciais etc. Essas variedades de plantas são utilizadas no combate de muitas doenças, tais como a úlcera estomacal, inflamações no ouvido, gripe, frieira, diarreia, reumatismo, hemorróidas etc. e, também, ajudam na recuperação de pessoas acidentadas, como por exemplo, a surucuína (não identificada), usada para combater o veneno

da surucucu (*Lachesis muta*), animal que causa muitos acidentes no processo de lavagem da malva.

Entretanto, nem todas as substâncias produzidas a partir de plantas medicinais são para cura de doenças físicas. Há preparos que são exclusivos para combater “doenças espirituais”. Encantamentos e mandingas que fazem parte do imaginário social da Amazônia há séculos, e que somente são “resolvidos” pela “pajelança” e utilização das ervas, cascas, sementes, frutas, flores, sumos, emplastos, chá, de alguma planta da floresta. Para todas as situações há uma planta para aniquilar o *mal* ou abrir as portas para o *bem*. O amor, o êxito nos negócios, a proteção para caçar e pescar, fundamentalmente contra a panema, para afugentar os “assustamentos” de crianças, para trazer felicidade ao lar etc. O mundo dos espíritos e o mundo dos homens são paralelos. O objetivo de certas entidades é “malinar” do camponês que está no lago à noite, por exemplo, é torná-lo panema, ou seja, aplicar-lhe uma espécie de encanto, ou força mágica, não materializada, que é capaz de infectar criaturas humanas, animais e objetos, tornando-os infrutíferos. No caso do pescador ou do caçador, se ele está com a panema, não conseguirá pescar ou abater nenhuma caça. Será preciso passar por um ritual de purificação. É nestes casos que retorna o casamento entre a religiosidade católica e a crença dita pagã, uma vez que o pescador será benzido por um sacerdote e pagará penitência a um determinado santo. Segundo Galvão (1955) as técnicas de que o homem se utiliza para lidar com esses sobrenaturais incluem práticas católicas, o uso de rezas, de cera ou de água benta, por exemplo, e de outras de origens as mais diversas, como pimenta e alho para afastar o indesejável, defumações, tratamentos pelos curadores etc.

Esses aspectos revelam a dimensão simbólica de uma cultura híbrida que agrega elementos da cultura indígena, negra e do branco colonizador; de religiões como o cristianismo e outras religiões afro-brasileiras, criando uma espécie de crença coletiva sincrética, na qual a magia se apresenta sob três aspectos: “a crença do feiticeiro em suas técnicas de cura; a crença do doente no poder do feiticeiro e, por último, a confiança e a opinião coletiva da comunidade sobre o feiticeiro” (STRAUSS, 1991 apud SILVA *et al.* 2007 p. 135).

Podemos entender todas essas crenças e narrativas como sendo a memória insistindo, resistindo aos conflitos. A análise destes fatos é um verdadeiro debruçar-se na cultura de um povo, no seu modo de vida, situá-la em sua historicidade de tempo e espaço. De acordo com Ranciaro (2004, p. 196):

É entendê-la como parte de uma totalidade de elementos constitutivos e primordiais da vida material dos indivíduos. Realidade que, ao analisá-la, descortinam-se inúmeros significados, dela captados pelo mundo das idéias, que estão concretamente representados nas palavras ao expressarem valores, preceitos, crenças e sentimentos. É neste contexto que cada gota de orvalho, de cada planta, cada animal, cada pedra formam um conjunto de elementos que funciona como coadjuvante de um vasto cenário enfeitado de estrelas, iluminado pelo sol, pela lua e movimentado pela dinâmica das águas, da terra e da floresta.

Sob a ótica Durkhemeana as crenças mágicas dos trabalhadores da malva são fatos sociais, pois essas práticas estão presentes em todas as sociedades, portanto, têm um caráter de generalidade e são exteriores a eles. São práticas orientadas pela consciência coletiva que exerce pressão sobre os indivíduos no sentido de uma socialização das práticas. Fato que pode ser comprovado quando da transmissão do conhecimento às futuras gerações. O processo de aprendizagem das técnicas de reconhecimento das plantas (dos poderes curativos e mágicos das mesmas), não se dá de maneira formalizada, contudo, elas são repassadas (socializadas) a partir de um modelo educacional informal que possui características próprias, aspectos ligados fundamentalmente uma tradição de oralidade desses sujeitos sociais. Essas práticas perpassam o caminho de curas alternativas e de “libertação do espírito”. Nesse ponto surgem dois problemas verificados *in loco*: a continuidade das práticas fitoterápicas e mágicas e o apelo por tratamentos convencionais. Segundo Silva *et al.* (2007) isso se dá devido ao processo migratório cada vez mais intenso, principalmente dos jovens das comunidades para os centros urbanos e, também, de certa forma, pelo amplo alcance dos meios de comunicação, que em determinados momentos, insistem numa visão dicotômica de oposição campo cidade, onde o campo é visto quase sempre como sinônimo de atraso em comparação com o “avançado”, o “moderno” da cidade. Nesse sentido, remédios industrializados e tratamentos convencionais recebem o *status* de verdadeiramente eficientes, por serem produzidos e recomendados por especialistas gabaritados e por renomados laboratórios. Obviamente que é preciso relativizar quando surgem situações específicas, que comprovadamente necessitam de investigações mais profundas para um diagnóstico preciso, contudo, não se pode desprezar o conhecimento de plantas medicinais que milenarmente tem tratado e curado as populações amazônicas.

As figuras e os quadros a seguir mostram algumas das plantas medicinais mais encontradas nas três comunidades, tanto as do terreiro, próximas da casa, quanto às da floresta. Isso é importante ser mencionado porque os camponeses também encontram nas matas de várzea e de terra firme enorme variedade de árvores das quais eles extraem leite,

cascas, folhas e raízes. Contudo, trata-se apenas de uma pequena amostra. Essas plantas também se enquadram nos esquemas fitoterápicos e mágicos descritos acima.



Figura 17 – Plantas medicinais: hortelã, capim santo, arruda e erva-cidreira.
Fonte: Nusec/Ufam, 2007.

O quadro 02 a seguir mostra as plantas medicinais cultivadas perto da casa e as que estão na floresta mais utilizadas nas comunidades. As partes usadas na maioria das vezes são as folhas e a forma de uso geralmente é o chá.

Quadro 02: Plantas medicinais encontradas nas comunidades

Nome popular	Nome científico	Parte usada	Forma	Finalidade
Arruda	<i>Ruta graveolens L.</i>	Folha	Banho	Combater dores de cabeça
Alfazema	<i>Vitex agnus-castus L.</i>	Folha	Banho	Combater dores de cabeça
Amor Crescido	<i>Portulaca pilosa L.</i>	Folha	Chá/sumo	Tratamento de cabelo
Babosa	<i>Aloe barbadensis L.</i>	Folha	Chá/sumo	Combater a erisipela
Boldo	<i>Plectranthus barbaus</i>	Folha	Chá	Combater gastrite
Capim santo	<i>Cibopogon citratus</i>	Folha	Chá	Combater cólicas e insônia
Coirama	<i>Bryophyllum pinnatum</i>	Folha	Chá/sumo	Contra inflamação na garganta
Erva-cidreira	<i>Lippia alba</i>	Folha	Chá	Combater cólicas e insônia
Hortelã	<i>Mentha sp.</i>	Folha	Chá	Combater inflamações na garganta
Malvarisco	<i>Plectranthus amboinicus</i>	Folha	Chá	Combater gripes e resfriados
Mangarataia	<i>Zingiber officinale Rosc.</i>	Folha/raiz	Chá/sumo	Contra inflamação na garganta
Manjerição	<i>Ocimum micrathum Wild</i>	Folha	Chá/sumo	Contra dores de cabeça
Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i>	Folha/talo	Sumo	Combater gastrite
Mucuracaá	<i>Petiveria alliacea L.</i>	Folha	Chá/sumo	Contra hemorragia
Pião roxo	<i>Jatropha gossypifolia L.</i>	Folha	Sumo	Combater inflamação na garganta
Algodão roxo	<i>Gossypium herbaceum L.</i>	Folha/talo	Chá/sumo	Inflamações na garganta
Crajiru	<i>Arrabidaea chica (H.B.K.) Verlot</i>	Folha/raiz	Chá	Combater anemia
Vick	<i>Menta spicata L.</i>	Folha	Chá	Combater resfriados e dores
Jambu	<i>Spilhanthes oleácea Jac.</i>	Folha	Chá	Combater hemorragias
Quebra-pedra	<i>Phyllanthus sp. .</i>	Folha	Chá	Contra problemas renais

Quadro 03: Espécies agrofloretais usadas como remédio

Nome popular	Nome científico	Parte usada	Finalidades
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>	Casca/sementes	Combater reumatismo, inflamações, gripes, cicatrizações, ação
Apuí	<i>Coussapoa martana</i> Miq. sp.	Casca/leite	Contra ferimentos e herniais
Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i>	Raiz	Combater inflamações
Araçá boi	<i>Alibertia edulis</i> (A. Rich.)	Casca	Contra dores intestinais e hemorróidas
Carapanaúba	<i>Aspidosperma</i> sp	Casca	Dores estomacais, diarréias, sarnas, feridas no útero
Copaíba	<i>Carapa guianensis</i> aubl),	Casca/sementes	Contra ferimentos, hemorragias, dores estomacais e ação
Envira amarela	<i>Virola elongata</i> ssp.	Casca	Para defumação (espantar insetos)
Jacaréuba	<i>Callophyllum brasiliensis</i> Camb.	Casca	Para defumação (espantar insetos)
Jucá	<i>Caesalpinia férrea</i> Mart. Var. <i>ferrea</i>	Vagem/bucha	Contra traumas e inflamações
Piranheira	<i>Symmeria paniculata</i>	Casca	Contra dores renais, ferimentos, diarréias, sarnas e inflamações
Mari-mari	<i>Cássia leiandra</i> Benth.	Casca	Contra inflamação na garganta
Tarumã	<i>Vitex cymosa</i> Bertero ex Spreng	Casca	Ações depurativas
Caimbé	<i>Sorocea deuckei</i>	Leite	Contra hemorróidas
Cajurana	<i>Simaba guianensis</i>	Casca	Contra cólicas intestinais, hemorróidas e diarréia
Mulateiro	<i>Calycohyllum spruceanum</i>	Casca	Contra diarréia
Munguba	<i>Pseudobombax munguba</i> (Mart. & Zucc)	Casca	Contra reumatismo, ferrada de arraia e traumas
Murici	<i>Byrssonima cf. garcibarrigae</i> Cuatrec	Casca	Contra inflamações na garganta e diarréias
Táxi branco	<i>Pterocarpus amazonicus</i>	Casca	Contra diarréias e hemorróidas
Sacaca	<i>Croton crajucara</i> Bth.	Folha/casca	Contra inflamações no fígado
Ingá	<i>Ingá cinnamonea</i>	Casca	Contra diarréias e dores estomacais

3.2.5 O etnoconhecimento nas atividades pesqueiras

Optamos em abrir esta seção para analisar o labor nas atividades pesqueiras por conta fundamentalmente de dois fatores: o consumo e a comercialização sazonal. A pesca dos trabalhadores da malva é realizada nas comunidades motivada por esses dois objetivos. Poderíamos seguir analisando apenas o aspecto ligado ao consumo, uma vez que o capítulo tem por finalidade a compreensão dessa dimensão apoiado no conceito de labor. Todavia, a especificidade dessa atividade nos direcionou para o não abandono total da análise do aspecto da comercialização.

Das três comunidades pesquisadas, os trabalhadores da malva de Bom Jesus são os que menos pescam de forma comercial. Diferentemente, na comunidade N.S. das Graças, como já foi dito, a pesca comercial é uma das principais fontes de renda (21 famílias dedicam-se exclusivamente a essa atividade). Em Santo Antônio, alguns trabalhadores da malva também pescam com o intuito de comercialização, apesar de não ser na mesma proporção de N. S. das Graças.

A pesca é mais uma atividade de um conjunto de atividades ligadas fundamentalmente ao labor nas comunidades, mesmo havendo comercialização intensa em duas comunidades. Contudo, é preciso destacar que essa dimensão exclusivamente comercial da pesca nas comunidades não será abordada aqui de maneira sistemática, ampla e, sim de maneira tangencial.

Os trabalhadores da malva são agricultores, contudo haja vista o caráter polivalente das atividades no mundo rural amazônico, alguns desses sujeitos sociais atuam sazonalmente, como pescadores comerciais. Na verdade, trata-se de um imperativo categórico que imprime ao camponês dessa região uma condição de diversificação de suas atividades no mundo do trabalho, visando à ampliação do leque de possibilidades que garantam as condições de obtenção dos meios de vida.

Outro aspecto que não poderia ser deixado de fora da análise é o etnoconhecimento das técnicas e ambientes de pesca. Analisaremos, de forma pormenorizada essa característica marcante desses sujeitos sociais polivalentes, cujo saber tradicional pode contribuir para a elaboração de projetos sustentáveis de pesca para a região amazônica.

Box 03**Definição dos tipos de pesca**

A pesca na bacia amazônica está definida e regulamentada da seguinte forma: pesca artesanal comercial, pesca artesanal de subsistência, pesca de peixes ornamentais e pesca esportiva.

1) Pesca artesanal comercial: captura várias espécies e utiliza muitos apetrechos de pesca. É praticada por pescadores que possuem uma embarcação com caixa de gelo apropriada para resfriar e conservar por vários dias e semanas. Essas embarcações podem ser agrupadas em três categorias:

► Barco pescador: há um forte investimento em aparelhos de pesca e os pescadores são altamente treinados para a utilização desses aparelhos.

► Barco pescador/comprador: o investimento em aparelho de pesca é mais moderado, pois eles são utilizados somente em épocas mais favoráveis.

► Barco comprador: não possui aparelhos de pesca ou pescadores embarcados. Seus proprietários são comerciantes que compram o peixe dos ribeirinhos e vendem nas cidades.

2) Pesca artesanal de subsistência: é desenvolvida por pessoas residentes em zonas rurais, geralmente chamadas de ribeirinhos, ou indígenas, que pescam de forma tradicional e cotidiana, sendo, também praticada ocasionalmente pelos moradores das pequenas cidades da Amazônia. Nesta pescaria há uma variedade de apetrechos de pesca e espécies capturadas em relação à comercial. As embarcações utilizadas são pequenas, podendo ser motorizadas ou não. A pescaria acontece geralmente próxima à moradia do pescador e tem como finalidade a alimentação do grupo familiar.

3) Pesca de Peixes ornamentais: é uma atividade de captura de peixes vivos para ornamentação de aquários. Na Amazônia, esta atividade representa uma importante fonte de renda para a região do rio Negro. Esta pescaria também é desenvolvida de forma artesanal, sendo os peixes capturados com rapichês, poucás, ou armadilhas. Os peixes são armazenados em pequenos tanques-rede até que os pescadores obtenham uma boa quantidade para serem vendidos.

3) Pesca Esportiva: é o tipo de pesca onde o pescador faz da captura do peixe uma atividade de lazer ou esportiva, não dependendo da produção pesqueira para sua alimentação ou para geração de renda. Na região amazônica, este tipo de pesca é em geral desenvolvida, por turistas de outros estados ou países. : THAISSA, Sobreiro; SOUZA, Lucirene A.; FREITAS, Carlos E. de C. **Manejo dos recursos pesqueiros no Médio Rio Negro**. Manaus: Edua, 2006.

Sabe-se que a obtenção dos meios de vida (atividade de labor), no mundo rural amazônico requer elevado conhecimento do meio, das interações e relações entre os ecossistemas. A região poderia ser interpretada como uma espantosa arquitetura de sistemas que se edificam uns sobre os outros, uns contra os outros, enfim, que se relacionam uns com os outros (CARREIRO, 1941). A compreensão desse mosaico de ecossistemas impõe duplo desafio para a ciência: produzir conhecimento sistemático da região (compreensão do todo) reconhecendo e validando outros saberes (investigação das partes).

Sabe-se que o paradigma estrutural da ciência contemporânea ancora-se em um conhecimento sistematizado estabelecido por sistemas de classificações, cuja finalidade fundamental é entender e compreender a complexidade das coisas do mundo. Nesse sentido, o ecossistema amazônico pode ser entendido de acordo com a assertiva de Morin (1998), ou seja, ele verdadeiramente é um sistema de sistemas de sistemas, complexo onde a palavra diversidade é a tônica. E quando se fala em diversidade é mister que não tenhamos em mente somente a questão biológica/ecológica, mas também questões sociais, políticas, econômicas e culturais, pois elas também possuem um elevado grau de complexidade e são deveras

relevantes para uma boa compreensão e visualização dos problemas desta região. Nesta perspectiva, Lévi-Strauss (1996) afirma que a diversidade, no caso a cultural, se constitui de diferenças culturais – conhecimentos e técnicas – e não de desigualdades culturais¹⁴. Assim, cada grupo social estabelece relações culturais que se opõem umas as outras por motivos de decisões econômicas, sociais e políticas. E, de certa forma, fecundam-se naturalmente a ponto de convergirem para algo positivo para o grupo, com base no conhecimento e nas técnicas diversas que cada cultura adquiriu no decorrer de sua trajetória histórico-social.

As populações tradicionais amazônicas, indígenas e não indígenas produziram um verdadeiro arcabouço empírico sobre a natureza, devido, sobretudo suas atividades estarem diretamente relacionadas aos ambientes terras, florestas e águas. Esse arcabouço é o que Lévi-Strauss (1976) denominou de “verdadeira ciência do concreto”. Posey (1987); Toledo (1992) citado por Mendonça (2007, p. 97) contribuem para tal afirmação ao dizer que:

O uso dos recursos naturais por populações locais, de origem rural, é orientado por um conjunto de conhecimento acumulado, resultante da relação direta de seus membros com o meio ambiente, motivada por um modo de vida que ainda guarda acentuada dependência da natureza próxima. Por meio de observações atentas aos ciclos naturais, da troca de informações entre os pares sociais e do legado cultural, estas populações constroem seu modo de intervir na natureza.

Os camponeses varzeanos do Baixo Solimões – trabalhadores da malva – fazem parte desse rol de povos tradicionais da região amazônica cujo capital cultural se revela nas estratégias de sobrevivência e na relação simbiótica com a natureza, no caso específico a pesca, seu principal aporte protéico.

Todavia, esses sujeitos sociais enfrentam muitas dificuldades para realizar essa atividade, pois o cultivo de malva exige desses trabalhadores muito esforço e dedicação, justamente no período de fartura do pescado (vazante e seca). O período que vai do final de julho a outubro, é período de capina da lavoura, essa é feita manualmente, muitas vezes literalmente com as mãos (arrancando a vegetação daninha). Na média são necessárias duas a três capinas no por ano. Gastam-se semanas inteiras no roçado, para garantir o bom desenvolvimento das plantas. Passado esse período, a partir do final de outubro a dezembro, aqueles que atuam nessa atividade com o intuito de comercialização, dedicam-se de forma mais incisiva. Obviamente que eles arrumam meios para garantir seu sustento de várias

¹⁴ O termo desigualdades culturais significa a noção explícita e, em certa circunstância implícita, que confunde desenvolvimento técnico e tecnológico com superioridade racial e cultural.

maneiras no decorrer do ano (caça, extrativismo, pesca, etc.), como estamos tentando mostrar neste capítulo¹⁵.

Os trabalhadores da malva, de modo geral não podem ser considerados pescadores comerciais, haja vista o caráter de pesca sazonal exercida por eles. Na comunidade de maior produção de malva (Bom Jesus, com 57 produtores) a pesca de subsistência é superior à pesca comercial. Em Santo Antônio a relação é de relativa proporcionalidade. Nessa comunidade, são 12 produtores de malva. Em N.S. das Graças (especialista em pesca), o processo é bem definido, havendo predominância da pesca comercial, principalmente de peixes “lisos”. Outro fator diferencial de N. S. das Graças é a sua localização. Nessa comunidade é possível fazer compras em Manacapuru pela manhã e voltar para a comunidade na hora do almoço. Caso não haja alimento (pescado) em um determinado dia é possível adquiri-lo na cidade. A pesca comercial tem maior potencialidade nessa comunidade, devido principalmente aos frigoríficos instalados na cidade, como mencionado anteriormente. Das três comunidades da área de estudo, essa é a que sofre maior influência da sociedade envolvente.

A pesca praticada nas três comunidades apresenta características semelhantes àquela exercida por pescadores polivalentes, portanto, prioritariamente exercida como atividade de subsistência e secundariamente (como exceção de N. S. das Graças), como atividade comercial. Os métodos e os apetrechos de captura são, na grande maioria, artesanais e os ambientes de pesca explorados são quase sempre os lagos que circundam as comunidades ou o próprio rio Solimões. Essa atividade é realizada tendo como principal embarcação canoas movidas com motores de popa ou remo, e barcos pequenos movidos a diesel com pequenas câmaras frigoríficas.

Percebeu-se que a pesca nas comunidades é multiespecífica, com acentuada preferência por peixes de escama das mais variadas ordens e famílias (Quadro 03). Todavia, há fundamentalmente em N. S. das Graças e Santo Antônio um comércio efetivo de peixes identificados pelos camponeses como lisos ou “feras”. O Município de Manacapuru possui frigoríficos que trabalham com a exportação dessas espécies de peixes para outros Estados brasileiros como São Paulo e Minas Gerais e, também, para outros países da América do Sul e do Norte, como a Colômbia e, também, os Estados Unidos da América. Cientificamente esses peixes denominados como “feras” são da Ordem dos Siluriformes, da família Pimelodidae,

¹⁵ É importante frisar que não há especialidade nas comunidades estudadas. O cultivo de malva por apresentar maior rentabilidade possui certa predominância em relação a outros cultivos agrícolas, contudo, é tão somente mais uma modalidade de trabalho, uma atividade que faz parte da polivalência camponesa nessa microrregião.

“essa família compreende formas diversificadas, com exemplares muito pequenos e grandes. Possui corpo nu, abertura branquiais amplas, nadadeiras peitorais e dorsais precedidas por acúleos” (BRITISKI *et al.* 1999 apud SOARES, *et al.* 2007, p. 115). Os exemplos mais conhecidos popularmente são a pirarara, o surubim pintado, o jaú, a piracatinga e a piramutaba.

Box 04**O rural no urbano em N. S. das Graças**

Do ponto de vista da produção do espaço¹, pode-se considerar que a apropriação e relação com a terra e o modo de vida dos moradores da comunidade N. S. das Graças apresentam aspectos de hibridismo, que de acordo com Souza (2008) pode significar uma estrutura espacial cujos elementos são formados de aspectos antagônicos. O sentimento de pertencimento dos moradores da comunidade N. S. das Graças deve ser considerado em suas particularidades, associadas à geografia do lugar. Nesse sentido, pode se afirmar que essa comunidade possui um modo de vida híbrido, pois ao mesmo tempo mantém estruturas rurais, tais como atividades agrícolas ligadas ao cultivo de malva, mandioca, e milho; atividades pesqueiras, atividades extrativas, arquitetura das habitações, festas religiosas, deslocamento por via fluvial, relações de troca com vizinhos, etc.; também apresenta modo de vida ligado à dimensão da cidade: telefone celular, televisão, hábito de fazer compras em supermercado, (no caso os de Manacapuru), etc. É, portanto, dessa forma que o hibridismo pode ser observado na produção e apropriação do espaço da comunidade, que reflete num modo de vida específico diferente das outras duas comunidades. Os moradores dessa comunidade de fato apresentam um padrão de identidade com o lugar², que não pode ser definido apenas pela relação maniqueísta do rural e/ou do urbano³, como denominações geográficas e sociais rígidas, pois neste caso, podemos apontar uma realidade que se aproxima daquilo que autores como Ab' Saber (1989) e José Graziano da Silva (2002) apontam como sendo rururbano⁴, ou seja, uma zona onde o rural e o urbano estão presentes e cuja definição de um ou de outro não é possível da forma tradicional e rígida como é realizada. O conceito de rururbano, contudo, não pode ser aplicado aos moradores da comunidade N. S. das Graças apenas relacionados aos aspectos econômicos ou de zoneamento como tradicionalmente ocorre. A dimensão do pertencimento nesse caso não pode ser olvidada, uma vez que a realidade econômica não está desvinculada da produção do espaço, que por sua vez está na base das relações sociais e de produção. Nesse contexto, o rural e o urbano, enquanto modos de vida, também podem ser considerados, indo, portanto, além do aspecto econômico. A forma de produção e circulação que se tem ali, como já mencionada, e a visão do rio e do lago como extensão da vida, permitem aferir o grau de importância que esses elementos geográficos⁵ possuem para os que vivem na margem rural do Município (em frente, do outro lado do rio está a margem urbana). Esses aspectos permitem afirmar que há expressivo nível de ruralidade em função das águas e das relações que a partir dela se produzem, gerando uma identidade caracterizada pelo hibridismo, numa estrutura espacial que pode ser considerada rururbana, especialmente pelas relações com o meio que ali são cultivadas.

¹ Segundo o geógrafo Milton Santos o espaço é o produto das relações entre a sociedade e o meio natural. Essa relação é realizada pelos sistemas de objetos (naturais ou construídos pelo homem) e sistemas de ações (decisões, planejamentos e construções).

² O lugar pode ser considerado o palco da relação entre os indivíduos. Possui uma dimensão de estar no mundo, pois quem está no mundo está também em algum lugar.

³ Rural e urbano, no contexto aqui utilizado, estão para além da dimensão econômica, pois se referem ao modo de vida, portanto, da produção e reprodução do espaço e da identidade com o lugar.

⁴ Nas denominações tradicionais o termo diz respeito a uma área de ocupação rarefeita. Aqui, contudo, o empregamos no sentido de entender as formas de apropriação do espaço.

⁵ Um elemento geográfico é tudo o que está disposto no conjunto de uma paisagem. Pode ser um rio, lago, ponte, prédio, etc.

De maneira geral, a atividade de pesca na Amazônia está diretamente ligada à sazonalidade. Segundo Witkoski (2007, p. 295):

Na atividade de pesca, pelo fato de as maneiras de viver de seu trabalho serem inseparáveis das próprias *águas de trabalho*, a condição cíclica do tempo ecológico aparece com força ainda mais imperativa: o camponês pode pescar durante todo o ano, mas não há como deixar de observar, para maior ou menor sucesso da atividade pesqueira, o período da enchente e cheia – de dezembro a julho – (estação de inverno) – e o período da vazante e seca – de agosto a novembro (o verão). Inseridos na dimensão cíclica do tempo ecológico, os camponeses saem à pesca, na busca de um meio aquático que, na forma como percebemos, pode ser compreendido, em termos de ecossistemas, no qual a natureza desenvolve processos de produção e reprodução de espécies vivas – o que nos leva a afirmar a diversidade de ecossistemas e das espécies que cada um deles comporta.

No período da cheia há um aumento exponencial do esforço de pesca, principalmente para a captura das diversas famílias de peixes de escama. Os bagres também ficam um pouco dispersos, entretanto, essa atividade é realizada na maioria das vezes diretamente no rio Solimões, cujo volume de água permite que essas espécies sejam capturadas o ano todo, mesmo que a quantidade de peixes capturados possa ser menor. Todavia, o período efetivo da safra de peixes lisos é a seca, pois é nesse período que ocorre a migração dos cardumes através dos rios em direção às cabeceiras. Na cheia, um fator importante que aumenta o esforço de pesca, é o fato de os lagos transbordarem e fundirem-se a outros lagos, criando enormes massas de água e uma quantidade maior de esconderijos para a ictiofauna. Segundo Rufino *et al.* (1999 apud PEREIRA; SOUZA; RAMOS 2007, p. 182):

O transbordamento das águas enriquecidas pelo aporte de nutrientes de origem terrestre que alcançam lateralmente, ocupando todos os terrenos mais baixos e com a chegada das águas cheias também, os peixes. Ocorre nesse período um longo padrão de separação entre as espécies lacustres e fluviais, que migram para os novos ambientes à procura fundamentalmente de alimento. Um número maior de ambientes oferece também, um número maior de alimentos que são consumidos de acordo com o hábito alimentar das diversas espécies. Há espécies que se alimentam de planctos, outras são herbívoras, outras dentrivoras e assim por diante.

No período das cheias as distâncias a serem percorridas também são maiores, fato que implica maior consumo de combustível, de gelo¹⁶ ou de força física para remar. No período da seca o esforço de pesca é outro. Os furos, que fazem a ligação entre o lago e o paraná ou com rio principal secam, impedindo que a fauna aquática se desloque para outros ambientes. É comum também, haver a formação de poços em determinados locais com grande concentração de peixes.

¹⁶ O uso de caixas de isopor com gelo é muito utilizado por pescadores comerciais individuais e, também, em barcos de pesca maiores, para a conservação do pescado, uma vez que esses trabalhadores não dispõem de energia elétrica que possibilite outras formas de conservação do pescado até o término da pescaria, ou por um tempo suficiente que garanta um estoque de peixes elevado, que possibilite uma comercialização mais rentável.

Os lagos se transformam em verdadeiros tanques naturais, facilitando dessa forma a captura com menos esforço e, também, em quantidade e variedade maior. Entretanto, esse período que é reconhecidamente um momento de fartura de pescado, pode ser também um período de eliminação do mesmo. É preciso ficar atento para a utilização de determinados apetrechos, pois a concentração de peixes é mais elevada e, nesse sentido, uma rede de arrasto¹⁷, por exemplo, pode varrer o lago facilmente em poucos dias. Esse tipo de apetrecho, muito usado na pesca comercial é altamente predatório, pois atinge altas profundidades em raio de abrangência muito maior do que uma simples malhadeira comum. Ela funciona como se fosse uma vassoura que limpa o leito dos lagos capturando muitas variedades de peixes de diversos tamanhos. As espécies mais nobres, de maior valor de mercado são separadas e as inferiores são descartadas, quase sempre mortas. Isso faz com que a reprodução das espécies daquele ambiente para o próximo ano fique cada vez mais comprometida até chegar ao ponto de exaustão dos recursos faunísticos.

Os apetrechos de pesca utilizados mudam de acordo com o período hidrológico, pois os camponeses são conscientes da preservação do ambiente de reprodução de seu principal aporte protéico. Sabem que manutenção do habitat é fundamental para a diversificação da ictiofauna local e, também, para a continuidade de sua existência material e simbólica. Sabem que é preciso haver tempo para a reprodução das espécies. Sabem também, qual o melhor apetrecho a ser utilizado para a captura de determinadas espécies. A traíra (*Hoplias malabaricus*), por exemplo, é muito pescada utilizando-se a zagaia, assim como pirarucu (*Arapaima gigas*) é pescado quase sempre de arpão. Segundo Witkoski (2007, p. 303):

O campesino das águas sabe, igualmente, que na área dos lagos existe um conjunto de espécies muito variável, que na área dos lagos existe um conjunto de espécies muito variável, que compõe a ictiofauna e só pode ser capturado, em poucas quantidades, em face das condições naturais dos nichos em que vivem, por exemplo, a pouca profundidade dos lagos, principalmente na época de vazante e seca, em face das oscilações dos regimes das águas do rio e das precipitações da região; por outro lado abem que as espécies que migram, ou seja, mudam sazonalmente, na busca das cabeceiras dos rios, desaparecendo praticamente na época da desova; por fim, por fim, esse momento crítico da escassez do peixe, quando não inviabiliza a pesaria, compromete-a bastante, apesar do esforço para realiza-la, visando a subsistência.

¹⁷ Para Smith (1979 apud WITKOSKI 2007) a rede ou redes de lanço são apetrechos feitos de multifilamentos escuros de nylon. Podem atingir 30 a 80m de comprimento com malhas de 3cm entre os nós opostos. São utilizadas, de maneira intensa, durante a piracema. Falabella (1994) fala em redes de lanços de até 500m.

Nesse sentido, não é incomum haver em muitas comunidades a tentativa de organização social para a preservação de determinados espaços (lago fundamentalmente), com a finalidade de fazer dos mesmos lagos *dispensas*, tornando-os espaços com regras de pesca específicas, com proibições para entrada de pescadores profissionais artesanais comerciais e, também, a utilização de técnicas e instrumentos de pescas predatórias, como por exemplo, o uso da rede de arrasto. Segundo Fraxe (2000, p. 109):

Algumas comunidades mantêm *lago dispensas (preservados)*. Esses lagos menores, mais fáceis de vigiar, são os comumente utilizados como *dispensas* (reservas de alimento) pelas comunidades. São, porém, os que possuem menor diversidade de espécies, provavelmente em razão do grande esforço de pesca exercido antes da proibição da pesca comercial.

Sabe-se que são nas terras de várzeas que estão as grandes formações lacustres, que para os camponeses representam muito mais que ecossistemas complexos, para eles representam vida – a manutenção de sua própria vida. Os lagos constituem-se na principal fonte de alimento para qualquer comunidade rural na Amazônia, no caso específico das comunidades da área de estudo, eles são fundamentais. Para Mcgrath *et al.* (1994, p. 390-91):

O controle de um lago por uma comunidade se dá pela extensão da posse pelos membros da comunidade da terra que contorna o lago. Uma reserva de lago é definida como um lago sobre o qual uma ou mais comunidades exercem formas de manejo através de um acordo assinado pelos moradores, que envolve a proibição da entrada de pescadores de fora, e pode incluir regras específicas quanto ao tipo de atividade permitida ao longo do ano [...]. A decisão de manejar o lago, então, implica uma mudança profunda na estrutura da economia familiar, envolvendo um deslocamento da sua base econômica da pesca para uma ou mais outras atividades capazes de proporcionar renda e produtividade adequadas.

De maneira geral, as comunidades são bem servidas de lagos de grande piscosidade, como por exemplo, o lago Ananá no Município de Anori, o lago Tamanduá e o Iauara ambos pertencentes ao Município de Manacapuru. Em relação ao lago Tamanduá que fica próximo a comunidade N.S. das Graças, há uma tentativa oficial de transformação do mesmo em lago de preservação permanente. Segundo o senhor Sebastião Mendonça (51) nos anos de 1970/80 a comunidade se reuniu em torno de um movimento de preservação do lago. Esse movimento contou com o apoio da prefeitura de Manacapuru, que elaborou um documento de proibição da pesca comercial no local. Entretanto, segundo ele, foi um projeto que não saiu do papel, pois a maioria dos comunitários não levou a proposta a sério.

A pesca comercial está proibida no documento, mas não está na prática. Esse lago, assim como os outros que circundam as comunidades pode ser considerado o mais

importante, entretanto, ele não é o único, outros lagos compõe essa enorme massa de água, e também, precisam ser manejados de maneira racional e sustentável, Lagos como o Samaúma, Branco, Mocotó, da Ressaca, lago do Anori, Lago Grande e outros.



Figura 18 – Ambientes de pesca das comunidades: Lago Ananá, Paraná do Iauara e rio Solimões.
Fonte: Luciana Menegaldo; Nusec/Ufam, 2008.

Na comunidade Santo Antônio, além do lago Ananá, há um ambiente também muito procurado por pescadores comerciais. Trata-se da boca do lago do Anori que desemboca no rio Solimões. Esse lago recebe influência direta desse rio. No período da cheia seu volume de água dobra, criando em suas margens vegetação aquática composta fundamentalmente por macrófitas, local de refúgio e alimentação de muitas espécies de peixes. Por ser saída do lago, muitos pescadores fazem redes de arrasto para aguardar os cardumes. Formam-se os lanços¹⁸

¹⁸ A palavra “lanço”, que acompanha o termo rede, significa, regionalmente, um lugar escolhido estrategicamente por onde, necessariamente, migrará o cardume (WITKOSKI, 2007, p. 310).

cercando os animais não permitindo que os mesmo escapem, são capturadas muitas espécies de peixe de escama, como a matrinxã, o jaraqui e o pacu.

A capacidade ictiofaunística dos lagos que circundam as comunidades é considerável. Os questionários nos revelaram cerca de 24 espécies de peixes, divididos entre peixes de escama, lisos e de placas ósseas, que apresentam maior freqüência de captura nas áreas das comunidades. Obviamente que esses dados não são conclusivos, tampouco, significam que os camponeses só consomem e/ou vendem essas espécies¹⁹. Entendemos que não foi possível um número maior de espécies devido à quantidade de questionários aplicados (36 ao todo) e, também, ao universo da pesquisa (87 trabalhadores). Sabe-se que outras espécies são capturadas. Não obtivemos, por exemplo, informações acerca da captura do pirarucu e do peixe-boi (*Trichechus manatus*) para fins de comercialização e/ou subsistência. Essa lacuna pode ser explicada a partir de alguns pontos importantes: a efetiva diminuição do estoque, o período hidrológico da pesquisa de campo na qual foram colhidos os dados, e a desconfiança do sujeito pesquisado em declarar-se positivamente a cerca da captura de recursos faunísticos (peixe e caça), protegidos por legislação específica. O Quadro 04 mostra as espécies mais capturadas nas três comunidades.



Figura 19 – Pesca artesanal comercial com redes de arrasto na boca do Lago do Anori.

Fonte: Nusec/Ufam, 2008.

¹⁹ Segundo Falabella (1994 apud WITKOSKI 2007, p. 297), “a diversidade de peixes presentes na complexa rede de rios, paranás, lagos, igarapés, furos, etc., da região amazônica, menos 50 espécies são utilizadas para consumo e/ou comercialização”.

Quadro 04: Espécies de peixes mais capturadas nas comunidades

Ordem	Família	Subfamílias	Nome Científico	Nome Popular
Perciformes	Cichlidae		<i>Astronotos crassipinnis</i>	Acara-açu
Characiformes	Anostomidae		<i>Leoporinus</i> sp	Aracu
Osteoglossiformes	Osteoglossidae		<i>Osteoglossum bicirrhosum</i>	Aruanã
Siluriformes	Loricariidae		<i>Liposarcus pardalis</i> sp	Bodó
Siluriformes	Pimelodidae		<i>Pseudoplatystoma tigrinum</i>	Surubim tigre
Perciformes	Cichlidae		<i>Acararichthys</i> sp	Cará
Characiformes	Prochilodontidae		<i>Prochilodus</i> sp	Curimatã
Siluriformes	Pimelodidae		<i>Brachyplatystoma rolsseauxii</i>	Dourado
Characiformes	Curimatidae		<i>Curimata</i> sp	Branquinha
Siluriformes	Pimelodidae		<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>	Filhote de piraíba
Characiformes	Prochilodontidae		<i>Semaprochilodus</i> sp	Jaraqui
Siluriformes	Pimelodidae		<i>Paulicea lutkeni</i>	Jaú
Characiformes	Characidae		<i>Brycon amazonicus</i> sp	Matrinxã
Characiformes	Characidae	<i>Serrasalminae</i>	<i>Mylossoma</i> sp	Pacu
Perciformes	Scianidae		<i>Plagioscion</i> sp	Pescada
Siluriformes	Pimelodidae		<i>Colophysius macropterus</i>	Piracatinga
Siluriformes	Pimelodidae		<i>Brachyplatystoma vaillanti</i>	Piramutaba
Characiformes	Characidae	<i>Serrasalminae</i>	<i>Serrasalmus</i> sp	Piranha
Siluriformes	Pimelodidae		<i>Phractocephalus hemioliopterus</i>	Pirará
Characiformes	Characidae	<i>Serrasalminae</i>	<i>Colossoma macropomum</i>	Tambaqui ruelo
Characiformes	Characidae	<i>Insertae sedis</i>	<i>Triporthus</i> sp	Sardinha
Siluriformes	Pimelodidae		<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>	Surubim pintado
Characiformes	Erytrinidae		<i>Hoplias malabaricus</i>	Traíra
Perciformes	Cichlidae		<i>Cichla ocellaris</i> sp	Tucunaré

Das 24 espécies apresentadas no Quadro 04, 16 estão diretamente ligadas ao consumo diário, quer seja por certa facilidade na sua captura, hábito ou devido à sazonalidade que potencializa o consumo de determinadas espécies. Exemplo, o bodó (*Liposarcus pardalis sp*) na seca, é capturado relativamente com menos esforço do que em outros períodos. Outras oito espécies (filhote de piraíba, dourado, surubim tigre e pintado, jaú, piracatinga, piramutaba, e pirarara) estão relacionadas somente à comercialização sazonal. Isso ocorre por dois fatores principais: valorização de mercado (exportação) e por tabu²⁰ alimentar dos camponeses. Das espécies de peixe de cor o surubim é o mais consumido e, portanto, é capturado com dupla finalidade, venda e consumo. Os gráficos a seguir quantificam o consumo e a comercialização de algumas espécies apresentadas na Tabela 04.

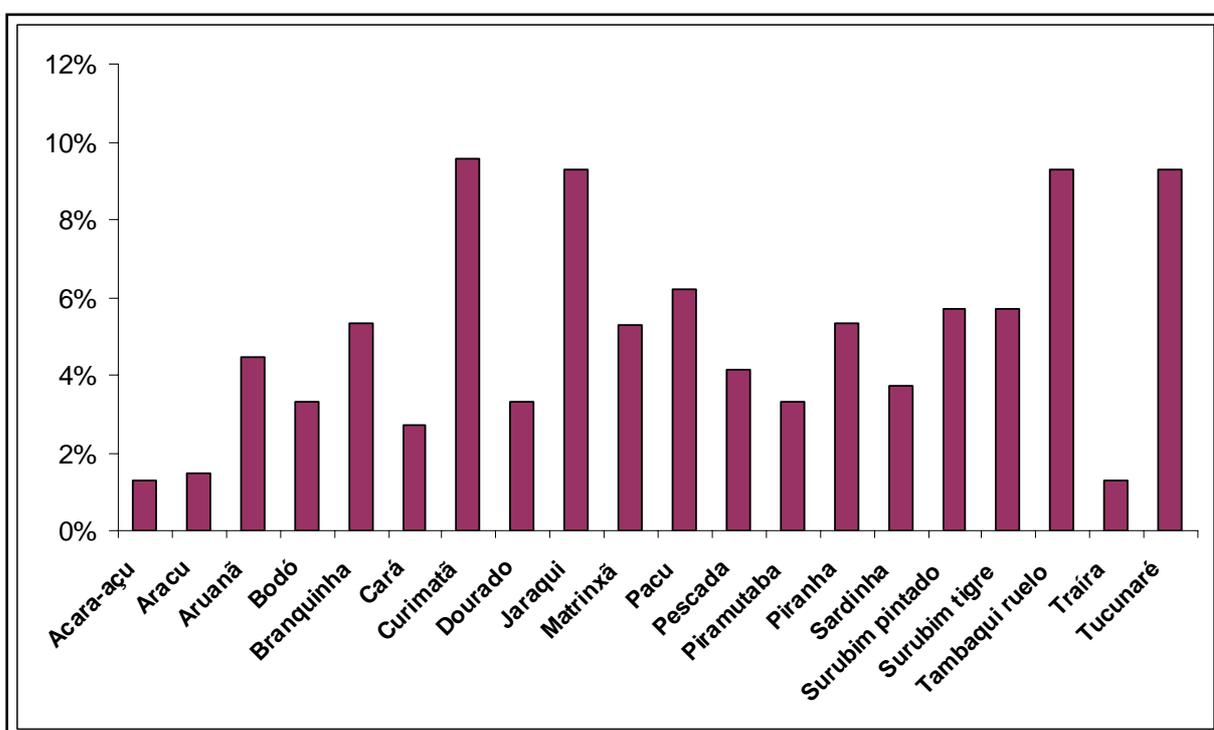


Gráfico 04 – Espécies de peixes mais consumidos pelos trabalhadores da malva.

²⁰ Segundo Witkoski, (2007, p. 31-302), os camponeses amazônicos preferem comer peixes de escama a peixes de couro. Um dos argumentos mais utilizados para explicar tal preferência fundamenta-se no fato de a carne do peixe de couro ser “remosa”. Os peixes lisos são muito remosos, ou seja, são portadores de reima, substância que prejudica o sangue, provocando sensações desagradáveis de coceira, enfim, fazem mal para o corpo.

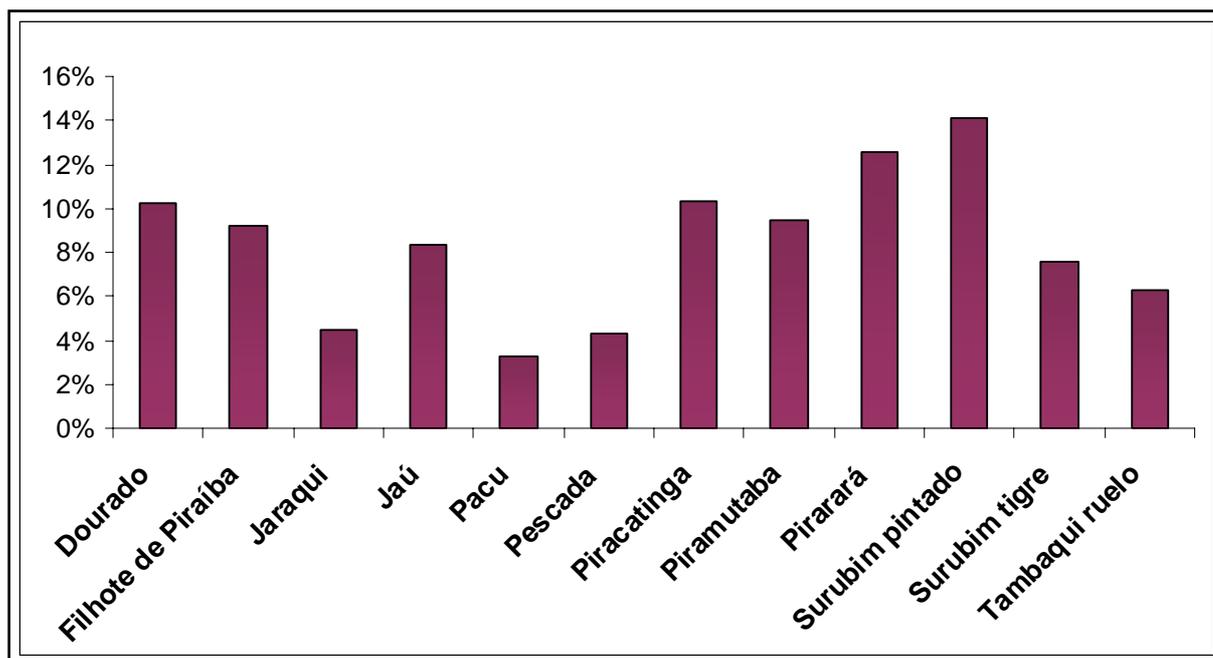


Gráfico 05 – Peixes mais comercializados sazonalmente nas comunidades.

Grande parte das espécies apresentadas no gráfico são capturadas em maior ou menor número em todos os períodos hidrológicos. Na seca, por exemplo, a captura de espécies de escama como aracu, pacu, curimatã, pescada, tambaqui ruelo, bodó, tucunaré dentre outras, é elevada. Na cheia não há muitas variações, essas espécies se repetem e são acrescidas de outras espécies e, também, dos peixes de couro, piramutaba, surubim pintado, surubim tigre, dourada e outros.

A relação entre interesse alimentício, manutenção da vida física e interesse comercial manutenção da vida simbólica está sempre sendo conjugado, dependendo da comunidade, em maior ou menor escala de importância. Esse aspecto nos remete à relação entre balanço de trabalho e consumo da família, onde as determinações que a estrutura familiar impõe sobre o comportamento econômico do camponês são expressas a partir dessa relação Chayanov (1974). Uma vez que são assegurados os meios de subsistência do grupo familiar vai haver uma menor atenção à pesca comercial.

Observam-se no gráfico acima algumas espécies que estão diretamente ligadas à esfera da comercialização sazonal os chamados peixes de cor. Todavia, outras espécies, nas comunidades também são comercializadas, obviamente em menor escala como o tambaqui ruelo. A finalidade da pesca sazonal comercial das comunidades é primeiramente o consumo e, posteriormente, a venda, com exceção das espécies de cor cuja finalidade é somente a comercialização, com exceção do vários tipos de surubins.

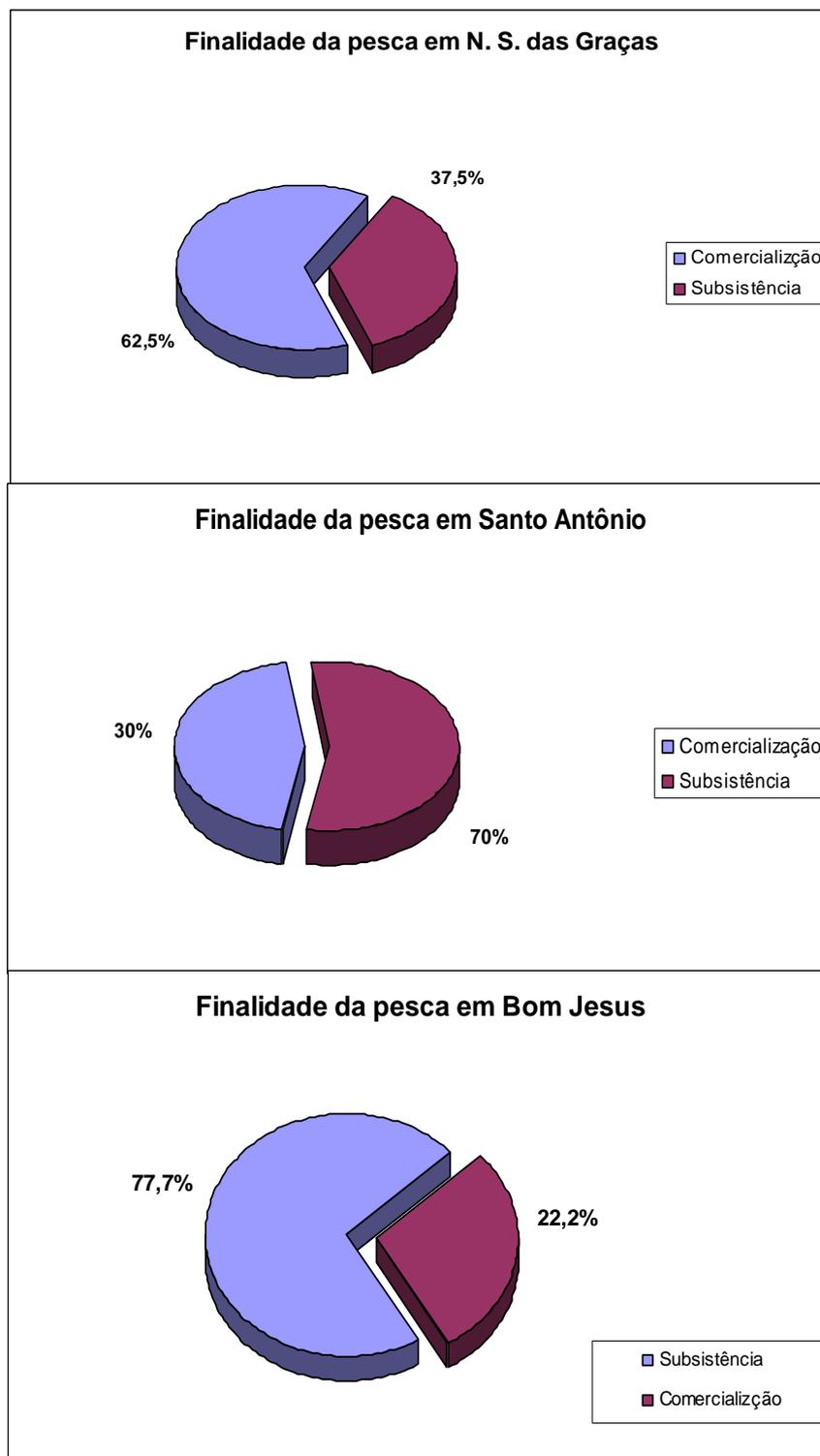


Gráfico 06 – Gráficos comparativos do objetivo da atividade pesqueira.

Os gráficos acima mostram a porcentagem obtida da questão formulada para apreender a finalidade da pesca nas três comunidades. Indica também que os trabalhadores da malva de N. S. das Graças são os que se dedicam de forma mais incisiva à pesca comercial.

A comunidade N. S. das Graças apresenta uma particularidade, ou seja, um deslocamento gradativo para a atividade de pesca comercial. Entretanto, nem sempre foi assim. Essa comunidade já foi uma das maiores produtoras de malva do Município de Manacapuru. Esse deslocamento para atividade pesqueira está muito ligado ao declínio do preço da malva nos últimos anos e com o aumento de demanda por peixes “lisos” para a exportação. Segundo o senhor Sebastião Mendonça (51), a malva, no seu período áureo (década de 1970), gerava muito mais riqueza do que a pesca de hoje. Para ele, o trabalho na pesca é duro e causa mais danos ao corpo do que a atividade na malva. Esse trabalhador não vê com bons olhos o deslocamento da comunidade da atividade agrícola para a pesca. Para ele, a submissão dessa atividade frente aos agentes da comercialização (barcos pesqueiros compradores e frigoríficos) é igual e às vezes superior à mesma relação com esses sujeitos no processo de produção de malva.

Você ficar abaixado durante horas, todo dia na proa de uma canoa puxando essa rede pesada para vender o peixe no preço que o patrão quer, acho que não compensa o esforço. E quando ela engata no fundo em troncos de árvores? É pó isso que muitos, ainda novos aqui da comunidade, já estão se queixando de problemas na coluna. Eu ainda prefiro o trabalho na malva. Lá você planta, dá uma ou duas capinadas e depois quatro meses retorna no roçado pra colher, não precisa acordar todo dia de madrugada, faça chuva ou sol (Sebastião Mendonça, 51 anos, trabalhador da malva de N. S. das Graças).

Os gráficos mostram ainda que em Bom Jesus, maior produtora de malva das três comunidades, a pesca é essencialmente para consumo. Em Santo Antônio, há uma porcentagem maior de pesca comercial sazonal.

3.2.5.1 Os apetrechos

Os apetrechos utilizados pelos trabalhadores da malva, bem como o conhecimento desses sujeitos sociais em relação aos ambientes de pesca também foram analisados. As comunidades (Mapa 02) são cercadas de lagos paranás e o rio Solimões ambientes de alta piscosidade. Esses ambientes são amplamente utilizados pelos camponeses para obtenção diária de sua alimentação. Os gráficos a seguir mostram os meios mais utilizados por eles no exercício da pesca, os instrumentos de pesca, bem como o parecer deles acerca do melhor período para a prática da pesca.

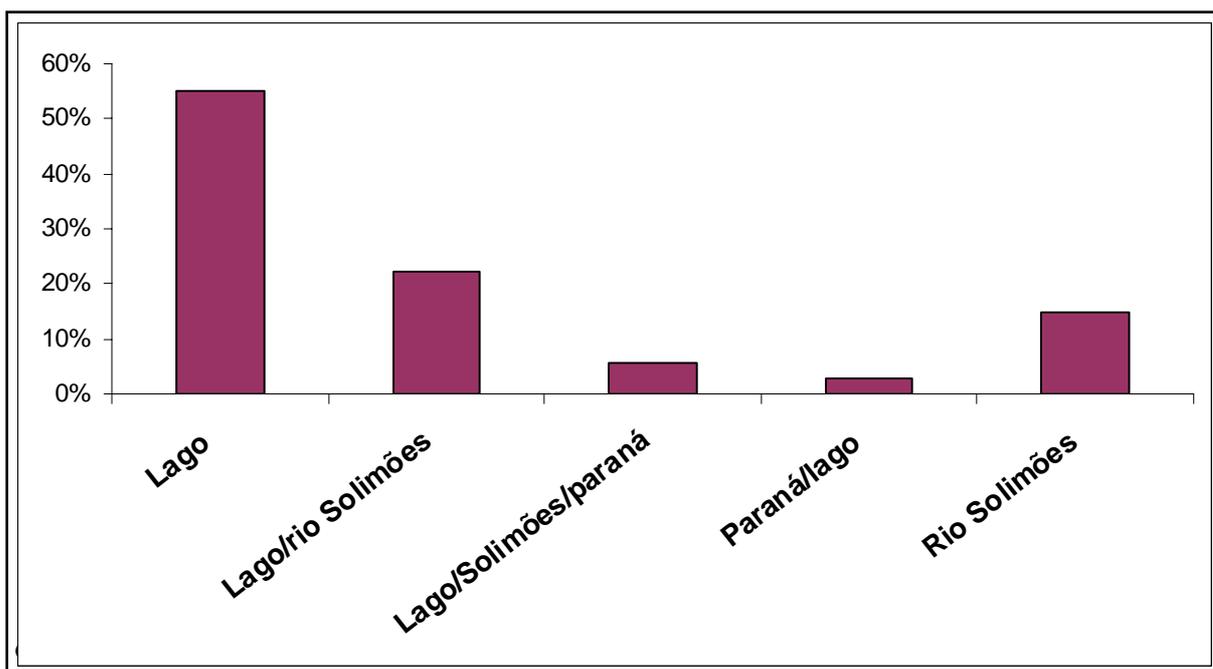


Gráfico 07 – Ambientes mais visitados pelos trabalhadores da malva.

De acordo com o gráfico, os ambientes mais transitados pelos trabalhadores da malva em sua luta cotidiana para a obtenção dos recursos que garantirão sua sobrevivência são os lagos. Seu intuito é capturar principalmente, mas não somente, peixes de escama, seu principal aporte protéico. Poderia se indagar quanto ao percentual referente ao lago, uma vez que as comunidades são rodeadas de muitos lagos, isso seria de certa forma justo. Entretanto, não é por esse motivo que o ambiente lago aparece com maior destaque na pesquisa. Esse aspecto está diretamente ligado à relação que é mantida pelo camponês com esse ambiente, uma relação de conhecimento dos ciclos da natureza. De acordo com Witkoski (2007, p. 302):

O camponês quando sai para pescar, não deixa seu capital cultural em casa e se desloca a esmo atrás da captura que deseja. Munido de um conhecimento forjado na experiência ordinária da vida, mediado pelo conhecimento da geração que o antecedeu, sabe que o lago, na cheia ou na seca (principalmente na seca), em razão da densidade de peixes nele acumulada, não vai lhe negar a proteína tão necessária à sua vida. Nesse sentido, ao (re)conhecer a “inteligência” subjacente à natureza, sem a ela se submeter de modo passivo, mas com ela interagindo, busca seus frutos.

Os trabalhadores da malva, bem como outros camponeses amazônicos, são detentores de elevado conhecimento da natureza. Eles sabem que é nos lagos que está independentemente da sazonalidade uma possibilidade maior de obtenção de êxito em sua pescaria, uma vez que esses ambientes na maioria das vezes são isolados, com águas mais calmas e densa vegetação aquática, ambiente propício para a reprodução da ictiofauna.

Além do lago, o gráfico mostra que o segundo ambiente mais freqüentado é o próprio rio Solimões. Nas comunidades, principalmente N.S.das Graças e Santo Antônio, esse ambiente está mais ligado à pesca dos bagres. Obviamente que não são somente essas espécies que são capturadas nesse ambiente. Todavia, o potencial desse rio para esse tipo de pesca é considerável. Os paranás também são muito utilizados para pesca de espécies menores, como o pacu, o aracu, a piranha, principalmente através da pesca de caniço e anzol.

A exploração de todos esses ambientes é feita fundamentalmente a partir da utilização de um meio de transporte secular na Amazônia – a canoa. Esta, no decorrer dos anos, sofreu algumas modificações, principalmente com a introdução do motor de popa (rabeta), contudo, o remo continua sendo o principal parceiro do camponês, uma vez que esse motor não possui preços populares e, também, para a pesca, principalmente no lago, não se pode fazer muitos ruídos, é preciso silêncio para o êxito da pescaria. O gráfico a seguir mostra as principais embarcações utilizadas pelos trabalhadores da malva nas atividades de pesca.

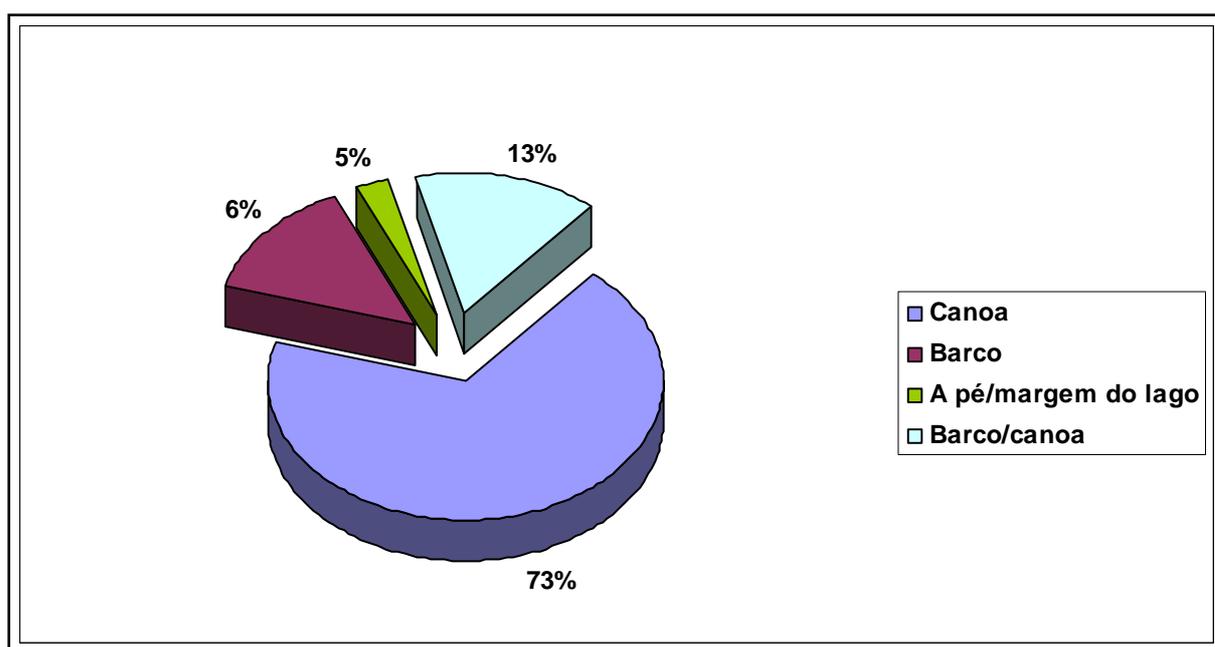


Gráfico 08 – Embarcações mais utilizadas na atividade pesqueira nas comunidades.

A canoa e o remo movidos à tração humana, como montaria, é o meio de transporte universalmente usado na Amazônia. De maneira geral, todas as atividades relacionadas à pesca na Amazônia em um dado momento utilizam canoas. No caso específico das comunidades pesquisadas elas estão associadas ao transporte e à prática da pesca artesanal de subsistência. Os deslocamentos mais longos são feitos em barcos de recreio ou de canoa, principalmente quando se tem um motor de popa. Os 68% que se referem à utilização da

canoa estão ligados à pesca que utiliza somente essa montaria. Na seca, quando os rios e lagos ficam mais rasos, elas são amplamente utilizadas, uma vez que por ser menor, elas possuem maior mobilidade e podem penetrar em áreas que os barcos maiores não conseguem. É lícito dizer, em síntese, que a canoa a remo não só é a embarcação mais utilizada pelos camponeses pescadores – transporte de pessoas, farinha, capim para o gado na cheia, reboque de toras cortadas na seca e transportadas na cheia, etc. – como também é a mais utilizada nas suas atividades de pesca, independentemente das combinações que façam entre os diferentes tipos de embarcação, a canoa, sempre estará presente, como se fosse portadora do estatuto da imprescindibilidade.

O item barco diz respeito à embarcação ligada mais a pesca comercial. Essa embarcação é movida a diesel e fica geralmente parada em determinados pontos do rio ou do lago e o deslocamento é feito a partir das canoas que são rebocadas para este fim. Nessas embarcações há geleiras construídas de forma artesanal que garantem a conservação do pescado até que se atinja uma cota máxima digna de comercialização. Como podemos notar esse tipo de embarcação não é tão freqüente nas comunidades. Os 6% do gráfico estão mais ligados aos barcos de pesca comercial que atuam nas áreas das comunidades, mas não pertencem aos comunitários. O barco/canoa é uma embarcação maior que uma canoa normal, mas com um motor de centro movido também a diesel. Também muito utilizado por pesadores comerciais.

Por último, um aspecto da singularidade do modo de vida dos trabalhadores da malva, a pesca a pé. Como isso seria possível? Isso pode acontecer principalmente em dois períodos: na cheia e na seca. Com a enchente e, posteriormente a cheia, acontece o fenômeno da junção de vários ambientes aquáticos, o que acaba criando novas paisagens, agora uma paisagem dominada pela água, as terras de várzea praticamente desaparecem e, nesse sentido, os camponeses não têm muito como se locomover a pé. Entretanto, sua residência pode se transformar em um ambiente de pescaria, pode ser da sua varanda ou mesmo de sua cozinha. Em outro momento, com a descida das águas e posteriormente à seca, o camponês pode realizar sua pescaria margeando a pé os lagos e os poços que se formam nesse processo. Nesses casos, é comum à pesca de caniço, anzol de linha, zagaia e linha comprida. O gráfico a seguir mostra os principais apetrechos utilizados pelos trabalhadores da malva para realização da pesca. Esse aspecto será analisado juntamente com a noção dos camponeses acerca do melhor período para a pesca.

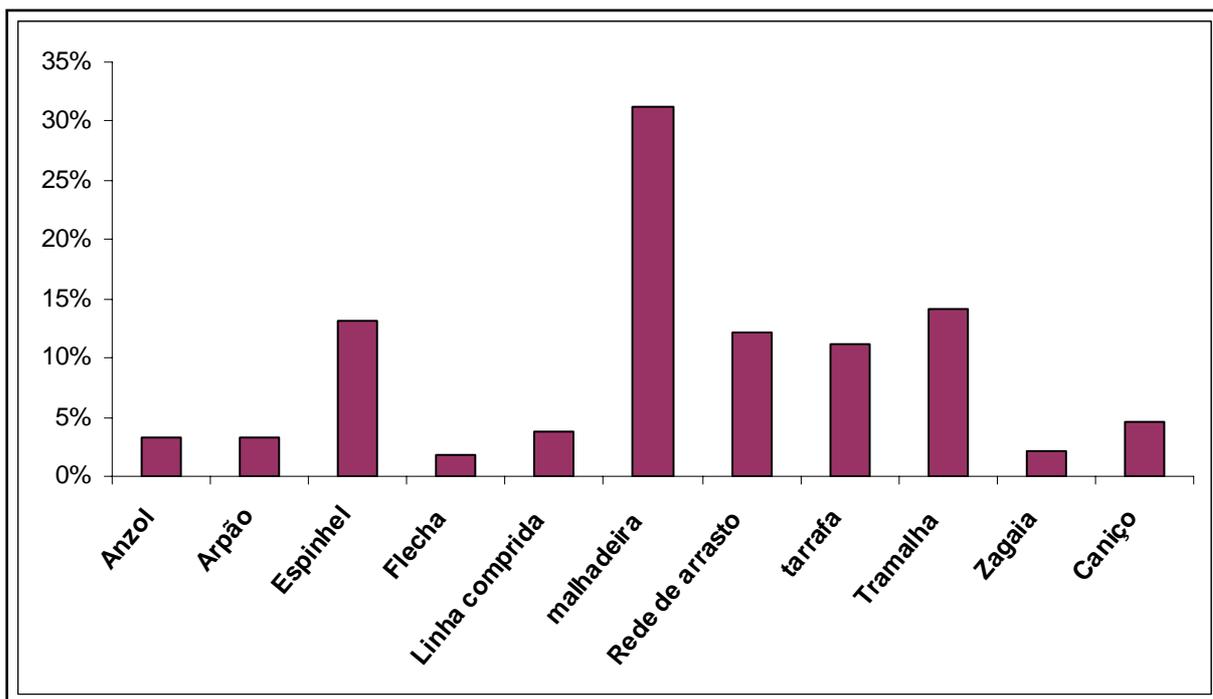


Gráfico 09 – Apetrechos de pesca mais utilizados pelos trabalhadores da malva.

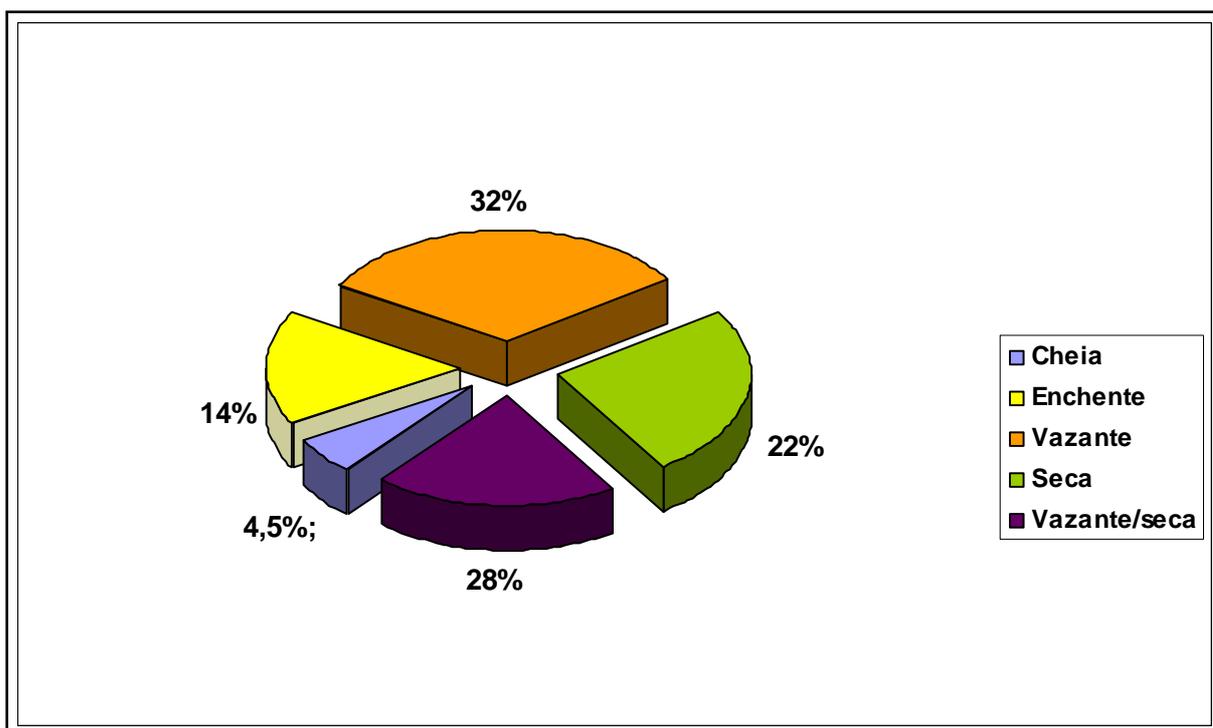


Gráfico 10 – Melhor período para pesca de acordo com os trabalhadores da malva.

Moreira (1993) afirma que as variedades de utensílios de pesca refletem o maior ou o menor esforço de pesca na apropriação dos recursos ictiofaunísticos, uma vez que os instrumentos de pesca são construídos e aplicados conforme o tipo de peixe que se deseja capturar, a quantidade ou unidade, a facilidade de manejo dos instrumentos e o modo como se

usar esses instrumentos. O autor trabalha com as “categorias nativas”, cujo detentor do conhecimento é o pescador.

Nas comunidades, os utensílios de pesca são instrumentos produzidos de acordo com as expectativas do pescador. Nesta condição, o sentido dado ao processo produtivo se refere aos utensílios que podem ter maior ou menor eficácia durante as pescarias. Estas práticas estão em conformidade com as espécies que se deseja capturar e também com o principal fator, que é o destino final da pescaria.

Os modos de pescar das comunidades pesquisadas variam entre as tecnologias tradicionais (que remontam à influência dos povos indígenas) e modernas (se caracterizando por utensílios confeccionados industrialmente). Atualmente é muito comum o uso individual de utensílios modernos como (Malhadeira e Tramalha) e/ou em combinação com diversos utensílios tradicionais (por exemplo, o uso do arpão e arco e flecha) no cotidiano dos pescadores. Tratando-se do processo de pesca artesanal de subsistência e eventualmente comercialização, que demonstra o uso combinado de utensílios tradicionais e modernos, o conhecimento tradicional desses sujeitos sociais enfatiza alguns detalhes importantes acerca dos seguintes critérios para definição de uso e confecção de utensílios, conforme o saber prévio sobre o comportamento dos peixes que deseja capturar; o conhecimento dos locais onde vivem; que os peixes comem; os locais onde se reproduzem; se são peixes de cardumes ou de comportamento individual; se são espécies de escama ou peixes lisos; conhecimento da anatomia do peixe; especificidades em relação ao tamanho, caso seja grande ou pequeno e a largura da boca. Tudo isso é importante e define o apetrecho melhor a ser utilizado, pois, dependendo do utensílio utilizado pode haver menor ou maior grau de êxito. Isso está ligado também pela questão da seletividade do pescado, que podem ser influenciados por fatores como hábito alimentar, hábitos natatórios e comportamento do pescado, ou simplesmente pelo tamanho e forma do corpo. Um exemplo de seletividade é a pesca com linha. Com esse apetrecho, o pescador usa determinadas iscas de acordo com a espécie que quer capturar, entretanto a captura é única. Geralmente esse apetrecho é utilizado para a captura de peixes lisos. Já em relação à tarrafa, o nível de seletividade, ainda que exista (peixes pequenos geralmente de escama), é muito menor. Haverá de uma só vez a captura de muitas espécies. Deste modo, a escolha do utensílio correto bem como o manuseio e eficácia do utensílio de pesca irão determinar o êxito ou o fracasso de uma pescaria. O gráfico mostra que a malhadeira, a tramalha e o espinhel são mais utilizados pelos trabalhadores da malva. Segundo Witkoski (2007, p. 314):

O uso da malhadeira está relacionado ao fato de que esse apetrecho permite com que o camponês possa utilizar outros apetrechos no mesmo momento da pesca, pois o mesmo não requer tanto esforço para instalá-lo e, uma vez que isso esteja terminado, o pescador só precisa verificar de vez em quando para impedir que as espécies capturadas sejam consumidas por peixes de hábito carnívoro. O camponês pode, para aproveitar o tempo, pescar utilizando outros instrumentos como o caniço ou um anzol e pescar em outro ambiente.

A tarrafa é outro instrumento de pesca muito utilizado pelos trabalhadores da malva, depois da malhadeira, é igualmente utilizada tanto na seca como na cheia e pode ser considerado como apetrecho de pesca artesanal. É um instrumento que requer aprendizado para que haja uma utilização correta. O êxito de seu lançamento depende de que ele caia na água totalmente aberto, para que possa atingir a maior área de água possível, e desça rapidamente devido as chumbadas anexadas em sua borda.

Outros apetrechos de destaque no gráfico é a rede de arrasto e o espinhel. A primeira ligada a pesca comercial feita de fios de nylon industrializadas geralmente compradas em lojas de Manaus, ou Manacapuru. Segundo Smith (1979 apud WITKOSKI 2007, p. 318):

Os pescadores empregam quatro tios de espinheis suspensos, ou próximos à superfície, cada qual sendo projetado para capturar determinadas espécies de peixe, por meio de diferentes iscas e tamanhos de anzóis. Em uma das versões do espinhel, por exemplo, uma corda de 2 ou 3 metros é amarrada entre duas árvores na várzea ou em um lago. A linha é mantida esticada entre 20 a 30 cm do nível d'água. Cerca de 3 a 4 anzóis, geralmente de tamanho 8 ou 10, são amarrados em linhas separadamente presas à corda, de modo que fiquem pendurados logo abaixo da superfície d'água.

As espécies mais capturadas com esse instrumento, principalmente na seca são o acaracaçu, a matrinxã, a piranha dentre outras. No período da cheia, o espinhel também captura espécies como aracu, tucunaré, tambaqui ruelo, dentre outros (dependendo do tamanho do anzol), peixes de couro como a piraíba, o surubim tigre, a pirarará dentre outros.

Em relação ao melhor período para a atividade de pesca, os camponeses afirmaram que o período da vazante e da seca são os melhores. Isso se dá devido à diminuição considerada do volume de água do rio Solimões, de seus afluentes e subafluentes. O esforço de pesca nesse período, como já foi observado anteriormente, é relativamente menor, pois há determinada concentração de pescado nos ambientes aquáticos represados pelo processo de vazante. Isso é válido para a pesca de subsistência, entretanto, para a pesca comercial o período da enchente e cheia é mais rentável, e o período da vazante e seca os mais difíceis. Por que isso ocorre? Os períodos de maiores fluxos de água – enchente/cheia são mais favoráveis para a pesca comercial devido (1) os peixes estarem mais gordos em virtude da

quantidade de alimentos consumidos nos ambientes em que vivem; 2) pela dificuldade de serem capturados, pois ocupam ambientes numerosos e espaços muito diversificados, habitando vegetações de fundo e superficiais, o que torna qualquer prática de pesca um desafio para os pescadores. Os dois fatores colaboram para agregar valor ao pescado, pois o consumidor quer comprar peixe grande e gordo e o pescador vislumbrando melhores condições de rentabilidade se expõe às condições de desafio e perigo (insetos, cobras, piranhas e jacarés) em ambientes como, matas de igapó para capturar os peixes de maior valor de mercado neste período – o tambaqui, o tucunaré e, principalmente o pirarucu.

A vazante/seca para a pesca comercial não é muito interessante devido fundamentalmente aos seguintes aspectos: 1) a redução do número de ambientes de pesca, o que implica na concentração de várias espécies de peixes em determinados ambientes (lugares com disponibilidades de água e alimentos) tornando-as mais vulneráveis à captura em grandes quantidades pelos diversos agentes sociais da pesca comercial; 2) e a redução do número de ambientes aquáticos que também implica na competição entre os peixes e outros animais face à procura por alimentos. Alguns peixes carnívoros maiores e menores se alimentam de peixes que não são carnívoros. Nesta competição natural, os peixes ficam mais magros diminuindo o interesse dos consumidores de bom poder aquisitivo em comprá-los.

Portanto, o conhecimento dos ambientes aquáticos, dos ciclos hidrológicos, dos instrumentos de pesca, da ictiofauna de maneira geral, revela a grande capacidade cognitiva dos camponeses varzeanos em conhecer e compreender o ambiente que os cerca. Eles sabem que sua sobrevivência depende efetivamente da perfeita conjugação dos elementos terras, florestas e águas, da utilização racional dos recursos que a natureza lhes oferece de forma gratuita já há alguns séculos nessa região.

O peixe está para o camponês amazônico assim como a floresta está para os animais. Eles são consumidos de mais variadas formas. Espécies como tucunaré, tambaqui ruelo, curimatã, pacu, branquinha, surubim pintado e o jaraqui, são geralmente consumidas cozidas, em calderadas, regadas a molho de tucupi, limão, pimenta malagueta (*Capsicum frutescens*) e muita farinha de mandioca, conhecida regionalmente como farinha d'água. Essa invenção tipicamente camponesa (ameríndia) é apreciada também nas cidades. Espécies mais nobres como o tambaqui e o tucunaré são preparados praticamente da mesma forma que os camponeses preparam, mas como fazem parte de cardápios de restaurantes elegantes de determinadas cidades amazônicas recebem o *status* de comidas sofisticadas. O Estado do Amazonas ainda é carente de políticas públicas efetivas voltadas para otimização dos recursos pesqueiros. Espécies que outrora estavam sempre presentes nas mesas dos cidadãos deste

Estado estão cada vez mais inacessíveis, foram elitizadas e praticamente já não fazem parte do cardápio de muitos trabalhadores da cidade e até mesmo do campo. É o caso, por exemplo, do pirarucu e do tambaqui. De certa forma, os camponeses conseguem superar esse obstáculo devido serem eles mesmos os pescadores, entretanto, isso não é uma regra, uma vez que eles são atraídos pelo valor de mercado que as espécies nobres representam e, acabam consumindo espécies de menor valor de mercado para vender as mais caras.

O quadro 05 a seguir mostra os principais instrumentos de pesca relacionados à captura das espécies de acordo com o período hidrológico.

Quadro 05: Instrumentos e períodos de captura.

Espécies	Nome vulgar	Período hidrológico de captura	Instrumento de captura
<i>Astronotos crassipinnis</i>	Acara-açu	Enchente, Cheia	Espinhel, malhadeira, tarrafa
<i>Leoporinus</i> sp	Aracu	Vazante e Seca	Espinhel, malhadeira, tarrafa
<i>Osteoglossum bicirrhosum</i>	Aruanã	Vazante e Seca	Flecha, malhadeira, tramalha
<i>Liposarcus pardalis</i> sp	Bodó	Vazante, Seca	Malhadeira, tarrafa, rede, espinhel
<i>Pseudoplatystoma tigrinun</i>	Surubim tigre	Vazante e Seca	Rede, malhadeira, espinhel, linha
<i>Acararichthys</i> sp	Cará	Enchente, Cheia	Espinhel, malhadeira, tarrafa
<i>Prochilodus</i> sp	Curimatã	Enchente, Cheia	Espinhel, malhadeira, tarrafa
<i>Brachyplatystoma rolsseauxii</i>	Dourado	Enchente, Cheia, Vazante	Rede, malhadeira, espinhel, linha
<i>Curimata</i> sp	Branquinha	Enchente, Cheia, Vazante e Seca	Tarrafa, malhadeira, tramalha
<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>	Filhote de piraíba	Enchente, cheia, Vazante e Seca	Rede, espinhel, linha comprida, espinhel
<i>Semaprochilodus</i> sp	Jaraqui	Enchente, Cheia, Vazante e Seca	Espinhel, malhadeira, tarrafa, tramalha
<i>Paulicea lutkeni</i>	Jaú	Enchente, Cheia, Vazante e Seca	Rede, malhadeira, espinhel, linha
<i>Brycon amazonicus</i> sp	Matrinxã	Enchente, Cheia, Vazante e Seca	Tarrafa, malhadeira, tramalha
<i>Mylossoma</i> sp	Pacu	Enchente, Cheia, Vazante e Seca	Tarrafa, malhadeira, tramalha
<i>Plagioscion</i> sp	Pescada	Enchente, Cheia, Vazante e Seca	Tarrafa, malhadeira, tramalha, espinhel
<i>Colophysius macropterus</i>	Piracatinga	Enchente, Cheia	Rede, espinhel, linha comprida, espinhel
<i>Brachyplatystoma vaillanti</i>	Piranutaba	Enchente, Cheia	Rede, espinhel, linha comprida, espinhel
<i>Serrasalmus</i> sp	Piranha	Enchente, Cheia, Vazante e Seca	Anzol, caniço, tramalha, tarrafa
<i>Phractocephalus hemioliopus</i>	Pirarara	Vazante e Seca	Rede, espinhel, linha comprida, espinhel
<i>Colossoma macropomum</i>	Tambaqui ruelo	Vazante e Seca	Malhadeira, tarrafa, rede, espinhel
<i>Triporthus</i> sp	Sardinha	Enchente, Cheia	Malhadeira, tarrafa, tramalha
<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>	Surubim pintado	Vazante e Seca	Rede, espinhel, linha comprida, espinhel
<i>Hoplias malabaricus</i>	Traíra	Enchente, Cheia, Vazante e Seca	Anzol, zagaia, tarrafa
<i>Cichla ocellaris</i> sp	Tucunaré	Vazante e Seca	Linha, espinhel, malhadeira, tramalha



Figura 20 – O etnoconhecimento subsidiando o mundo do labor.

Fonte: Nusec/ufam, 2007/08.

3.2.6 Outros cultivos agrícolas

Semelhante à atividade pesqueira, há nas comunidades outros cultivos agrícolas cuja finalidade é primeiramente a manutenção do corpo (*labor*) e, eventualmente, posteriormente, à garantida a satisfação das necessidades da família, a comercialização.

Os quintais florestais surgem como ambientes que possibilitam uma miscelânea de cultivos, que só é possível devido às características edafoclimáticas e botânicas de algumas espécies agrícolas, bem como a fertilização dos solos de várzea. Nesse ambiente são cultivadas plantas que são perenes ou bianuais e, também, algumas espécies florestais. Segundo Viana; Dubois; Anderson (1996 apud CASTRO *et al.* 2007, p. 60):

O quintal florestal é utilizado para obter alimentos ricos em proteínas, vitaminas, e sais minerais. Segundo eles, normalmente, o quintal é utilizado para assegurar um fluxo pequeno e contínuo destes produtos complementares e às vezes para produzir excedente para a venda. Esse tipo de agricultura que na verdade é uma mistura de extrativismo e cultivo agrícola implica numa produção que requer baixa aplicação de insumos e representa uma fonte adicional, eventual, de renda para os camponeses das comunidades. Nos quintais florestais destacam-se ainda o “terreiro”, ambiente que circunda a casa do camponês, geralmente jardinado com plantas ornamentais e frutíferas.

Esse espaço é também, o lugar da sociabilidade, do lazer e do entretenimento. Esses ambientes não estão inseridos apenas na dimensão material, econômica da vida dos trabalhadores da malva, ele extrapola essa característica, faz parte também da dimensão simbólica da vida desses sujeitos sociais. O cultivo de plantas ornamentais (tem por finalidade enfeitar o ambiente), medicinais e frutíferas feitas próximas a casa, nos sugere a idéia de vida conjunta, por meio de uma relação de cumplicidade. Van Leewen (1995 apud CASTRO *et al.* 2007) descreve o “terreiro” como parte do pomar caseiro, que é manejado diferentemente do restante do restante do pomar.

Observou-se nas comunidades da área de estudo, o cultivo de oléricolas para fins de manutenção da família. As hortaliças, (cebolinha, couve, chicória, dentre outras) em menor proporção, também estão presentes nesse ambiente. Outras que precisam de mais espaço para se desenvolver, como o jerimum, a batata e o maxixe, são cultivadas nas roças²¹, mais afastadas das casas. Na definição de Castro *et al.* (2007, p. 70):

²¹ Os camponeses amazônicos costumam associar a palavra roça somente ao cultivo de mandioca, com objetivo de produzir farinha. Entretanto, nesse mesmo espaço é comum haver consórcio com outras espécies.

As roças são os sistemas de uso da terra mais utilizados na Amazônia, sendo predominante o cultivo de espécies anuais utilizadas principalmente para a subsistência das populações ribeirinhas. Nesse subsistema, a mandioca é o componente principal consorciado com outras culturas, como por exemplo, feijão, milho, cará, batata doce e hortaliças em geral.

As comunidades pesquisadas localizam-se todas em áreas de várzea e, portanto, utilizam esse ambiente para fazer suas roças. Segundo dados do Projeto Piatam (2007), 88,8% das roças são feitas nesse ambiente e 11,2% são feitas em áreas de terra firme. A média dos terrenos é cerca de 2,92 e 1,72 ha/família. Segundo Castro *et al.* (2007, p. 70):

As roças das comunidades são caracterizadas pelo sistema agroflorestal (SAFs) e são do tipo seqüencial, onde o plantio de culturas anuais é alternado, numa mesma área, em uma vegetação arbórea espontânea denominadas de capoeira durante o período de “pousio” .

Os produtos principais, oriundos dos quintais e das roças das comunidades pesquisadas, são: farinha, feijão, milho, melancia, banana, coco, mamão, jerimum, macaxeira, juta e obviamente a malva. Essa produção não é feita em larga escala comercial, são produções sazonais, como é o caso principalmente da melancia, do milho e do feijão, que são plantados de forma consorciada com a malva, e tem por finalidade primeiramente o consumo. Todo esforço despendido para abertura do roçado, toda energia corporal gasta nas capinas para que se tenham excelentes cultivos, não estão diretamente ligados à lógica da comercialização²². O propósito imediato, motivador, dessa ação, portanto, salvo as exceções, não são para a produção de valores de uso, na verdade a quantidade produzida é tão baixa que elas não conseguiriam, de fato, produzir artefatos, bens duráveis, portanto não se pode associar tais atividades ou produtos ao trabalho, e sim ao labor enquanto meio de (re)produção da vida física²³. Segundo o senhor Auzimar Silva da Costa (28), trabalhador da malva da

²² Com exceção da malva e da juta que são plantadas anualmente com um único propósito – a comercialização, a geração de renda para obtenção de valores de uso – os outros cultivos eventualmente são comercializados.

²³ É preciso deixar claro que estamos lidando com uma realidade específica, com um modo de vida repleto de singularidades e especificidades. Nesse sentido, dois aspectos são fundamentais para não incorremos em interpretação equivocada da realidade social das comunidades. A primeira está ligada à questão da disponibilidade de terras para a execução de plantios mais extensos. Como vimos anteriormente a média dos terrenos dos camponeses é de 2,92 a 1,72ha, portanto, uma propriedade pequena, se comparada à outras realidade rurais brasileiras. As comunidades localizam-se em estreitas faixas de terras, na várzea do rio Solimões, cercadas por massas de águas, ou seja, mesmo que eles quisessem não poderiam ter propriedades extensas. O outro aspecto está relacionado à lógica e a simbólica da produção camponesa, uma produção que é orientada por uma outra lógica, que tem como fundamento a busca da satisfação primeiramente do grupo familiar (CHAYANOV 1974). Esse sujeito social, de acordo com Bottomore (1988) é um indivíduo que “vive na e da terra”, isto é, possui seus meios de produção, instrumentos de trabalho e opera, na grande maioria das vezes, com força de trabalho familiar. Talvez se eles fossem inseridos em outro contexto, ou possuíssem outra lógica de

comunidade Bom Jesus, os outros produtos que ele cultiva com a melancia na época da vazante/seca, servem mais para consumo, quando eventualmente ele vende, não consegue com o dinheiro arrecadado, comprar nem um par de roupas para seus filhos. Isso só seria possível se sua produção ocorresse em larga escala comercial, fato que não é possível por uma série de fatores explicados acima.

Os produtos oriundos das roças e dos quintais são os que estão diretamente ligadas ao labor, enquanto gênese da vida. Esses produtos, as frutas fundamentalmente, podem ser consumidos praticamente no mesmo momento em que são colhidos das árvores. A fome é saciada instantaneamente, a ingestão de vitaminas no organismo também. A farinha de mandioca precisa passar por um processo de fabricação, entretanto, ela é fundamental para a dieta alimentar dos camponeses, além de ser rica em carboidrato. Diria que a farinha está para o camponês amazônico assim como o peixe está para os rios e lagos desta terra. A macaxeira, a banana, o coco são amplamente utilizados na produção de mingaus, doces, ou ainda como acompanhamento ao prato principal – o peixe. Da mandioca extrai-se o tucupi, bebida que é incrementada com diversos tipos de pimenta e se torna imprescindível na mesa do camponês. Desse mesmo tubérculo extrai-se a tapioca, uma massa que serve para a preparação de uma iguaria muito apreciada por esses trabalhadores, a “tapiquinha”, uma espécie de salgado consumido com café ou com suco de frutas. O gráfico e o Quadro 06 a seguir mostram os principais produtos provenientes das roças e dos quintais das comunidades.

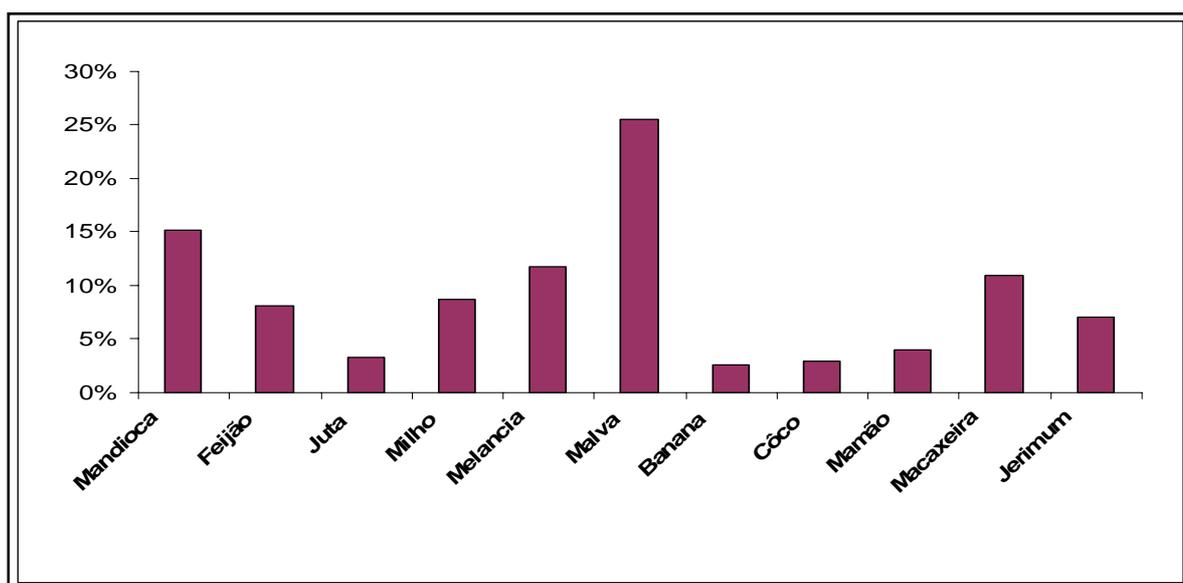


Gráfico 11 – Principais cultivos das comunidades.

relação com a natureza e com o mercado, o argumento do labor não se sustentaria. Todavia, as viagens a campo nos ofereceram base empírica límpida que subsidiam nossa argumentação.

Quadro 06: Frutas de maior frequência nas comunidades.

Frutas	N. S. das Graças	Bom Jesus	Santo Antônio
Açaí	X	X	X
Araçá	X	X	X
Bacaba		X	X
Biriba	X		X
Bacuri	X	X	X
Carambola	X	X	X
Caju	X		
Cupuaçu	X	X	X
Coco	X	X	X
Graviola	X	X	
Goiaba	X	X	X
Ingá	X	X	X
Jenipapo		X	X
Laranja	X		X
Limão	X	X	X
Manga	X	X	X
Maracujá	X	X	X
Mari		X	X
Maracujá	X	X	
Fruta pão			X
Pupunha	X	X	X
Abacate	X		

3.2.7 As hortaliças

As hortaliças também são plantadas nos quintais. Nas comunidades pesquisadas não são muito produzidas, mas aparecem principalmente aquelas que são utilizadas na preparação de caldos de peixes, como a cebolinha, a chicória e o coentro. A finalidade desses cultivos nas comunidades da área de estudo também está diretamente ligada ao consumo da família. Elas são plantadas em pequenas quantidades, geralmente consorciadas com outros cultivos, como no caso do jerimum com a mandioca. O gráfico abaixo mostra a variedade de hortaliças encontradas nas três comunidades.

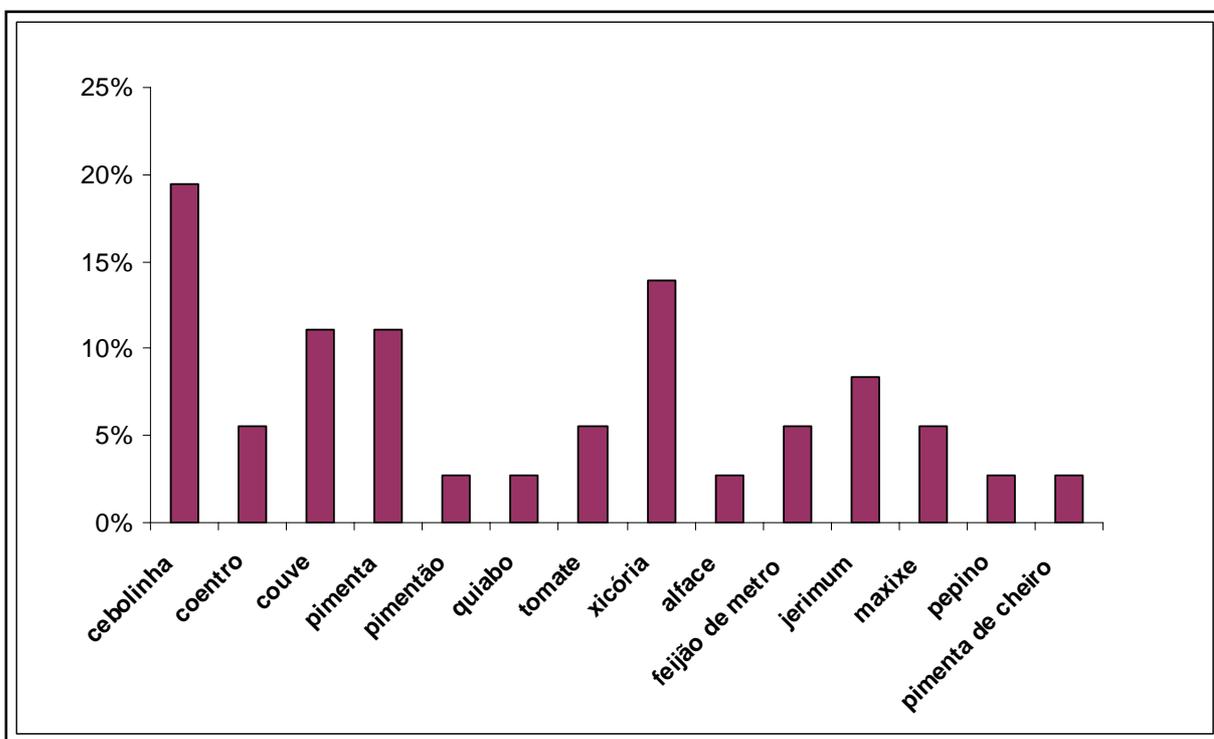


Gráfico 12 – Hortaliças mais consumidas pelos trabalhadores da malva.



Figura 21 – Hortaliças mais cultivadas nas comunidades.

Fonte: Nusec/Ufam, 2007/08.

3.2.8 As criações

Os principais rebanhos do Estado do Amazonas são de bovinos, suínos, eqüinos e o de aves, e em menor quantidade os rebanhos de ovinos, caprinos e bubalinos. As tentativas de implantação de um setor agropecuário forte no Estado esbarram em alguns obstáculos naturais que são inerentes aos ecossistemas amazônicos. Sabe-se que o solo de terra firme não possui elevada fertilidade e que sua capacidade de produção de nutrientes está relacionada a uma fina camada de húmus que recobre o mesmo. Em solos de terra firme, o processo de esgotamento, principalmente por erosões, é bem mais acelerado. Nesse ambiente, a agricultura e a pecuária são altamente dispendiosas, mesmo para aqueles que detenham capital para investir em técnicas de adubação e renovação do solo. Há também certa suscetibilidade às pragas, devido à modificação do habitat natural de insetos no momento do desmatamento (abertura do roçado).

Os solos de várzea possuem outra dinâmica. Comportam-se de maneira diferenciada, devido sua fertilização anual provocada pelas cheias do rio Solimões/Amazonas e de seus

afluentes e subafluentes. Estes se desenvolvem sobre sedimentos holocênicos, recentemente depositados. “O nível elevado do lençol freático e a inundação periódica a que estão sujeitos limitam o processo pedogenético, resultando em solos jovens e, em alguns casos, apenas sedimentos em processo incipiente de pedogênese” (LIMA, 2007 p. 37). Os solos de várzea apresentam composição bastante variado, como reflexo da diversidade e da natureza recente do material de origem, das condições periódicas de hidromorfismo e do reduzido grau de pedogênese.

Se fosse possível um tipo de pecuária na Amazônia, esta deveria ser feita utilizando-se as terras de várzea. Nesse ambiente, as pastagens naturais poderiam contribuir sobremaneira para o barateamento do processo produtivo. Entretanto, o custo que se tem com o deslocamento dos rebanhos no período de enchente e cheia, torna a criação de gado e de outros animais em escala comercial muito alto, fundamentalmente para o pequeno produtor, que não dispõe de capital suficiente para o aluguel de balsas e barcos para o transporte dos rebanhos e tampouco, dispõe de terras abundantes na área de terra firme para a confecção de campos artificiais que possam garantir a sobrevivência dos animais enquanto as águas baixam. Seu rebanho é pequeno e, nesse sentido, ele não pode se dispor de nenhuma rês para angariar fundo para tal empreitada. A saída para os camponeses que criam animais na Amazônia de forma extensiva, com o intuito de ter uma “poupança” viva, é vender os animais com a aproximação das águas. Diminuindo o rebanho é mais fácil o arrendamento de áreas menores em terra firme e, também, o transporte para esses lugares.

As criações de maneira geral são feitas próximas a casa nos quintas florestais e vão desde animais pequenos (aves), médios (suínos, caprinos e ovinos) e de grande porte (gado). A criação de gado nas três comunidades pesquisadas não possui relevância. Isso não poderia ser diferente, como já foi dito os trabalhadores da malva são efetivamente agricultores. Contudo, há alguns destes que também criam alguns animais, principalmente os de N. S. das Graças e Bom Jesus. Em Santo Antonio não foi identificada a criação de gado.

A criação de gado de N. S. das Graças e de Bom Jesus identificados na pesquisa é feita por três famílias de forma esporádica e tem por finalidade principal o consumo, principalmente de leite e, como já foi dito a venda compulsória por conta da sazonalidade com intuito de obter capital para ser empregado em alguma atividade material ou simbólica. Pode ser para comprar um motor de popa ou para a celebração de um aniversário, casamento ou um batizado. Essa comercialização pode ser feita na própria comunidade nessas ocasiões especiais. O gráfico abaixo mostra as principais criações encontradas nas comunidades.

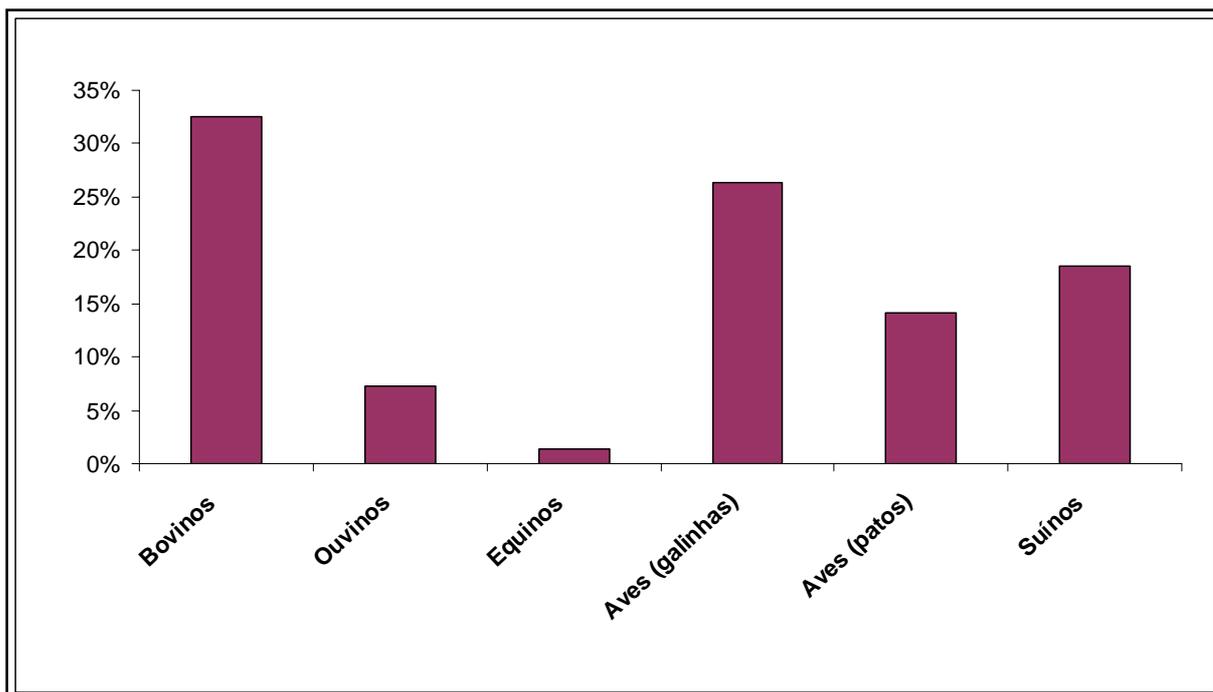


Gráfico 13 – Principais criações de animais domésticos dos trabalhadores da malva.

Observa-se no gráfico um destaque maior para a criação de gado e aves (galinha). Alguns aspectos devem ser considerados, no sentido de deixar claro que as comunidades não são especializadas na criação de gado. Isso ocorreu devido à divisão que foi feita entre animais de pequeno porte, médio e grande porte. Dos animais considerados de grande porte o gado bovino é o de maior destaque em duas comunidades. As aves são consideradas animais de pequeno porte e também se destacam. Com exceção de alguns eqüinos, usados eventualmente para o pastoreio do gado, as outras criações são fundamentalmente para consumo e eventualmente para a comercialização. O gráfico abaixo mostra que 72% dos animais criados nas comunidades têm por finalidade o consumo²⁴.

O mundo vivido do camponês varzeano é construído a partir de uma miscelânea de atividades fundamentais para a sua sobrevivência. É o mundo do consumo. Não o consumo de mercadorias, de bens industrializados e sim o consumo de coisas da natureza. Mesmo a criação de animais, que supostamente estaria ligada a uma racionalidade, uma capacidade adaptativa de domesticação dos mesmos, está submetida às ordens da natureza.

²⁴ Em relação às aves (galinhas caipiras) um aspecto importante precisa ser mencionado: a ação de projetos de segurança alimentar introduzido nas comunidades pelo Núcleo de Socioeconomia da Universidade Federal do Amazonas. O projeto “Desenvolvimento rural e sustentabilidade em comunidades tradicionais do Amazonas” desse núcleo de pesquisa introduziu mais de 500 matrizes de aves (galinha caipira) nas referidas comunidades. Essas são criadas em sistema de parqueamento semi extensivo e tem contribuído para alimentação dos comunitários. Antes desse projeto o número de aves nas comunidades era inexpressivo.

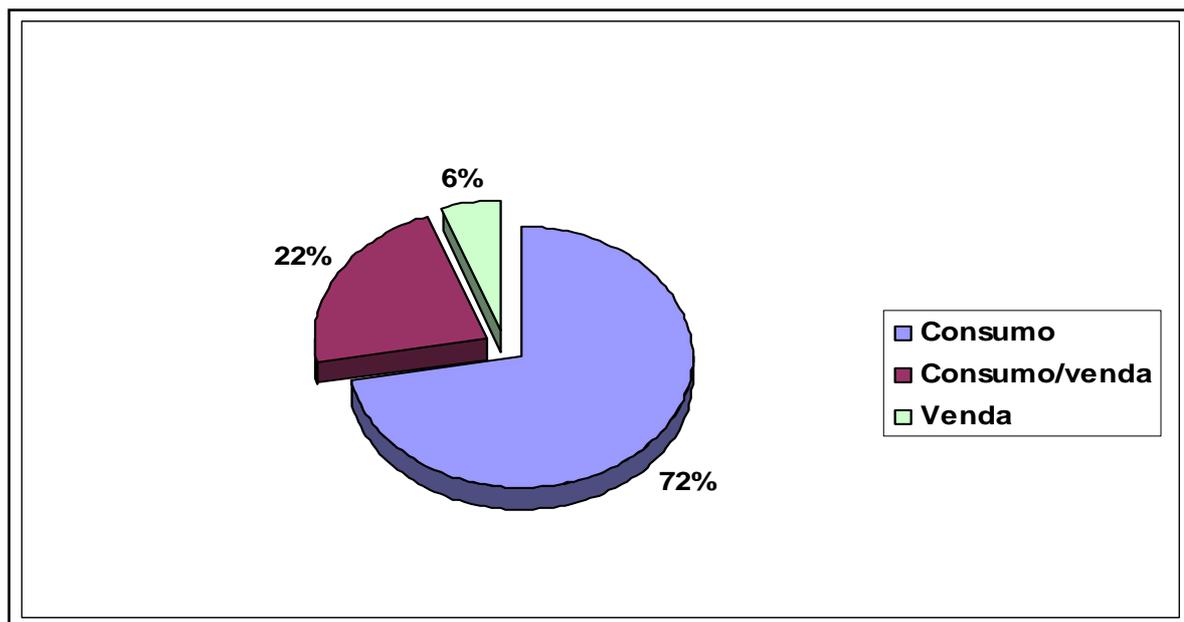


Gráfico 14 – Finalidade da criação de animais domésticos.

A organização das atividades em torno das terras de várzea baixa e/ou alta, das florestas de várzea e/ou terra firme, das águas, rios, lagos, paranás etc. compõe o mundo vivido dos trabalhadores da malva. Esse é o quadro apresentado como forma de caracterizar o *animal laborans*. O labor e os dias, em que viver literalmente é preciso. Atuar em diversas frentes, quer seja extraíndo, coletando, pescando, plantando, caçando e criando tem por objetivo fundamental garantir as condições de (re)produção material e simbólica da vida. Nesse meio envolvente, o homem, como *animal laborans*, labora entranhado no ciclo biológico, onde o seu corpo e o corpo da natureza estabelecem contatos profundamente intrínsecos – como se fossem um só e mesmo corpo. “Nesse sentido, toda a teleologia do *animal laborans* é dirigida para o suprimento de suas necessidades vitais – sua preocupação é com a vida de sua vida!” (WITKOSKI, 2002 p. 48-49).



Figura 22 – Exemplos de criações de animais domésticos dos trabalhadores da malva.
Fonte: Nusec/Ufam; Luciana Menegaldo, 2008.



Figura 23 – Atividades nas terras, florestas e águas – mundo do labor.
Fonte: Nusec/Ufam, 2007/08.

4 TRABALHO E AMBIENTE

4.1 A condição humana do trabalho

Na história do pensamento ocidental, sobretudo na era moderna, a linguagem da filosofia e da ciência afastou-se cada vez mais da linguagem do homem comum e tornou-se o linguajar secreto de uma casta sacerdotal do saber apartada do restante da sociedade. São poucos os conceitos que pertencem simultaneamente à esfera da reflexão teórica e à vida do dia-a-dia. 'Trabalho' é tal conceito. De um lado, ele representa uma categoria filosófica, econômica e sociológica; de outro, ele é utilizado também com uma constância desconcertante no cotidiano de todos os homens. Este caráter peculiar do significado social de 'trabalho' indica uma correlação universal no mundo moderno. Palavra alguma é, à primeira vista, mais cristalina e, à segunda vista mais turva do que esta (KURZ, 2004, p.01).

Analizamos anteriormente os trabalhadores da malva como *animal laborans*, enumerando as suas atividades relacionadas com a efemeridade do labor. Neste capítulo será abordada outra dimensão desses sujeitos sociais. Agora eles serão analisados como *homo faber*, ou seja, como produtores de artefatos. Para Arendt (2007) o trabalho, diferentemente do labor, forma as condições sociais de durabilidade do mundo, embora não assegure as condições sociais imediatas da vida. “Daí as suas diferenças fenomênicas. Natureza muito diferente e produzida por tipos muito diversos de atividades” (WITKOSKI, 2000 p. 28).

O trabalho é característica humana desde os primórdios das civilizações. É por meio dele que os seres humanos ou as sociedades humanas produzem aquilo de que necessitam como também modificam a natureza, atuando sobre ela de forma racional e extraíndo da mesma os recursos que demanda sua sobrevivência. Como a epígrafe mostra o trabalho enquanto categoria sociológica, filosófica e econômica, é uma constância desconcertante. Ele é a mediação entre os homens e a natureza, é por meio dele que o homem resolve a contradição fundamental da sua existência em virtude de ser a espécie animal que se diferenciou pela aquisição da capacidade de construir um mundo para si (PINTO, 1982). Portanto, o homem, assim como todo animal, age sobre a natureza com o objetivo de obter alimento, abrigo e proteção para si e para seu grupo, ou seja, para obtenção dos meios de satisfação de suas necessidades. A diferença é que o homem reflete sobre sua ação, planeja, prevê resultados, e com isso produz conhecimento e desenvolve a cultura.

O trabalho, portanto, é um ato pelo qual o homem apodera-se da natureza, fazendo dela algo que lhe pertence, algo que lhe é inerente. De acordo com Pinto (1982, p. 341):

Pelo trabalho o homem instrumentaliza os objetos que lhe são amanciais e os transforma em recursos para a ação sobre a natureza. Não é, portanto a simples presença e apreensão das coisas que as torna o ponto de partida de uma representação consciente, mas a manipulação e fabricação das coisas para servirem de meios de ação relativamente a outras. Só então tem início o processo de transformação da natureza pelo homem, aquilo em que propriamente o trabalho consiste.

Trabalho representa ainda *ação*, movimento, no sentido mais amplo da palavra. Toda ação produtiva configura-se como condição fundamentalmente prévia e necessária para que as necessidades do homem se realizem, ou seja, por serem essenciais à sobrevivência, tais atividades se constituem numa condição *sine qua nom* da produção social da existência do homem (RANCIARO, 2004 p. 27). Para Marx (2002, p.211):

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põem em movimento as forças naturais de seu corpo - braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe a forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

A ação dos homens sobre a natureza é uma ação racionalizada, um planejamento cuja finalidade é garantir as condições materiais de sua existência. O trabalho é, por conseguinte, em primeiro lugar para Marx e Engels, o elemento que funda a relação entre o homem e a natureza e os homens entre si mediados pela natureza. Trata-se de uma ligação em que há troca de energia entre os homens e a natureza (WITKOSKI, 2007 p. 129). Nesse sentido,

A condição essencial de toda história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos [...]. Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se desejar. Os próprios homens começam a se distinguir dos animais a partir do momento em que começam a produzir seus meios de existência [...]. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material (MARX, 1965, p.15).

Quais seriam, portanto, as bases dessa mediação, dessa relação dialética homem/natureza? O trabalho é um efeito supremo das idéias, essa qualidade é exclusiva dos seres humanos, não há a presença instintiva nas ações humanas em relação à materialidade do trabalho. O processo é cumulativo e autogerador, ou seja, com o passar do tempo as ações vão sendo aperfeiçoadas, surgem novas habilidades e novos instrumentos, que irão requerer novas habilidades que propiciarão o surgimento de novos instrumentos. Há um contínuo aperfeiçoamento das técnicas que garantem a qualidade das ações sobre a natureza. A abelha, o joão-de-barro, o castor constroem colméias, ninhos e passadiços, mas sem dúvida não

pensam, não criam a idéia do que elaboram, do contrário, verificaríamos que fariam cada vez melhor os seus produtos, que os aperfeiçoariam e, portanto, sua produção se desenvolveria (PINTO, 1982). Nos seres humanos os projetos são concebidos primeiramente no mundo das idéias, essas por sua vez vão se aperfeiçoando aos poucos e acaba determinado a ação dos homens sobre o mundo físico, ou melhor, as ações aperfeiçoadas dão prosseguimento à modificação constante da natureza e dos próprios homens, levando-a continuamente a graus maiores de complexidade.

O trabalho é, portanto, a atividade responsável pela criação de um mundo artificial de coisas (mundanidade) que difere do mundo natural e que perpassa o cotidiano do homem. Para Arendt (2007, p.15):

O trabalho produz um mundo ‘artificial’ de coisas nitidamente diferentes de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade.

No sentido de transcender a vida de seu empreendedor, o trabalho e o seu produto, isto é o artefato humano, “[...] emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano” (ARENDR, 2007, p.16). O homem, como *homo faber*, precisa, através dos projetos por ele idealizados, objetivá-los em algo. “Essa objetivação pode ser compreendida como a materialização da subjetividade humana na criação da mundanidade” (WITKOSKI, 2000 p. 38).

Marx, no conjunto de sua obra, em especial *Os Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (2003), *A Ideologia Alemã* (1965) e *O Capital* (2002), dirá que os homens são seres singulares. Ele afirma que o homem é uma constante tensão entre a sua genericidade humana, entre o seu ser genérico e a sua singularidade. Está singularidade imediata, que o constitui é insuprimível. Essa singularidade empírica imediata que é insuprimível, só se transcende e se resolve, na genericidade humana. O homem é o homem e toda sua referencialidade cultural e seu horizonte, enquanto expressão de uma socialidade, de um ser social que o transcende e da qual todos os homens são portadores. Os homens só se expressam singular e genericamente na medida em que são seres objetivos. Para Marx o homem é um ser objetivo, ou seja, aquele que só se mantém enquanto tal na medida em que se objetiva. Para ele, condição da existência humana é a condição da objetivação dos sujeitos singulares. Essa objetivação se dá através de formas evanescentes, pouco perenes, os gestos, o riso, a fala cotidiana, mas se dá também, através de formas privilegiadas, mas duradouras, na obra que cria, no trabalho que realiza.

Marx diz que há muitas formas de objetivação e esse conjunto de objetivações que é o acervo da humanidade, que não tem dono é que pode ser apropriado pelos indivíduos, que pode ser subjetivado pelos indivíduos, tornado seu, interior. Dirá Marx, o homem rico não é aquele que tem, é aquele que é. Nesse sentido, o homem rico é aquele que conseguiu subjetivar uma riqueza de objetivações. Marx pensa no indivíduo socialmente constituído, portanto socialmente rico. Para ele, é esse sistema de objetivações que faz emergir e desenvolver o ser social. Quais são as objetivações fundamentais para Marx, ou melhor, qual é para Marx a objetivação elementar, aquela a partir da qual todas se desenvolvem e ao desenvolver-se se autonomizam? Para ele, há uma objetivação, que é a objetivação elementar, aquela que constitui o ser social, aquela sem o qual este ser genérico, singular, objetivo, é impensável – o trabalho. Ao conjunto dessas objetivações, estaria reservado o conceito de práxis. Para Marx, o homem é antes de tudo um ser prático e social. Ele descortinava a práxis muito mais do que apenas a sua relação com o conhecimento, ele via nela a característica fundamental da vida humana, o fundamento da existência humana, o processo metabólico do homem com a Natureza. Esse caráter do *antropos* é exemplificado paradigmaticamente pelo trabalho. O trabalho é a objetivação privilegiada que garante a condição humana. No conjunto da obra *O Capital*, ele diz que o trabalho é a condição eterna do homem. Uma vez suprimido o intercâmbio com a natureza, ou suprimido o trabalho, não há humanidade, pois o trabalho é a objetivação mais especificamente humana. O trabalho é a realização dos homens a essência humana, no sentido de um conjunto de atributos, de qualidades, é um conjunto de possibilidades que os homens vêm desenvolvendo no decurso da história. O homem é um ser que se constitui pelo trabalho e se realiza no trabalho.

Todavia, a respeito do trabalho no sistema capitalista é preciso fazer algumas ponderações. Se é no trabalho que os homens se reconhecem, por que o trabalho na fábrica é sinônimo de desgaste e pouco motivante para o trabalhador? Por que entrar na fábrica é entrar no “inferno”? Marx dirá que na sociedade moderna do trabalho há uma separação entre o trabalhador e o trabalho que ele executa. Esta oposição dá-se em três níveis: primeiro em relação àquilo que o trabalhador faz, o produto do seu trabalho, este não lhe pertence. A contemplação do produto do trabalho do trabalhador não tem nenhuma vinculação com o mesmo. Ele não se reconhece no produto do seu trabalho; o produto do seu trabalho se lhe impõe como um objeto alheio, todavia, não apenas a um único trabalhador, mas ao conjunto dos trabalhadores, pois o trabalhador não trabalha sozinho. Ele trabalha direta ou indiretamente com muitos outros e não se reconhece nesses outros os seus iguais. As condições e o quadro social através dos quais há a realização do trabalho não vinculam o

trabalhador com os outros homens, pelo contrário, os antagoniza a esses homens. E, por último, o trabalho não se antagoniza apenas com que o trabalhador faz e sim com ele mesmo. O trabalhador é um no momento em que está trabalhando e pode ser outro quando chegar a casa ou na rua. O trabalho que está sendo realizado, ao invés de garantir a realização do sujeito, se põe como a sua negação. Ao invés de garantir a afirmação dos homens os nega. Marx dirá que em certas condições sociais, algumas objetivações adquirem um caráter tão entranho, se autonomizam em face do criador que a criatura ganha uma vida própria e oprime o criador. Para ele, nessas condições, que são condições históricas específicas, não é uma objetivação. É uma objetivação que em negando o seu sujeito, volta-se, transforma-se numa alienação. Ele distingue claramente objetivação de alienação. Para ele, alienação é tudo aquilo que mutila, é tudo aquilo que impede o desenvolvimento da essência humana, que não é um dado temporal, mas é uma construção histórica. Para Marx, o trabalho, sobre o comando do capital, o trabalho não emancipado, o trabalho nos marcos da propriedade burguesa é um trabalho que é maldição, é castigo, portanto alienado. E o que é próprio da sociedade burguesa, é tornar o conjunto das relações humanas alienados. Não é apenas o trabalho que é alienado, o trabalho alienado determina a alienação da vida dos homens, a alienação da sociedade.

A criação da mundanidade, resultado dessa projeção, também transforma a própria subjetividade do homem, por natureza, inacabada. De acordo com Arendt (1993, p. 157):

Na perspectiva do *homo faber* 'inteiramente dependente dos instrumentos primordiais que são suas mãos, o homem é, como disse Benjamim Franklin, um 'fazedor de utensílios'. Os mesmos instrumentos que apenas aliviam a carga e mecanizam o labor do *animal laborans* são projetados e inventados pelo *homo faber* para a construção de um mundo feito de coisas; a conveniência e a precisão desses instrumentos são ditadas pelos fins 'objetivos' que ele inventa a seu bel-prazer, e não por *necessidades* ou carências *subjetivas*'. A finalidade da prática social do *homo faber* é de tamanha perversidade que os utensílios e instrumentos que ele fabrica, dos quais advém a experiência fundamental da noção de 'instrumentalidade', determinam todo trabalho e toda a fabricação.

O trabalho no cultivo de malva nas comunidades do Baixo Solimões é uma modalidade de trabalho que produz artificialidade/materialidade e, nesse sentido, ainda ocupa lugar de centralidade na vida desses camponeses. É uma modalidade de trabalho de extrema importância, pois através dessa atividade os camponeses obtêm valores de uso. Todavia, é um trabalho alienado, que cria uma sociedade alienada, segundo os pressupostos de Marx. Apesar disso, essa atividade agrícola ainda cria condições de reprodução material e simbólica para os homens e mulheres dessas localidades e no meu entendimento pode contribuir para a

constituição de uma nova racionalidade ambiental. Uma atividade agrícola que possibilite não só a geração de renda para os camponeses varzeanos, mas que também possibilite uma reaproximação campo-cidade, visto que a separação desses dois ambientes é pré-requisito do modo de produção capitalista e tem avançado sobremaneira na Amazônia. O cultivo de malva não só é um tipo de agricultura que depende diretamente da natureza pela sazonalidade, pelo ciclo hidrológico, como também se assenta na estrutura de produção familiar, numa relação de dependência.

4.2 Trabalho e ambiente

A agricultura capitalista de mercado caracteriza-se pela grande propriedade, pela inserção de técnicas modernas no processo de trabalho pela diminuição do tempo de produção e isso muitas vezes acaba gerando a descapitalização dos pequenos produtores rurais que acabam perdendo suas terras e optando pelo êxodo rural. Esse intenso desenvolvimento caracteriza-se pela introdução de relações capitalistas no interior de formas mercantis simples de produção, ou melhor, pela colonização de novas áreas. Durante esses primeiros momentos, a produção capitalista pode contratar trabalho assalariado, chegando inclusive a aumentar o número de pessoas vivendo no meio rural. Entretanto, segundo Foladori (2008 p. 111):

Assim que o capital introduz a mecanização na agricultura de forma sustentada, surge uma segunda fase de desenvolvimento do capitalismo intensivo. Isso significa a inversão de volume cada vez maior de capital sobre a mesma extensão de solo. Do ponto de vista da população, ocorrem duas grandes conseqüências. Por um lado, e como tendência, desloca-se força de trabalho em termos absolutos, não obstante as diferenças que possam haver entre cultivos; por outro, acontece a destruição acelerada das explorações de produção mercantil simples, que não podem suportar a concorrência imposta pelos custos de produção da agricultura mecanizada capitalista.

A soma dos acontecimentos conduz a um acelerado êxodo do campo e sua contraparte, a aglomeração urbana. Para Foladori (2008) do ponto de vista do meio ambiente, essa é a causa de alguns dos efeitos mais nocivos da poluição e da depredação.

Analisada do ponto de vista marxiano, a separação capitalista entre o campo e a cidade caracteriza-se como a ruptura radical do metabolismo com a natureza, o que hoje em dia podemos chamar de causas da insustentabilidade. Insustentabilidade urbana por inchaço, poluição do ar, da água, visual, crescimento desordenado, congestionamento do tráfego, etc. e insustentabilidade rural pela erosão, salinização, degradação da cobertura vegetal, compactação do solo ou acúmulo de substâncias tóxicas, e pelo êxodo rural (FOLADORI, 2008 p. 111).

Para as atividades agrícolas na Amazônia, faz-se necessário o estabelecimento de uma nova racionalidade ambiental que se contraponha à racionalidade hegemônica. Segundo Leff (2001, p. 110), “a construção desta racionalidade ambiental aparece como um processo de produção teórica, desenvolvimento tecnológico, mudanças institucionais e transformação social”. A racionalidade dominante no mundo contemporâneo é a racionalidade capitalista, que se baseia numa visão utilitária da natureza. É a produção de mercadorias não apenas para obtenção das necessidades humanas, e sim produção de mercadorias visando o lucro. Nesse sentido, é uma racionalidade que destrói, degrada, polui, transforma espaços naturais, transformando dessa forma a própria natureza e, também, o homem. Para Leff (2001, p. 150), “a crise ambiental não só propõe limites da racionalidade econômica, mas também a crise do Estado, de uma crise de legitimidade e de suas instâncias de representação, de onde emerge uma sociedade civil em busca de um novo paradigma civilizatório”. Faz-se necessário, portanto, a implementação de uma nova racionalidade econômica para o mundo e em especial para a região amazônica, pois se sabe que a crise ambiental não se configura apenas como uma crise ecológica, de recursos naturais que se esgotam cotidianamente; trata-se de uma crise da razão da civilização moderna. Dessa maneira, produtos de base vegetal, renováveis, biodegradáveis e socialmente sustentáveis, como pode vir a tornar-se o cultivo de malva, podem fundamentar modelos de desenvolvimento alternativos. Um desenvolvimento que se contrapõe ao modelo hegemônico e que proponha uma nova perspectiva teleológica – uma concepção que atenda às necessidades do mundo presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

Para região amazônica esse debate é deveras importante, pois como afirma Noda (1985, p. 01) “as interrogações sobre o Estado do Amazonas, têm conferido relevância, nas últimas décadas, ao problema da reprodução social e econômica de sua população”. Não se pode conviver com o mito da natureza intocada exposto por Diegues (1996), nem tampouco, pensar de maneira irresponsável e ingênua a ponto de crer que em toda extensão do vale amazônico é possível o estabelecimento de mega projetos de desenvolvimento agrícola ou industrial descolados do quesito sustentabilidade. Para Schneider *et al.* (2000), isso não é aplicável, pelo menos no sentido de não incorrer num *boom colapso*²⁵ fato que quase sempre ocorreu na região.

²⁵ Período de grande prosperidade econômica *boom*, seguido de forte declínio e estagnação, *colapso*.

O cultivo de malva como já foi dito é uma modalidade de trabalho que produz artificialidade/materialidade, no campesinato varzeano do Baixo Solimões. É uma modalidade de trabalho de extrema importância, pois é uma alternativa real de obtenção de valores de uso. Um meio que pode se tornar eficaz para garantir as condições de reprodução material e simbólica das populações varzeanas. Essa atividade agrícola contribui para a fixação do homem no campo, pois possui enorme capacidade de absorção de mão-de-obra. Nesse sentido, deve ser utilizada para promover uma reaproximação e um equilíbrio entre campo-cidade no Estado do Amazonas, pois, todo o beneficiamento das fibras é realizado nas cidades, (no caso Manacapuru e Manaus), gerando muitos postos de trabalho tanto na zona rural, quanto na zona urbana. Pode estar aí à gênese de um novo contrato, dessa vez não apenas social, mas também natural, pois o atual estágio de exaustão dos recursos naturais aponta para a necessidade de um novo contrato, que insira a natureza no debate. De acordo com Serres (1991, p. 25):

O aumento dos nossos meios racionais nos leva, numa velocidade difícil de calcular, em direção à destruição do mundo que, por um efeito de retorno bastante recente, pode condenar-nos a todos juntos, e não mais por localidades, à extinção automática.

O espírito utilitário do capitalismo é diametralmente oposto à formação dos recursos naturais, ou seja, o tempo de produção nesse sistema não é o mesmo tempo de produção da natureza. Nesse sentido, é fato que precisamos mudar a rota do sistema econômico, e não apenas domesticá-lo. Segundo Serres (1991 p. 43):

Podemos certamente tornar mais lentos os processos já lançados, legislar para consumir menos combustíveis fósseis, replantar em massa florestas devastadas [...] todas iniciativas excelentes, mas que no total, levam à imagem do navio correndo a 25 nós em direção a uma barreira rochosa onde infalivelmente ele baterá e sobre cuja ponte o oficial superior recomenda à máquina reduzir um décimo da velocidade sem mudar a direção.

A mudança de rota desse navio, ou melhor, dessa lógica produtiva, só pode ocorrer se houver uma mudança conceitual, profunda e paradigmática. Faz-se necessário a introdução de modelos alternativos de desenvolvimento. Leff (2001) afirma que é necessária uma nova concepção de desenvolvimento, baseada em sistemas produtivos alternativos, fundados na produtividade ecotecnológica que emerge da articulação dos níveis de produtividade ecológica, tecnológica e cultural, na manipulação integrada dos recursos produtivos, o que difere necessariamente da produtividade econômica tradicional e de suas avaliações

mercadológicas. Para ele, é preciso o estabelecimento de uma nova racionalidade ambiental aberta para o terreno dos valores éticos, dos conhecimentos práticos e dos saberes tradicional. Faz-se necessário ainda, uma apostasia em relação às teorias econômicas clássicas concebidas para explicar o funcionamento do capitalismo, pois elas não levam em conta componentes ambientais tais como a degradação do meio pela poluição, destruição de ecossistemas ou exaustão de recursos naturais, renováveis ou não (MONTIBELLER, 2004 p. 81).

A desconsideração destes aspectos pelas teorias até então predominantes não se deve ao fato de que anteriormente ao marco temporal referido, o fenômeno da degradação ambiental não existisse, obviamente. A degradação do meio ambiente esteve sempre presente desde quando inicia a concentração populacional e das atividades humanas, aprofundou quando da implantação da indústria moderna (Wilhams, 1995) e se intensificou enormemente, sobretudo, a partir dos anos 60 (Idem 2004 p. 81).

É preciso, portanto, o estabelecimento de uma nova epistemologia, uma teoria do conhecimento, que insira a natureza no debate, nas teorias de modo geral. Seria a internalização da externalidade, uma vez que a natureza no sistema capitalista só começou efetivamente a ser considerada nestes últimos decênios.

O predomínio do homem sobre a natureza, que durante séculos esteve sob orientação do pensamento teológico, a partir de uma idéia de direito divino “natural” e, que continuou sendo subjugada com o avanço do sistema capitalista, não pode mais ser afastadas das sensibilidades morais e estéticas do processo civilizatório mundial. Conciliar e reconciliar as exigências físicas, estéticas e teleológicas faz parte do dilema humano. Segundo Campos (2006, p. 390):

Atualmente o dilema só tem aumentado e outras preocupações surgiram, tais com: como atingir a sustentabilidade? Isto é, como assegurar o crescimento que gera empregos sem destruir a natureza? Como consumir sem consumir o mundo? Como assegurar que o acesso a bens naturais como a água seja garantido a todos, impedindo que se transforme em mercadoria acessível só a quem pode pagar?

Esses questionamentos revelam que a crise ambiental é verdadeiramente uma crise da razão. Nesse sentido, cremos que é preciso uma nova perspectiva teleológica, que estabeleça outros vieses para a manutenção da vida do *homo faber*. Para isso, a natureza não pode ser vista apenas como possibilidade, algo difícil de ser alcançado no modo de produção capitalista, que tem na exploração da natureza sua força motriz. Alternativas ao modo clássico de produção e consumo devem ser apresentadas, é uma questão de sobrevivência, no sentido mais amplo da palavra, pois, é paradoxal que o processo civilizatório mundial, que pressupõe

enorme capacidade de conhecimento, tanto tecnológico, de domínio da natureza, quanto das relações humanas, assente-se em um recurso mineral finito (petróleo) e por meio de um sistema produtivo antagônico irracional. Cremos que alternativas existem, mesmo que ainda não consolidadas, por estarem ainda aprisionadas na gaiola da racionalidade econômica e política hegemônica do mundo capitalista. Estamos nos referindo à produção de malva, cujas fibras são biodegradáveis, totalmente diferentemente das fibras sintéticas derivadas do polímero extraído do petróleo, que não são biodegradáveis e, portanto, estão propensas a causar danos ambientais. Com as fibras vegetais poderia se fomentar toda uma cadeia produtiva, baseada em produtos biodegradáveis e, de certa forma, ecologicamente corretos. A Amazônia poderia ampliar seu leque de opções produtivas, gerando emprego e renda para os camponeses varzeanos, a partir de uma atividade extremamente adaptada ao clima e hidrografia da região. Todavia, temos sempre que falar usando o verbo no condicional, pois como veremos a seguir, o interesse do capital comercial que detém o monopólio das ações desse setor na região, há alguns anos abandonou essa possibilidade, substituindo as fibras vegetais pelo polipropileno e condenando milhares de trabalhadores à miséria e à dependência das ações dos agentes da comercialização.

4.3 Origens da produção de fibras no Amazonas²⁶

4.3.1 A malva

A malva pertence, ao reino Plantae, divisão Magnoliophyta, classe Magnoliopsida, ordem Malvales, família Malvaceas²⁷, espécie (*Urena lobata* L.). Essa planta é encontrada em várias partes do mundo tropical, recebendo muitas denominações. Na República Democrática do Congo, conhece-se como *Congo Jute*; no Peru, *Jute*; no Ceilão, *Patta-appelle*; na Índia, *Ban-ochra*; nos Estados Unidos, *Caesar weed* ou *Cokle-burr*; na Venezuela, *Cadilla* ou

²⁶ Neste trabalho analisaremos apenas a produção de malva, devido a fatores de produção das comunidades eleitas para a pesquisa. Apenas na comunidade Bom Jesus a juta foi cultivada em pequena escala em 2007/08. A produção de malva nessas comunidades é infinitamente superior à de juta, daí a idéia de conceituar os camponeses como trabalhadores da malva, pois há certa “especialização” no cultivo dessas fibras nessas comunidades. Todavia, em outras localidades e comunidades do Baixo Solimões, assim como no Baixo Amazonas a produção de juta é mais elevada, mas não chega a ser proporcional.

²⁷ Podem ser monocotiledôneas e dicotiledôneas. Nas espécies arbóreas, o lenho é leve, mole e fibroso. Folhas simples, geralmente dentadas, fundidas ou palmadas. Flores regulares, cálice lobado e corola com cinco pétalas. Estames numerosos e monadelfos. Fruto variável, predominando a cápsula. Muitas malváceas são alimentares (folhas e frutos) Ex: o quiabo (*Bibiscus esculentus*), a malva amarela, cujos rebentos, folhas e flores são alimentos; o pau-cortiça, que fornece preciosa fibra para tecido (quase todas as espécies de fibras têxteis). O algodoeiro (*Gossypium*) é exemplo de malváceas monocotiledôneas (BENZONI, 1973).

Cadillo; em Madagascar, *Paka*; e no Brasil, Malva²⁸. O cultivo dessa planta lenhosa sempre esteve associado na Amazônia ao cultivo de juta (*Corchoros capsularis*), que pertence ao reino Plantae, divisão Magnoliophyta, classe Magnoliopsida, ordem Malvales, família Tilacea, subfamília Tilioideae, espécie (*Corchoros capsularis*). Planta quase cosmopolita, porquanto se encontra disseminada por todos os países tropicais e por muitos de clima temperado; suas propriedades têxteis não poderiam passar despercebidas aos habitantes dessas regiões, daí resultando o reconhecimento, posto que lentamente feito, de que as fibras, de um metro de comprimento, ou mais, quase brancas, sedosas quando secas, são flexíveis e de grande tenacidade, ótimas para redes, cordoalhas, linhas de pescar, assim como aniagem e outros tecidos grosseiros, sendo de notar que recebem e fixam bem as côres. Produtos confeccionados a partir das fibras de malva foram apresentados em 1876 em Exposição Internacional realizada no Estado Americano da Filadélfia. Desde então, jamais cessaram, nas publicações agrícolas, têxteis ou botânicas, de muitos países as mais lisonjeiras referências à malva definitivamente conhecida por muitos como a substituta da juta indiana. Todavia, deve-se salientar o papel do Brasil nesse processo, os louros que lhe cabem por ter dado aos ensaios de laboratório, assim como a demonstração industrial do emprego dessas fibras.

Alguns autores, como Revilla (2002) afirmam que a malva cultivada no Brasil é originária da Amazônia. Também para Homma, (1998) seu surgimento dá-se, especificamente do nordeste do Estado do Pará em áreas de colonização antiga conhecidas atualmente como “Zona Bragantina”, e “Zona do Salgado”, próximas à cidade de Belém.

²⁸ C.f. Embrapa, Malva – Informações Básicas para seu Cultivo, 1989.

Box 05 **Mesorregião do Nordeste Paraense**

A **microrregião Bragantina** é uma das microrregiões do Estado do Pará, pertencente à Mesorregião Nordeste Paraense. Sua área é de 8.719,774 Km², com uma população estimada no ano de 2006 pelo IBGE em 364.759 habitantes divididos em treze municípios. Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Capanema, Igarapé-açu, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Santa Maria, Santarém Novo, São Francisco do Pará, Tracuateua.

A **microrregião do Salgado** também se localiza na Mesorregião Nordeste. Sua população foi estimada em 238.830 habitantes, numa área de 5.784,561Km², divididos em onze municípios, Colares, Curuçá, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, São João de Pirabas, Terra Alta Vigia.

Mesorregião do Nordeste Paraense **Microrregião Bragantina** **Microrregião do Salgado**



Fonte: IBGE, FMP, 2008.

A malva foi utilizada primeiramente de forma extrativa, devido à abundância de plantas nativas nessas regiões. “Com o crescimento do mercado houve a indução ao plantio de malva, levando ao decréscimo da sua produção extrativa no Estado do Pará a partir de 1976” (HOMMA, 1998, p. 38).

Na realidade, a introdução da malva, sócia perfeita da juta, constitui-se na maior inovação tecnológica na produção de fibras. As primeiras sementes de malva foram produzidas no município de Capitão Poço, nordeste do Estado do Pará, a partir de 1971 (HOMMA, 1998 p. 40).

Segundo Pinto, (1982, p.181) “até 1970 somente o Estado do Pará era produtor de malva. No ano de 1935 sua produção, ainda de forma extrativa, foi de 270 toneladas. Já em 1972 sua produção atingiu a marca de 43 mil toneladas”. Sua introdução nas várzeas altas do Amazonas data de 1971 com uma produção de 1750 toneladas. Em 1983, a produção de fibra de malva já era três vezes superior a da fibra juta no Amazonas. A produção tem seu maior pico em 1988 com 30.346 toneladas, demonstrando o potencial adaptativo dessas plantas às várzeas amazonenses e, também, a aceitação por parte dos produtores locais.

É fato que a malva é relevante para a agricultura amazônica de maneira geral, e em particular para o Estado do Amazonas. Entretanto, com relação ao fato dela ser uma planta

originária do nordeste paraense, é preciso fazer algumas considerações que julgamos pertinentes. Como vimos acima essa planta aparece em várias partes do mundo e com nomes diferentes. Existem inúmeros tipos de malva, entretanto, sobre a (*Urena lobata L.*), conhecida também como malva roxa, autores como Kissmann e Groth, (1992 apud SCHNEIDER 2007) afirmam que assim como a juta, ela é também de origem asiática, foi introduzida no Brasil de forma acidental. Para Schneider (2007, p. 257):

A introdução de espécies estrangeiras em uma determinada região é o episódio inicial do processo de naturalização. Esta introdução pode ser intencional, com alguma finalidade específica, ou acidental, quando introduzida ocasionalmente, de uma forma oportunista e inesperada. Inúmeras plantas exóticas foram e ainda são introduzidas de uma região a outra do globo, tendo um histórico intimamente correlacionado à atividade humana, como o processo de imigração, que traz consigo muitas plantas estrangeiras de utilidade indispensável à fixação do imigrante. As espécies exóticas são encontradas nos mais diversos locais e estão intimamente relacionadas à presença humana: jardins residenciais, quintais, praças, parques, lavouras e culturas, áreas alteradas, calçadas, muros, ruas, margem de caminhos, estradas, rodovias, terrenos baldios, gramados, pomares e hortas.

A maioria das plantas naturalizadas é introduzida de forma intencional, com propósitos de utilização determinados, entre eles: forrageiro (gramíneas e leguminosas); oléícola e ornamental (várias espécies de diferentes famílias), que acabam escapando de cultivo e se naturalizando (SCHNEIDER, 2007). Para Groves (1986 apud SCHNEIDER, 2007 p. 258):

A dinâmica da expansão da área geográfica por uma determinada espécie segue três fases: 1) Introdução – chegada a uma outra área geográfica e o estabelecimento de uma população ou planta adulta; 2) Colonização – as plantas da população inicial reproduzem-se e crescem em número formando uma colônia; 3) Naturalização – perpetuação e dispersão das espécies estabelecidas, ocasionando sua incorporação na flora autóctone (local).

A julgar por seu caráter ruderal, e o histórico de sua produção, primeiramente de forma extrativa pela existência, como praga, de malvais nas roças das zonas acima mencionadas (HOMMA, 1998) e, também, pela inexistência de relatos de utilização dessas plantas por populações indígenas, em épocas coloniais, é provável que a malva (*Urena lobata L.*) seja realmente exótica. Homma (1998, p. 38) afirma que os malvais nativos do nordeste paraense, “surgiram como consequência da frente de expansão ao longo da estrada de ferro de Bragança, construída no período de 1883-1908 e, na década de 60, com a construção da Rodovia Belém-Brasília”. Entretanto, o processo de introdução dessa planta não seria recente, como vimos acima, é preciso haver um tempo de adaptabilidade, expansão e reprodução das

espécies. Entendemos especulativamente ser pouco provável que essa planta seja nativa do nordeste paraense, visto que dada as suas condições de reprodução (via sementes), cuja variedade de agentes disseminadores (animais, vento e hidrodinâmica dos rios) é muito maior; pela semelhança do ecossistema amazônico (questões pedológicas e edafoclimáticas); pela latitude do nordeste paraense (muito próximo do litoral, fator que aumenta a possibilidade de introdução); e pelo elevado grau de conhecimento botânico das populações tradicionais que provavelmente a teriam identificado, põem em dúvida a veracidade da afirmação de que essas plantas são nativas dessas localidades do estado vizinho. Contudo, essa especulação carece de mais pesquisa, fundamentalmente na área botânica.

O fato é que o cultivo de juta e de malva no Amazonas preenche um espaço deixado pelo declínio das atividades extrativistas da borracha. A mão-de-obra dos antigos seringais é absorvida em grande parte por essa nova modalidade agrícola. Os motivos de sua introdução no Estado dão-se basicamente por iniciativa e interesse comercial das indústrias de aniagem locais, tendo em vista.

1) A rígida oferta e o alto custo da matéria-prima (juta) aliada aos problemas decorrentes da diminuição na qualidade da fibra. A qualidade da fibra de juta caiu, pois os produtores rurais ao usarem sementes melhoradas e reproduzirem parte das sementes que necessitavam faziam uma seleção negativa, pois deixavam as plantas de pior fenótipo para a reprodução de sementes. Esse fato se dava e se dá, não por falta de conhecimento, mas pela sua pauperização. 2) estudos feitos sobre formas alternativas de utilização da juta/malva como matéria-prima, mostraram que a junção da fibra de malva, numa proporção de 75% para 25% de juta na fiação e tecelagem era satisfatória para o padrão de sacaria requerido pela indústria local. Como também mostraram a possibilidade da juta/malva servir para a produção de papel de celulose de fibra longa (NODA, 1985 p. 71).

Atualmente, os fatores que levam a malva a superar a juta no Amazonas é a questão das sementes, maior produção por hectare e, também, à maior resistência dessas fibras. Após um período de declínio e estagnação, a produção de malva a partir do ano 2000 vem se recuperando, e hoje continua sendo superior à de juta no Estado.

A produção de malva no país passou de 18,5 mil toneladas em 1990 para 11,9 mil toneladas em 2002, um decréscimo de 35,2% (no mesmo período a produção de juta decresceu 74,7%). A área passou de 22,3 mil ha para 8,9 mil ha, ou um decréscimo de 59,9% (a área plantada com juta caiu 83,6%). A produtividade, no mesmo período, apresentou um acréscimo de 1,07% (enquanto a juta apresentou um aumento de produtividade de 54,5%). A partir de 1997, enquanto a produção de juta continua estacionária, com uma leve recuperação em 1999 e 2000, a produção de malva recupera-se, mais do que duplicando a sua produção no período 1997-2002. Nesse período, os ganhos de produção foram devido ao aumento de área e não a qualquer aumento de produtividade. Constata-se, portanto, que, se a produção das duas fibras foi declinante entre 1990 e 1997, a partir daí a malva

recupera-se enquanto a produção de juta permanece estacionária. (FAGUNDES, 2002 p. 5-6).

Há também uma maior distribuição de sementes de malva por parte dos órgãos oficiais, ficando as sementes de juta para serem compradas pelos trabalhadores que, obviamente, não dispõe de capital para fazê-lo. Isso faz com que a área plantada de juta não cresça e em determinadas safras até diminua no Estado.

4.3.2 A juta

Sobre a utilização, origem e introdução da juta, o processo é um pouco diferente. A utilização dessas fibras remonta a tempos imemoriais. “Há referência, na literatura bengali de cerca de 1575 a.C., sobre sacos feitos de juta. Outras referências idênticas aparecem em obras poéticas de Bengali dos séculos XVI e XVII” (DEMPSEY, 1974 apud PINTO 1982, p.172). Países do oriente como, Bangladesh, Índia e Paquistão possuem longa tradição no cultivo de juta. A tradição do oriente no cultivo dessa planta vem de alguns séculos e no percurso histórico foi beneficiada por conjunturas favoráveis. Segundo Dempsey (1974 apud PINTO 1982, p. 172):

Em 1793, William Roxburg, botânico e superintendente do Royal Botanic Garden, em Sibpur, perto de Calcutá, embarcou 100 toneladas de juta bruta para a *East India Company*, na Inglaterra, a fim de substituir o cânhamo. As primeiras experiências de fiação não foram bem sucedidas sendo que, as primeiras tentativas de tecer a juta em tear de linho, foram feitas por volta de 1820 em Dundee, Escócia, e os resultados também não foram animadores. Em 1832, outra fábrica de Dundee fez tentativas de tecelagem, com algum sucesso. Quando a colheita de linho de 1833 fracassou, a juta foi misturada com fios de linho, pela primeira vez. Em 1838, as fábricas obtiveram sucesso no aperfeiçoamento de tecidos de juta, pela modificação de suas máquinas de força.

A cultura da juta no oriente, o seu beneficiamento, especialmente na Índia acompanha o processo de revolução industrial proporcionada pela introdução de novas tecnologias no processo produtivo, fenômeno que desde o século XVIII vinha se consolidando primeiramente na Europa e depois para o resto do mundo. O avanço técnico na adaptação da maquinaria para a industrialização de juta é responsável pelo aumento das exportações de fibra de origem indiana.

Em 1850, Dundee importou o total de 28.000 toneladas de juta bruta da Índia. A guerra da Criméia (1853/1856) que interrompeu o fornecimento de cânhamo e linho da Rússia resultou na expansão da indústria de Dundee, como fez a Guerra Civil

Americana (1861/1865), que impediu os fornecimentos de algodão. Em 1895, a população de Dundee havia triplicado no espaço de 50 anos, quando as importações de juta passam para as 277.000 toneladas anuais. Em 1928, as importações de Dundee atingiram 897.000 toneladas. Em 1851, em Serampur, Índia, é fundada uma fábrica de juta por George Ackland, produtor de café do Ceilão. O tecido de juta aí produzido é utilizado para a confecção de sacos para a embalagem do café. A partir dessa unidade industrial multiplicam-se as fábricas de juta na Índia, tornando-se o centro mundial de produção de fibra, cujas exportações crescem na mesma medida. Em 1959, uma fábrica mecanizada, com 192 teares, começou a operar em Baranagar, perto de Calcutá. A indústria de juta indiana não demorou em ultrapassar Dundee, tanto na capacidade de fiação, como na tecelagem, devido aos custos mais baixos de produção do tecido da juta (DEMPSEY, 1974 apud PINTO, 1982, p. 173).

Segundo (LIMA, 1938 apud PINTO, 1982, p. 173) “em 1913, a produção de juta na Índia atinge 768.000 toneladas. No decênio de 1838-1848, a produção média anual havia estado em torno de 9.000 toneladas, passando no decênio 1853-1863 a 100.000 toneladas”. Sua produção média no início do século XX era de 650.000 toneladas.

É, portanto, do oriente que vem às primeiras sementes de juta para o Brasil, a partir da década de 1920. Isso se dá, devido às repercussões negativas que a primeira Guerra Mundial trouxe para o comércio da juta. “As exportações de fibras do oriente para os centros consumidores da Europa e América foram bloqueadas” (PINTO, 1982 p. 174). Em função desse bloqueio a indústria têxtil nacional teve que ser incrementada, a partir de um plano de substituição de importações forçada e rápida. Segundo Homma (1998, p. 34):

Desde o início do século XX foram realizadas várias tentativas de introdução da juta no Brasil. As primeiras experiências foram realizadas no Estado de São Paulo em 1902, com vistas a atender a demanda de sacaria para as exportações de café (GRANATO, 1923). Para suprir essa demanda de sacaria, existia um parque de anagem dependente de grandes importações da juta indiana. Com sucesso da aclimação da juta nos Estados do Amazonas e Pará, vários estados tentaram introduzir esta cultura, destacando-se entre os principais: Espírito Santo (1942); Minas Gerais (1953); Maranhão (1953); Amapá, Goiás, Rondônia, Mato Grosso, Rio de Janeiro (1944), Pernambuco e Alagoas (1949). A presença de cursos de água e de mão-de-obra barata foram as condicionantes para estas introduções. Desses estados, somente Espírito Santo (1945/1955) e Amapá (1952/1955) produziram uma pequena quantidade de juta, cuja lavoura logo foi abandonada devido ao desvio de mão-de-obra para outras atividades e às dificuldades de maceração (BRAGA, 1952; PINTO 1966; apud HOMMA, 1998, p. 34).

O cultivo de juta na Amazônia começa em 1930, com a chegada de uma Missão Japonesa, chefiada por Tsukasa Uyetsuka. Essa Missão veio ao Brasil por ordem do Governo Japonês, que havia assinado um contrato em 11 de março de 1927 com o Governo do Amazonas, onde este concedia 1 milhão de hectares de terra no Município de Parintins. O objetivo da Missão era estudar, inspecionar e selecionar as terras a serem demarcadas. Tão logo concluída a missão, o Sr. Uyetsuka comprou um lote de 1500 hectares na “Vila Batista”

pertencentes ao senhor Francisco Barreto Batista, que Uyetsuka mudou para “Vila Amazônia”, para ser o núcleo do empreendimento no Brasil (HOMMA, 2007). A vila Amazônia está situada no encontro das águas do Paraná dos Ramos com o Rio Amazonas. Essa área reunia as condições geográficas ideais para o cultivo de juta. “As experiências com o plantio de juta tiveram início em 22 de setembro, na Ilha Formosa no Paraná do Ramos, por Emon Araki, agrônomo graduado pelo Colégio Agrônomo de Kagoshima” (HOMMA, 2007 p. 30). “As sementes que ali foram plantadas foram trazidas dos viveiros de mudas de São Paulo e do Japão, e foram plantadas seguindo o mesmo processo da bacia do Ganges, na Índia”. (PINTO, 1982 p. 175).

Efetivamente o cultivo de juta no Amazonas se dá em 1934/35 a partir dos resultados obtidos por Ryota Oyama em sua propriedade localizada na Ilha Formosa no Paraná do Ramos no Município de Parintins. A persistência de Oyama foi decisiva para a concretização desse tipo de agricultura no Estado. Segundo Homma (2007, p. 37):

O sucesso da aclimação da juta por Ryota Oyama marcou nova era na agricultura brasileira, cujas tentativas visando o cultivo, em São Paulo, vinham desde 1902 [...] Em 1935, Ryota Oyama, ante a descrença geral dos imigrantes que já tinham desistido da cultura da juta, continuava efetuando a multiplicação das sementes de juta, lutando contra inúmeras dificuldades, principalmente a de combate a saúvas [...] Da produção de sementes de juta obtida em 1935, Ryota Oyama entregou 200 gramas de sementes para Yoshio Takashima, o encarregado da Estação Experimental do Instituto Amazônia. Takashima era formado pela Escola Superior de Agricultura de Utsunomiya e concluiu a terceira turma de *Koutakusseis*. Em 21 de agosto de 1935, plantou as sementes fornecidas por Oyama em uma área de 0,04 hectares, e em 22 de janeiro de 1936, efetuou a colheita de aproximadamente 1500 gramas de sementes de juta, tendo ficado com um terço, devolvido um terço para Ryota Oyama e o restante para Yoshimasa Nakauti [...] O sucesso de um pé de juta, que foi salvo por Oyama, quando as raízes já estavam apodrecidas quando foi efetuada a colheita, somente ocorreu porque as sementes são muito pequenas, apresentam em grande quantidade e de ciclo curto.

É a partir do êxito da plantação de Oyama, que o cultivo de juta se efetiva no Amazonas. A partir deste ponto, a juta se espalhou por vários Municípios do Amazonas como Itacoatiara, Silves, Barreirinha, Manacapuru, Codajás e Coari.

A introdução da juta provocou grandes transformações nos cenários econômico, social e político da região e foi também influenciada, de maneira endógena e exógena, fora do controle do produtor [...] A introdução da juta moldou a agricultura da várzea na Amazônia, passando a constituir parte integrante dos recursos naturais da região (MIYAZAKI & ONO, 1958a, 1958b). O ponto básico da escolha desta cultura foi à semelhança com o cultivo realizado na Índia, nas margens dos rios Ganges e Brahmaputra, e a possibilidade de ser introduzida nas várzeas do rio Amazonas (LIMA, 1938). Compondo novo tipo característico, a atividade do juteiro e/ou malveiro tornou-se uma atividade exclusiva desses pequenos produtores [...] (HOMMA, 1998 p. 32).

“Apesar de a juta ser [comprovadamente] uma planta exótica, com processos de produção totalmente desconhecidos, teve rápida expansão pelos ribeirinhos, absorvendo a tecnologia desenvolvida pelos japoneses” (HOMMA, 1998 p. 35).

Como vimos o processo de adaptação da juta na Amazônia não é algo gratuito. Houve pesquisas e melhoramentos genéticos das sementes, com intuito de produzir plantas mais resistentes e adaptadas ao clima e a hidrografia da região, fundamentalmente a partir da consolidação do mercado de fibras vegetais, que demandava um produto de melhor qualidade, que garantisse retorno financeiro ao investimento. Todavia, segundo Homma (1998, p. 44) “com o colapso na produção de sementes de juta, corre-se o risco de perder todo material genético desenvolvido desde a introdução dessa cultura pelos imigrantes japoneses”.



Figura 24 – *Urena lobata L.* e *Corchoros capsularis*.

Fonte: Nusec/Ufam, 2008.

Box 06**Características botânicas das fibras vegetais**

As fibras vegetais de malva e juta podem ser classificadas como dicotiledôneas, pois fornece fibras a partir do lenho, diferente das monocotiledôneas cujas fibras são extraídas das folhas. Exemplo: o sisal (*Agave sisalana*). As fibras são células longas, com paredes secundárias mais ou menos espessas e geralmente ocorrem em feixes. Estes constituem as “fibras” de comércio. O processo de maceração usado na extração das fibras consiste em separar os feixes das células não fibrosas associadas. Num feixe, as fibras se encaixam, uma característica que confere resistência ao feixe de fibras. Ao contrário das paredes do colênquima, as fibras não são muito hidratadas. Elas são, portanto, mais duras e mais elásticas do que plásticas. As fibras funcionam como elementos de sustentação nas partes da planta que não mais se alongam. Tal como os esclereídeos, as fibras podem distribuir-se em diversas partes das plantas. Elas constituem as fibras do floema, do xilema ou lenho. As fibras de floema ocorrem em vários caules. O caule do linho (*Linum usitatissimum*), por exemplo, tem uma única faixa de fibras, com variadas camadas de espessura localizadas na região periférica externa. Algumas dicotiledôneas possuem fibras primárias na periferia do cilindro vascular, as quais não se originam como parte do floema, mas fora dele. As fibras do floema das dicotiledôneas são as fibras liberianas utilizadas no comércio (HARRIS, 1954). O comprimento de cada fibra varia consideravelmente nas diferentes espécies. As fibras de floema (lenho) mais conhecidas são as de juta e malva que medem aproximadamente de 0,8 a 8,0 mm; o cânhamo, de 5 a 55 mm; o rami, de 50 a 250 mm, e o linho de 9 a 70 mm. As fibras de folhas mais conhecidas são o sisal, medindo entre 0,8 a 8,0 mm; espada-de-são-jorge, de 1 a 7 mm; abacá, de 2 a 12 mm. Na linguagem comercial o termo fibra é frequentemente aplicado a materiais que incluem, no sentido botânico, outros tipos de células além das fibras e, também, a estruturas que não são fibras. Com efeito, as “fibras” das folhas das monocotiledôneas incluem comumente elementos vasculares. As de algodão são pêlos epidérmicos de sementes de *Gossypium*, a ráfia se constitui de segmentos foliares da palmeira *Raphia*, e a rota (junco) de caule da palmeira *Calamus*. Adaptado de ESAU, Katherine. **Anatomia das plantas com sementes**. Trad. Berta Lange de Morretes. São Paulo: Edusp, 1974. pág. 45-46.

4.4 O apogeu e o declínio

A juta e a malva já tiveram papel de destaque na economia da Amazônia de maneira geral e em particular no Estado do Amazonas. Os Municípios de Manacapuru, Itacoatiara e Parintins são os que mais se destacaram nessa atividade desde o início dessa atividade na região.

É difícil falar em período áureo dessa atividade na região, tal como foi o período áureo da produção gomífera no Estado, uma vez que essa atividade esteve quase sempre cercada de altos e baixos. Contudo, algumas décadas tiveram maiores picos de produção, como, por exemplo, a década de 1960. O apogeu efetivo dessa atividade no Amazonas se dá num período que vai do início da década de 1950 até o final da década de 1970. Nesse período, muitos empresários do sudeste do Brasil investem na região, pois o retorno financeiro compensava os investimentos em equipamentos, sementes, mão-de-obra, dentre outros. Segundo Dempsey (1974); Junqueira (1972) citado por Pinto (1982, p. 182):

Em 1946/47, o Governo Federal proíbe a importação de juta da Índia. Os grupos industriais de São Paulo, para manter suas posições em relação aos mercados internacionais, haviam optado por formas estoques a preços baixíssimos com a juta

proveniente da Índia e deixar as empresas locais em dificuldades. Com a proibição de se importar juta do exterior, o Governo Federal favorecia os grupos financeiros de São Paulo e Belém, autorizando que eles mesmos realizassem a classificação da produção. A companhia brasileira de fibras perdia, assim, seu monopólio de exportação em benefício de um grupo de industriais que possuíam usinas de prensagem de juta em fardos de 200 kilos, norma exigida por lei para a comercialização fora o Estado do Amazonas. Esta imposição provocou a convergência de toda a produção do Estado do Amazonas para Manaus, Parintins e Itacoatiara, que possuíam, respectivamente, seis, cinco e duas usinas de prensagens.

Outro fator que contribuiu significativamente para a consolidação da produção de juta e malva na região amazônica foi a eclosão dos conflitos durante a Segunda Guerra Mundial, que provocou a desorganização do processo de produção de fibras têxteis no oriente. Isso ajudou a dinamizar os plantios na Amazônia. Segundo Homma (1998, p. 35):

Na primeira fase, a difusão dos plantios esteve a cargo da Companhia Industrial Amazonense S/A (CIA), responsável pela imigração de capital japonês, fundada com a viabilização da cultura da juta, que manteve domínio na comercialização de fibra no período de 1937-1942. A expansão dos plantios desta cultura nesse período era basicamente dos colonos japoneses, com o assalariamento dos brasileiros. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os bens da CIA foram confiscados pelo governo brasileiro e leiloados, sendo adquiridos pela empresa J.G.Araújo.

Após a Segunda Guerra Mundial o território do maior produtor de fibras vegetais, a Índia, foi dividido. Isso criou certo receio por parte dos empresários locais quanto à expansão da produção nacional. Isso fez com que o Brasil atingisse a auto-suficiência na produção de fibras em 1952 (HOMMA, 1998).

Muitas indústrias instalaram-se no Amazonas, entre essas, uma teve maior destaque na produção e das fibras, chegando a instalar prensas em Itacoatiara, Manacapuru e Codajás – a Brasiljuta – inaugurada por Getúlio Vargas em 20 de janeiro de 1954. A partir da inauguração dessa fábrica no Estado, houve um incremento ainda maior na produção de matéria-prima, primeiramente de juta e posteriormente de malva. Essa empresa se transformou numa espécie de centro irradiador da produção de fibras na região. A partir de seus investimentos visando o melhoramento genético das sementes e à instalação de usinas de beneficiamento no interior, essa empresa torna-se propulsora dessa atividade no Estado. É com essa empresa que as sementes de malva são introduzidas no Amazonas. De acordo com Pinto (1982), a partir desse momento, o centro de estímulo à produção se desloca do comércio exportador de matéria-prima, para o núcleo industrial exportador. O ramo têxtil passou a concentrar quase metade (46,2%) da produção manufatureira, depois que encontrou em funcionamento em Manaus, uma moderna fiação e tecelagem e juta. Em 1955 a lavoura de juta é a que ocupa a maior área plantada do Estado do Amazonas, com 12.700 hectares (JUNQUEIRA, 1959 apud PINTO,

1982).

Quadro 07: Algumas empresas de beneficiamento de juta em 1950/60.

MANAUS	I. B. Sabbá & Cia. Ltada.
	Phillipe Daou S. A.
	Empresa Industrial de Fibras e Óleos, Ltada.
	Companhia Brasileira de Fiação e Tecelagem de juta.
ITACOATIARA	I. B. Sabbá & Cia. Ltada.
	Martins Melo S. A. Indústria e Comércio.
	Companhia Brasileira de Fiação e Tecelagem de juta.
	Martins Melo S. A. Indústria e Comércio.
PARINTINS	Sobral Santos S. A. Comércio e Indústria.
	Exportadora de juta Parintins Ltada.
	Companhia de Aniação Caçapava.

Fonte: Pinto, 1966.

O final da década de 1950 e a primeira metade da década de 1970 representaram um marco histórico para a produção de fibras na Amazônia de maneira geral, e no Amazonas de modo particular, chegando próximo de trazer para a região a hegemonia mundial dessa atividade. No ano de 1965 o Amazonas chegou a produzir 47.683 toneladas de fibras. Em 1967, amplia-se no Brasil o setor industrial têxtil de aniação, chegando nesse ano com uma capacidade instalada em torno de 80,3 mil toneladas, 50% da qual localizada na área Amazônica (IFIBRAM, 1976). As fibras vegetais nesse período eram o principal produto da economia amazonense. De acordo com Noda (1985, p. 03):

Nas décadas de 1970/80, o cultivo de malva e juta era responsável por 20% da renda do setor primário do Estado do Amazonas empregando cerca de 25 mil produtores rurais que cultivavam em média dois a quatro hectares, utilizando a força de trabalho familiar. Destes dependiam 247.500 pessoas num conjunto de áreas ocupadas por 573.750 habitantes, nas extensões dos rios Juruá, Purus, Madeira, Solimões e Amazonas.

Esse envolvimento de praticamente todas as microrregiões do Estado do Amazonas no cultivo e/ou comercialização da malva e/ou juta, “foi favorecida pelo vácuo da economia do extrativismo da seringueira, que criou um excedente de mão-de-obra liberada dos seringais, aproveitando-se do sistema de aviação já estruturado” (HOMMA, 1998 p. 35). Ainda segundo Homma, o rompimento dessa estrutura vai se dar somente na década de 1960, com a criação dos serviços de extensão rural que possibilitou a introdução e a democratização do

crédito rural.

Tabela 02 – Áreas de produção de juta e malva no Amazonas em 1980.

Microrregiões/Municípios	Juta		Malva		Total	
	Produção (t)	Particip. (%)	Produção (t)	Particip. (%)	Produção (t)	Particip. (%)
MR06/PURUS	7				7	
Tapauá	7	0,04			7	0,01
MR07/MADEIRA	825				825	
Borba	291	1,55			291	0,37
Humaitá	17	0,09			17	0,02
Manicoré	449	2,38			449	0,57
Novo Aripuanã	68	0,36			68	0,08
MR09/SOLIMÕES/JAPURÁ	2541		4568		7109	
Anori	1123	5,95	2170	10,69	3293	4,23
Coari	750	3,97	1700	8,37	2450	3,15
Codajás	485	2,57	645	3,18	1130	1,45
Maraã	150	0,79			150	0,19
Tefé	33	0,17	53	0,26	86	0,11
MR10/MÉDIO AMAZONAS	15501		15732		31233	
Autazes	766	4,06	70	0,34	836	1,07
Barreirinha	873	4,44	116	0,57	953	1,22
Careiro	583	3,09	200	0,98	783	1,00
Itacoatiara	3407	18,05	305	1,52	3712	4,77
Itapiranga	704	3,74	60	0,29	764	0,98
Manacapuru	3461	18,35	783	67,89	17244	22,18
Manaus	352	1,86	50	0,25	402	0,51
Maués	387	2,05	400	1,97	787	1,01
Nhamundá	223	1,18			223	0,28
Nova Olinda do Norte	245	1,29	90	0,44	335	0,43
Parintins	1960	10,38	450	2,22	2410	3,10
Silves	552	2,93			552	0,71
Urucará	581	3,07	98	0,48	679	0,87
Urucurituba	1443	7,64	110	0,55	1553	1,99
TOTAL NO ESTADO	18874	68,18	20300	40,55	39174	50,39
TOTA NO BRASIL	27680	100,00	5003	100,00	77733	100,00

Fonte: IBGE, 1980 In Noda (1985).

A área de concentração da produção de juta e/ou malva em 1980 revela quão importante essa atividade era para o Estado do Amazonas. Praticamente todo estado era

produtor dessas fibras. De acordo com o relatório do Ifibram de (1976), 51% da força de trabalho do setor primário do estado do Amazonas estava envolvida na produção de fibras, com participação ativa na economia nacional. Na tabela acima percebemos o quanto os municípios de Manacapuru, Itacoatiara e Parintins contribuíam para a produção estadual e nacional, tanto de malva como de juta.

Todavia, como parece ser sina da economia amazônica, que não consegue dominar os “fantasmas externos”²⁹, ocorre o declínio dessa atividade na região. Contudo, não foi um processo rápido e de uma única natureza. Segundo Homma (1998, p. 45) “o declínio da produção de fibras de juta e malva na Amazônia, como sistema agrícola, está condicionado a diversos fatores de natureza endógena e exógena a essa atividade”. Dentre os acontecimentos de natureza exógena, está à decisão política dos principais países produtores, no sentido de uma busca incessante de se atingir a auto-suficiência nessa atividade. Em 1961/62 o Governo Indiano lança um plano quinquenal que buscava a auto-suficiência desse país na produção de fibras de juta. A produção de juta (nos anos seguintes) aumentou consideravelmente, chegando a 1.137,422, 3 toneladas. “Estimou-se que no final do quarto ano do plano, a juta bruta alcançaria a marca de 1.814.360 toneladas” (KUNDU 1966, apud PINTO 1982, p. 180). Isso foi possível devido à adoção de técnicas intensivas de cultivo, uso de sementes melhoradas geneticamente, método de plantio em fileiras, aplicação meticulosa de adubos e fertilizantes enfim, por medidas concretas de proteção das plantas. Segundo Homma (1998) Outro fator exógeno que contribui para a queda na produção de sacos, produto “carro chefe” da indústria de aniagem no Amazonas, foi o fim do conflito no Vietnã, que tirou um substancial mercado de compra desses sacos pelas forças armadas dos Estados Unidos que usavam estas embalagens para enchê-las de terra, com propósito de proteção das trincheiras.

De acordo com Homma (1998, p. 45) “um fator de natureza exógena importante está ligado ao próprio comportamento do setor industrial e do beneficiamento das fibras, na

²⁹ A economia da Amazônia desde o início de sua colonização sempre esteve atrelada aos interesses do capital externo. Primeiramente na sua fase mercantilista e, depois, na sua fase comercial e industrial. Seus produtos quase sempre tiveram destaque no cenário do comércio mundial, é o caso da borracha, da juta e/ou malva e mais recentemente das mercadorias eletroeletrônicas do pólo exportador da Zona Franca. Entretanto, os “fantasmas” da concorrência externa acompanham a movimentação econômica dessa região há vários anos. Primeiramente a concorrência da borracha asiática, que implodiu esse setor na Amazônia. Mais tarde, quando tudo ia bem com uma produção em larga escala comercial de fibras de juta e malva, que gerava empregos para mais de 50 mil trabalhadores, o fantasma da concorrência externa surge novamente e os produtos sintéticos tornam-se mortais para as indústrias de aniagens locais (obviamente que não foi somente esse fator que provocou o declínio dessa atividade na região, mas vamos ficar apenas com esse por enquanto). Atualmente, esse “fantasma anti-amazônico” assombra diuturnamente o modelo ZFM, modelo este com sérias fragilidades, que pode ser pulverizado a qualquer momento pela força da caneta, através de decretos, leis, medidas provisórias dentre outros penduricalhos encômios e jurídicos.

tentativa de apropriar o máximo de excedente do produtor”. Segundo Pinto (1982) desde quando foi suprimido o caráter monopsônio e monopólio do mercado de fibras, da CIA, pertencente aos japoneses, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os capitalistas brasileiros tiveram a preocupação de pagar apenas o menor preço possível, tanto para a fibra de juta quanto para a de malva, tornando-se, por extensão, em operários das fábricas de aniagem no campo. De acordo com Homma (1998, p. 45):

Enquanto nas décadas de 30 e 40, dois quilos de fibras de juta eram equivalentes ao valor de uma diária, na década de 70 eram necessários seis quilos. Desse modo, o que passou a prevalecer na comercialização de fibras de juta e malva foi a formação de um oligopsônio, sem necessidade de investimentos na estrutura produtiva. Com a crise da oferta de fibras de juta e malva, a partir da década de 70, os esforços frente às alternativas surgidas não tiveram mais efeito.

Ainda no âmbito dos fatores exógenos, deve-se destacar as transformações tecnológicas ocorridas no mundo a partir a década d 1960/70. Em 1976, aumenta a produção agrícola – trigo, milho e soja – que se utiliza de armazenamento e transporte a granel; acontece o inverso com o café e o açúcar demerara, no mesmo período. Sua produção sofre uma redução de 1,2 milhões de toneladas. Enquanto isso expandem-se as industriais de sacos de papel e, sobretudo, de polipropileno imprimindo aos setor têxtil uma concorrência desleal. De acordo com o Ifibram (1976, p. 21):

A partir de 1975 ocorre a maior crise do setor de manufaturados de juta, em função da queda das safras agrícola brasileira, em particular as de café e de açúcar, dois produtos embalados exclusivamente em sacos de aniagem. Somente esses dois produtos haviam consumido em 1975 quase 90 milhões de sacos. Praticamente 50% da produção das industriais de aniagem tiveram seu consumo, nesse ano, reduzido para 61 milhões, registrando uma redução de 27 milhões de sacos. Ainda no ano de 1975 a produção de fibras não acompanha a capacidade instalada do parque industrial que é de 120.000 toneladas. O resultado é a importação de fibras de juta do oriente. A safra conjunta de juta e malva de 1979/80 atinge apenas 74.000 toneladas, em virtude do baixo volume das enchentes na região, o que implicou no atraso da colheita da juta. A malva não foi grandemente afetada pela anormalidade das enchentes. Adicionalmente, tece-se como grande preocupação a escassez e os elevados custos da mão-de-obra. Em dessas ocorrências, as industriais em geral ficaram em sérias dificuldades, sendo compelidas a reduzirem os turnos de trabalho, chegando à paralisação parcial de algumas unidades.

A débâcle da juta e da malva na Amazônia está ligada, também, por decisões da Comunidade Européia que era a principal compradora de produtos agrícolas brasileiros (feijão, café, açúcar e arroz) embalados em sacas feitas dessas fibras. Por volta de 1960, a partir de estudos realizados nesses países, houve a decisão de substituir as sacas de fibras por

sacas de polipropileno. A alegação para tal decisão eram questões fitossanitárias. Outro fator que contribuiu para a quase extinção dessa atividade na região foi a implementação do transporte dos produtos agrícolas em navios graneleiros. Empresas como a Brasiljuta, que empregava cerca de dois mil funcionários, tiveram que reduzir drasticamente suas atividades.

No ano de 1972 ocorre uma grande enchente na região amazônica fato que traz significativas perdas para a agricultura especialmente para o cultivo de juta e malva. O cenário favorável dessa modalidade agrícola começa a ser modificado. O futuro será de incertezas e perdas. Outros fatores internos, também contribuíram significativamente para a diminuição da atividade têxtil no Amazonas. Segundo Homma (1998, p. 47):

As políticas regionais, como a criação dos incentivos fiscais durante o governo de Castelo Branco, levou a transformação da SPEVEA em Sudam; do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia S/A (BASA); e a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa. Essas mudanças tiveram conseqüências diretas e indiretas que afetaram a economia da juta e da malva na Amazônia [...] A criação da Zona Franca de Manaus, ao atrair contingentes rurais em direção à cidade de Manaus, provocou grande sangria de mão-de-obra, antes dedicada à lavoura de juta. O próprio processo de transformação da sociedade brasileira, caminhando no sentido da urbanização, provocou conseqüências na subtração da mão-de-obra, antes dedicada à produção de juta e malva. As políticas desenvolvimentistas, que passaram a concretizar na Amazônia, a partir da década de 1970, como por exemplo, a abertura de grandes eixos rodoviários (transamazônica, Cuiabá/Santarém, Manaus/Porto Velho, Manaus/Boa Vista (entre os principais), criou possibilidades de expansão da fronteira agrícola e, conseqüentemente, a drenagem de ribeirinhos em direção às áreas de terra firme. Essa mudança de opção, de uma civilização de várzea para uma civilização de terra firme, trouxe conseqüências para as populações ribeirinhas, levando a população à estagnação e à queda na produção de fibras (HOMMA, 1998 p. 47).

A partir da segunda metade da década de 1980 o cenário transforma-se radicalmente. As indústrias de sacarias, esteio de toda a cadeia produtiva de fibras no Amazonas agonizam e esperam por absolvição que fatalmente não veio. Medidas de proteção à produção local não foram suficientes e as empresas brasileiras não conseguiram competir com os países asiáticos como Índia e Paquistão e Bangladesh, que subsidiavam e ainda subsidiam violentamente sua produção. Isso fez com que os produtos desses países, mesmo atravessando literalmente meio mundo, chegassem ao mercado brasileiro com preços inferiores. E, a região amazônica, que chegou a ter 17 fábricas de juta e malva no período áureo dessa atividade, atualmente conta com a presença de apenas quatro (Companhia Têxtil Castanhal, Ciex/Jutal, Pematec e Cata). Essas empresas ainda permanecem por conta dos benefícios da lei nº. 926 de 1995 que dispõem sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo *Antidumping* e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios.

Box 07**Lei antidumping**

Em 11 de maio de 2007, foi protocolizada no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, petição encaminhada pelo Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia, doravante denominado peticionário, ou IFIBRAM, de abertura de investigação de dumping nas exportações de fios de juta, simples, retorcidos e retorcidos múltiplos, para o Brasil, originárias da República da Índia e da República Popular de Bangladesh, também denominadas somente Índia e Bangladesh, e de dano à indústria doméstica enexo causal entre estes. Tendo sido apresentados elementos suficientes de prova da prática de dumping nas exportações originárias de Bangladesh e da Índia e do correlato dano à indústria doméstica, a Secretaria de Comércio Exterior iniciou a investigação, por meio da publicação da Circular nº 62, de 1º de novembro de 2007, no Diário Oficial da União - D.O.U. de 5 de novembro de 2007. Os Governos dos países exportadores foram notificados da abertura da investigação. No tocante ao Governo da Índia, além das cópias da Circular e da petição de abertura, também foram encaminhados o questionário do produtor/exportador e uma relação de produtores e/ou exportadores indianos identificados pelo DECOM. Levando em consideração o elevado número de partes identificadas, foi solicitado à Embaixada da Índia que notificasse esses produtores/exportadores, e encaminhasse o referido questionário, inclusive para outros produtores/exportadores identificados pelo Governo da Índia. Foi solicitado ao Ministério das Relações Exteriores - MRE, o especial obséquio de transmitir ao Governo da República Popular de Bangladesh, cópia do questionário do produtor/exportador estrangeiro. Em atendimento ao disposto no art. 22 do Decreto nº 1.602, de 1995, a Receita Federal do Brasil - RFB, do Ministério da Fazenda, também foi notificada do início da investigação. Conforme previsão contida no § 2º do art. 30 do Decreto nº 1.602, de 1995, foi realizada investigação *in loco* na Companhia Têxtil de Castanhal. No dia 16 de maio de 2008 foi realizada a audiência prevista no caput do art. 33 do Decreto nº 1.602, de 1995, oportunidade na qual foram divulgados os fatos essenciais sob julgamento que constituíram a base para se alcançar uma determinação final. Os fios de juta nacional e importado se destinam ao mesmo uso/mercado, qual seja, fundamentalmente à indústria de tapetes, embora também tenham outros usos. Com base em todos esses elementos, concluiu-se que o fio de juta fabricado no Brasil é similar àquele importado da Índia e de Bangladesh. Com vistas à análise de dano, nos termos do que dispõe o art. 17 do Decreto nº 1.602, de 1995, definiu-se como indústria doméstica, a linha de produção de fios de juta da empresa Companhia Têxtil de Castanhal, única empresa produtora de fios de juta no Brasil, cuja produção não se destina exclusivamente a consumo cativo. Considerou-se para a avaliação de existência de dumping, os doze meses que compreendem o período de outubro de 2006 a setembro de 2007. De acordo com o que dispõe o § 4º do art. 21 c/c art. 27 do Decreto nº 1.602, de 1995, foram encaminhados questionários aos produtores/exportadores, da Índia e de Bangladesh. Nenhum produtor/exportador apresentou resposta tempestiva ao questionário. Dessa forma, tendo em vista a ausência de manifestação tempestiva dos exportadores, o valor normal e o preço de exportação foram obtidos com base nos fatos disponíveis, conforme previsto no § 3º do art. 27 c/c art. 66 do Decreto nº 1.602, de 1995. Foram apuradas margens absolutas de dumping de US\$ 0,16/kg (dezesseis centavos de dólar estadunidense por quilograma) para a Bangladesh, e US\$ 0,11/kg (onze centavos de dólar estadunidense por quilograma) para a Índia. As margens de dumping relativas corresponderam a, respectivamente, 16,1% e 11,1%, as quais não foram consideradas *de minimis*, nos termos do § 7º do art. 14 do Decreto nº 1.602, de 1995. A determinação da existência de dano abrangeu o período de 1º de outubro de 2002 a 30 de setembro de 2007, dividido em cinco subperíodos de doze meses, a saber: P1 (outubro de 2002 a setembro de 2003), P2 (outubro de 2003 a setembro de 2004), P3 (outubro de 2004 a setembro de 2005), P4 (outubro de 2005 a setembro de 2006), e P5 (outubro de 2006 a setembro de 2007). À luz desses elementos, concluiu-se que as exportações para o Brasil de fios de juta, de Bangladesh e da Índia, a preços de dumping, causaram dano à indústria doméstica, não havendo outros fatores que expliquem esse dano. Consoante a análise precedente, ficou determinada a existência de dumping nas exportações para o Brasil de fios de juta originárias de Bangladesh e da Índia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática. Nos termos do *caput* do art. 45 do Decreto nº 1.602, de 1995, o valor da medida antidumping tem o fim exclusivo de neutralizar os efeitos danosos das importações objeto de dumping, não podendo exceder a margem de dumping. Avaliou-se, portanto, se as margens de dumping apuradas são superiores ou inferiores à subcotação, tendo sido comparado, para tanto, o preço praticado pela indústria doméstica e o preço das exportações das origens investigadas, internado no Brasil, com base nas informações fornecidas pela Receita Federal do Brasil - RFB. Tendo sido observado que, em ambos os casos, as subcotações apuradas foram superiores às respectivas margens de dumping obtidas, recomendou-se a aplicação de medida antidumping definitiva sobre as importações para o Brasil, com base nas margens de dumping apuradas, em montante equivalente a US\$ 0,16/kg (dezesseis centavos de dólar estadunidense por quilograma) para a Bangladesh, e US\$ 0,11/kg (onze centavos de dólar estadunidense por quilograma) para a Índia (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2007).

Atualmente a falta de políticas públicas para o setor têxtil no Brasil é explicitada pela ausência de crédito aos produtores e aos empresários, pela falta de pesquisas para inovações tecnológicas que garantam a qualidade do produto final e pela diminuição ou a eliminação do trabalho degradante, bem como ‘o fornecimento de sementes. A pouca capacidade do poder público em efetivamente subsidiar um produto que tende a ser socialmente viável e ecologicamente sustentável, revela a inoperância do Estado brasileiro na reestruturação desse seguimento, isso deixa o setor produtivo de fibras vegetais (malva e juta) flutuando apenas como uma “possibilidade e “alternativa”, sem, contudo, haver sua efetivação de fato.

Atualmente as áreas cultivadas no Estado são pontuais e infinitamente menores do que era em um passado recente, tendo a malva com maior área plantada e maior produção que a juta. Dos 24 municípios listados na Tabela 02 em 1980, somente 12 continuam com suas atividades na malva e/ou juta. De acordo com dados do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (IDAM, 2008), Tabela 03 a produção estimada de juta no Amazonas em 2007/08, foi de 925 toneladas numa área de 785 hectares, enquanto que a produção de malva foi estimada em 8.750 toneladas em uma área de 4.475 hectares. Ainda segundo o Idam, o número de trabalhadores da juta assistidos por esse órgão é de 425 e os de malva somam 4.507. Muitos trabalhadores atualmente plantam somente malva. É o caso da maioria dos trabalhadores das comunidades da área de estudo. No passado, a maioria dos trabalhadores plantava somente juta, hoje o processo é inverso.

Tabela 03 – Microrregiões produtoras de juta e malva no Amazonas em 2007/08.

MUNICÍPIO OU SUB-REGIÃO	ATER			ESTIMATIVA POR MUNICÍPIO				
	Nº de Produtores	Área (há) Assistida	Área (há) Plantada	Área colhida (na)	Produção obtida (t)	Nº de Produtores	Área plantada (na)	Produção (t)
RIO NEGRO/SOLIMÕES	2.250	2.004,00	0,00	2.004,00	4.008,00	3.877	3.765,00	7.530,00
Anamã	64	60,00		60,00	120,00	526	160,00	320,00
Anori	520	300,00		300,00	600,00	550	450,00	900,00
Autazes								
Beruri	360	260,00		260,00	520,00	360	260,00	520,00
Caapiranga	151	100,00		100,00	200,00	151	100,00	200,00
Careiro								
Careiro a Várzea	4	12,00		12,00	24,00	30	45,00	90,00
Coari	100	200,00		200,00	400,00	100	200,00	400,00
Codajás	200	200,00		200,00	400,00	200	200,00	400,00
Irاندuba	200	200,00		200,00	400,00	250	200,00	400,00
Manacapuru	21	72,00		72,00	144,00	1.010	1.450,00	2.900,00
Via Rica e Caviana	400	400,00		400,00	800,00	400	400,00	800,00
Manaquiri	180	200,00		200,00	400,00	300	300,00	600,00
Manaus								
Novo Airão								
Rio Preto a Eva								
MÉDIO AMAZONAS	10	15,00	0,00	15,00	30,00	170	250,00	300,00
Itacoatiara	10	15,00	0,00	15,00	30,00	170	250,00	300,00
Novo Remanso								
Itapiranga								
Maués								
Nova Olinda o Norte								
Presidente Figueiredo								
Silves								
Urucurituba								
BAIXO AMAZONAS	28	22,00	0,00	22,00	44,00	460	460,00	920,00
Barreirinha								
Boa Vista do Ramos								
Nhamundá								
S. Sebastião o Uatumã								
Urucará								
Parintins	28	22,00	0,00	22,00	44,00	460	460,00	920,00
TTA	2.288	2.041,00	0,00	2.041,00	4.082,00	4.507	4.475,00	8.850,00

Fonte: Idam, 2008.

O declínio da produção de juta e malva no Amazonas pode ser definido pela perda gradativa de rentabilidade tanto dos produtores rurais como dos empresários. “Uma cultura altamente intensiva em mão-de-obra, quando começa a ter seus custos mais elevados, perde a viabilidade se não for possível intensificar a produção” (HOMMA, 1998 p. 54). Nesse sentido, pondera Homma (1998, p. 55):

O desaparecimento da produção da juta e da malva afetou mais os setores que conseguiam apropriar o excedente econômico do processo de comercialização e de beneficiamento do que o próprio produtor. O produtor conseguiu adaptar-se às crises, mudando-se para outras localidades, ou adaptando-se a novas situações.

As riquezas da Amazônia permitem que haja essa mobilidade agrícola. Assim como foi no período da extração de borracha, cuja *débâcle* forçou as frentes extrativistas a se dedicarem e/ou acentuarem outros cultivos agrícolas, inclusive ao cultivo de juta e malva. Atualmente, em algumas comunidades rurais do Amazonas, há uma migração dessa atividade para a pesca comercial de peixes lisos ou a migração para os centros urbanos mais próximos.

4.5 A problemática das sementes

A questão da produção de sementes é um indicador da inoperância estatal no setor produtivo da juta e da malva. Mesmo no período áureo dessa atividade no Estado, essa questão era problemática. A diferença é que a distribuição gratuita, tanto por parte do governo como de empresários (no caso destes, numa relação de aviamento) era elevada. Isso de certa forma mascarava uma gritante incoerência que ecoa ainda hoje, ou seja, o fato do Estado do Amazonas ser o maior produtor de fibras de juta e de malva do Brasil (atualmente ainda é), e não ter campos exclusivos para a produção de sementes. O relato a seguir, mostra como é problemática a questão da obtenção de sementes por parte dos agricultores.

[Pra quem o senhor vende suas fibras?] Para o seu Rui, só pra ele, pro patrão mermo, né? [Ele é seu patrão?] É sim. [E ele adianta as sementes?] Adianta. Esse ano nós peguemos também do governo que distribuiu né? [Distribuiu quanto?] Quantos quilos de semente? Pra nós foi cento e dez quilos. [Plantou tudo?] Plantei. [Então por que teve que pegar com o patrão?] Pequei ainda, ainda pequei cem quilo. Plantemos duzentos quilos de semente de malva. Agente planta muito aqui em casa. A gente tem que pagar pra ele em fibra, sabe, a semente. [Quanto?] De duzentos quilos, de cem quilos, paga novecentos quilos de fibra. [Novecentos quilos de fibra por quantos quilos de semente?] Cem. [Por cem é prejuízo?] É porque aí, já não serve pra gente, pagando assim. Mas só que é do governo que vem, não dá pra abastecer, né? Porque eles não confiam na gente. Por exemplo, eu planto quatro saca de semente, eles não acreditam que a gente planta, né? [É mesmo?] É, não crêem. O problema é esse quando vem. Aí, pega três sacas, eles não acreditam que planta.

Acha que seja muita. E aí eles dão aquela quantidadezinha limitada que a gente se acha obrigado a pegar com outro, né, que tem pra vender. Agora esse ano, esse meu irmão aí, já fez uma relação de quantos quilos nós vamos precisar só pra cá mesmo, sabe? Já levou, já apresentou. Tá faltando só assinar, que aí também não sei, que ele falou assim, não sei se ela vem de graça ou vem pra gente pagar mais pra frente, né? Que os patrão já tão anunciando que esse ano não vai ter semente de graça (Enoque Coelho Silva, 67 anos, trabalhador da malva).

Esse depoimento é de março de 2007, entretanto o problema é antigo. O relato a seguir é de um trabalhador da juta do Município de Itacoatiara na década e 1980, apresentado por Noda (1985, p. 80), e revela que quase nada mudou nas últimas décadas a respeito dessa questão “[...] Olha o problema é o preço das sementes. Nós tem de comprar ela e o preço é alto. Com a máquina³⁰ nós faz a cobertura do trabalho e gasta menos sementes e dinheiro[...]”.

A questão da obtenção das sementes foi sempre problemática no Amazonas que historicamente é comprador de sementes do vizinho Estado do Pará. Os governos de Plínio Coelho, Danilo Areosa e Gilberto Mestrinho foram os que mais incentivaram a agricultura de juta e malva no Amazonas, entretanto, nenhum deles se preocupou em consolidar a produção de sementes, no sentido de dotar o Amazonas desse produto. Em relação à produção de sementes de juta Monteiro *et al.* (1973 apud HOMMA 1998, p. 40-41) afirma que:

A lavoura de juta apresenta grande fragilidade, pelo fato da produção de fibras nas várzeas ser dependente da produção de sementes; estas foram produzidas a partir da década de 40, no municípios de paraenses de Alenquer, Monte Alegre e Santarém, depois concentradas exclusivamente em Alenquer. A razão dos japoneses terem deslocado a produção de sementes de juta para as terras firmes de Alenquer, deve-se ao fato de que a produção de fibras nas várzeas não permite completar o ciclo vegetativo, uma vez que o corte das hastes coincide com as enchentes e com os solos férteis daquele município.

O cultivo tanto de juta quanto de malva na região amazônica teve que conviver sempre com um paradoxo, ou seja, a produção para obtenção de fibras é feito na várzea, contudo, as sementes são produzidas em terra firme. Isso implica uma série de dificuldades, pois, é preciso desmatar áreas de floresta para fazer os roçados. O solo precisa ser corrigido quimicamente, o que aumenta os gastos na aquisição de adubos e fertilizantes. Segundo Homma (1998, p. 41):

A crise da juta sempre esteve relacionada com o descompasso no setor de produção

³⁰ A máquina que o trabalhador se refere é um instrumento desenvolvido por Ryota Oyama, construído de forma artesanal tipo tico-tico, com um recipiente para colocar as sementes de juta. À medida que a cova é aberta uma determinada porção de sementes cai diretamente na cova. Essa forma de semear é mais econômica, uma vez que o desperdício é evitado pelo controle do orifício de passagem das sementes.

de sementes de juta em Alenquer. As restrições ao desmatamento de floresta densa e a expansão das pastagens nas décadas de 70 e 80 para atender à pecuária fizeram com que a produção de sementes fosse colocada em plano secundário, bem como a própria lucratividade na produção de sementes.

“A dependência das sementes de juta gerou diversos conflitos de natureza política ao longo do tempo, principalmente no Estado do Amazonas” (HOMMA, 1998 p. 41). O descompasso entre a quantidade de sementes e área plantada, o atraso na aquisição e/ou distribuição ainda são causas de conflitos e incertezas, principalmente entre patrões e trabalhadores. É o ponto inicial do processo de subalternização dos trabalhadores em relação aos agentes da comercialização, que por possuir capital e articulação junto aos órgãos distribuidores, conseguem obter quantidades acima do que recebem os trabalhadores. No Amazonas os órgãos de distribuição de sementes passaram por diversos momentos. Segundo Homma (1998, p. 43):

No estado do Amazonas, a distribuição de sementes de juta sempre esteve a cargo da Delegacia Federal do Ministério da Agricultura, até o início da década de 70, quando foi rompido no governo de João Valter, que foi entregue à Secretaria de Produção Rural [...]. O processo de produção de sementes de juta após a fase da Associação Comercial do Amazonas. Ficou a cargo do IAN e, posteriormente, do Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte – Ipeam, até 1965, para, em seguida, ser de responsabilidade da Delegacia Federal do Ministério da Agricultura no Pará (DFA). Na safra de 1975/76, a Comissão de Financiamento da Produção instituiu os preços mínimos para produção, aquisição e repasse de sementes de juta. Esta autarquia mantinha a hegemonia da política agrícola brasileira naquela época. Durante o desmonte de várias instituições, verificado no governo de José Sarney, a produção e a política de preços mínimos, Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, em parceria com o Instituto de Fomento à Produção de Fibras da Amazônia – Ifibram.

Fagundes (2002, p. 06) descreve um pouco o processo de produção de sementes atualmente na região amazônica. Em relação às sementes de juta ela descreve:

Os campos de sementes de juta estão em Alenquer, no oeste do estado do Pará, sendo sua produção coordenada pelo escritório da Embrapa de Imperatriz no Maranhão (Embrapa Amazônia Oriental). As sementes de juta são produzidas sob encomenda do Ifibram (Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia) que as repassa aos produtores da fibra localizados em Parintins (divisa com o Pará) e Manacapuru. São também demandantes de sementes de juta o Governo do Amazonas (Instituto de Desenvolvimento do Amazonas/Idam) e firmas particulares. Em 2001 foram produzidas 30 t; e em 2002 a previsão é de uma produção de 15 t. Nos campos de sementes utiliza-se 1 kg de semente básica para a produção de 1 há de semente fiscalizada/certificada com uma produtividade entre 300 e 500 kg/ha. Para produzir-se 1 ha de juta fibra utiliza-se entre 6 a 8 kg de semente fiscalizada. O ciclo de desenvolvimento das sementes é de aproximadamente 8 meses, sendo colhidas a partir de julho/agosto. O período de beneficiamento da semente de juta (batedura, peneira/limpeza/ventilação e secagem a 11% de umidade e embalagem) é pequeno (em torno de 15 dias), possibilitando

que esta etapa seja realizada e a semente transportada a tempo do plantio no estado do Amazonas no mês de dezembro.

Com relação às sementes de malva, os campos de produção localizam-se no nordeste paraense, entretanto o processo é semelhante.

Os campos de semente de malva estão situados em Capitão Poço e Bragança, no nordeste do Pará, estando sua produção sob a coordenação do Ifibram. De forma similar à juta, a produção de sementes de malva é realizada sob encomenda do Ifibram que realiza análises do poder germinativo e as repassa aos produtores da fibra em Parintins e Manacapuru, no estado do Amazonas. O custo da semente para o produtor da fibra estaria em torno de R\$ 8,40/kg, com o produtor tendo um ano para pagar e havendo garantia de compra da fibra produzida por parte das indústrias têxteis (FAGUNDES, 2002 p. 07).

A produção de sementes não constitui tarefa simples, é preciso o estabelecimento de áreas propícias para tal empreendimento. O tempo de maturação para a obtenção das sementes é diferente do tempo de maturação para a obtenção de fibras. Estas podem ser extraídas há partir do sexto mês (malva) e a partir do quarto meses a juta. Já a obtenção de sementes só poderá ser realizada com êxito a partir de oitavo mês de plantio. Fato que impossibilita sua produção em áreas de várzea.

Tabela 04 – Produção de sementes de juta

Semente de juta: calendário de produção						
Plantio	Ciclo de Desenvolvimento	Colheita	Local	Necessidade de sementes (kg/ha)	Produtividade	
Semente: dez/jan	8 meses	jul/ago	Alenquer (Pará)	1 kg/ha (semente básica)	300 a 500 kg/ha	
Fibra: até 15 de dez	5 a 6 meses	mai/jun	Parintins/Manacapuru (Amazonas)	6 a 8 kg/ha	1.800,4 kg/ha	

Fonte: Fagundes, 2002.

Tabela 05 – Produção de sementes de malva

Semente de malva: calendário de produção						
Plantio	Desenvolvimento	Colheita	Local	Necessidade de sementes (kg/ha)	Produtividade	
Semente: até 15/dez	7 a 8 meses (dependendo do cultivar)	Jul/Ago	Capitão Poço e Bragança (Pará)	1 a 3 kg/ha (semente básica)	300 a 500 kg/ha	
Fibra: até 15/dez	6 a 7 meses	Jun/Jul	Parintins/Manacapuru (Amazonas)	20 kg/ha	1.800 kg/ha	

Fonte: Fagundes, 2002.

As produções de sementes nos campos do Estado do Pará operam no limite máximo de sua capacidade. Caso haja aumento de demanda, quer seja por aumento da área plantada, ou quantidade de sementes por hectare, haverá déficit de sementes. Os governos podem dispor de sementes de juta no mercado externo, já em relação às sementes de malva, não há registros de produção externa de sementes.

Uma questão que não pode passar despercebida e que no nosso entendimento está ligada diretamente com a questão da produção e acesso às sementes, é a importação brasileira de juta em bruto de países asiáticos. Segundo informações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), de 2000 até 2005 foram importadas cerca de 53,7 mil toneladas de juta desses países. O volume em dólares gasto foi de US\$ 21,7 milhões. A produção mundial na safra 2004/05 foi de 2.522,100 toneladas. Atualmente os países que mais exportam fibras de juta são: Índia, com 62%; Bangladesh, 35,7%; Myanmar, 1,7%; e Nepal, com 0,7%. Na contramão do processo, o Brasil importou nesse período, fibras de jutas e manufaturados na ordem de 2.105,8 toneladas, sendo 86,9% de fios; 9,2% de tecidos; e 3,9% de sacos.

Esses números ratificam o desinteresse do poder público pelo setor de aniagem no Brasil. O que é lamentável, pois segundo Fagundes (2002, p. 09) o país tem potencial nesse setor.

A produtividade média da produção de juta fibra nas duas últimas safras foi de 1.750 kg/ha em Bangladesh; 1.850 kg/ha na Índia; e de 1.801,1 kg/ha no Brasil, sendo que esta produtividade foi superior à média dos dois últimos anos em Bangladesh, que é o maior país exportador.

Portanto, para uma revitalização completa do setor de aniagem no Brasil de maneira geral, e particularmente no Amazonas é preciso repensar as políticas agrícolas voltadas para esse setor. Não se pode desprezar o potencial que o país tem para comandar o mercado devido à sua competitividade e extensão territorial. Em tempos de crise econômica mundial, políticas públicas voltadas para a substituição das importações são estratégias de controle de saída de capital, além da geração de emprego no campo, no caso das fibras de juta e malva, geração de empregos também nas cidades. Nesse sentido, uma efetiva revitalização da agricultura de malva e/ou juta na Amazônia só poderá ser possível se forem consideradas as experiências positivas e negativas do passado, traduzindo-as em um diálogo contínuo entre produtores, inovações tecnológicas (sementes e processo produtivo), e abertura de mercado diversificado, que não fique dependente dos produtos agrícolas. A gama de produtos que podem ser confeccionados a partir das fibras de malva e juta deve ser absorvida pelas indústrias do setor

de aniagem para que as mesmas possam dispor de fatias maiores de mercado.

4.6 A revitalização?

As discussões sobre a importância do cultivo de juta e malva na Amazônia não são novas. As idéias de revitalizar o setor produtivo de fibras na região acompanham esse setor já há alguns anos. Todavia, o caráter cíclico das ações políticas e das instituições responsáveis por este setor também tem sido uma constante. Não são poucas as Leis e Decretos com o estabelecimento de propostas, muitas vezes utópicas, para o setor produtivo de juta e malva na região. Praticamente em todos os planos governamentais de órgãos oficiais concebiam a agricultura de juta e malva como essencial para a região. Dentre os mais destacados está a SPEVEA, mais tarde Sudam, a Codeama, a Acar, o Ifibram, a CFP. Atualmente a Sepror e o Idam. Todos esses órgãos em um dado momento fizeram relatórios ou empreenderam alguma política de revitalização do setor. Contudo passado 79 anos de produção de juta e malva na Amazônia a vida dos camponeses varzeanos mudou pouco. Segundo Homma (1998, p. 52):

A codeama, criada pela Lei 102, de 17 de dezembro de 1964, tendo como primeiro presidente Arthur Cezar Ferreira Reis caracterizou-se pela realização de diversos estudos, de natureza econômica sobre a juta. A SPEVEA e depois a Sudam, enfatizaram a importância da agricultura para a Amazônia e do extrativismo vegetal [...]. A ACAR-Amazonas, em 1966, no seu auge de atuação, no governo de João Valter, no período de 1971/74, com a vinda de técnicos formados pela Universidade Federal de Viçosa, deu novo enfoque à agricultura. No caso da juta, foi enfatizada a extensão rural, o apoio a cooperativas, o domínio na distribuição de sementes, a ênfase ao crédito rural. O Ifibram procurou aperfeiçoar o processo de descorticação mecânica, efetuando convênios com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, CPATU, Instituto Agrônomo de Campinas – IAC e Universidade de Taubaté [...] A Comissão de Financiamento da Produção – CFP teve grande influência na política agrícola nacional durante as décadas de 70 e 80, estimulou fortemente a produção de sementes de juta e malva.

Como podemos observar houve muitas tentativas oficiais de revitalização ou de manutenção de um setor que promoveu grandes transformações na economia da região amazônica. Todavia, muitos planos não só eram utópicos como extremados. Nesse sentido, apesar de ser uma atividade que utiliza bastante mão-de-obra, de ser adaptada ao solo fértil de grande parte das várzeas amazonenses, de já ter sido o produto líder de exportações do Estado, a agricultura de malva e juta, como já foi dito anteriormente, continua flutuando como uma “possibilidade” e uma “alternativa” de desenvolvimento econômico para o Estado do Amazonas.

O governo atual, ainda que de maneira um pouco tímida, tem tentado reativar o setor têxtil no Estado. Há uma tentativa política de retomar a auto-suficiência na produção de fibras vegetais de juta e malva. A distribuição de 125 toneladas de sementes de malva pela Secretaria de Produção Rural do Amazonas (Sepror) e o incremento de R\$ 1,2 milhão na atividade por parte da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) são ações que prometem trazer melhores resultados para a próxima safra, no primeiro trimestre de 2009. A demanda por fibras vegetais no Brasil é 20 mil toneladas anuais. Desse total, mais de 12 mil toneladas são provenientes da região de Manacapuru, a maior produtora de fibras vegetais (malva e juta) do Brasil. O restante vem do Pará – cerca de mil toneladas – e do sul da Ásia, mais precisamente de Bangladesh e da Índia.

Em entrevista à repórter Amanda Mota da Agência Brasil (2008) o atual secretário de Produção Rural do Amazonas, Eron Bezerra, ressaltou que, na busca da produção auto-sustentável, o Amazonas se prepara para promover a plantação e a colheita de sementes nas áreas de terra firme. Seguindo um planejamento específico, a Sepror prevê o plantio de uma área de até 500 hectares nos municípios de Itacoatiara, Manacapuru, Parintins e, provavelmente, Iranduba. Assim, até julho de 2009, as sementes produzidas no estado já devem estar prontas para doação e venda ao preço máximo de R\$6 o quilo. Um saco de 50 kg sairia por volta de R\$ 300,00, cem reais a menos do que se cobra atualmente. Para Eron Bezerra, com a produção local de sementes, o Amazonas espera obter pelo menos 80% das 180 toneladas de sementes que utiliza todos os anos. "Estamos só aguardando a liberação do recurso da Suframa até o fim de agosto (2008) para iniciar o plantio e a produção das sementes nas áreas de terra firme. Isso significa também que todo investimento que hoje é destinado ao Pará passará a ficar no próprio Amazonas, gerando renda para a população", finalizou o secretário. Devemos encarar com reservas o otimismo do representante governamental, uma vez que as experiências passadas revelam que de forma unilateral dificilmente pode haver mudanças significativas na estrutura produtiva de fibras na região.

Numa coisa muitos concordam, as fibras vegetais têm potencial para fomentar toda uma cadeia produtiva, que se estenderia desde a várzea – área do plantio – até o supermercado, shopping e feiras em geral. Isso pode ocorrer, devido à gama de produtos que podem ser confeccionados tendo como matéria-prima principal as fibras de malva e/ou juta. Na atual conjuntura a versatilidade seria a saída para a solidificação da produção de fibras de juta e malva. Esse produto não pode ser dependente unicamente da produção agrícola, ou seja, destinado apenas à confecção de sacos, pois isso deixa o setor vulnerável. É preciso estender essa matéria-prima para outros setores, como por exemplo, o setor de sapatos,

cintos, bolsas, chapéus e principalmente para o setor que produz sacolas para embalar produtos das mais variadas espécies. O apelo ecológico deve ser utilizado como forma de ampliar o mercado das fibras vegetais e garantir melhorias na qualidade de vida de centenas de camponeses varzeanos, habitantes de muitas localidades deste estado.



Figura 25 – Produtos a base de fibras de juta e malva.
Fonte: <http://www.google.com.br>, acesso dez, 2008.

4.7 O processo de trabalho – degradação objetiva do corpo

O plantio de malva é feito pelo camponês varzeano e sua família no período que vai do final de junho a julho e, do início de agosto a setembro, época em que as terras de várzea estão disponíveis para a agricultura – período de seca³¹. A primeira etapa, obviamente, é a preparação do terreno para a sementeira. Quando os camponeses adquirem sementes antecipadamente eles semeiam a malva na lama³². O plantio na lama é feito geralmente nas primeiras semanas do mês de julho. Há uma preferência pelo plantio na lama, pois segundo os camponeses, nesse sistema não há a necessidade de arar a terra, e a capina é facilitada pela não compactação do solo e são necessárias no máximo três capinas. A primeira para retirar as ervas daninhas que podem sufocar a malva, a segunda para garantir que a mesma cresça e se desenvolva e a terceira é para fazer o desfilamento, ou seja, a retirada do excesso de galhos das plantas. Esse procedimento é, também, segundo os camponeses, uma medida de segurança, pois com a malva desfilhada a visualização no momento do corte é bem melhor, diminuindo a possibilidade de surpresas, tais como cobras escondidas nos pés das plantas. Outra vantagem de se plantar a malva cedo é que seu amadurecimento coincidirá com o início da subida das águas, podendo haver uma colheita mais tranquila, diminuindo a intensidade do trabalho da família camponesa, que pode trabalhar sem o pagamento de diárias ou troca-de-dia, uma vez que não há pressa para o final da colheita.

Se a malva for plantada nos meses de agosto a outubro (é o que geralmente ocorre nas comunidades pesquisadas devido às dificuldades de obtenção de sementes), a demanda de trabalho será maior. A vegetação típica da várzea (murim, canarana) já cresceu, e o solo está mais compactado. Será preciso remover a vegetação utilizando terçados e enxadas, queimar a vegetação capinada para então haver o plantio. Ou então lançar as sementes no meio da vegetação. Entretanto, como o solo está mais compactado as sementes tendem a ficar na superfície e tornam-se alvos fáceis de pássaros e insetos, podendo também não germinar devido o pouco contato com o solo.

³¹ O plantio de malva para obtenção de fibras, é uma modalidade de trabalho que tem início na seca, tem andamento na enchente e termina na cheia (no final da produção os rios e paranás já estão em cotas bem elevada). Nesse sentido, pode-se dizer que essa modalidade de trabalho é uma atividade anfíbia, em que três períodos hidrológicos são imprescindíveis para o êxito da mesma. Os roçados transformam-se em ambientes aquáticos, a colheita é aquática. Esse aspecto demonstra o caráter singular dessa atividade rural na Amazônia.

³² O plantio na lama consiste em lançar as sementes nas áreas que foram preparadas previamente, no final da colheita do ano anterior. Geralmente quando é finalizada a colheita, os camponeses limpam a área para que quando a vazante e a seca chegarem eles possam jogar no terreno ainda úmido as sementes de malva. A malva nascerá juntamente com outra vegetação. Entretanto, devido seu caráter daninho, ela aos poucos vai eliminado toda a vegetação ao seu redor.

Outra questão fundamental é que geralmente a malva plantada tardiamente será colhida com a enchente em pleno andamento e, dependendo de sua velocidade, corre-se o risco de se perder parte da produção, tanto pelo fato do não amadurecimento completo das plantas, como também pela dificuldade de se cortar com terçados a malva que já está debaixo da água. Nesses casos, às vezes, os camponeses têm que mergulhar para cortar a planta rente ao solo. Será preciso estabelecer ainda um cronograma de trabalho extremamente apertado, muitas vezes sem folgas e com a utilização de mão-de-obra paga ou ajuda de vizinho, como veremos mais adiante.



Figura 26 – Plantação de malva na lama e em terra seca
Fonte: Nusec/Ufam, 2008.

As figuras acima mostram os dois processos de plantio. Devemos atentar para as condições dos terrenos. No primeiro caso, o terreno está desprovido de vegetação, resta apenas os tocos do plantio passado. A água nesse caso está começando a recuar, (final de junho e início de julho)³³ e conforme ela recua o camponês vai lançando as sementes. Dependendo do processo de quebra de dormência a malva nascerá antes ou juntamente com a vegetação. Assim que os camponeses adquirem as sementes, eles procedem ao cozimento das mesmas em panelas, latas ou tachos. Geralmente esse trabalho é feito pelas mulheres, uma vez que os homens estão preparando a terra.

No segundo caso, o terreno já está repleto de vegetação, então será preciso capinar para que a malva consiga competir com a vegetação, caso contrário ela pode morrer. É importante frisar que ambos os terrenos das figuras são de várzea baixa e já foram cultivados

³³ Obviamente que não se trata de um processo simétrico. Há anos em que o período das cheias pode se estender e demorar mais para vazar. Quando isso ocorre o plantio na lama é feito no final do mês de julho.

anos anteriores. Nas comunidades da área de estudo, apenas Bom Jesus planta malva em várzea baixa.

A malva geralmente é plantada em várzeas altas. Entretanto, ela pode ser plantada também em terra firme. Todavia, o esforço no preparo do roçado em ambos os terrenos é maior. Segundo Noda (1985, p. 78):

Para o plantio da malva ou juta de verão (setembro e outubro), é preciso o preparo terreno, que implica o corte dos arbustos, cipós e árvores de menor porte no mato de capoeira – a broca a fim de facilitar as operações subseqüentes, que são a derrubada e o rebaixamento (encoivarar), queima e limpeza da vegetação. Dependendo do terreno, se de várzea de mata virgem, de várzea de capoeira ou de várzea de canarana, a preparação do terreno para a semeadura vai requerer, quantidades diversas de trabalho o que dá diferencial nos custos de produção.

A partir do sexto mês a malva já está pronta para a colheita, o que ocorre a partir de fevereiro e pode chegar até junho. Entretanto, isso varia de acordo com a época do plantio, as características do terreno em relação ao nível da águas e, também, a velocidade da enchente. O processo de colheita constitui-se basicamente de seis etapas: corte e formação dos feixes, maceração, desfibrilamento, secagem e enfardamento. O corte é realizado com auxílio do terçado e é feito rente ao solo, para que haja um aproveitamento máximo da planta. A formação dos feixes depende do local onde é plantada a malva (várzea alta ou baixa). Se o plantio for feito em várzea alta, a água ficará um pouco distante do roçado, nesse caso, poderá haver um tempo para as folhas murcharem para que o feixe perca peso, facilitando dessa forma o transporte para as águas, todavia, isso também dependerá do desenvolvimento das plantas. Se a malva atingir uma medida de 3 a 4 metros de altura, os feixes serão formados em média a partir de 20 a 30 hastes cada. Entretanto, se por algum motivo não houver o amadurecimento integral das plantas (enchente muito rápida, pragas ou questões pedológicas), de forma que elas não ultrapassem os 2 metros de altura, os feixes podem ter até 100 hastes cada.



Figura 27 – Feixes cortados ficam secando as folhas para perder peso e facilitar o transporte.

Fonte: Nusec/Ufam, 2008.

Se as terras forem baixas não há esse processo de secagem dos feixes. Eles são cortados e levados diretos para a água onde ficam submersos por cerca de 7 a 8 dias (malva madura) para macerar. “A maceração é a ação de bactérias anaeróbicas que possibilitam o desprendimento da fibra do lenho e a remoção da goma na lavagem, tornando a fibra limpa e alva” (NODA, 1985 p. 82). Para que haja uma submersão total dos feixes, galhos de árvores, troncos e barro do fundo do rio ou paraná são colocados sobre os mesmos. Após essa etapa inicia-se o desfibrilamento feixes afogados, conhecido regionalmente como “lavagem”, ou “puxar a malva”. Essa etapa do processo produtivo é a que acarreta maiores problemas de saúde para o trabalhador. Ele fica em média de 8 a 10 horas durante 6 dias na semana com a água acima do joelho e, às vezes, na altura da cintura, porém no final da colheita, dependendo do terreno a água pode chegar à altura do pescoço. Geralmente quando chega nesse nível, os campones lavam a malva em balsas improvisadas (troncos de árvores que flutuam) ou de dentro da canoa.

O momento do desfibrilamento é onde o trabalhador da malva corre alguns perigos e, também, tende a desenvolver algumas doenças que eles definem como reumatismo, gripe, problemas dermatológicos devido à insolação, fungos nas unhas dos pés e das mãos, problemas oftalmológicos e outros. Nessa etapa do processo de trabalho há, também, o risco iminente de ataque de cobras, poraquês, arraias, jacarés, lacraias, formigas, escorpiões e sanguessugas. Esse é o momento mais penoso dessa atividade, podemos afirmar categoricamente que esta etapa do processo produtivo representa a degradação³⁴ objetiva do

³⁴ Segundo o Dicionário Aurélio (2001) degradante é sinônimo de humilhante e deriva do verbo degradar; é o ato ou fato que provoca degradação, desonra. Degradar é privar de graus, títulos, dignidades, de forma

corpo. Eles sabem dos riscos que correm, todavia, poucas coisas podem fazer para evitar os acidentes, há um imperativo categórico à sobrevivência – trabalhar é preciso. Esse modo de desfibrilar a malva é o mesmo desde o início dessa atividade na região.

Aqui é interessante abrirmos um parêntese para fazermos uma rápida comparação entre o processo de obtenção das fibras atual e o mesmo processo há 23 anos atrás. Vejamos os relatos desses dois períodos distintos:

Tudo aqui sofre de reumatismo, tem dia que a agente fica tanto na água, que para esquentar o frio a gente passa combustol nas pernas [...] O pior é os bichos, a cobra. Às vezes a gente anda cortando a juta, mas assim arrastando uma vara pra bater, pra cobra e os peixes sair antes [...] (Trabalhador da malva de Manacapuru) (NODA 1985, p.82).

Quando a gente vai carregar malva assim que tem duzentos feixe, trezentos feixe, pra gente afogar... Quando é de tarde a gente tá quebrado. E quando é assim, que tá meio longe, descapela o ombro da gente. Descasca tudo. As minhas pernas doem demais. Tudo é o saldo da malva. Uma cobra surucucu já me mordeu. Aí, eu fiquei assim ruim da perna. A mordida é tipo assim um choque. Eu sinto dor na perna, até hoje, acho que é reumatismo também. Só dói mais a noite. Também de noite, eu não consigo mais lê, o brilho do sol na água durante o dia inteiro deixa nosso olho vermelho (Jorge Laborda dos Santos, trabalhador da malva de Santo Antônio, 2008).

Nota-se pelos dois depoimentos que os perigos do processo continuam os mesmos 23 anos depois. O primeiro entrevistado queixa-se de reumatismo e revela sua preocupação com o ataque de cobras no roçado da malva. O segundo, 23 anos depois, já foi picado por uma cobra venenosa e, também, sofre de reumatismo. Verdadeiramente, o processo de trabalho na agricultura de malva é longo, desgastante e perigoso. Toda etapa tem algum tipo de risco à saúde, até mesmo a última, que é o momento de enfardar.

Finalizado o processo de extração das fibras de malva, as mesmas são transportadas em canoas do roçado até a casa do trabalhador, onde se encontra o varal e também o paiol. Nas comunidades pesquisadas os roçados ficam do outro lado do paraná ou mesmo próximos à residência. O varal fica próximo da casa, é feito geralmente de bambu ou açaí que colocadas em estacas, chamadas de forquilhas pelos camponeses. As varas precisam ser lisas

desonrante, sendo o oposto de graduar, ou seja, promover. Degradar seria então, grosso modo, desprometer, rebaixar, privar de status. Nesse sentido, o trabalhador da malva é (des)promovido, rebaixado a uma condição semelhante à de escravo, embora sem ser de fato um. A degradação dos trabalhadores da malva é física e moral, pois se a etapa produtiva degrada o corpo, a etapa da comercialização degrada a honra, pois os preços dos fardos vendidos não correspondem à quantidade de energia gasta para a obtenção dos mesmos. O valor calculado da mercadoria nesse caso não corresponde à quantidade de trabalho gasto para produzi-la.

para que a fibra ao ser puxada não engate nas mesmas. Essa etapa, assim como as outras revela a total dependência da natureza. O processo de secagem das fibras no varal consiste no estender e revirar as fibras para que sol possa secá-las uniformemente. É uma etapa que requer também muito trabalho e dedicação. É preciso ficar “vigiando” as fibras para evitar que elas molhem, entretanto, se houver muita precipitação não se pode fazer nada. Tudo, portanto, depende da ação da natureza, pois o sol e o vento são os únicos responsáveis pela secagem das fibras.



Figura 28 – Fibras de malva secando nos varais. Nessa fase tudo depende da natureza.

Fonte: Nusec/Ufam, 2007/08.

Dependendo da quantidade e intensidade dos dias de sol, as fibras de malva secam em média de 1 a 2 dias. Entretanto, o período de secar as fibras coincide com o período das chuvas na região amazônica. Nesse sentido, pode ocorrer nessa etapa perda de qualidade se as mesmas ficarem úmidas. A ocorrência de precipitação contínua causa prolongamento do processo de secagem, que pode durar semanas. Quando isso ocorre, elas tendem a perder a cor e ficarem escuras, quebradiças e fracas. As fibras precisam também de ventilação para que possam eliminar o odor e as pequenas partículas (pó) que se desprendem ao longo do processo de secagem, resultado de sua própria decomposição. O pó que as fibras liberam é altamente alérgico e causa irritação nasal e desconforto, é o perigo da qual falamos anteriormente.

O processo de secagem das fibras influi diretamente no processo de comercialização do produto final – os fardos. Estes são montados a partir da opção de cada produtor, uma vez que a unidade de medida utilizada é o Kg. Os fardos não possuem medidas definidas.

Entretanto, convencionou-se a utilização de um peso mínimo e um máximo, no caso, fardos de 50 a 150 kg. Isso facilita o transporte, a pesagem, e a fiscalização, por parte do comprador das fibras, no sentido de se evitar fraudes, tais como a colocação de pedras no interior do fardo com objetivo de obter maior peso.

Os agentes da comercialização, (patrões e marreteiros), únicos compradores das fibras diretamente nas comunidades, também se preocupam com o nível de secagem das mesmas. Elas têm que estar totalmente secas, caso contrário, não conseguirão ser vendidas para as empresas de aniagem. Com base nesse cuidado, eles mesmos classificam as fibras vendidas pelos camponeses. Se a fibra for classificada como boa ou excelente, eles pagam o preço segundo eles, estabelecido pelo mercado, que varia entre R\$ 1,00 a R\$ 1,20 o kg, caso contrário, se as fibras forem consideradas ruins, eles pagam preços inferiores a esses, ou nem se quer compram a produção.



Figura 29 – Fardos prontos para a comercialização

Fonte: Nusec/Ufam, 2008.

O processo de trabalho até agora foi descrito por nós. Penso que seria justo dar voz aos camponeses, trabalhadores da malva, e acompanharmos um pouco a descrição do processo de trabalho a partir dos próprios sujeitos pesquisados. Vejamos o que eles têm a dizer, primeiramente sobre o processo de trabalho.

Pra você fazer uma tonelada, você vai trabalhar bem trabalhado uma faixa de vinte a vinte e cinco dias. O processo todinho. Você corta com três dias, você joga na água. Aí, espera sete dias pra ela amolecer. Enquanto isso, você tá cortando de novo. Deixa descansar pra ela murchar um pouco. Você não afoga no mermo dia. Você corta, passa três quatro dia pra ela murchar. Aí, enquanto isso você tá cortando. Se você cortar pra cem quilo num dia, você vai gastar trinta dia pra fazer três tonelada. É muito trabalho. Aí, você vai cair n'água pra lavar. A gente

costuma lavar a malva pra cem quilo, cento e poucos quilos por dia, né? Malva boa, né? Essa malva aqui, ninguém nem faz isso. Oitenta setenta por aí o máximo por dia. A pessoa que é do trabalho mesmo. Se você cortar malva pra cem quilo, já foi um dia pra você só cortar. Aí, você vai esperar aquele dia passar, se você não lavar aquele cem quilo, é mais dois dia pra lavar que são três dia, né? Depois de tudo você põe no sol, aí é mais fácil. Depois de estender, é só esperar secar, três, quatro dia. Agente estende na forquilha, estende a vara alta, né? É como se fosse um fio, só que é vara, açazeiro, por exemplo. Qualquer uma vara de pau e põe na forquilha. Você estende ela todinha. Aí, ela passa três, quatro dia e está boa, agora se chover leva semanas (Edimar Mendonça da Silveira, 55 anos, trabalhador da malva de N. S. das Graças).

A terra é o seguinte: a gente faz o roçado, na mata aí. Aí, derriba aí todinha, toca fogo, aí, junta ela todinha, faz aquele monte de pau, aí joga a semente e vira na enxada. Joga e vira aquela terra todinha, bem viradinha. No outro ano, que a terra já sai limpa, aí ninguém faz mais esse trabalho. Vai só jogando, joga a semente. Quando dá uma nascidinha, aí a gente vai capinar. Depois a gente só vai lá pra cortar. Como tá lá gora. É assim. Na hora da colheita agente corta e vai fechando os feixinhos. Aí, carrega, aí bota n'água, como tão colocando essa aí. Aí, coloca o barro em cima pra ela ir pro fundo. Com oito dias, a gente lava. Tira a malva todinha aí, estende, aí enfarda. Aí tem que ter muito sol, né. Sol, dois dia, três dia pra enxugar (Francisco Paulo Lira de Souza, 57 anos, trabalhador da malva de Bom Jesus).

A gente começa assim, por exemplo, na limpeza, a gente vai roçar, né? Pega o terçado roça, quando tem pau, às vezes, a gente derruba com o machado, se não com moto serra, como não temos moto serra é no trabalho manual mesmo. E aí depois de derrubado, queima, né? Aí, a gente vai limpar, fazer coivara. Aí, depois que limpa a terra, joga a semente, né, e passa a enxada nela todinha. Vira a terra, como a gente chama. Vira a terra todinha. Joga a semente e vira a terra todinha. Aí, vai esperar. Depois que acaba o serviço, vai esperar ela crescer, né? O crescimento dela é na base de seis meses que a gente começa a trabalhar também. Agente começa a plantar mês de agosto e vai começar a colher a partir de janeiro. A gente começa a trabalhar em corte nela em janeiro. Aí, é janeiro, fevereiro, março, abril, maio. Vai terminar mês de junho. Seis meses que a gente trabalha na malva. A gente tira um mês cortando, demora muito. Aí, vai enchendo, né? Enche mas a gente vai colhendo a produção. É cortando, afogando e lavando o tempo todo. Por exemplo, corta aqui mil feixo, afoga. Passa oito dias em cima da terra e oito dias pra tirar ela, desfibrar ela da vara. Depois corta mais tantos feixes faz tudinho e aí de novo e assim vai (Enoque Coelho Silva, 67 anos, trabalhador da malva de Bom Jesus).

Por ser uma atividade que se dá a partir da conjugação de três elementos, terra, floresta e água, como vimos anteriormente, os riscos de acidentes com animais é muito grande. Vejamos algumas situações que representam risco de morte ou invalidez para os trabalhadores da malva, contados por eles mesmos.

Eu tenho o costume de deixa a malva cortada e secando em terra antes de carregar para afogar durante quatro a seis dias. Uma vez carreguei um feixe de malva com uma surucucu enrolada e só me dei conta quando joguei o feixe na água e vi a surucucu saindo do feixe já dentro da água (Laodejane de Oliveira da Silva, trabalhador da malva de Bom Jesus).

Esse ano (2008), eu trabalhando na malva eu pisei em cima de uma arraia, o esporão furou a bota e me prejudicou muito. Ela era grande que quando eu pisei em cima dela ela fez meu corpo rodar, aí eu gritei e o rapaz que estava comigo no roçado disse o que foi? Rapaz eu pisei numa arraia. Eu fiquei parado sem poder andar e nem trabalhar. Eu fiquei numa faixa de quarenta dias sem poder trabalhar (Jucimar Alencar, trabalhador da malva de Bom Jesus).

Não, eu não fui mordido por cobra, mas foi pela lacraia. A lacraia passou aqui, inchou minha mão, passei um bocado de dia inchado assim. Quando era boca da noite, era tonteira na minha cabeça, aquela coisa assim (inchada). Outra coisa foi o poraquê, sempre que a gente ta cortando, o cabra dá uma “pancada”. É, aí a gente joga limão pra ele ir embora” (José Maria de Souza Coelho, 49 anos, trabalhador da malva e pescador de N. S. das Graças).

Como podemos observar pelos depoimentos, o processo de obtenção das fibras é penoso e com elevada probabilidade de acidentes. Estes começam no momento do corte, pois ao baixar-se para cortar as hastes o trabalhador da malva pode ser atacado por uma cobra venenosa, ou por formigas; posteriormente, ao levar os feixes para água ele pode pisar em uma arraia, ou ser atingido por um poraquê; quando retornar ao roçado para desfibrilar, e permanecendo ali o dia inteiro, ele pode ser atacado por jacaré, por formigas e sanguessugas; no final do processo, quando as fibras já estão secas elas liberam micro partículas que podem causar alergias e irritações nasais, sem falar do forte odor que incomoda os trabalhadores. Apesar dessa gama de possibilidades de acidentes, não são esses que prevalecem no processo de trabalho e sim a queixa de doenças. O gráfico a seguir mostra as principais reclamações dos trabalhadores da malva acerca de doenças.

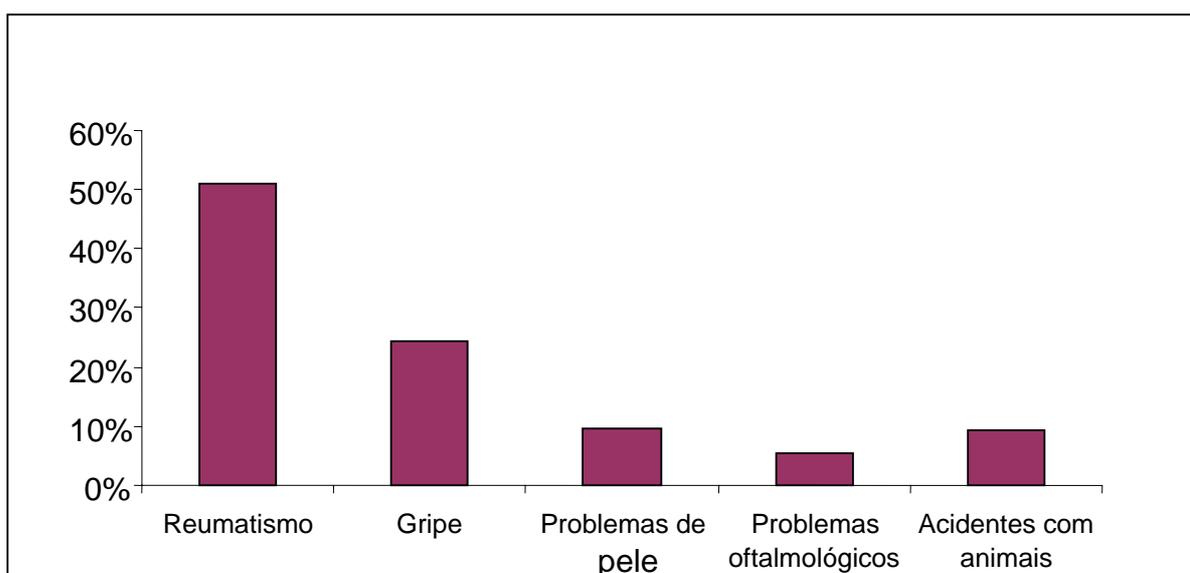
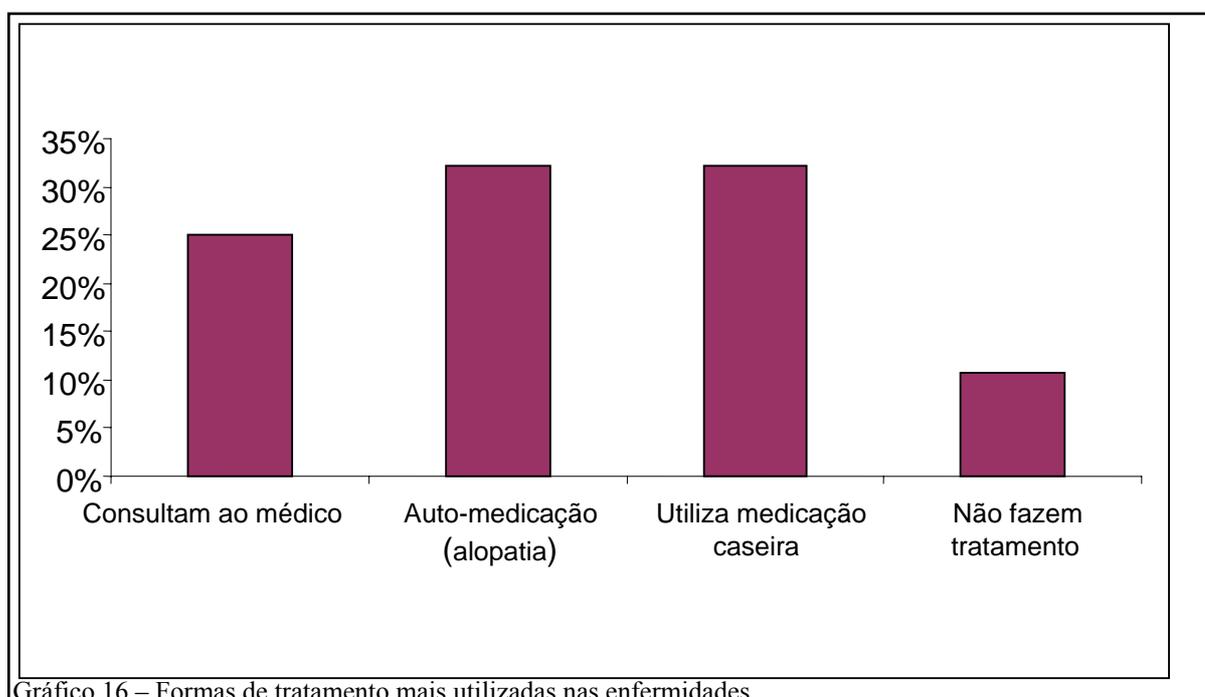


Gráfico15 – Problemas de saúde mais citados pelos trabalhadores da malva.

Os acidentes com animais, não aparece em maiores proporções no gráfico devido às estratégias que os trabalhadores utilizam antes de entrar na água, ou no momento de puxar um feixe para ser desfibrilado. Geralmente eles batem na água com varas com intuito de afugentar os animais. Todavia, isso não representa garantias reais de segurança.

Apesar de toda a problemática do processo de trabalho, o cultivo de malva pode ser classificado como atividade necessária. Para muitas comunidades do Baixo Solimões ele representa a única fonte efetiva de renda. Todavia, esses sujeitos sociais estão imersos em atividade que como já foi dito literalmente adoce o corpo³⁵. Contudo, nem sempre se dão conta dos riscos que correm nessa atividade. O gráfico abaixo mostra as formas de tratamento das enfermidades dos trabalhadores da malva.



³⁵ Mesmo não havendo uma análise clínica objetiva da situação dos trabalhadores da malva, não podemos deixar de mencionar a questão das doenças do corpo desses trabalhadores. A princípio, a realidade nos mostrou que elas existem e que estão associadas à sua atividade, até porque, há famílias, que não fazem outra coisa se não trabalhar na malva. Obviamente, para haver um diagnóstico preciso identificador das causas reais de determinadas doenças, como o reumatismo, frequentemente citado por eles, seria preciso um estudo clínico aprofundado, fato que foge à nossa área de atuação e ao contexto deste trabalho.



Figura 30 – Degradação objetiva do corpo.

Fonte: Nusec/Ufam, 2004/08.

Toda atividade profissional está sujeita ao desenvolvimento de algum tipo de lesão ou trauma. Na agricultura não é diferente, no caso do trabalho na malva, os riscos são iminentes e cotidianos. Para Mendes e Dias (1999, p. 431):

Os trabalhadores compartilham os perfis de adoecimento e morte da população em geral, em função de sua idade, gênero, grupo social ou inserção em um grupo específico de risco. Além disso, os trabalhadores podem adoecer ou morrer por causas relacionadas ao trabalho, como consequência da profissão que exercem ou exerceram, ou pelas condições adversas em que seu trabalho é ou foi realizado. Assim, o perfil de adoecimento e morte dos trabalhadores resultará da amalgamação desses fatores, que podem ser sintetizados em quatro grupos de causas: 1) doenças comuns, aparentemente sem qualquer relação com o trabalho; 2) doenças comuns (crônico-degenerativas, infecciosas, neoplásicas, traumáticas, etc.) eventualmente modificadas no aumento da frequência de sua ocorrência ou na precocidade de seu surgimento em trabalhadores, sob determinadas condições de trabalho; 3) doenças comuns que têm o espectro de sua etiologia ampliado ou tornado mais complexo pelo trabalho. A asma brônquica, a dermatite de contato alérgico, a perda auditiva induzida pelo ruído (ocupacional), doenças músculo-esqueléticas e alguns transtornos mentais exemplificam esta possibilidade, na qual, em decorrência do trabalho, somam-se (efeito aditivo) ou multiplicam-se (efeito sinérgico) as condições provocadoras ou desencadeadoras destes quadros nosológicos; 4) agravos à saúde específicos, tipificados pelos acidentes do trabalho e pelas doenças profissionais.

De acordo com Dias (2001), entre os determinantes da saúde do trabalhador estão compreendidos os condicionantes sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais responsáveis pelas condições de vida e os fatores de risco ocupacionais – físicos, químicos, biológicos, mecânicos e aqueles decorrentes da organização laboral – presentes nos processos de trabalho. Nesse sentido, os problemas de saúde dos trabalhadores da malva, diretamente causados ou não por acidentes de trabalho, podem ser enquadrados como sendo oriundos de

atividades ocupacionais específicas. Schilling (1984 apud DIAS 2001, p. 28) classifica três grupos que constituem a família das doenças relacionadas ao trabalho:

No grupo I estão doenças em que o trabalho é causa necessária, tipificadas pelas doenças profissionais, *stricto sensu*, e pelas intoxicações agudas de origem ocupacional. O grupo II compõe-se de doenças em que o trabalho pode ser um fator de risco, contributivo, mas não necessário exemplificadas pelas doenças comuns, mais freqüentes ou mais precoces em determinados grupos ocupacionais e para as quais o nexos causal é de natureza eminentemente epidemiológica. A hipertensão arterial e as neoplasias malignas (cânceres), em determinados grupos ocupacionais ou profissões, constituem exemplo típico. No grupo III, doenças em que o trabalho é provocador de um distúrbio latente, ou agravador de doença já estabelecida ou preexistente, ou seja, com causa, tipificadas pelas doenças alérgicas de pele e respiratórias e pelos distúrbios mentais, em determinados grupos ocupacionais ou profissões.

Tendo a classificação de Schilling (1984 apud DIAS, 2001) como referência, entendemos que o trabalho na malva é passível de enquadramento nos três grupos apresentados acima, ou seja, como causa necessária, *stricto sensu*, no sentido de sua origem ocupacional; como fator de risco que contribui de forma indireta para a precocidade de determinadas doenças e; como atividade provocadora ou agravadora de doenças já estabelecidas ou preexistentes. De acordo com Dias *et al.* (2001, p. 28):

Classicamente, os fatores de risco para a saúde e segurança dos trabalhadores, presentes ou relacionados ao trabalho, podem ser classificados em cinco grandes grupos: físicos – ruído, vibração, radiação ionizante e não-ionizante, temperaturas extremas (frio e calor), pressão atmosférica anormal, entre outros; químicos – agentes e substâncias químicas, sob a forma líquida, gasosa ou de partículas e poeiras minerais e vegetais, comuns nos processos de trabalho e; biológicos – vírus, bactérias, parasitas, geralmente associados ao trabalho em hospitais, laboratórios e na agricultura e pecuária.

Os fatores de risco à segurança do trabalhador, cujos agravos específicos estão incluídos as doenças profissionais, para as quais se considera que o trabalho ou as condições em que ele é realizado constituem causa direta, ou que a relação causal ou nexos causal é direta e imediata (DIAS *et al.* 2001). Nesse sentido, não seria exagero se pensar numa forma de compensação aos trabalhadores da malva no âmbito do SAT da Previdência Social segundo a regulamentação na esfera da Saúde, desse órgão. Eles poderiam ser beneficiados por programas específicos em relação à saúde ocupacional, pois sua atividade é necessária tanto para eles, como para o Estado, no sentido de geração de emprego e renda e, também, de divisas para a região. A média de idade desses trabalhadores nas comunidades pesquisadas é de 45 anos, até aí tudo bem, teoricamente 45 anos é uma idade de plena capacidade física e mental. Entretanto, para quem trabalha desfibrilando malva dentro d'água desde os sete anos

de idade, essa idade representa quase que o esgotamento do corpo e da mente. Como não tem outra alternativa, os camponeses continuam trabalhando até não poderem mais. Dos 36 entrevistados 25% tem entre 50 e 60 anos, 11% têm mais de 60 anos.

O cultivo de malva como já foi dito, é na maioria dos casos a única alternativa de uma renda efetiva para os camponeses. Esse é um dos motivos de sua escolha produtiva, contudo não é o único. Há também, aspectos ligados à própria tradição da família e da comunidade no cultivo dessas plantas. Dos camponeses entrevistados, 44,44% afirmaram que cultivam malva porque a família sempre cultivou essas plantas, já conheciam a técnica do plantio e dos processos de trabalho; 29,22% porque é mais rentável do que as outras culturas, 19,44% responderam que trabalham na malva porque é o cultivo da comunidade e 6,9% por incentivo do governo.

A insalubridade do processo produtivo da malva, poderia ser praticamente eliminada a partir da introdução de novos métodos de obtenção da fibra que fundamentalmente retirasse o trabalhador de dentro da água e, também, que acelerasse o processo de desfibrilamento. A introdução de máquinas descortiçadora poderia ser uma alternativa para essa questão.

Entendemos que as fibras de malva só poderão se efetivar como alternativas de desenvolvimento econômico viável para a região amazônica se forem alterados os processos de trabalho, que objetivamente degrada o corpo e, como veremos no capítulo IV, degrada também o espírito.

Nesse processo, entendemos que a academia tem papel fundamental, pois a garantia de um possível desenvolvimento sustentável passa pela questão do desenvolvimento de novas tecnologias que possibilitem maior segurança no trabalho, bem como o desenvolvimento de novos produtos que assegurem maior rentabilidade das plantações. De acordo com Leff (2001 p. 88):

[...] o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico gerou um potencial inovador, fundado no conhecimento da natureza, que pôde orientar-se para o desenvolvimento de novos recursos naturais e tecnológicos para o aproveitamento de fontes alternativas de energia e para o desenho de novos produtos, dando suporte a um projeto de civilização e a uma estratégia de desenvolvimento que incorporam as condições de conservação e o potencial ecológico e cultural de diferentes formações sociais. Abre-se, assim, a possibilidade de organizar um processo econômico a partir do desenvolvimento das forças ecológicas, tecnológicas e sociais de produção, que não está sujeito à lógica de economias concentradoras, de poderes centralizados e da maximização de lucros de curto prazo, abrindo a via para um desenvolvimento igualitário, sustentável e sustentado.

Para Leff (2001) a compreensão de tecnologia social ou ecotecnologia envolve o desenvolvimento de método, processo ou artefato, desenvolvido em interação com a comunidade, que promova transformação social e que tenha condição de ser reaplicado em escala, em outros lugares ou territórios. É uma solução social, conhecida por determinado grupo da sociedade, deve ser transferida para outras regiões que convivam com o mesmo problema.

Do ponto de vista moral e ético, entendemos ser inconcebível que uma dona de casa em São Paulo, por exemplo, dirija-se a uma rede de supermercados para fazer suas compras diárias carregando uma linda sacola confeccionada a partir de fibras vegetais de malva e/ou juta, só porque ela tem “consciência ambiental” e se recusa a utilizar produtos derivados do petróleo (no caso sacolas de plástico), quando se sabe que o processo de obtenção da fibra é aviltante e que o trabalhador que produziu aquela fibra traz no corpo as marcas do processo de trabalho.

Na seção seguinte, analisaremos a experiência da introdução de máquinas descortificadoras nas comunidades da área de estudo. Essa nova (velha) tecnologia é um produto que tem potencial para transformar a realidade econômica dos trabalhadores da malva, uma vez que acelera o processo produtivo e elimina a insalubridade do processo de desfibrilamento, possibilitando uma melhor rentabilidade da atividade sem destruição do ambiente. Contudo, não se trata de uma idéia original, pois as tentativas de mecanização do processo de descorticação de juta e/ou malva remonta à década de 70, a partir de experiências feitas por técnicos da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Amazonas – CODEAMA, Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR-Amazonas) e Sudam. Segundo Homma (1998, p. 49):

A criação do Ifibram, em 24 de outubro de 1974, reunindo os interesses de 27 industriais de aniagem tinha por objetivo o aumento da produção de juta e malva, em razão da mudança de perspectiva dos sintéticos com a crise do petróleo. Baseado em esparsas experiências realizadas com alguns protótipos de descortiqueiras, o Ifibram chegou à conclusão de que o problema principal da jiticultura era a baixa produtividade de mão-de-obra. Com isso, no seu programa de trabalho inicial, lançou-se a uma utópica idéia de financiar mais de 4.800 descortiqueiras para os produtores de juta e malva [...].

A idéia de descorticar mecanicamente a juta e/ou malva como se pode observar não é nova. Entretanto, em décadas passadas à necessidade de grandes produções e a escassez de mão-de-obra eram os motivos que impulsionavam a introdução dessa tecnologia. Naquele momento, segundo Homma (1971, p. 21):

A relativa escassez do fator trabalho aliado a uma técnica de produção intensiva, na cultura da juta [e malva] não é possível se a mão-de-obra não for recrutada para colheita [...]. Para vencer a escassez de mão-de-obra, ter-se-á que substituir parte do trabalho humano por máquinas. O desafio residirá em se ajustar o grau de mecanização e a distribuição do equipamento a ser usado, às possibilidades administrativas e financeiras das unidades produtoras.

A ênfase do Projeto Nova Forma de Processamento da Malva e/ou Juta desenvolvido pelo Núcleo de Socioeconomia não está no aumento da produção, ainda que com as máquinas ela possa ser possível, e sim melhorar as condições de trabalho do camponês, diminuindo os riscos de acidentes com animais peçonhentos e os riscos de doenças. A primeira preocupação, portanto, é acabar com a insalubridade do processo de trabalho.

4.8 Ecotecnologia e a produção de fibras

4.8.1 O Projeto Nova Forma de Processamento da Malva

O mundo do trabalho do camponês varzeano é marcado por inúmeras atividades. O cultivo de malva é uma delas, fato que nas comunidades estudadas é mais relevante. Todavia, o processo de trabalho para a obtenção das fibras de malva continua praticamente inalterado desde a introdução dessa atividade agrícola no Estado na década de 1970.

Assim, a partir do levantamento dos principais problemas apontados pelos próprios camponeses produtores de malva e, visando principalmente, melhorar o ambiente de trabalho, diminuindo a insalubridade do mesmo, melhorando a qualidade das fibras por eles produzidas, propôs-se pelo Núcleo de Socioeconomia da Universidade Federal do Amazonas a introdução de máquinas descortificadoras de malva. Esta inovação tecnológica no processo produtivo tem como uma de suas principais metas diminuir o tempo que o agricultor permanece dentro da água, melhorando as condições de trabalho sem causar impactos ambientais no solo ou na água. Por se tratar de uma mudança significativa no processo desenvolvido tradicionalmente pelos camponeses, foi necessário desenvolver atividades que visassem compreender os impactos desta intervenção de acordo com as singularidades e especificidades das comunidades. Nesse sentido, além de treinamentos sobre a parte funcional da tecnologia proposta, houve a preocupação de compreender a organização de cada comunidade e a percepção dos comunitários sobre as mudanças que ocorreriam no processo produtivo. Uma equipe multidisciplinar composta por agrônomos, sociólogos, antropólogos e psicólogos foi constituída para desenvolver atividades referentes à dimensão psico-social da organização comunitária. As comunidades pesquisadas foram atendidas em caráter experimental pelo projeto Nova Forma de Processamento da Malva.

Perpassa pela proposta desse projeto a relação entre ciência, tecnologia, inclusão social e meio ambiente. Integrar vetores econômicos, ambientais e sociais é um desafio que em geral, países desenvolvidos não conseguiram contemplar de maneira satisfatória, pelo menos do ponto de vista do ambiente. Os resultados negativos da Revolução Verde evidenciam os problemas gerados por um modelo hegemônico de agricultura que precisa ser *high tech* para ser desenvolvido. Seguindo os princípios da Política Nacional de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural), a proposta desta intervenção não se apóia numa mera difusão de inovações, mas visa atuar num processo de desenvolvimento rural sustentável. A

proposição desse projeto perpassa também pela questão da construção de novos paradigmas que alie ciência e tecnologia com a riqueza de conhecimentos tradicionais dos homens que habitam a região. Não constitui objetivo do projeto tão somente a mecanização dos processos produtivos desenvolvidos na várzea, apresentando a tecnologia como solução única dos problemas enfrentados pelas populações habitantes dessas áreas. Ao contrário, sabe-se que o uso de maquinarias pesadas no delicado sistema da várzea acarretaria em prejuízos sócio-ambientais incalculáveis em função da degradação do solo. Daí o desafio de criar uma tecnologia que seja de certa forma, portátil, criando a possibilidade de ser transportada sem grandes esforços para as áreas de plantio.

A máquina descortçadora longe de ser um pacote tecnológico, potencializaria a agricultura familiar e melhoraria a qualidade de vida dos moradores das comunidades uma vez que promoveria uma mudança significativa nas condições insalubres em que hoje este processo produtivo é praticado. Vários elementos da cadeia produtiva da malva que encerram um conhecimento tradicional dos camponeses amazônicos e as relações sociais de ajuda mútua não serão modificados em sua totalidade, com o intuito de respeitar as especificidades e peculiaridades do modo de vida. A cooperação, redes solidárias de cooperação e organização comunitária são princípios básicos levados em consideração para o pleno aproveitamento da máquina. Ainda nesta linha, a abordagem transdisciplinar em que está inserido o projeto confere um enfoque participativo da comunidade em diálogo com várias áreas do conhecimento.

A implantação do projeto Nova Forma de Processamento de Malva nas comunidades do Baixo Solimões, parte de um pressuposto teórico e metodológico que remete a construção de uma nova racionalidade ambiental. A racionalidade dominante no mundo contemporâneo é a racionalidade capitalista, que se baseia numa visão utilitária da natureza. É uma racionalidade que destrói, degrada, polui, transforma espaços naturais, transformando dessa forma a própria natureza e também o homem. Por outro lado, não é suficiente a crítica pela crítica do sistema hegemônico, é preciso apontar possíveis soluções, através de modelos de desenvolvimento alternativos e sustentáveis. Faz-se necessário contribuir para o desenvolvimento de uma racionalidade que consiga conjugar aspectos sociais, econômicos, culturais e étnicos, levando sempre em consideração as singularidade e especificidades de regiões que possuem complexos ecossistemas.

Segundo Leff (2001 p.110) “a construção desta racionalidade ambiental aparece como um processo de produção teórica, desenvolvimento tecnológico, mudanças institucionais e transformação social”. Eis, portanto, um dos objetivos do projeto, ou seja, conjugar fatores

tecnológicos com desenvolvimento socioeconômico e ambiental de comunidades camponesas no Amazonas.

O princípio do uso da máquina baseia-se na modificação do processo produtivo com intuito de agregar fundamentalmente vantagens para a saúde dos trabalhadores. Como vimos anteriormente, no processo tradicional, a obtenção da fibra de malva consiste no plantio na época da vazante e concentração da colheita no período da enchente, pois é necessária a presença da água na proximidade do local de plantio para que o agricultor evite a necessidade de carregar os feixes a serem processados para a água. Essa espera da aproximação da água ao plantio diminui a qualidade do produto, levando à perda de tempo no decorrer da evolução da enchente. O processo modificado pela adoção da máquina visa quebrar a dependência da aproximação da água do local de plantio, pois para o uso da mesma é necessário apenas que a malva esteja no ponto ideal de colheita – de quatro a seis meses após o plantio. Com o uso da máquina, em um ano normal de produção, a malva poderia ser plantada no final de julho e colhida em novembro, enquanto no processo tradicional atual, ela é plantada em agosto e tem que esperar a aproximação da água (enchente), sendo colhida a partir de fevereiro, o que diminui a qualidade do produto que se torna mais fibroso, além da possibilidade de uma cheia excepcional alagar a área de plantio antes do fim da colheita.

4.8.2 A estrutura da máquina descortecedora de malva e/ou juta

As máquinas descortecedoras de malva funcionam a partir de um cilindro com nove facas fixadas por meio de mancais em uma base de aço, tendo como gerador da força motriz, um motor Honda de 5.5 HP, à gasolina, conectado à máquina por meio de correias. Esse motor é bastante utilizado pelos agricultores em suas embarcações denominados de motor de rabeta.

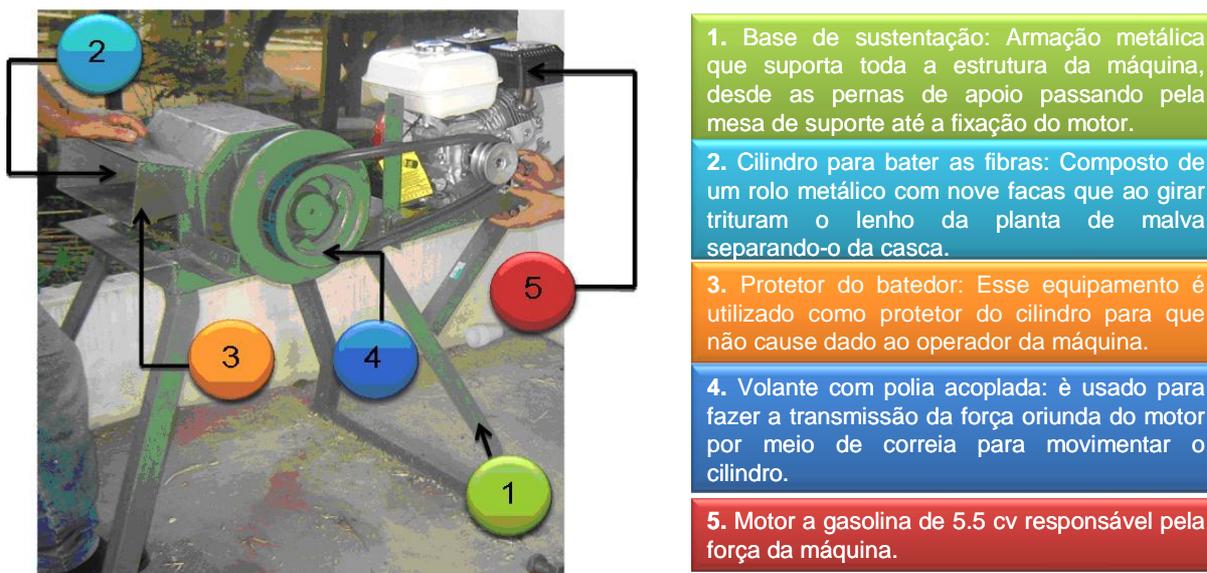


Figura 31 – Protótipo da máquina descortçadora de malva e/ou juta.

Fonte: Nusec/Ufam, 2007.

A máquina tem como função principal a separação da casca do lenho da planta de forma mecânica. A colheita da malva deve ser feita através do corte manual das hastes, próximo ao solo, as hastes serão reunidas em feixes para facilitar o manejo. Para a obtenção de fibra de melhor qualidade o corte deve ser realizado da fase inicial de floração podendo prolongar-se até o início da frutificação, o que ocorre cerca de 120 dias após o plantio.

O desfibramento é mecânico, as barras transversais montadas no eixo do batedor agem quebrando e removendo o lenho (cilindro central da planta), separando-o da fibra fresca. Para melhor operação devem ser introduzidas na máquina cerca de 5 a 8 hastes por vez para não ocasionar o embuchamento. Após a retirada do lenho a malva processada passa a ser denominada malva em fita. Recomenda-se que as fitas sejam amarradas em feixes com um pedaço da própria fita, essa amarração facilita o processo de maceração, evitando o entrelaçamento das fibras. Para facilitar o processo de maceração devem ser colocadas duas varas no local onde os feixes serão submersos, amarrando um arame a 20 cm de profundidade nestas duas varas. Neste arame são amarrados os feixes de fita de malva, esse processo garante que os feixes fiquem submersos sem necessidade de colocação de peso (toras de madeira ou barro) e nem tampouco a necessidade de mergulhar para retirar as fibras para a operação de lavagem. Para um melhor desempenho e operação do equipamento recomenda-se que a máquina em funcionamento seja operada por 3 pessoas: a primeira introduz as hastes na entrada do batedor, a segunda puxa as fitas de malva saídas da máquina e a terceira amarra os feixes processados e encaminha para a maceração.

4.8.3 A funcionabilidade da máquina descortçadora

Em testes de campo, realizados por técnicos da Universidade Federal do Amazonas, a máquina mostrou-se viável, descortçando um feixe de 25 kg de malva em apenas 1 minuto.

A demonstração do funcionamento da máquina foi feita utilizando-se dois feixes por comunidade. Ao final o material resultante do beneficiamento dos dois feixes, casca mais fibra, foi pesado, obtendo-se um peso médio de 6 Kg. Sendo assim, foi obtida uma perda de peso de 70% em relação ao peso total dois feixes antes de serem passados na máquina. O processo de maceração foi realizado em apenas três dias e a lavagem em alguns segundos. O produto obtido apresentou maior qualidade tanto na resistência quanto na coloração.

Os testes têm revelado que a máquina tem potencial para promover uma enorme mudança no processo tradicional de obtenção das fibras de malva. O agricultor não precisará mais passar 10 horas por dia dentro d'água para processar seu produto. A área cultivada pode aumentar sem que isso implique em maior número de dias de trabalho dentro da água. Se a colheita for feita com quatro meses, o agricultor pode ter duas safras por ano, uma vez que não haverá mais a necessidade de esperar a enchente dos rios.

A concepção da máquina tem como centro a idéia de uma tecnologia social. Ela deverá ser utilizada de forma coletiva. Durante a entrega das máquinas nas comunidades, foram realizados vários treinamentos com os agricultores, no qual eles observaram várias melhorias a serem feitas na máquina objetivando o seu aperfeiçoamento.

Além disso, a equipe técnica do Núcleo de Socioeconomia concluiu provisoriamente que para o aumento do rendimento há a necessidade de um estudo ergonômico para evitar problemas futuros com a forma de trabalhar com o equipamento e uma melhor eficiência mecânica. No mesmo evento de entrega das máquinas, foram realizados cursos de administração, com o objetivo de fazer um levantamento das receitas e despesas no cultivo da malva, bem como do emprego da máquina nesse processo, para possibilitar estudos posteriores sobre a viabilidade econômica do cultivo dessa espécie vegetal.

Entendemos que o objetivo do Núcleo de Socioeconomia da Universidade Federal do Amazonas com esse trabalho é melhorar a qualidade de vida dos camponeses, trabalhadores da malva, pois essa atividade é responsável por maior parte da renda desses trabalhadores, ela é garantia de sustento para mais de 87 famílias. Todavia, esse projeto prima pelo diálogo entre conhecimento tradicional e científico. Nesse sentido, a opinião dos sujeitos sociais é fundamental. Muitos camponeses entrevistados teceram comentários afirmando que a máquina pode ajudar bastante o desenvolvimento da cultura, principalmente na diminuição

da carga a ser transportada para a maceração e na economia do tempo para a obtenção do produto final, bem como a quase eliminação do tempo de trabalho dentro d'água. Alguns camponeses afirmaram que haviam deixado de trabalhar com a malva devido à idade, não havendo mais como suportar a intensidade do trabalho, mas com a introdução da máquina na comunidade, já pensam em voltar a explorar a cultura. A expectativa dos trabalhadores da malva quanto ao beneficiamento por meio da máquina é grande. Em conversa entre os mesmos, há uma preocupação quanto à organização das formas de uso da mesma, para que todos participem e, paulatinamente, aperfeiçoem o processo de beneficiamento.

Com essa máquina ninguém vai tirar mais fibra fraca. Porque ela enfraquece, devido ela ser feita dentro d'água, sempre você não tira ela no tempo certo. Porque às vezes a água vem valente, você afoga num determinado tempo e não dá tempo de você lavar no tempo certo. Você tem que cortar porque se não, cobre você. Aí, você perde aquela que tava cortado. Você passa muito tempo, às vezes pra lavar com dez dias, você vai lavar com vinte. Aí, você puxa, ela já tora um pedaço, dessa maneira não vai ter isso porque você não vai tirar ela dentro d'água, né? Você vai tirar em terra, vai dar tempo de você tirar no tempo certo. Sabe que tudo feito no tempo certo, não tem como dar errado. Entences, eu quero dizer pra comunidade que eu não sei, é claro, nós não tem mui imaginação ainda do que vai ser essa mudança, mas Graças a Deus que veio gente na frente pra adiantar isso aí pra nós, pra começar a pensar, pra não mudar bruscamente. Eu digo, bruscamente, a palavra a pulso, porque vai ter que mudar sempre mesmo, né? Assim como o planeta vai mudar o seu sistema, nós também, a nossa cultura, o modo de cultivar, o modo de vender e de organizar o nosso trabalho vai ter que acontecer. E graças a Deus, vocês vêm nos orientando. Se nós quiser investir no ramo, vamos fazer a coisa bem feita. Se nós quiser ganhar o dinheiro com tempo. Não é mais daquele jeito que nem eu fazia antes de ir lá na fruteira e tirar a fruta. Nós vamos ter que plantar, cultivar, fazer o nosso produto ser preciso, se nós quiser viver, né? (Sebastião de Lima Mendonça, trabalhador da malva e líder da comunidade N. S. das Graças).

Se do ponto de vista da produção, das fases do processo produtivo e do tempo gasto diariamente nessas etapas, as comunidades são equiparáveis, pois, há uma heterogeneidade de valores e perspectivas de futuro entre as comunidades onde se desenvolveram as atividades referentes ao projeto, do ponto de vista da organização sociopolítica é preciso avançar. Uma das problemáticas levantadas de natureza psico-social diz respeito à organização comunitária para o uso comum das máquinas. A comunidade Nossa Senhora das Graças (Manacapuru/AM) possui uma associação de moradores já constituída, uma relativa interação entre os comunitários e uma liderança comunitária legitimada pelos moradores. Já a comunidade Bom Jesus (Anamã/AM) possui grandes problemas em relação à organização comunitária, como vimos anteriormente, não há concordância entre os comunitários sobre quem de fato é o líder da associação, embora um dos comunitários se declare como tal. Este

fato é problemático, principalmente porque se trata da comunidade que mais produz malva entre as comunidades de abrangência do projeto. Em relação à comunidade Santo Antônio, pelo número de habitantes não inspira grandes preocupações quanto ao uso comum da máquina, entretanto, ainda não possui associação de moradores consolidada, fato que poderá trazer dificuldades para uma possível relação comercial mais intensa do produto. O desafio de inserção dessa nova tecnologia no processo produtivo tradicional exigirá esforço dos pesquisadores, no sentido de criar, de forma coletiva, alternativas de uso e manutenção do instrumento. Como não se trata de uma intervenção assistencialista, essa manutenção precisa ser uma responsabilidade da própria comunidade para tornar o projeto sustentável e não uma mera ação pontual. Esse processo ainda está em construção.



Figura 32 – Treinamento para a utilização correta da máquina descortecedora.
Fonte: Nusec/Ufam, 2007/08.



Figura 33 – Mundo do trabalho na malva.
 Fonte: Nusec/Ufam, 2008.

5 A COMERCIALIZAÇÃO E SEUS AGENTES

5.1 A esfera da ação

Na medida em que o *homo faber* fabrica objetos de uso, não apenas os produz na privatividade do isolamento, mas também na privatividade do uso, da qual os produtos emergem para adentrar a esfera pública como mercadorias no mercado de trocas. É fato que o valor, sendo como é, ‘uma idéia da proporção entre a posse de uma coisa e a posse de outra no conceito do homem, significa sempre valor de troca’. Pois é somente no mercado de trocas, onde todas as coisas podem ser trocadas por outras, que todas elas se tornam ‘valores’, quer sejam produtos do labor ou do trabalho, quer sejam objetos de uso ou de consumo, necessários à vida do corpo, ao conforto da existência ou à vida mental. Este valor consiste unicamente na estima da esfera pública na qual as coisas surgem como mercadorias; e o que *confere* esse valor ao objeto não é o *labor* nem o *trabalho*, não é capital nem o lucro nem o material, *mas* única e exclusivamente a *esfera pública*, na qual o objeto surge para ser estimado, exigido ou desdenhado (ARENÐT 1993, p. 177).

Neste capítulo, objetivamos mostrar os significados da *vida activa* dos trabalhadores da malva em razão da comercialização desse produto. Analisaremos a dimensão da *ação*, do *homo faber*, pois entendemos que o momento da comercialização é, também, o momento da *ação*, no sentido de que eles têm que se relacionar com os *outsiders* – os agentes da comercialização no mercado. A esfera pública da comercialização das fibras de malva revela a dimensão subjetiva do trabalho degradante, ela agora não é mais física e sim moral.

Segundo Arendt, (2007) a ação é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria e corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens (e não o homem) vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política. A pluralidade é especificamente a condição (não a condição *sine qua non*, mas a condição inteira) de toda a vida política. A ação por ser atributo exclusivamente humano, tem a capacidade fundamental de revelar o sujeito, quando a ela se liga o discurso, isto é, o discurso dá sentido à ação, marcam a especificidade do sujeito dentro da infinita pluralidade de seres humanos e ao mesmo tempo, é a condição de sua existência realmente humana, uma vez que pela sua ausência o homem volta a ser um ser comum.

Através deles, [discurso] os homens podem distinguir-se, ao invés de permanecerem apenas diferentes; a ação e o discurso são os modos pelos

quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens [...] Por outro lado, a vida sem discurso e sem ação deixa de ser vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens (ARENDR, 2007 p. 189).

A ação, portanto, por dá-se unicamente entre os homens, não nos é dada pela necessidade, como o labor, tampouco pela utilidade como o trabalho e, uma vez “[...] que se empenha em fundar e preservar corpos políticos cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história” (ARENDR, 2007 p.17). Isto quer dizer que nem a soma total das vidas individuais pode possibilitar a história, sem que elas, desindividualizadas, desprivatizadas, atuem juntas e criem a história.

Ao se referir ao termo público mencionado na epígrafe, Arendt (2007) intenciona mencionar inicialmente uma dimensão da vida que é o oposto da esfera privada. Contudo, o termo público tem ainda uma razão mais profunda. Significa primeiramente, que aquilo que vem a público pode não só ser visto, mas ouvido por todos, inclusive por nós mesmos, constituindo-se a realidade. É o espaço da aparência, o lugar onde as experiências da vida assumem um caráter desindividualizado, desprivatizado da qual falamos há pouco. Nesse sentido, o termo público designa um lugar onde se admite o relevante. Segundo Arendt (2007, p. 61):

[...] Há muitas coisas que não podem suportar a luz implacável e crua da constante presença de outros no mundo público; neste, só é tolerado o que é tido como relevante digno de ser visto ou ouvido, de sorte que o irrelevante se torna automaticamente assunto privado.

Essa assertiva, contudo, não exclui a esfera privada de possuir coisas relevantes. É o caso, por exemplo, do amor e da bondade, ou a crença em seres mágicos com poderes de encantamento, aspecto identificador da simbólica do modo de vida camponês, que não resistem e se deterioram à luz intensa da esfera pública. Contudo, quem em sã consciência dirá que esses atributos humanos e aspectos culturais são irrelevantes?

Em segundo lugar, Arendt (2007) quer designar pelo termo público, o “mundo”, na medida em que é comum a todos. Não, contudo, o mundo que se entende por Terra ou Natureza, ligado à vida orgânica, mas sim o mundo fruto do artefato humano, resultado dos negócios de seres que vivem juntos num mundo feito por eles, isto é:

Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois como intermediário, o mundo ao

mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens (ARENDR, 2007 p. 62).

A esfera pública, portanto, enquanto modo comum tem a capacidade de nos reunir em companhia uns dos outros, impedindo ao mesmo tempo que venhamos a colidir. Contudo, esse mundo público, como criação humana, carece do consentimento dos homens para sustentar-se, seja pela preocupação de mantê-lo, seja pela preocupação de edificá-lo. Para Arendt, (2007, p. 173):

Ao contrário do *animal laborans*, cuja vida é gregária e alheia ao mundo e que, portanto, é incapaz de construir ou habitar uma esfera pública mundana, o *homo faber* é perfeitamente capaz de ter a sua própria esfera pública [...]. A esfera pública do *homo faber* é o mercado de trocas, no qual ele pode exibir os produtos de sua mão e receber a estima que merece. Esta inclinação para a exibição pública tem muito a ver com a propensão de negociar, permutar e trocar uma coisa pela outra, que segundo Adam Smith, distingue os homens dos animais – e de certo não é menos arraigada que ela.

De acordo com Witkoski (2000, p. 42),

A reflexão feita por Arendt apresenta duas visões de mundo antagônicas (uma explícita e outra tácita, quando se recua no texto) para explicar a esfera pública própria do *homo faber*: a primeira, a de Adam Smith, se baseia na concepção clássica de que o mercado é o espaço fundamental de sociabilidade para todos os tipos de trocas e, neste sentido, é comandado por todos e por ninguém, ao mesmo tempo, através da chamada *mão invisível*.

Nessa concepção, a esfera das trocas é o subsolo sobre o qual se edifica toda a dinâmica econômica, social e política da era moderna. A segunda perspectiva, a de Marx, que busca compreender o que se passa no subsolo teórico smithiano toma, também, o mercado com um espaço vital de sociabilidade – só que num sentido diametralmente oposto. Para Witkoski (2000, p. 42):

Quando analisa a oposição entre campo e cidade (e as contradições da cidade), a propriedade privada, por exemplo, é compreendida como: 1) a propriedade privada de terras (grandes proprietários de terra que dela auferem, como forma de rendimento, a renda da terra); 2) a propriedade privada dos meios de produção que edifica a sociedade urbano-industrial (a grande burguesia e suas frações que auferem, como forma de rendimento, o lucro entre elas repartido); finalmente, 3) a classe operária e/ou trabalhadora. Essa, segundo Marx, aparece no seio da sociedade capitalista livre sob um duplo aspecto: livre negativamente, porque não possui mais os meios de produção e instrumentos de trabalho que outrora possuíam; livre positivamente, porque comparecem, na nova ordem econômico-social, como proprietários privados de força de trabalho para vendê-la segundo os ditames do “novo” espaço da sociabilidade humana, o mercado. Como resultado da venda de sua força de trabalho a classe operária e/ou trabalhadora auferem o

rendimento salário. Nota-se, nessa percepção, a presença das três classes sociais fundamentais que passam a instituir outra sociedade. Aqui, para além da macrodivisão social do trabalho entre cidade e campo, o próprio trabalho, nos dois ambientes, irá dividir-se radicalmente em manual e intelectual. Mais na cidade do que no campo, esse processo desenvolveu-se de modo tão profundo, que tanto o trabalho intelectual como o manual terminará por dividir-se infinitamente, criando um poderoso *individualismo* que acabou produzindo as raízes daquilo que Marx diagnosticou como trabalho alienado, antes evidenciado com relação à reificação.

Se por um lado a esfera privada se enriquece, extrapolando suas atividades para a esfera pública, por outro, ambas perdem suas principais características. A esfera pública empobrece-se ao abrigar as atividades do labor, transformando-a em lugar de operários e assalariados promovendo a manutenção da vida, isto é, empobrece-se por abrigar a esfera social, tornando linha divisória entre as esferas algo difuso. Neste sentido, ainda, não há como discordar do diagnóstico aterrador de Arendt, quando afirma que,

Uma sociedade de operários [...], julga os homens segundo as funções que eles exercem no processo de trabalho; se, aos olhos do *homo faber*, a força de trabalho é apenas um meio de produzir um fim necessariamente superior, isto é, um objeto de uso ou de troca, a sociedade de operários confere à força de trabalho o mesmo valor superior que atribui à máquina. Em outras palavras, só aparentemente esta sociedade é mais ‘humana’, se bem que, nas condições que nela prevalecem, o preço do trabalho humano sobe a tal ponto que *parece* mais estimado e mais valioso que qualquer outro material. Na verdade, porém, ela apenas prefigura algo ainda mais ‘valioso’, ou seja, o funcionamento da máquina, cuja tremenda força de processamento primeiro uniformiza, para depois desvalorizar todas as coisas, transformando-as em bens de consumo (ARENDDT 1993 p. 176 apud WITKOSKI, 2000 p. 43).

Para além das formas de atualização que o modo de produção capitalista tem vivido (as fases do capitalismo comercial, concorrencial, monopolista e/ou imperialista), a sociedade ainda é regulada pelo modo de agir do *homo faber*. Nesse sentido, uma variável parece ter se mantido constante – a durabilidade:

Único critério que determina se algo pode existir como coisa e perdurar no mundo como entidade distinta, continua a ser o critério supremo, apesar de já não se produzirem coisas adequadas ao uso, e sim adequadas a ser ‘armazenadas’ de antemão para [uso ou] troca futura (Arendt, 2007 p. 176).

O que há de verdade nessa compreensão de Hannah Arendt? Será que a utilidade (ou não) de um objeto, criada na esfera pública, é o critério objetivamente válido para fundamentar os valores de uso, o valor e os valores de troca das coisas? De acordo com Marx (1982 apud WITKOSKI 2007, p. 18):

Todas as mercadorias são não valores de uso, para os proprietários, e valores de uso para os não proprietários (...). Só através das trocas se pode provar que o trabalho é útil aos outros, que o seu produto satisfaz necessidades alheias [na esfera pública]. [Mas], o capitalista não é movido por puro amor aos valores de uso. Produz valores de uso apenas por serem e enquanto forem substratos materiais, detentores de valor de troca. Tem dois objetivos: primeiro, quer produzir um valor de uso, que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-las, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e a força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado.

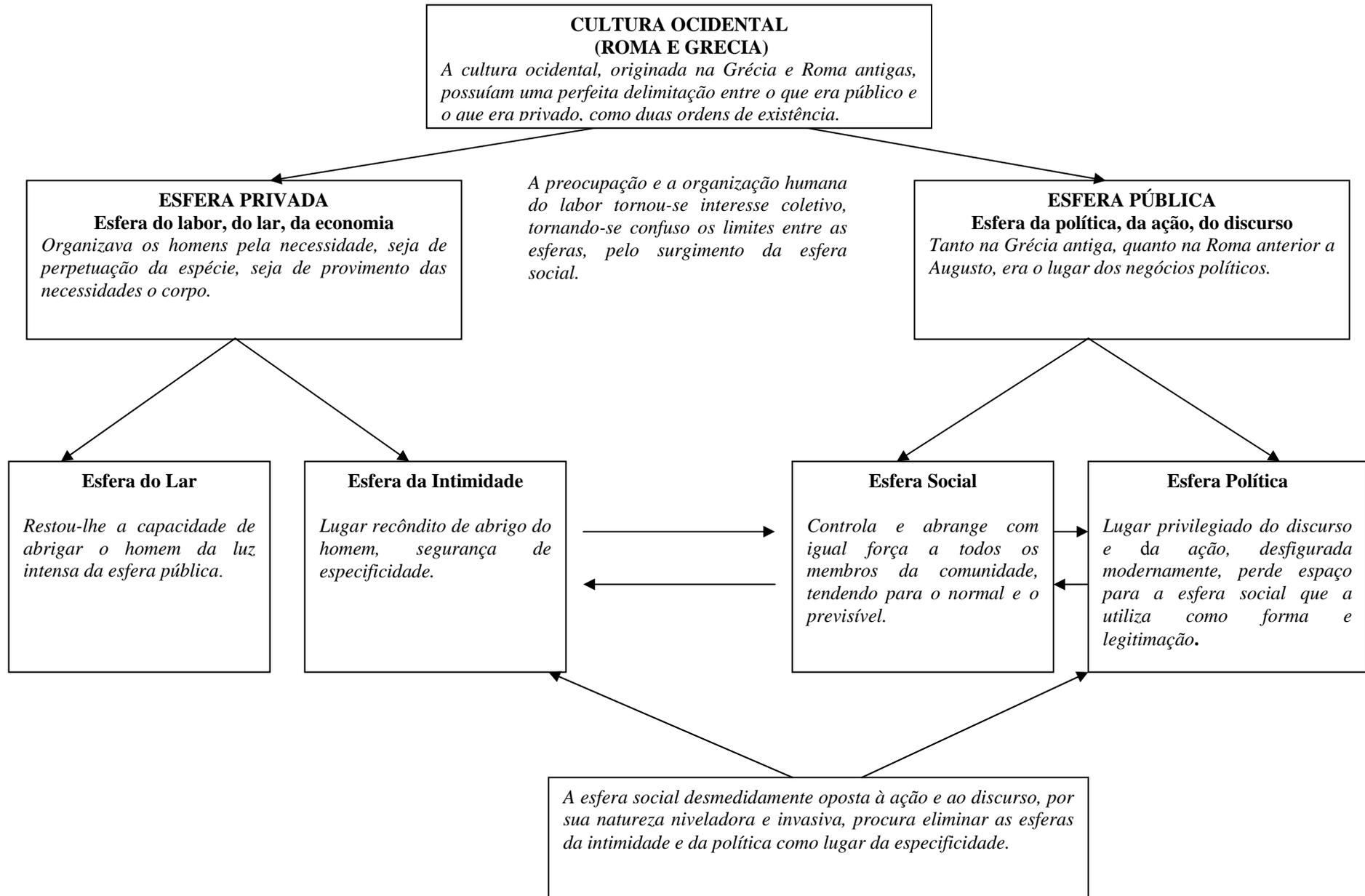
Para os camponeses produtores de fibras de malva, valor de uso de fato só pode ser obtido na esfera pública se houver antes relacionamento com os agentes da comercialização. Desprovido de capital e de meios de transporte, esse trabalhador é explorado nas duas pontas do processo produtivo: no momento da aquisição de sementes (início do processo produtivo) e na venda do produto final, as fibras.



Figura 34 – Barcos de agentes da comercialização na comunidade Bom Jesus.

Fonte: Nusec/Ufam 2008.

Figura 35 – Organograma: a condição humana



É assim que se apresenta a importância crucial da esfera pública para o *homo faber*, no interior da moderna sociedade capitalista: como produtor de valores de uso, de troca e valor (na sua forma de valor propriamente dito e na forma de mais valia) vê, no dia-a-dia, os valores de uso e de troca de sua força de trabalho ser meticulosamente dilapidado, de modo inversamente proporcional à acumulação do sistema como um todo (WITKOSKI, 2000 p. 46).

5.2 Os agentes da comercialização e suas formas de atuação

De acordo com Fraxe, (2000 p. 150) “é na esfera da circulação dos produtos de origem agroflorestal que ocorre uma apropriação dos excedentes produzidos por um conjunto de agentes de comercialização: marreteiro, marreteiro-feirante, regatão e patrão”. Para a autora, é nas relações mantidas entre os camponeses e os agentes da comercialização que estão representadas um dos momentos mais importantes, senão o mais importante, de subordinação do camponês à vontade do capital comercial. Segundo Witkoski (2007) os agentes da comercialização são sujeitos sociais que não produzem nenhum tipo de produto – seja de origem agrícola, criação animal ou extrativista – eles apenas apropriam-se dos excedentes da produção camponesa para vender e revender na cidade. Os preços são, geralmente, determinados por eles e nunca correspondem aos custos de produção do trabalho camponês.

Witkoski (2007 p. 392) elenca os seguintes agentes da comercialização: marreteiro, marreteiro da feira, regatão e patrão. O primeiro “sujeito é proprietário de barcos com motores à combustão, sempre com motores diesel, sendo em grande medida responsável pelo abastecimento de mercadorias da unidade de produção familiar.” O segundo, vive no mundo rural e pode ser até mesmo um camponês que eventualmente trabalha na sua unidade de produção. Pode ser também um habitante da comunidade. O terceiro agente da comercialização – o patrão – é o que tem mais “fama”, cuja história se confunde com a própria história amazônica: é aquele sujeito que percorre os rios de barco, parando de lugar em lugar [...] leva mercadorias às populações do interior e as vende a dinheiro ou as troca por produtos. Por último, o patrão, sujeito social cuja forma de atuação, não menos importante, é abastecer de bens manufaturados, apanhados das casas comerciais a unidade de produção camponesa, numa relação de aviamento. Percebe-se que a relação comercial dos camponeses com os agentes da comercialização se dá de forma desigual, pois a dependência é sempre uma constante, que degrada economicamente esses sujeitos sociais.

Os agentes da comercialização que atuam diretamente no comércio de fibras de malva são apenas dois: os patrões e os marreteiros. Estes são sujeitos sociais que ajudam a formar cadeia produtiva desde a distribuição das sementes até a compra do produto final e intermediação com as indústrias de aniagem do Estado.

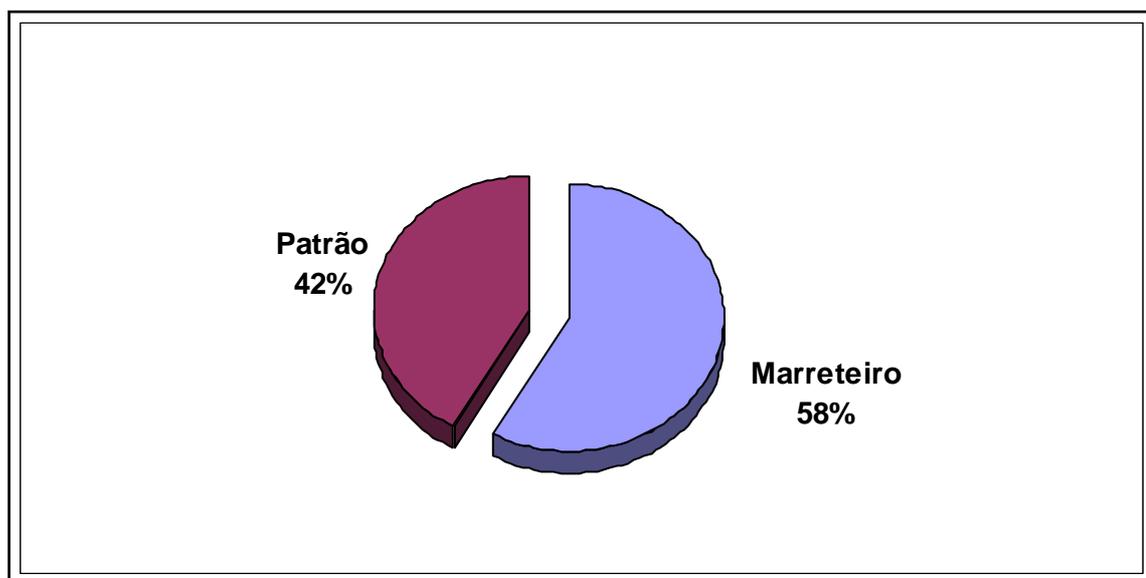


Gráfico 17 – Compradores de malva das comunidades.

A denominação “patrão” é cercada de ambigüidades, entretanto, no geral esse termo se aplica em contraposição ao termo freguês. Ele é patrão porque financia a unidade de produção familiar por meio da distribuição de sementes de malva, também, mercadorias e outros gêneros de primeira necessidade e recebe como pagamento a esses adiantamentos, sua produção *in natura* de fibra, ou parte dela.

O próprio sistema burocrático do Estado e as conjunturas econômicas propiciam com que essa figura em determinados períodos diminua sua atuação e em outros volte novamente a atuar com força. Segundo Pinto (1982, p. 139):

A partir da década de 1950, quando unidades de beneficiamento industrial de juta [mais tarde também de malva], se estabelecem nas áreas de produção, ocorrem importantes modificações no sistema de patronagem local, com o controle de intermediação passando, em grande parte ao setor industrial. O sistema de financiamento passa, em grande medida, para as mãos de bancos oficiais, especialmente na década de 60. Entretanto, o que se pode perceber claramente é que o próprio sistema oficial, pelas dificuldades de acesso que apresenta aos produtores diretos, passa a favorecer o restabelecimento do sistema patrão – freguês. Tal situação torna-se bastante clara quando, por exemplo, os preços da juta não chegam, em certos anos, a cobrir os custos de produção, e os produtores, em consequência, ficam em débito com o banco. Não havendo possibilidade de conseguir empréstimo,

não resta ao produtor direto senão ‘procurar um patrão’, para retomar o ‘serviço da juta’.

Atualmente, nas comunidades pesquisadas, os patrões e marreteiros representam à única possibilidade de obter “credito” (ainda que este seja obtido de maneira informal e numa relação de aviamento). Se por um lado não contabilizamos nenhum produtor de malva que trabalhasse com credito bancário, por outro lado contabilizamos 14 agentes da comercialização, divididos entre patrões e marreteiros. O gráfico abaixo mostra algumas situações apontadas pelos camponeses a cerca das dificuldades de obtenção de crédito rural oficial.

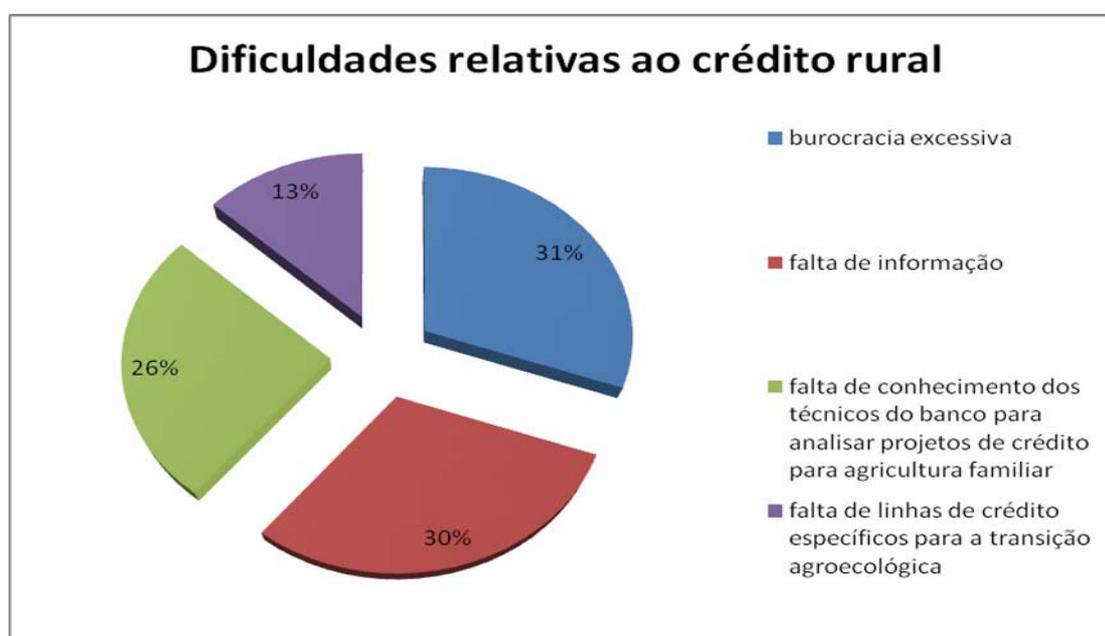


Gráfico 18 – Nas três comunidades pesquisadas os trabalhadores da malva não têm acesso ao crédito rural.

Estamos nessa pesquisa nos reportando à ação dos agentes da comercialização especificamente na produção de malva, contudo, a ação dos mesmos, estende-se para outras atividades e produtos na área do Baixo Solimões, principalmente nos produtos de origem agroflorestais. Quando eles não atuam diretamente no fomento da atividade, como no caso da produção de malva, distribuição de um elemento fundamental para se iniciar a atividade, no caso, as sementes, eles monopolizam as ações de compra do produto, pois na maioria dos casos eles são os únicos meios de escoamento da produção. Ou o camponês vende para os mesmos ou não venderá nada. Isso se dá obviamente pelo falta de infra-estrutura produtiva tanto por parte do Estado, como por

parte do camponês que não dispões de meio de transporte para escoar sua produção até as cidades, centros consumidores, e nem tampouco dispõe de capital para investir em tecnologia de produção que lhe garantisse um poder de barganha devido à qualidade de seu produto.

Todavia, o patrão e o marreteiro, gozam entre os fregueses, de uma posição contraditória, ora sendo visto como um aliado, um benfeitor, ora como um explorador, um mal necessário (PINTO, 1982). Aqui cabe um parêntese para fazer uma importante comparação da forma de atuação dos agentes da comercialização na década de 1980 e atualmente. Os relatos a seguir mostram o que representa o patrão e o marreteiro para os trabalhadores da malva. Parece que esses sujeitos sociais são “anjos” e “demônios” ao mesmo tempo. Para o senhor Odeto Severino da Costa (53), trabalhador da malva da comunidade Bom Jesus, Município de Anamá, os patrões “tiram o coro” dos mesmos:

Quando se produz três toneladas, uma já está empenhada, aí passa o tempo todo e agente sempre no caderno. Esse ano, (2008) acho que é contada às pessoas que saíram do caderno do patrão, todos estão empenhados. Um dia vamos sair das garras desse pessoal, porque isso aí não tá tirando nossa camisa não, já tá tirando é o nosso coro.

Para o senhor Joveliano de Souza Pantoja (38), trabalhador da malva da comunidade Santo Antônio, Município de Anori, o marreteiro que é seu patrão o ajuda muito.

Olha sobre a venda da malva não é difícil, o patrão é bom, sempre que eu precisei ele me ajudou. Ele me adianta semente no tempo certo e quando tá pronto ele vem pegar aqui em casa. Às vezes quando preciso de um remédio, alguma coisa vou lá com ele e consigo. Se não através dele eu não tinha plantado esse ano, que a semente chegou tarde do governo e nem todo mundo pegou.

Os depoimentos positivos e negativos em relação a ação dos agentes da comercialização foram coletados em 2008, durante a pesquisa de campo. Agora vamos verificar dois depoimentos nessa mesma linha de raciocínio de 30 anos atrás apresentados por Pinto (1982, p. 139-140), na mesma microrregião.

O senhor sabe que patrão procura agradar o homem do campo melhor do que a cooperativa, umas dez vezes acima. Por exemplo, ele facilita o empréstimo grande nas empresas bancárias e repassa ao produtor. O patrão pega uma crise dessa, então ele lança que é pra poder agarrar a produção. O patrão dá uma colher de chá, um rancho, pra ele (trabalhador) segurar

praticamente uns três, quatro meses, o verão, que é pra agarrar a produção dele, porque o patrão precisa é da produção.

Eu trabalhei um ano com patrão, só um ano. Tô com 21 anos na Amazônia, só trabalhei um ano. Porque quando cheguei do nordeste eu só trazia a coragem e a cara. E a força pra mim trabalhar. Então fui obrigado ao patrão. O patrão me sugou muito. Então eu trabalhei um ano pra ele, escravizado. Eu vendia a produção para ele: milho, feijão, a farinha, a juta, finalmente tudo. Ele me subjogou muito. Mercadoria cara, muitas vezes com abuso, com ignorância. Mas como eu não tinha, era o jeito baixar a cabeça e levar. Hoje graças a Deus sou liberto do patrão.

Parece que as coisas praticamente não mudaram nessas microrregiões. Esses sujeitos sociais assumem um papel que deveria ser no nosso entendimento do Estado. Até porque a estrutura do sistema produtivo na região não prejudica apenas o camponês. Prejudica também os moradores dos centros urbanos, que compram produtos com preços inflacionados devido à enorme fragmentação da cadeia produtiva. Até o produto chegar à mesa dos amazonenses, este já passou por uma dezena de mãos, na qual cada uma acrescenta uma taxa.

Fechemos o parêntese e retomemos a discussão acerca da fisionomia dos agentes da comercialização na cadeia produtiva da malva no Amazonas. Os patrões da malva possuem esse *status* por um simples fato, eles adiantam as sementes e por comprarem as fibras. Todavia, sua ação extrapola a esfera econômica. Esses sujeitos sociais são revestidos de “autoridade” suficiente para resolver as pequenas questões, para atender seus compadres e fregueses em momentos difíceis de doenças, por exemplo, ou na quitação de uma dívida com um vizinho ou um banco (PINTO, 1982). Daí a sua “bondade”. Todavia, a subordinação aos ditames do capital comercial é mascarada por essas ações e escondem um conteúdo de exploração da força de trabalho dos camponeses, por meio da circulação simples de mercadorias. De acordo com Noda (1985, p. 97):

Historicamente, o capital comercial foi à forma como se apresentou o capital na região quando seus lucros e acumulação provinham das atividades especulativas e espoliadoras de comprar barato e vender caro, na verdade esse capital estabelecia as possibilidades dos lucros na produção. Contudo, o capital comercial na região se apresentou sempre como uma das formas particulares do capital, destinado apenas à circulação de mercadorias, numa posição subordinada à do capital industrial aplicado na produção das mercadorias industriais e nas matérias-primas agrícolas. Como os excedentes ao gerados na produção, identifica-se a necessidade de um lucro comercial e um industrial, bem como uma concorrência entre as duas formas de capital.

Como já dissemos anteriormente, a formação econômica da Amazônia deu-se de peito aberto à vontade do capital. Entretanto, sempre foi subordinada ao capital comercial. Para Noda (1985, p. 8):

O capital comercial, enquanto promotor da circulação das mercadorias num esquema definido pela apropriação dos excedentes gerados pela força de trabalho dos produtores de juta/malva é o responsável pela sua posição em relação ao capital industrial e o comércio na região, de maneira que o movimento de acumulação e concentração do primeiro promove a do segundo, para que continue a participar da reprodução do primeiro. Na percepção dos produtores diretos a relativa hegemonia do capital comercial se caracteriza como sendo uma questão de influência, de poder adquirido com a posse do dinheiro.

Os camponeses trabalhadores da malva ficam sob o fogo cruzado dessa disputa de interesses na região, uma vez que seus produtos são específicos, não são, por exemplo, comestíveis, eles são matéria-prima *in natura*, portanto, transitam nas duas esferas, na comercial e na industrial na Amazônia. De acordo com Noda (1985, p. 149):

[...] O capital comercial se apropria de boa parcela do excedente produzido, ao se interpor entre os produtores, ou setores de produção, ao se apresentar na sua forma comercial e financeira. A sua preocupação principal é precisamente a extração de sobrelucros advindos da troca desigual entre os produtos da terra comprados abaixo e as mercadorias vendidas acima do valor. Dessa maneira, pela inexistência de mecanismos eficazes de proteção, os pequenos produtores subordinam-se ao capital nas piores condições, com redução da qualidade de vida e sofrendo um processo continuado de pauperização.

É a partir desse ponto que postulamos a degradação subjetiva do trabalho na malva, a degradação deixa de ser física, como dissemos antes, para ser moral. Os camponeses não têm poder político para barganhar com o capital. Eles tornam-se meras peças produtoras de uma engrenagem maior e mais complexa. Seus ganhos, por exemplo, são diametralmente opostos aos ganhos dos agentes da comercialização. Segundo Pinto (1982, p. 141):

Os baixos preços pagos por seus produtos, dentro dos diferentes circuitos mercantis e pelos altos preços cobrados pelas mercadorias de origem industrial vendidas ao produtor. Este ao colocar seus produtos nos circuitos mercantis, está submetido a uma dupla exploração. Quando vende e quando compra. No momento da venda é submetido a uma série de expedientes que afinal resultam no rebaixamento do valor de seu trabalho metamorfoseado em mercadoria.

É a exploração do trabalho camponês até a última gota de suor, ou porque não dizer de sangue, isso não seria absurdo de se dizer. Ele está inserido em um processo que tem uma racionalidade e uma dinâmica da qual muitas vezes não consegue perceber ou a concebe de outra forma. Às vezes acha até “bom” existir o patrão e o marreteiro, pois, este vem “pegar” as fibras no porto de sua comunidade ou mesmo de sua propriedade, adiantando-lhe sementes e produtos industrializados úteis à vida rural.

A racionalidade do camponês difere da racionalidade dos agentes da comercialização, que difere da racionalidade das empresas têxteis. Enquanto o primeiro está preocupado em garantir sua reprodução material e/ou simbólica, os outros estão interessados somente no lucro que seu investimento vai lhes proporcionar. E por se tratar de uma atividade agrícola que está submetida à dinâmica do capitalismo nacional e mundial, não existe nenhum tipo de compromisso ou ligação das empresas têxteis com o camponês produtor de fibras. Em relação aos agentes da comercialização – marreteiro e patrão, não há diálogo e sim monólogo, ou seja, a política de preço é estabelecida de forma unilateral, a partir do interesse do capital investidor que exerce monopólio dessa atividade na região.

Todavia, o ganho dos patrões e marreteiros é simples de ser compreendido. Este se baseia na diferença que conseguem estabelecer entre o preço das mercadorias do dia fixado pelas indústrias e o preço que pagam ao camponês no dia do ajuste de contas (NODA, 1985). Isso se dá com as mercadorias de modo geral e, também, com as fibras de malva. Por não haver um preço pré-ajustado os trabalhadores da malva não conseguem fazer projeções de seus ganhos e, obviamente, do valor de suas despesas. Nas comunidades pesquisadas, o preço do quilo de fibra em 2007/08, variou em torno de R\$1,00 a R\$1,15, em raros momentos chegou a R\$1,20. Nesse sentido, produzir malva é um tiro no escuro, pois não se sabe quanto vai arrecadar e, nem tampouco, quanto se vai gastar, uma vez que pode haver revés no andamento do processo (enchente muito rápida, cheia grande, desvalorização das fibras no mercado, aumento da cesta básica etc.).

Os trabalhadores da malva queixam-se dos patrões e marreteiros declarando que os mesmos oferecem preços muito baixos pelas fibras, afirmam que eles ganham dobrado porque compram a um valor nas comunidades e vendem a outro nas indústrias de aniagem. Em contrapartida os agentes da comercialização afirmam que os custos de transporte, devido às enormes distâncias que tem que ser percorridas, bem como

manutenção de suas embarcações não lhes permite vender as mercadorias a preços menores e comprar as fibras a preços maiores.

Outro argumento muito utilizado pelos agentes da comercialização para justificar os preços atuais das fibras, reside no fato de que eles são dependentes das indústrias de aniagem. Segundo o senhor Xavier Mendonça, marreteiro comprador de malva das comunidades pesquisadas “é o preço que o mercado passa pra nós”. “Nós temos muitas despesas com diesel para percorrer esses beiradões. Temos que abastecer a embarcação de comida, gelo, pagar os trabalhadores, é muita despesa, não é fácil não”. Segundo Noda (1985, p. 93) “a prática do transporte dos fardos de juta e/ou malva era em anos anteriores realizado pelas indústrias”. Atualmente isso é feito pelos agentes da comercialização. A necessidade de diminuição de custo por parte da indústria, permitiu a abertura de nicho de mercado, inteligentemente explorado pelos agentes da comercialização. O problema que isso aumentou a subordinação do camponês ao sistema de aviamento e isso tem desestimulado muitos trabalhadores nos últimos anos, fazendo com que a produção de malva não avance aos patamares de décadas passadas. Contudo, há outros entraves inerentes a essa modalidade agrícola no Amazonas como veremos a seguir.

5.3 Os entraves da cadeia produtiva da malva e/ou juta

Vimos anteriormente na seção que discorreu sobre o processo de trabalho, que um dos entraves da cadeia produtiva da malva é o próprio processo de trabalho, que degrada objetivamente o corpo dos camponeses. Nesta seção analisaremos outros entraves dessa cadeia produtiva, que estão ligados principalmente à esfera da comercialização do produto final.

Leite e Pessoa (1996) abordam a cadeia produtiva como um sistema de agregação de valor, podendo envolver atividades de produção, processamento, distribuição e comercialização. Para tanto, faz-se necessário o entendimento da estrutura em que o processo se desenvolve, através da identificação dos pontos fortes e fracos de determinada cadeia produtiva. “Cadeia produtiva pode ser definida por um conjunto de atividades integradas, sendo esta uma interação consecutiva às articulações do mercado, tecnológica e de capital” (CARNEIRO *et al.* 2007).

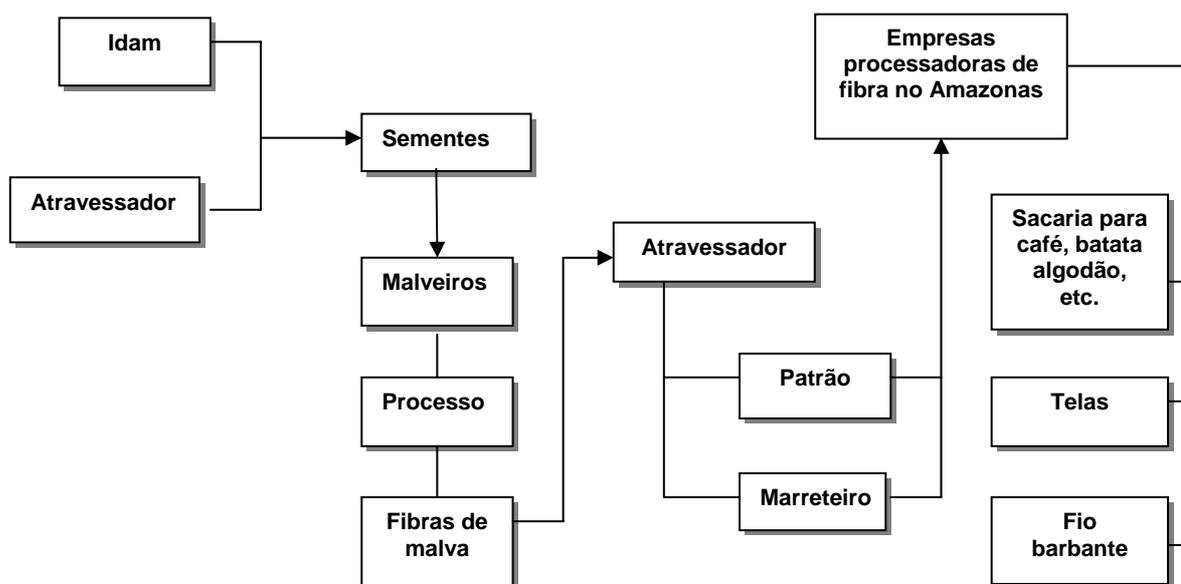
Segundo Zylbersztajn (1994 apud CARNEIRO *et al.* 2007) uma cadeia produtiva se configura por meio de segmentos que são: os fornecedores de insumos que

ofertam sementes, adubos, tecnologias etc.; os agricultores que são os responsáveis pela execução do uso da terra para a produção; os agentes de comercialização que são os intermediários responsáveis pelo início da circulação da produção; o comércio atacadista e varejista que são os distribuidores da produção; e por fim, o mercado consumidor, ponto final da comercialização. De acordo com Carneiro *et al.* (2007):

O sistema de produção agrícola, embora seja componente fundamental no processo produtivo e parte integrante da cadeia produtiva agrícola, entretanto não é o único, em termos econômicos para que aconteça um desenvolvimento sustentável. Na agricultura (seja familiar ou não) deve-se considerar igualmente os componentes restantes dessa cadeia, dentre eles o processo de comercialização.

No Amazonas a cadeia produtiva da malva é composta pelo seguimento dos fornecedores de sementes aos trabalhadores, os agentes da comercialização (patrões e marreteiros) e as empresas processadoras de fibra. Como vimos anteriormente as sementes são, na sua maioria, adquiridas pelo Governo do Estado junto ao Ifibram (Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia) em Belém, e em seguida distribuídas aos produtores através do Idam (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas).

Figura 36 – Organograma: cadeia produtiva da malva no Amazonas



Fonte: Nusec/Ufam, 2007

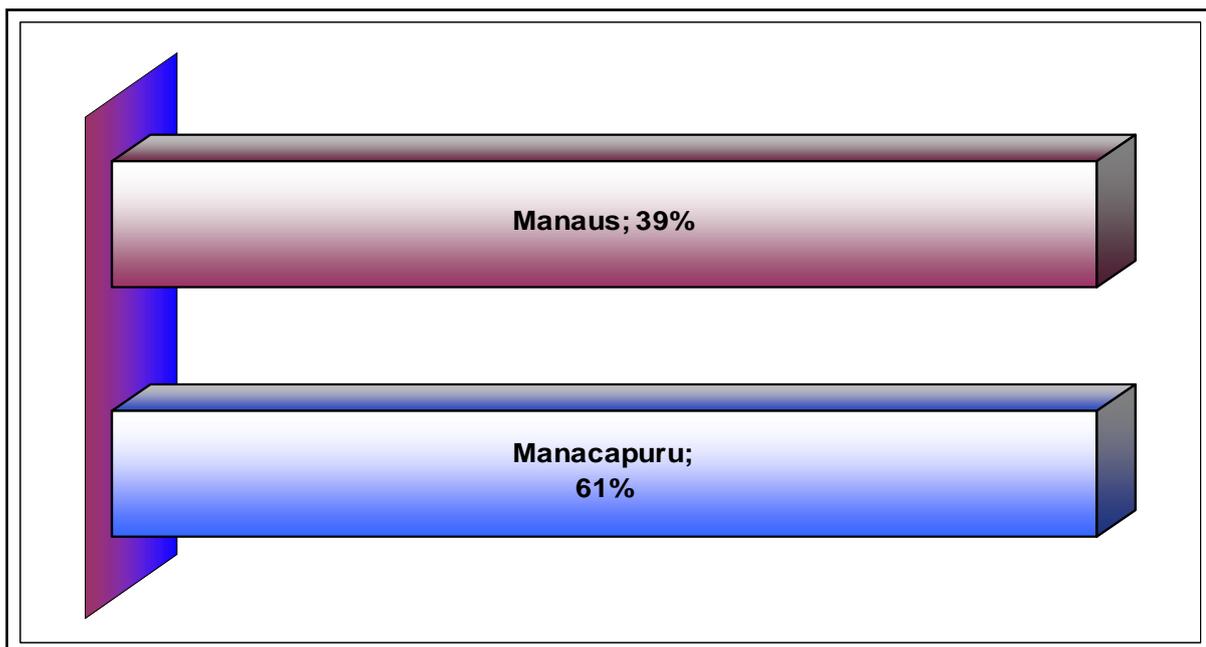


Gráfico 19 – Destino da produção de malva das comunidades.

Mesmo a produção de malva tendo indiscutivelmente relevância para a economia de muitos municípios do Estado do Amazonas, a quantidade de sementes distribuídas ainda não é compatível com a área plantada, obrigando o trabalhador que deseja plantar mais a adquirir sementes dos agentes da comercialização (patrões e marreteiros). Diferentemente do período áureo dessa atividade no Amazonas, quando havia crédito disponível a qualquer trabalhador da malva, atualmente os empréstimos bancários, créditos rurais, feito diretamente pelo produtor não são mais viabilizados, pelo menos na área de estudo. Por isso, para se manter no período de colheita o produtor precisa pegar dinheiro ou mercadorias adiantadas pelo patrão ou marreteiro.

As dificuldades para obtenção de crédito estão ligadas à própria burocracia dos bancos e agências de fomento do Estado. Contudo, um fator também é relevante nessa questão. Trata-se da legalização das propriedades. Muitos trabalhadores não dispõem de documentos, título definitivo ou outro documento que ele possa utilizar para comprovar junto aos bancos sua situação. Dos 36 entrevistados 52,77% se declararam proprietários, 25% arrendatários de parentes próximos e 22,22% são posseiros. Interessante que nesse último caso, há posseiros recentes com média de um a dois anos, mas há também, posseiros com mais de 20 anos. Na verdade eles já são proprietários pela lei do *uso capião*, entretanto, como não regularizam sua situação junto aos órgãos oficiais, para qualquer agência financiadora, eles continuaram sempre como posseiros e dificilmente obterão empréstimos. Dos 52,77% que se declararam proprietários 10,53% não possuem

documentos; 21,05% possuem recibo de compra, que como sabemos não comprova titularidade junto às agências financiadoras; 10,53% possuem registro em cartório e apenas 7,39% tem título definitivo.

A dificuldade de obtenção de crédito por parte dos trabalhadores da malva força-os a aceitar as propostas impostas pelos patrões e marreteiros. Todavia, o contrato estabelecido entre eles para o pagamento das sementes é altamente prejudicial aos produtores. A relação estabelecida é de 1 kg de semente para 10 kg de fibra. Os fardos de malva são em média de 50 kg e são comercializados diretamente com os agentes da comercialização.

Nessa proporção a renda obtida com a venda do produto é diametralmente oposta ao custo de sua produção, pois o custo de um saco de sementes de malva de 50 kg, por exemplo, é de aproximadamente R\$400,00. São necessários no mínimo um saco desses para se plantar cerca de 2,5ha, que terá uma produção média de no máximo três toneladas. Portanto, se o trabalhador produzir, três toneladas e vendê-las a um R\$ 1,00 o kg ele terá uma renda de R\$ 3,000. Aparentemente uma renda relativamente boa para os padrões da zona rural no Amazonas e, também, se comparada a outras atividades agrícolas nessas áreas. Entretanto, essa renda é bruta, será preciso descontar os R\$ 400,00 das sementes adiantadas pelo patrão ou marreteiro. Será preciso ainda descontar o rancho adiantado por eles. Se tivermos como parâmetro o valor atual da cesta básica, que segundo o Diesel está em torno R\$ 226,00 na cidade de Manaus (mês de março de 2009). Ainda será preciso descontar o número de diárias que ele mesmo contratou que em média gira em torno de R\$15,00. Nas comunidades pesquisadas a média de diária foi de 30. Nesse sentido, liquidamente restarão para esse trabalhador apenas R\$ 1,924 reais. Se dividirmos esse valor por 12 meses, o camponês terá uma renda mensal de R\$160,33. Com esse dinheiro ele terá que saldar todos os seus compromissos e se manter até a próxima safra. Entretanto, se por algum motivo, (cheia repentina, pragas ou questões pedológicas) a produção for menor, e o camponês produzir, por exemplo, apenas uma tonelada de fibras e vendê-las pelo mesmo preço, o trabalhador da malva não terá lucro e ainda ficará com um saldo negativo de R\$76,00, que obviamente serão descontados na safra seguinte. O problema que na safra seguinte, ele terá que pegar novamente sementes com os patrões e marreteiros que repetirá sua política de adiantamento de mercadorias. Assim o camponês será sempre dependente do agente da comercialização, ele será uma espécie de servo e o patrão e/ou marreteiro, o senhor. O quadro abaixo mostra o quanto a renda é pulverizada devido ao alto custo de produção.

Como já foi dito o esforço de trabalho quase sempre não corresponde à renda final obtida.

Tabela 06: Custos diretos da produção nas comunidades.

Quadro Demonstrativo dos Custos Diretos de Produção de Fibras Vegetais pelo Método de Produção Tradicional				
Centro de Custos				
Insumos Sementes	Valor R\$		Quantidade kg	Custo R\$
Sementes	10,00		40	400
Subtotal			40	400
Insumos Mão de Obra	Diária R\$	Trabalhadores	Dias	Custo R\$
Semeadura	15,00	2	10	300,00
Capina	15,00	4	30	1.800,00
Colheita e Desfibrilamento	15,00	10	50	7.500,00
Subtotal			90	9.600,00
Soma Total				10.000,00
Custo Total da Safra Agrícola				R\$ 10.000,00
Total Bruto de Fibras Produzidas				9.000 kg
Custo de Fibra antes da Perda				R\$ 1,11 / kg
Custo da Perda por Umidade (5%)				R\$ 0,06
Custo da Fibra com a Perda				R\$ 1,17 / kg
Total Bruto de Fibras Produzidas				9.000 kg
Quantidade de quilos Perdidos (5%)				450 kg
Custo Unitário de Fibra Produzida				R\$ 1,11 / kg
Custo Total da Perda por Umidade				R\$ 500,00
Demonstração do Resultado do Exercício Agrícola				
Método de Produção Tradicional (em R\$)				
(+) Receita Bruta de Vendas				
Safra do Ano de 2007.....(9.000 kg x R\$ 1,00).....R\$ 9.000,00				
(-) Custo dos Produtos Vendidos				
Custo Total da Safra Anual.....R\$ 10.500,00				
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO				R\$ 1.500,00

Fonte: Adaptado de Moreira, 2008.

Os agentes da comercialização, obviamente, são radicalmente contra qualquer tipo de mudança na estrutura da cadeia produtiva. Em entrevista com o marreteiro Xavier Lima, comprador de malva, que há mais de 30 anos atua na região de Manacapuru, Anori e Anamá, pude perceber sua descrença em relação à introdução de máquinas descorteadoras de malva e a doação de sementes nas comunidades rurais dessas cidades. Para ele, esse tipo de tecnologia não funciona e já foi tentado outras vezes sem êxito.

Eu já vi vários testes desses aqui mesmo no Iauara, posso te afirmar que isso não dá certo. Ela produz muito pouco e devagar. Tem caboclo aqui que lava duzentos feixes de malva por dia, coisa que essa maquinazinha dificilmente irá fazer. Ela teria que ser muito maior e fixa, caso contrário é tempo perdido, e depois quem irá dar a manutenção? (Xavier Lima, marreteiro comprador de malva).

Os patrões e marreteiros que atuam diretamente na área estudada também se mostraram insatisfeitos com a distribuição gratuita de sementes por parte do Núcleo de Socioeconomia da Universidade Federal do Amazonas. Segundo alguns camponeses entrevistados, há uma combinação de preços por parte dos agentes da comercialização. O objetivo dessa “organização”, segundo eles, é garantir a manutenção da ordem estabelecida, ou seja, a subjugação dos trabalhadores da malva nas relações comerciais, ou melhor uma forma de combater e desacreditar qualquer medida interventora nessa cadeia produtiva, que parece ser literalmente é uma “cadeia”.



Figura 37 – Comercialização de fibras de malva na comunidade Bom Jesus.

Fonte: Nusec/Ufam, 2008.

Em relação à análise dos elementos tradicionais de competitividade – produtividade e custo – que determinam as vantagens comparativas de um país ou região, em relação aos demais, pode-se afirmar que a cadeia produtiva da malva carece de incremento tecnológico para aumentar a produtividade e diminuir custos. Isso pode ser alcançado pelo aumento da escala produtiva das unidades de produção familiar e pela formação de cooperativas de produtores de malva. Esta última, pode também melhorar um fator crítico na cadeia responsável pela preferência às fibras importadas, a qualidade. De fato, a qualidade da malva amazonense ainda apresenta problemas quanto

à sua qualidade. Nesse sentido, torna-se urgente a adoção de métodos de produção que melhorem a qualidade do produto fazendo com que esse produto seja competitivo no mercado mundial.

Quanto aos custos de produção estes não podem ser suportados pelo produtor, uma vez que, mesmo havendo subsídio do governo, a produção de malva ostenta níveis de produtividade bastante tímidos, muito embora a variação das produtividades entre os agricultores, analisada, indique uma produção potencial significativa. Sem embargo, à luz da análise dos dados da produção de fibra de malva, constata-se que às condições imperantes na região para a geração de renda, a malva, e também a juta, apesar da retração do mercado, são alternativas de renda viável para os camponeses do Amazonas de modo particular, e da Amazônia de modo geral.

5.4 A tragédia das atividades monoespecíficas

O modo de vida do camponês na região do Baixo Solimões passa por um processo de mudança que é estrutural. A relação com a natureza não ficou imune às modificações políticas e econômicas advindas das transformações que o avanço do capitalismo no mundo rural amazônico tem proporcionado. Uma característica, que é a marca indelével desse modo de vida tem perdido força – a polivalência³⁶. Dois fatores contribuem para isso: a influência da sociedade envolvente e a diminuição das terras de trabalho, que pode se dar devido a vários aspectos, dentre eles aumento da população da comunidade ou concentração fundiária.

De maneira geral, os camponeses da área de estudo são sujeitos sociais que possuem grande capacidade de se relacionar com o meio, extraindo do mesmo os recursos que demandam sua sobrevivência, através de várias atividades no mundo do trabalho. Entretanto, é visível nas comunidades pesquisadas a introdução de elementos e comportamentos urbanos que vem paulatinamente desvirtuando essa característica singular desse sujeito social. Não somente isso, mas há também, um processo de “especialização” das atividades rurais com objetivo de aumentar a renda. Isso à primeira

³⁶ Poderia soar como contraditório em nossa argumentação tal afirmação, uma vez que no terceiro capítulo dedicado ao labor, apresentamos uma série de atividades que são resultado das práticas polivalentes dos camponeses. É importante frisarmos que a polivalência continua sendo exercida pelos camponeses do Baixo Solimões e o que pretendemos nessa seção é chamarmos a atenção para um processo que está em curso, mas ainda não completo nas comunidades pesquisadas observados *in loco*.

vista soa como positivo, entretanto, esconde armadilhas perigosas para esse campesinato. Em N.S. das Graças percebemos uma forte inclinação para a pesca comercial, principalmente de peixes lisos, já em Bom Jesus é elevada à produção exclusivamente de malva, ficando outras atividades e segundo plano. Não se está utilizando toda capacidade produtiva do ecossistema amazônico. O rio Solimões/Amazonas, como é do conhecimento de muitos, é o principal condutor de sedimentos para toda bacia amazônica. Grande parte de suas várzeas são altamente férteis, e podem propiciar muitas atividades agrícolas. A especialização em uma única atividade elimina a polivalência, ou seja, o cultivo, a pesca, a caça, o extrativismo, a criação, isso deixa o camponês refém de um único produto para ser comercializado. Eis aí o perigo, pois a renda obtida a partir da venda de um único produto é fatalmente e rapidamente empregada na aquisição de outra mercadoria. Até ai tudo bem, a unidade familiar camponesa não é auto-suficiente, a mesma precisa de dinheiro para comprar produtos industrializados, gêneros alimentícios necessários e, também, instrumentos de trabalho – terçados, enxadas, facões etc., que são utilizados na própria lavoura. O problema é quando um trabalhador da malva de Bom Jesus, por exemplo, tem que comprar peixe para almoçar, porque ele não tem tempo para se dedicar a essa atividade. Ou tem que se dirigir ao Município de Anamá para comprar farinha na feira porque ele não planta mais roça. Ou ainda, um pescador de N. S. das Graças ter que se dirigir a Manacapuru para adquirir um frango industrializado porque ele não cria mais frangos em seu quintal. Quando isso ocorre, os efeitos negativos da ação dos agentes da comercialização se multiplicam. No caso específico da malva, cujo produto final não é vendido em feiras urbanas, o camponês fica ainda mais à mercê da flutuação do mercado, e do “bom humor” dos agentes da comercialização, visto que a política de preço mínimo, do Estado, ainda não é suficiente, e a garantia de compra da safra por parte dos órgãos oficiais não é efetiva.

Entendemos que a “malva(deza)” da cadeia produtiva de fibras vegetais na região do Baixo Solimões está muito ligada também, por conta dessa elevada especialização. Todavia, os camponeses não podem ser responsabilizados por tal comportamento. Essa questão relaciona-se com o aspecto da desvalorização dos produtos agrícolas na região. O preço do quilo da malva, por exemplo, há quatro anos encontra-se estagnado. Isso gera um sobretrabalho para os camponeses. Outra questão importante é a extensão de suas propriedades. No caso da comunidade Bom Jesus, no Município de Anamá, como vimos no Mapa 02, a porção de terras agriculturáveis é

pequena, portanto, os camponeses são forçados a optar por uma atividade que lhes seja mais rentável, uma vez que não é possível o estabelecimento de grandes roçados com outras culturas. Em relação à comunidade N. S. das Graças, a debandada para a pesca se dá diretamente por conta da influência da sociedade envolvente. Essa comunidade vive o rural no urbano como vimos no capítulo III. Já Santo Antônio sofre com o fenômeno das terras caídas, que a cada ano reduz suas terras, impossibilitando dessa forma uma diversificação agrícola. Os dados de campo nos revelaram que a área média plantada nas comunidades é de 2 hectares, sendo que os plantios nunca são menor que 50% da área total, ou seja, a área que os camponeses têm disponíveis para plantar são praticamente todas plantadas, obviamente por uma cultura mais rentável. Uma possível solução para essa questão seria a introdução de plantios consorciados que pudessem fornecer uma gama de produtos por meio da otimização do espaço.

A idéia que muitas vezes transita nas esferas governamentais, no sentido da criação de pólos de desenvolvimento agrícola nas calhas dos rios amazônicos com destaque para um único produto deve ser vista com reservas. A monocultura não é boa para o solo e não se encaixa no perfil socioeconômico e cultural do camponês varzeano que possui uma outra relação com o ambiente. Nesse sentido, concordamos com Noda (1985, p. 150) quando diz:

O sentido de especializá-la (agricultura de malva) tornado-a eficiente e racional; compatibilizando-a com o grau de modernização e produtividade alcançados em outros setores e regiões, de forma tal que preferencialmente produza matérias-primas necessárias a indústria, corresponde à intensificação da sua subordinação ao capital através das políticas de crédito, de valorização e incorporação da região e de terras.

Argumentamos anteriormente que é preciso inovação tecnológica na produção de malva, para que esse produto se torne cada vez mais competitivo, entretanto, não estamos nos reportando à idéia de monocultura e sim à de dotar agricultura de malva de competitividade para que seja mais um produto gerador de emprego e renda para os camponeses amazonenses, juntamente com a pesca, o extrativismo etc.

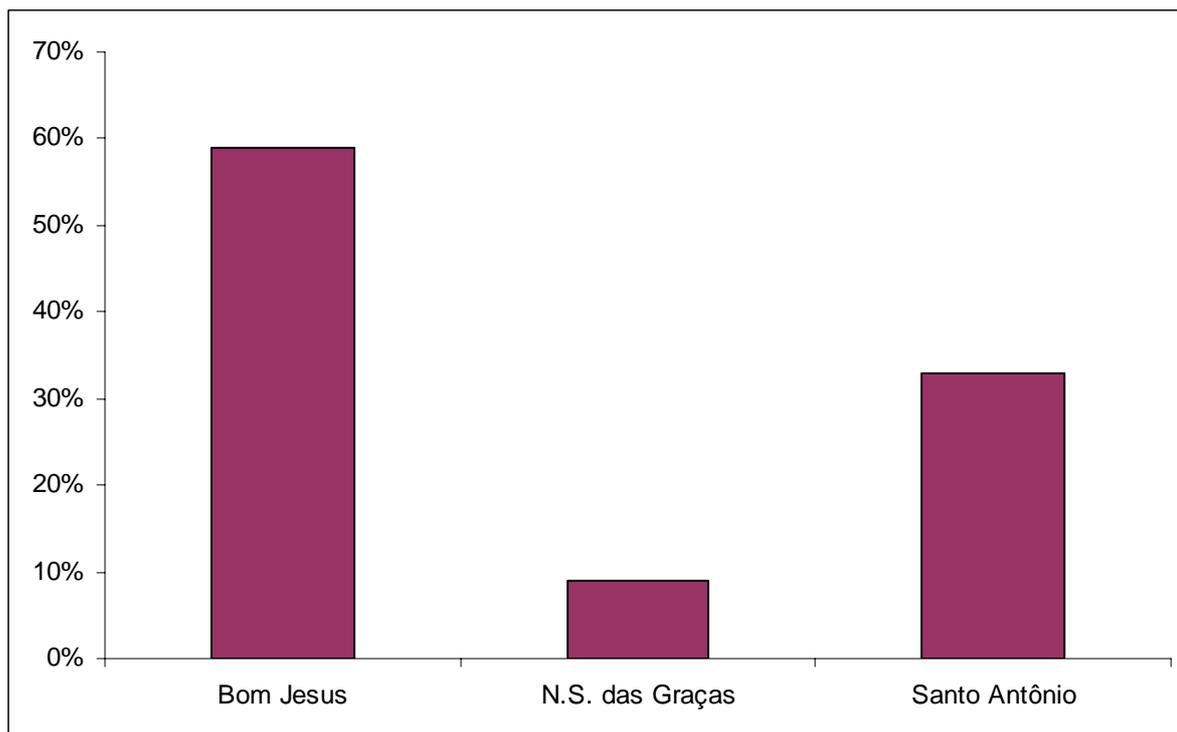


Gráfico 20 – A importância do cultivo de malva para as comunidades.

Percebe-se pelo gráfico, que a comunidade mais “especializada” é Bom Jesus. E de fato ela é. Essa comunidade produziu sozinha em 2007/08 cerca de 195 toneladas de fibra de malva. Em relação à N. S. das Graças, se o gráfico fosse sobre as atividades pesqueiras, com certeza a porcentagem seria outra. Santo Antônio aparece com 33% devido, também, complementar sua renda com a pesca comercial e, também, por ser uma comunidade pequena, composta por apenas 17 famílias.

As atividades monoespecíficas não trouxeram para essas comunidades até o momento ganhos na qualidade de vida. Segundo Mourão; Rivas; Fraxe (2007, p. 25):

A renda per capita mensal está em torno de R\$ 86,65 e R\$ 92,06 em Bom Jesus; Santo Antônio em torno de R\$92,07 e R\$117,26; N.S. das Graças em torno de R\$156,12 e R\$207,61. Com exceção de N.S. das Graças, as outras duas ficam muito próximas da classificação de indigência do Banco Mundial e PNUD (2007) em torno de R\$65,22 e R\$87,50. Percebe-se por esses números que a comunidade mais “especialista” é a que tem menor renda per capita.

Outras questões são problemáticas nas comunidades “especializadas”, tais como, alimentação, saúde e educação. Em Bom Jesus a média de refeições diárias é de três; em N. S. das Graças varia entre três e duas; em Santo Antônio, também oscila entre três e duas refeições ao dia. Por outro lado, não se pode ignorar que a dieta alimentar desses

trabalhadores é, sem dúvida, repleta de limitações. Nem sempre é possível ter acesso a uma alimentação balanceada, nos três turnos do dia, manhã, tarde e noite. O café da manhã é simples, composto apenas pelo café coado logo que amanhece o dia, com pouco açúcar, raras vezes é possível encontrar pão, bolacha ou qualquer outro complemento. Na maioria das casas a principal refeição do dia é o almoço, quando é possível encontrar maior diversidade na mesa, embora esta refeição seja sempre composta pelo peixe cozido ou frito, farinha e raras vezes arroz. Não é comum encontrar no almoço arroz, feijão e macarrão, de forma contínua.

Em quase todas as comunidades foi possível encontrar os mesmos tipos de doenças, como gripe, verminoses e reumatismos, no entanto, entre todas as doenças a que se destaca consideravelmente é a gripe. Segundo os moradores além dessas doenças, há muitos casos de diabetes e pressão alta, principalmente entre os mais velhos, que tomam remédios contínuos. O gráfico abaixo mostra algumas doenças relatadas pelos camponeses nas comunidades de atuação do Núcleo de Socioeconomia dentro do Projeto Piatam no período 2006/07. Nesse leque de comunidades, as que trabalham quase que exclusivamente com malva apresentam índices de gripe elevados.

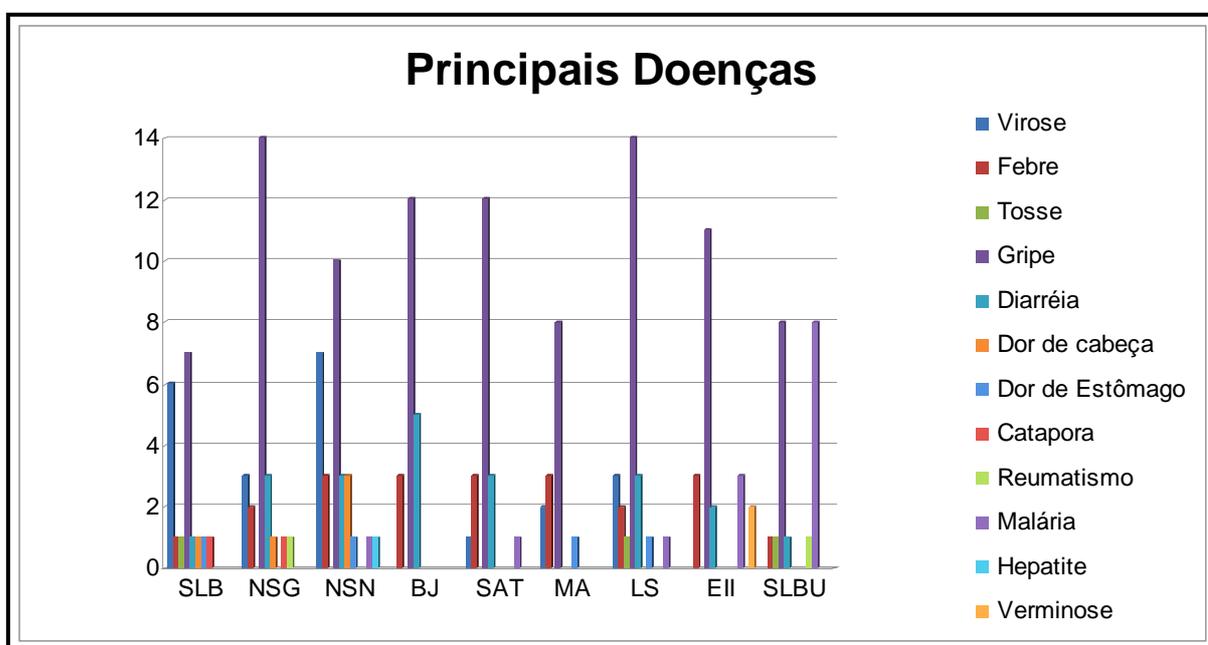


Gráfico 21 – Principais doenças encontradas nas comunidades.

Fonte: Nusec/Ufam, 2007.

Em relação à educação é possível encontrar crianças e adultos que não receberam o ensino básico, quando recebem não passa da terceira série do ensino

fundamental. A maioria das pessoas entrevistadas afirmou possuir ensino fundamental incompleto, em todas as comunidades esta variável reflete uma ascensão significativa, o que indica que a maioria das comunidades tem as condições mínimas de ensino, como é o caso de Bom Jesus, dividida entre os interesses políticos de Manacapuru e Anamá. O gráfico abaixo mostra um pouco a realidade educacional das comunidades que fazem parte da área focal do Projeto Pitam. Optei em colocar os dados de todas as comunidades para que se possa visualizar e fazer possíveis comparações, uma vez que todas passam por esse processo de especialização em uma determinada área da agricultura.

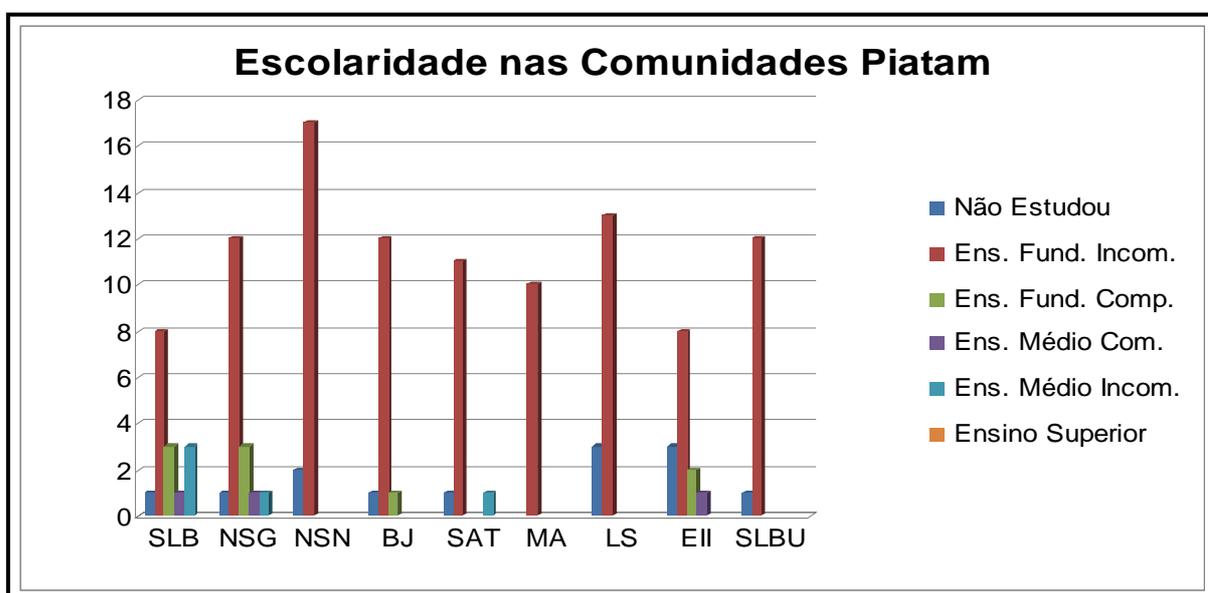


Gráfico 22 – Escolaridades nas comunidades da área focal do Projeto Piatam.

Fonte: Nusec/Ufam, 2007.

Percebe-se que o nível de desenvolvimento social e cultural das comunidades pesquisadas não são elevados. Obviamente que são muitos os fatores que contribuem para tal estado. Entretanto, insistimos, quanto maior o nível de concentração em apenas uma atividade no mundo rural amazônico, maiores serão as chances de haver subordinação ao capital comercial e conseqüentemente menor a renda. É preciso tirar proveito da sazonalidade do ecossistema da região e produzir uma variedade de produtos o ano inteiro de acordo com o período hidrológico. A diversificação de atividades como, por exemplo, a criação de abelhas sem ferrão, frangos caipiras e fruticultura podem ser alternativas viáveis de ampliação do leque produtivo dessas comunidades. A abelha sem ferrão, por exemplo, não produz mel apenas na seca ou na

cheia, ela está livre disso. Todavia, o valor comercial de seu mel é elevado e com demanda crescente. Pode ser uma alternativa, uma vez que poliniza a floresta e as plantações aumentando a produção de frutas, por exemplo.

5.5 Malva e Juta: *sementes* de uma nova racionalidade ambiental?

A ciência moderna, que nos dizeres de Wallerstein (2002, p. 176) “é filha do capitalismo e tem sido sua dependente”, de fato se multiplicou, ampliou seus horizontes, humanizou espaços naturais, transformando dessa forma o cotidiano de homens e mulheres nos quatro cantos do planeta. Todavia, todo o avanço tecnológico do mundo moderno não oferece garantias reais de manutenção da vida do próprio homem. Há muita especulação e “fé” de que a ciência e a tecnologia permitirão ao homem certa independência em relação ao seu destino enquanto habitante do planeta terra. Como se fossem duas deusas onipotentes, oniscientes e onipresentes, a Ciência e a Tecnologia seriam capazes de dar respostas a todos os desafios e dilemas humanos. A ideologia do capital é de fácil compreensão, ou seja, para cada obstáculo natural ou de qualquer outra ordem, para a consolidação, implementação, ampliação e desenvolvimento do capitalismo há, ou haverá sempre, um pacote científico e tecnológico para superá-los. É possível que os seres humanos tenham capacidade cognitiva de desenvolver estratégias de superação de obstáculos que ponham em risco sua sobrevivência e ameacem a perpetuação da espécie. Todavia, não com esta racionalidade econômica que hoje é hegemônica, cujo pilar central e propulsor quase que exclusivo de todo o sistema é um recurso mineral finito – o petróleo.

O mundo conheceu grandes civilizações que num determinado tempo e espaço tinham outros modelos de organização social e econômica, e subsistiram por séculos. Entretanto, por um motivo ou outro elas também desapareceram ou perderam a força. Todavia, deixaram grandes legados para gerações futuras, como por exemplo, o direito romano e a filosofia grega. Já a civilização do automóvel e das “bugigangas”, produzidas em larga escala, principalmente nos países periféricos, em menos de 200 anos já apresenta sinais claros de crise profunda, de esgotamento e de caos, com poucas perspectivas de legado futuro.

A degradação sócio-ambiental está exigindo a impostergável necessidade de transformar os princípios da racionalidade econômica, de seu caráter desigual e depredador, para construir uma racionalidade produtiva capaz de gerar um

desenvolvimento equitativo, sustentável e duradouro. Conciliar essas quatro palavras é o dilema humano.

Nos últimos tempos os seres humanos ficaram reféns de uma racionalidade hegemônica cuja dinâmica é insustentável. A lógica do mercado é a “deusa” moderna que praticamente guia todas as relações entre os homens. A racionalidade hegemônica é a racionalidade capitalista. Esta pressupõe uma irracionalidade, que degrada a natureza, e que se apóia na idéia do direito natural dos homens sobre a mesma. A idéia do domínio sobre a natureza ratifica e justifica o consumo desenfreado de matéria-prima, a partir de uma visão utilitária das coisas. Segundo Marcuse (1972 apud LEFF, 2001 p.128):

No desenvolvimento da racionalidade capitalista, a irracionalidade se transforma em razão: razão como desenvolvimento desenfreado da produtividade, conquista da natureza, ampliação da massa de bens, mas irracional, porque o incremento da produtividade, do domínio da natureza e da riqueza social se transformam em forças destrutivas.

Ainda segundo Leff (2001) as sociedades “modernas”, tanto capitalista quanto socialista, seriam produtivistas e antiecológicas. Tratar-se-iam de sociedades nas quais a natureza não é considerada dentro da racionalidade econômica e, portanto, seriam insustentáveis. A busca de uma racionalidade ambiental tem como objetivo detectar aqueles elementos que possam se constituir em base de uma estratégia produtiva alternativa capaz de integrar a natureza à lógica produtiva.

Nos textos *Ecologia, Capital e Cultura* (2000) e *Epistemologia Ambiental* (2001) Henrique Leff, nos apresenta o confronto entre duas racionalidades, a econômica ou tecnológica, por um lado, e a ambiental, por outro, estas assumem uma espécie de poder cognitivo condicionante da dinâmica global, com repercussões nas instâncias nacionais e infranacionais. A primeira caracteriza-se por sua capacidade de destruição, de entropia, de degradação dos ecossistemas e da maioria da população, enquanto a segunda caracteriza-se por sua complexidade, por suas inter-relações sistêmicas, científicas, econômicas, sociais e políticas.

A racionalidade ambiental, segundo Leff (2001) não é a expressão de uma lógica, mas o efeito de um conjunto de interesses e de práticas sociais que articulam ordens materiais diversas. Que dão sentido e organizam processos sociais através de certas regras, meios e fins socialmente construídos. Para Leff (2001 apud BOEIRA 2002, p. 03):

A racionalidade ambiental é, afinal, apresentada como social. É na construção da racionalidade ambiental desconstrutora da racionalidade capitalista que se forma o saber ambiental. Este pressupõe a integração inter e trans-disciplinar do conhecimento, para explicar o comportamento de sistemas socioambientais complexos e, também, problematizar o conhecimento fragmentado em disciplinas e a administração setorial do desenvolvimento. Tudo isto para construir um campo de conhecimentos teóricos e práticos orientado para a rearticulação das relações sociedade e natureza.

5.5.1 Ecodesenvolvimento – uma alternativa?

Segundo Campos (2006, p. 396) a idéia de “ecodesenvolvimento” surgiu no decorrer da primeira reunião do Conselho Administrativo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), realizada em Genebra, em junho de 1973, sugerida pelo seu diretor Maurice F. Strong. Para Campos na abordagem de Sachs (1986), trata-se de um programa pensado para os países do Terceiro Mundo. É um projeto que se opõe, frontalmente, à arrogante proposta de “crescimento zero” que os empresários dos países ricos propuseram para os países do Terceiro Mundo no Clube de Roma. Segundo Sachs (1986 apud CAMPOS 2006 p. 396):

Somente uma profunda desorientação poderia explicar como este tema do não-crescimento tenha sido manifestado e se tenha imposto à opinião pública em tão pouco tempo, já que ele constitui uma completa inversão da perspectiva ideológica dos últimos dois séculos e, mais vincadamente, dos últimos cinquenta anos [...] a inquietação generalizada da juventude, a persistência da miséria, a agressão contra o ambiente, a frustração do Terceiro Mundo que começa a se perguntar se o próprio conceito de desenvolvimento, fundado na eficácia, não deveria ser substituído pelo de libertação, voltado para a justiça social e criação de um homem novo.

“O ecodesenvolvimento quer ser uma alternativa para o modo clássico de produção/consumo que perpetua o esgotamento dos recursos e as desigualdades sociais, acentuando o desequilíbrio entre as regiões do mundo e no interior das sociedades nacionais” (CAMPOS, 2006, p.396).

É um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos e culturais, as necessidades imediatas, como também as de longo prazo. Ou seja, trata-se de encaminhar a solução dos problemas locais ou regionais a partir das condições dadas na própria realidade onde eles se manifestam (CAMPOS, 2006, p.396).

Segundo Leff (2001) a compreensão de tecnologia social ou ecotecnologia envolve o desenvolvimento de método, processo ou artefato, desenvolvido em interação com a comunidade, que promova transformação social e que tenha condição de ser reaplicado em escala, em outros lugares ou territórios. É uma solução social, conhecida por determinado grupo da sociedade, que deve ser transferida para outras regiões que convivam com o mesmo problema social. Ecotecnologias são novas tecnologias desenvolvidas para a preservação do meio ambiente e para o aumento da sustentabilidade social e cultural das populações envolvidas. Aborda temas como energia renovável, reciclagem, poluição, materiais alternativos, prédios verdes, tratamento de efluentes entre outros meios de inovações tecnológicas. Leff (2002, p. 87) considera necessária a integração da racionalidade tecnológica com os saberes humanos. Para ele:

Uma racionalidade ambiental, fundada nas condições ecológicas para aproveitar a produtividade primária dos ecossistemas e dar bases de sustentabilidade aos processos de industrialização, deve integrar os processos ecológicos, que geram os valores de uso natural, com os processos tecnológicos que os transformam em valores de uso socialmente necessários por meio da produção e apropriação dos conhecimentos, saberes e valores culturais das comunidades para a autogestão de seus recursos produtivos.

Na interpretação de Campos (2006, p. 393):

Leff lança a idéia de um paradigma produtivo alternativo, fundado na *produtividade ecotecnológica* que emerge da articulação dos níveis de produtividade ecológica, tecnológica e cultural, na manipulação integrada dos recursos produtivos, o que difere necessariamente da produtividade econômica tradicional e de sua avaliação em termos de preços do mercado. Com efeito, a racionalidade econômica delimita o reconhecimento e a valorização de certos recursos, enquanto outros são superexplorados, transformados ou destruídos como resultado das demandas do mercado.

A racionalidade econômica determina a produtividade dos meios de produção e da força de trabalho excluindo deste processo o homem e a natureza. Para Leff (2002, p. 88), no entanto:

[...] o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico gerou um potencial inovador, fundado no conhecimento da natureza, que pôde orientar-se para o desenvolvimento de novos recursos naturais e tecnológicos para o aproveitamento de fontes alternativas de energia e para o desenho de novos produtos, dando suporte a um projeto de civilização e a uma estratégia de desenvolvimento que incorporam as condições de conservação e o potencial ecológico e cultural de diferentes formações

sociais. Abre-se, assim, a possibilidade de organizar um processo econômico a partir do desenvolvimento das forças ecológicas, tecnológicas e sociais de produção, que não está sujeito à lógica de economias concentradoras, de poderes centralizados e da maximização de lucros de curto prazo, abrindo a via para um desenvolvimento igualitário, sustentável e sustentado.

Segundo Campos (2006, p. 394) o conceito de produtividade ecotecnológica, em Leff, persegue o que ele chama de *efeito sistêmico de geração de novos potenciais produtivos*, ao congregar ordenamento ecológico, distribuição territorial e reorganização das atividades produtivas. Trata-se de um processo que, segundo ele,

[...] afeta, necessariamente, a quantidade, a qualidade e a distribuição da riqueza por meio da socialização da natureza, da descentralização das atividades econômicas, da gestão social da produtividade ecológica e dos meios tecnológicos, do respeito pela diversidade cultural dos povos e do estímulo a projetos alternativos de desenvolvimento sustentável (LEFF, 2002 apud CAMPOS, 2006 p. 394).

Leff (2002) defende a integração de saberes que “coloca em produção” recursos sociais potenciais, considerados um patrimônio cultural do homem. Esse modo de ver também implica um processo interdisciplinar que leva a uma ressignificação do processo de civilização, para gerar uma estratégia discursiva que produza novas formas de identificação, novas possibilidades de ser, novos estilos de vida, novos projetos de desenvolvimento, pois “[...] todo conhecimento que não seja palavra morta e documento sepultado requer um processo de assimilação subjetiva que, mais do que a leitura repetitiva e o discurso dogmático que levam a uma aprendizagem mimética, implica a necessidade de uma interpretação” (LEFF, 2002, p.100). Na sua epistemologia ambiental, Henrique Leff contempla o sujeito ideológico que:

[...] condicionado pela potencialidade do que é possível pensar e dizer no terreno de uma teoria e no campo da luta de classes pelo conhecimento, entrelaça saberes, transplanta conceitos, combate doutrinas. Isto evita que as ciências estejam constituídas como monumentos para a contemplação mítica ou religiosa, para o ritual dogmático das teorias elaboradas. O sujeito pode assim profanar o templo do saber, ressuscitar, mediante a exegese, o documento arquivado, para torná-lo ciência viva, ciência política inscrita nas estratégias conceituais e discursivas que surgem das interpretações possíveis do conhecimento a partir da oposição de interesses, de visões do mundo, de hierarquias e funções sociais. Assim se produz uma contra-identificação com os saberes legitimados e se geram as condições de “des-sujeição” ideológica dos homens para um novo projeto de civilização (LEFF, 2002, p. 101 apud CAMPOS, 2006 p. 395).

A necessidade de crescer sem destruir é um dos maiores dilemas da humanidade. Ela se configura como um grande desafio e faz parte do imaginário de muitos estudiosos que alimentam a utopia do mundo novo. Nessa linha de pensamento a idéia de ecodesenvolvimento tem a partir do trabalho de Sachs (1986) avançado bastante. Segundo Sachs (1986 apud CAMPOS 2006, p. 397):

Por ser o homem o recurso mais precioso, o ecodesenvolvimento deverá, antes de tudo, contribuir para a realização do próprio homem. Isso significa prover emprego, segurança, qualidade das relações humanas, respeito à diversidade das culturas, ou, se preferir a implementação de um ecossistema social, atingindo-se, assim, uma simetria entre a contribuição potencial da ecologia e da antropologia social com o planejamento. Outro ponto do programa envolve a identificação, a exploração e a gestão dos recursos naturais [aqui considerados como a estimativa cultural que cada civilização faz de seus meios] dentro de uma perspectiva de solidariedade diacrônica com as gerações futuras: a depredação fica severamente proscrita e o esgotamento, inevitável no longo prazo, de certos recursos não renováveis é mitigado por uma dupla ação que consiste em evitar o seu desperdício e em utilizar, tanto quanto possível, recursos renováveis, os quais, se adequadamente explorados, jamais deveriam exaurir-se.

Para Campos (2006, p. 398), no programa de Sachs, o ecodesenvolvimento implica um estilo tecnológico particular “[...] a ecotécnica que compatibilize adequadamente objetivos diversos – econômicos, sociais, ecológicos – com novas modalidades de organização social e um novo sistema de educação”. Para ele, o ecodesenvolvimento exige a constituição de uma autoridade horizontal capaz de superar os particularismos setoriais, preocupada com todas as facetas do desenvolvimento e que leve constantemente em consideração a complementaridade das ações empreendidas.

5.5.2 Fibras vegetais: produtos do futuro?

A discussão a respeito de modelos de desenvolvimento alternativos reveste-se de uma urgência dramática, face à crise do modelo produtivista convencional do capitalismo mundial. O desemprego estrutural, o estrangulamento dos sistemas agrários coletivistas, a exploração cada vez mais acentuada de recursos naturais revelam que o mundo passa por uma crise. Contudo, essa crise não se restringe apenas à esfera da produção, ou especificamente a questões ecológicas. É uma crise da razão.

Neste quadro, práticas como o autoconsumo, a reutilização de produtos, utilização de produtos biodegradáveis, relações de trabalho baseadas em práticas de ajuda mútua aparecem não como signos do atraso, mas como estratégias de adequação a

condições adversas. Nesse sentido, relações de trabalho que se assentem na estrutura familiar de produção cultivando produtos naturais, numa relação de complementaridade com a natureza podem ser uma alternativa viável de desenvolvimento.

O cultivo de malva e/ou juta pode configurar-se como uma alternativa importante de geração de emprego e renda para as populações varzeanas da Amazônia, desde que haja o desenvolvimento de ecotecnologias que removam os perigos do processo de trabalho, e políticas públicas que regulem as ações de comercialização, que removam os entraves da cadeia produtiva. Esse tipo de agricultura tem potencial para ser socialmente viável e ecologicamente sustentável. É preciso, entretanto, que se adote o viés do ecodesenvolvimento, que busque desenvolver os critérios da sustentabilidade.

Diferentemente das fibras sintéticas derivadas do polímero extraído do petróleo, que não são biodegradáveis, e que, portanto, são mais propensas a causar danos ambientais, os produtos oriundos de fibras vegetais, como já foi dito, não só são biodegradáveis, e portanto, ecologicamente corretos, como também tem potencial para fomentar toda uma cadeia produtiva, que se estenderia desde a várzea – área do plantio – até o supermercado, shopping e feiras em geral. Isso pode se dar devido à gama de produtos que podem ser confeccionados tendo como matéria-prima principal as fibras dessas plantas. As fibras de malva e juta não são “um saco”, ou seja, não estão destinadas apenas à confecção destes produtos. De maneira geral, as fibras de malva e juta servem como matéria-prima na fabricação de papel, vestuário, barbantes, cordas, cortinas, fios, forração de estofados, fundo de tapetes, lonas, telas para artesanatos etc. e, sobretudo, na confecção de sacarias para acondicionamento de produtos agrícolas, inclusive das commodities, como o café, o açúcar, a castanha-de-caju e o cacau. Contudo, não são apenas as fibras que podem ser utilizadas, o lenho, a parte descartada, também serviria como lenha para fornos de fábricas de tijolos e telhas da própria região. A confecção de sacos para embalar produtos agrícolas foi o que alavancou essa atividade na Amazônia por um período de mais de 30 anos. Entretanto, as fibras de malva e juta podem ir além da simples confecção de sacos. Para Santos (2007, p. 172):

Apesar das grandes adversidades enfrentadas pelo setor, a malva e a juta são consideradas as fibras do futuro, por se tratar de produto biodegradável de grande versatilidade e, pelas possibilidades alternativas de uso, como por exemplo, para fins geofísicos – contenção de encostas das estradas e elevados, para evitar a erosão. Esse autor afirma que em função das pesquisas já realizadas, a médio e longo prazo, seu uso poderá ser ampliado, pois, misturada às resinas sintéticas, ela se torna extremamente resistente, sendo possível usá-la como isolante térmico na fabricação de peças para a

indústria automotiva (carrocerias, painéis e molas) e aeronáutica, de barcos, de construções residenciais (caixas d'água, telhas), entre outros.

As folhas também podem ser utilizadas, elas têm propriedades fitoterapêuticas. Segundo Revilla (2002, p. 667), “a solução emoliente das folhas tem ação antiblenorrágico; o chá da raiz pode ser usado como vermífugo, e o chá das sementes é indicado para inflamações, cólica abdominais; expectorante [...]”.

A malva e a juta podem, em nosso entendimento, contribuir para o estabelecimento de uma nova racionalidade econômica e produtiva. Entretanto, como vimos nesse capítulo, à falta de políticas contínuas e justas de preços; garantia de compra da produção; ausência de tecnologia que eliminem o trabalho degradante e que garanta qualidade das fibras; aquisição das sementes; dificuldades de transporte e escoamento da produção são alguns fatores contribuem para não efetivação dessa atividade no Amazonas. A estrutura dessa cadeia produtiva deixa os camponeses produtores de malva e/ou juta reféns dos agentes da comercialização e, também, do assistencialismo dos governos municipal e estadual. Esses fatores geram instabilidade no processo produtivo e, conseqüentemente, a desvalorização dessa atividade agrícola na região nos últimos anos.

Como vimos anteriormente o desenvolvimento de produtos de polipropileno, a falta de políticas públicas de subsídios para os agricultores, foram as principais causas da débacle do setor têxtil no Amazonas. O transporte de muitos produtos agrícolas em grandes navios graneleiros fez com que as sacas de fibras vegetais fossem desprezadas. Todavia, os plásticos, os polietilenos, os grandes navios, petroleiros ou não, tem no petróleo sua razão de existência. E, como é do conhecimento de muitos, este recurso mineral é finito e se torna cada vez mais caro. Isso nos impulsiona a pensar que num futuro próximo o Capital terá que retornar compulsoriamente ao uso de fibras vegetais em larga escala como medida mitigadora de impactos ambientais e, também, como forma de redução do consumo dos derivados de petróleo.

Box 08**Processo de fabricação**

As fábricas recebem destes regatões, a fibra granel, e em seus estabelecimentos as secam classificam e prensam a fibra estocando-a para seu consumo anual. Quando a safra é maior que o consumo fabril, o Governo Federal adquire o excesso da matéria prima, pagando a preço mínimo estabelecido anualmente pelo Ministério da Agricultura. A fibra seca e enfardada chega à parte fabril da indústria, é aberta em meadas, e colocada na primeira máquina denominada **amolcedor** que serve para abrir as meadas da juta e/ou malva iniciar a limpeza de cascas que sempre vem nas fibras. Passa-se depois essa fibra já previamente amolecida e impregnada por óleo e água para ajudar no amaciamento das fibras, por um sistema de **2 cardas** (a grossa e a fina). São máquinas com rolos recobertos de agulhas que giram em direções contrárias e abrem os feixes das fibras em fibras individuais, que são recolhidas em grandes rolos (15 e 20 kg). Esses rolos são passados em outro sistema de **3 penteadores** que processam a limpeza final das fibras e paralisam-nas, tornando fibras em fitas bem paralelas e limpas. Do terceiro **penteador**, a fibra passa para o **filatório** onde o fio é definitivamente produzido, torcido para agregar as fibras individuais e completa-se o processo de produção do fio nas **bobineiras**, que nada mais são que máquinas que irão emitir a produção de cada carretel dos **filetórios** (mais ou menos 100 g cada) em rolos grandes de aproximadamente 5 kg. As bobinas são transferidas para as **urdideiras** que preparam os rolos dos teares (denominados **urdume**). Esse fio é engomado nas **engomadeiras** para agregar uma goma que adere ao fio tornando-o mais forte e sem pelos. Depois é levado aos **teares** onde são feitos os tecidos. Após o tecido estar pronto, é cortado em diferentes medidas dependendo da utilização do saco e costurado na seção de **costura**. A sacaria de malva e/ou juta serve para embalar café, açúcar de exportação, cereais e também o tecido (não cortado). É utilizado na embalagem em geral, principalmente para embalagens de produtos de exportação. Também é utilizado para embalar tecidos para tapeçaria (cortinas, estofados, etc.). (Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas – SBRT – <http://www.sbrt.ibict.br>).





Figura 38 – Comercialização da malva: mundo da ação.
Fonte: Nusec/Ufam, 2007/08.



Figura 39 – Alguns trabalhadores da malva das três comunidades pesquisadas.
Fonte: Nusec/Ufam, 2008.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo civilizatório, entendido como esforço dos indivíduos para alcançar e usufruir as conquistas materiais da civilização, na Amazônia, apresenta um sentido diferente: o colonialismo deitou raízes que ainda não foram superadas. São exemplos disso a devastação da natureza da forma mais rápida possível; a força como recurso para impor novas formas e novos modelos de organização social, política, econômica e cultural; a ambição de ganho fácil como valor corrente ou contravalor, justificado como medida viável ao desenvolvimento dos mecanismos de exploração e de dominação (BARBOSA, 1980 p.25).

A análise contida nesse trabalho procurou apresentar o modo de vida do camponês varzeano das microrregiões de Coari e Manaus, especificamente os trabalhadores da malva de três comunidades que tem no cultivo dessa planta uma fonte importante de renda. A ênfase dada ao mundo do *labor*, do trabalho e da ação desse sujeito social, que habita as margens do rio Solimões, teve como meta apresentar a amplitude da vida desses trabalhadores. Uma vida marcada pela instabilidade e exploração.

Iniciamos essa jornada apresentando a várzea como o lugar da vida, no sentido de um processo de construção de relações sociais, de organização política, econômica e territorial de seus habitantes, onde as condições de apropriação do espaço, de adaptabilidade e, sobretudo, de subsunção da natureza, refletem a percepção de um espaço físico e simbólico. Intentamos apresentar a várzea como o lugar onde se dão as relações sociais no cotidiano dialético entre homem e natureza e, principalmente, entre os próprios homens no sentido de suas práticas socioculturais.

Em seguida elaboramos uma análise tendo como foco a questão do labor, ou seja, atividades desenvolvidas pelos camponeses nos ambientes terras, florestas e águas, cuja finalidade fundamental é garantir a manutenção da vida física. Obviamente que há outros produtos além das fibras de malva que são comercializados nas comunidades, entretanto, esse não foi o nosso foco. O que buscávamos, e em grande parte nos foi revelado, era observar a capacidade desses sujeitos sociais em se relacionar com os diversos ambientes que os circundam, ou seja, a racionalidade e o grau de organização dos mesmos para extrair da natureza, os recursos necessários, fisiologicamente insubstituíveis, tais como o peixe, a caça, o extrativismo, as plantas medicinais etc., para a sua reprodução material. Embora esses produtos, na maioria dos casos, não se destinem imediatamente à comercialização, eles são imprescindíveis para a reprodução da vida dos trabalhadores da malva. O trabalho, que no caso das comunidades é o trabalho na malva, é o esteio da obtenção de renda. Entretanto, essa

renda obtida com a venda das fibras é insuficiente para promover mudanças significativas na qualidade de vida desses trabalhadores.

Uma coisa ficou clara e precisa ser explicada para que não haja conflitos de interpretação: não é a cultura da malva em si que não é rentável, ou que não tenha demanda, e sim a estrutura perversa da cadeia produtiva e a forma arcaica de obtenção das fibras. O mercado existe, o Brasil necessita anualmente de 20 mil toneladas de fibras de malva e/ou juta para atender suas industriais. Esse mercado tem potencial de crescimento a médio e longo prazo fundamentalmente pelo apelo ecológico que as fibras vegetais estão tendo por parte de consumidores de países importadores de fibras vegetais como os europeus. A própria União Européia abriu, desde 1971, um sistema de quotas, paralelamente ao Sistema Geral de Preferências, inicialmente para produtos manufaturados de juta e de fibras de coco originários de certos países em desenvolvimento. Essas preferências assumiram a forma de uma redução progressiva das tarifas alfandegárias da Comunidade Européia até a suspensão total dessas tarifas, entre 1978 e 31 de Dezembro de 1994. Então, a partir de 1995, desde a entrada em vigor de seu Sistema Geral de Preferência (SGP) daquele ano, a Comunidade abriu quotas tarifárias comunitárias autônomas, paralelamente ao SGP, com tarifa nula para determinadas quantidades de produtos manufaturados de juta e de fibras de coco. Posteriormente, tal sistema de quotas foi ampliado para os produtos feitos à mão e tecidos fabricados em teares manuais, com abertura de quotas anuais para esses produtos.

No Box 07, há uma descrição pormenorizada do processo de transformação das fibras de malva e/ou juta desde sua fase inicial até as embalagens. Percebe-se que o caminho percorrido para que as fibras *in natura* transformem-se em sacos é complexo. São várias máquinas com mecanismos complexos, que mostram toda capacidade inventiva dos homens no sentido da otimização dos recursos naturais para a geração de riquezas, para o acúmulo de capital. Entretanto, e a capacidade de inventar uma tecnologia que elimine a insalubridade do processo de trabalho para a obtenção das fibras? Também existe? Cremos que sim, e ainda que não houvesse ela teria que ser inventada. Outros produtos agrícolas que possuem maior complexidade para obtenção de seus produtos possuem tecnologias para a sua manipulação. É o caso, por exemplo, da máquina de descarregar açaí e o algodão, ou ainda as colheitadeiras de cana-de-açúcar, que possibilita a eliminação da necessidade de queima dos canaviais, etc. Nesse sentido, os investimentos públicos devem ter papel de destaque no sentido de promover a introdução de máquinas descortificadoras adaptadas ao ecossistema da várzea, com intuito de mudar o processo de obtenção das fibras que é quase secular.

Outra questão importante percebida no decurso da pesquisa, é que o sistema de aviamento na agricultura da malva continua praticamente inalterado nos últimos 30 anos, se contarmos apenas a partir do final do período áureo dessa atividade, se levarmos em conta todo o período, desde a introdução dessa atividade na região de forma comercial primeiramente a juta e depois a malva), guardadas as devidas proporções, são exatamente 79 anos de relação de aviamento. O caráter dessa produção se esclarece pela situação de subordinação formal ao capital em suas diferentes formas. O processo de trabalho na produção das fibras ainda é exclusividade dos camponeses, mas ele é de alguma forma, controlado, dominado, sobredeterminado pelos setores estruturados do modelo capitalista. Nesse sentido, em alguns casos, mesmo os camponeses sendo proprietários dos meios de produção, no caso a terra, fator que no capitalismo como um todo é sinônimo de independência, não consegue sua emancipação. Isso parece ser o ponto mais paradoxal dessa atividade na região. Tudo que os trabalhadores da malva produzirem ou o volume dessa produção, é sempre sobredeterminado pelos setores do capital comercial, que exerce monopólio das ações nessa região. Os patrões e marreteiros continuam sendo os “senhores dos rios”, e os camponeses continuam sendo os servos que trabalham. Nesse contexto, a raiz etimológica da palavra trabalho, *tripalium*, que se liga ao verbo do latim vulgar *tripaliare*, que significa justamente torturar, faz sentido inegável.

Há de fato uma relação de dependência entre os sujeitos sociais. Contudo, essa relação de dependência dos trabalhadores da malva não se dá apenas no plano econômico, mas também político. Os atributos que garantem a persistência aos agentes da comercialização se estabelecem nas relações de comunicação ao nível interpessoal, ao mesmo tempo que mantém com os camponeses varzeanos, seus “fregueses” e “parceiros”, uma rede de relações de troca. Os vínculos das relações extrapolam a comunicação interpessoal em si, e situam-se ao nível das relações primárias, constituídas pela amizade e lealdade entre os “parceiros”.

Atualmente a ausência de serviços básicos como saúde, educação e políticas de geração de renda, deveres constitucionais do Estado, fazem com que os agentes da comercialização ampliem sua dominação e extrapolam o campo puramente das relações comerciais. Transportar uma mulher grávida, por exemplo, até a sede do município sem cobrar nada, fornece-lhes os remédios e a assistência devida, é uma forma de garantir a fidelidade do trabalhador da malva. Se isso ocorrer e de fato ocorre, também, em outros casos, o patrão e/ou marreteiro terá garantida a fidelidade comercial desse trabalhador para sempre, aconteça o que acontecer, é uma dívida de gratidão que será paga com muito trabalho. Nesse sentido, é preciso se pensar na emancipação primeiramente política dos trabalhadores da

malva, para que haja uma emancipação humana, ou seja, uma revolução radical protagonizada por uma classe que possui necessidades radicais.

É importante frisarmos que os agentes da comercialização no nosso entendimento também não são independentes, apesar de se mostrarem como tal. Entendemos que esses sujeitos sociais, tal como o capitalista, que não produz nada, pois não trabalha, são dependentes do trabalho desenvolvido pelos camponeses, pois sem trabalho na lavoura da malva não haverá fibras, sem fibras não haverá comercialização, sem comercialização não haverá apropriação do trabalho do outro. A relação é dialética, a produção e o modo de se relacionar com ela parece ser autônoma, mas é apenas aparência. A diferença é que os agentes da comercialização têm consciência disso, enquanto os camponeses talvez não. Se eles têm, concebem de outra forma. Assim como no episódio da *Carta Roubada*, de Edgar Allan Poe (2003) o acontecimento não é tão simples de ser desvelado. As evidências tendem a uma simplificação da coisa. Essa, por sua vez, se revela muito mais desafiadora e complexa.

Portanto, é fundamental para a economia camponesa o exercício de práticas polivalentes, como forma de resistência à subordinação a um setor que é altamente espoliativo e que promove a pauperização desses sujeitos sociais. Como já falamos anteriormente, o produto em si pode ser rentável, contudo o sistema de comercialização não permite que isso ocorra plenamente. Ainda assim, essa atividade é a mais importante nas comunidades Bom Jesus e Santo Antônio e a segunda mais importante em N. S. das Graças. Isso revela uma questão preocupante na economia dessas comunidades, qual seja, se o cultivo de malva é a modalidade agrícola que tem maior potencial de geração de renda nas mesmas, contudo não se efetiva como tal, que dizer então das outras atividades?

Como dissemos anteriormente, cremos que alternativas existem, mesmo que ainda não consolidadas, por estarem ainda aprisionadas na gaiola, da racionalidade econômica e política hegemônica do mundo capitalista. A produção de malva, cujas fibras são biodegradáveis, totalmente diferentemente das fibras sintéticas derivadas do polímero extraído do petróleo, que não são biodegradáveis (pelos menos em curto prazo) e, portanto, estão propensas a causar danos ambientais, podem fomentar o desenvolvimento econômico e social da região. Com as fibras vegetais poderia se fomentar toda uma cadeia produtiva, baseada em produtos biodegradáveis, ecologicamente corretos. A Amazônia poderia ampliar seu leque de opções produtivas, gerando emprego e renda para os camponeses varzeanos, a partir de uma atividade extremamente adaptada ao clima e hidrografia da região. Todavia, parece que o interesse do capital comercial que detém o monopólio das ações desse setor na região, ainda não tem total confiança nessa perspectiva. Nesse sentido, enquanto medidas políticas não são tomadas com

o intuito de promover a valorização desse setor, que já deu provas de que gera bastante renda e emprego, tanto no campo quanto na cidade, os camponeses devem fortalecer suas redes de vizinhança, concretizadas nas práticas de ajuda mútuas e cooperação, que valorizem seus meios de subsistências, tais como a preservação de lagos, de florestas e na posse de suas terras, como forma de resistir às investidas do capital. O estabelecimento de um setor têxtil forte, dinâmico, que contribua para o estabelecimento de uma nova racionalidade econômica e ambiental na região, por meio da utilização do ecossistema da várzea, que já garantiu a existência de uma grande civilização no rio Nilo e que no Amazonas, com exceção dos ameríndios que o habitaram por séculos, foi quase sempre desprezado, não é tarefa dos camponeses. Estes estão preparados para trabalhar, ansiosos por fecundar a terra, extrair da mesma os recursos que demanda sua sobrevivência, quer seja no *labor* ou no trabalho. Esses sujeitos sociais são detentores de grande capacidade de trabalho, desejam apenas relacionar-se na esfera pública como cidadãos completos, no discurso, na ação, situações que são próprias da esfera pública, ou seja, o desejo de estar entre os demais (*inter homines esse*), não de forma bestializada, com marcas no corpo e no espírito, como ocorre atualmente, e sim com autonomia e dignidade.

7 REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Os Domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 1989.

ARAÚJO, M. A. M. **Das Ervas Medicinais à Fitoterapia**: encontros e desencontros entre as lógicas biomédica e popular. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) 1998.

ARENDT H. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

AYRES, J. M. **As Matas de Várzea do Mamirauá**: médio rio Solimões. Brasília, DF: CNPq; Tefé, AM: Sociedade Civil Mamirauá, 1995.

BARBOSA, W. A. **O Regatão e suas Relações de Comunicação na Amazônia**. Dissertação de mestrado, USP, São Paulo, 1980.

BARROS, J. F.; SILVA, M. C. Aspectos Socioculturais das Populações de Várzea. In: RIBEIRO, M. O. A.; FABRÉ, N. N. (Orgs.). **Sistemas Abertos Sustentáveis – SAS**: uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia. Manaus: EDUA, 2002.

BRANCO, S. M. **O Desafio Amazônico**. 9ª ed. São Paulo: Moderna, 1989.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1988.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Sistema de Avaliação de Safras 2005/06**. Disponível em <<http://www.conab.gov.br/conabweb>. Acesso em: 12 nov. 2007.

CAMPOS, P. C. **Meio Ambiente**: a sustentabilidade passa pela educação (em todos os níveis, inclusive pela mídia) In: Em Questão, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 387-419, jun./dez. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs>. Acesso em: 28 ago 2008.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. 8ª ed. São Paulo: Editora 34, 1997.

CARNEIRO, E. F. et al. Estratégias de Comercialização dos Agricultores Familiares de Comunidades Ribeirinhas. In: FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos

Santos e WITKOSKI, Antonio Carlos. **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

CARREIRO, C. H. P. **Economia**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1941.

CASTRO, A. P. et al. A Agricultura Familiar: principal fonte de desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do projeto piatam. In: FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos e WITKOSKI, Antonio Carlos. **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

Companhia Têxtil de Castanhal. Juta (Monografia) [s.n.t.]. Disponível em: <http://www.castanhal.com.br>. Acesso em: 10 dez 2007.

CORREA, R. L. **O Espaço Urbano**. 6ª ed. Ática, 2005.

DIAS, E. C. (Org.). **Doenças Relacionadas ao Trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Ministério da Saúde do Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001. p. 27, 28.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DURHAM, E. **A Dinâmica da Cultura**: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L.: **Os Estabelecidos e os Outsiders**. sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAGUNDES, M. H. **Sementes de Juta e Malva**: algumas observações. Disponível em <<http://www.conab.gov.br/conabweb>. Acesso em: 23 jun. 2008.

FOLADORI, G. **O Metabolismo com a Natureza** In: Crítica marxista. Disponível em <http://www.unicamp.br>. Acesso em: 05 maio 2008.

FRANCISCO, C. E. **Agricultura Familiar em Área de Proteção Ambiental**: estratégias de reprodução de um modo de vida. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal do Paraná [S.d.].

FRAXE, T. J. P. et al. Memória, História Oral e Lugar: o surgimento das comunidades da área focal do Projeto Piatam. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S. e WITKOSKI, A. C.

Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

FRAXE, T. J. P. **Homens anfíbios:** etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, 2000.

FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S. e WITKOSKI, A. C. **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas:** modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

_____. **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas:** memória, ethos e identidade. Manaus: Edua, 2007.

FREIRE, J. R. B. et al. **A Amazônia Colonial (1616-1798).** Manaus: metro cúbico, 1994.

GALVÃO E. **Santos e Visagens:** um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas. São Paulo: Companhia Nacional, 1955 p. 110.

GASTON, B. **A Formação do Espírito Científico:** contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

GODELIER, M. **L'idéal et le matériel.** Paris: Fayard, 1984.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992 p. 96.

HOMMA, A. K. O. (Ed.) **A Civilização da Juta na Amazônia:** expansão e declínio. In: Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola. Brasília: Embrapa-SPI, 1998.

_____. **A Imigração Japonesa na Amazônia.** Belém PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

_____. **Análise Econômica da Descorticação Mecânica na Cultura da Juta (Protótipo Isenki Mitsui).** Boletim Técnico. IPEAAOC [S. l.], 1971.

IFIBRAM. **As Fibras Vegetais da Amazônia e a Atuação do Ifibram.** Boletim Informativo: Manaus, 1976.

IDAM. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas. **Relatório de acompanhamento trimestral.** Manaus, janeiro a setembro de 2008/09.

IRIONDO, M. G. **Geomorfologia da Planície Amazônica**. Atas do IV Simpósio do Quaternário do Brasil, 1982. p. 324.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 99.

JUNK W. J. As Águas da Região Amazônica. In: SALLATI, E. et al. **Amazônia**: desenvolvimento, interação e ecologia. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1983.

KURTZ, Robert. **O Desfecho do Masoquismo Histórico**. Disponível em <http://antivalo.vilabol.uol.com.br/textos>. Acesso em: 22 jun 2004 p. 01.

LEFF, H. **Epistemologia Ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ecologia, Capital e Cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Trad. Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Edifurb, 2000.

LEITE, L. A. S.; PESSOA, L. A. **Estudo de Cadeia Produtiva como Subsídio à Pesquisa e Desenvolvimento de Agronegócio**. Fortaleza: Embrapa/Cnpat, Relatório de pesquisa, 1996.

LEPRI, I. **Identidade e Alteridade entre os Ese Ejja da Bolívia Setentrional**. Mana, Rio de Janeiro, v.11, n. 2, 2005. Pg. 449-472.

LEVI-STRAUSS. C. A Ciência do Concreto. In: LEVI-STRAUSS. C. **O Pensamento Selvagem**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. **Raça e História**. Tradução Inácio Canelas. Lisboa: Presença. 1996. 151 pp.

LIMA, D. (Org.). **Diversidade Socioambiental nas Várzeas dos Rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: Ibama, Provárzea, 2005 p. 11.

LIMA, H. N. Os Solos da Paisagem da Várzea com Ênfase no Trecho entre Coari e Manaus. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

MARTINS, P. S. **Dinâmicas Evolutivas em Roças de Caboclos Amazônicos**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19 n° 53, 2005 p. 209-220.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 20ª ed.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **A Ideologia Alemã**. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. Trad. Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MOURÃO, R. R.; RIVAS, A. A. F.; FRAXE, T. J. P. Economia. In: MELO, E. C.; COSTA, M. G.; QUEIRÓZ L. O. (Orgs.). **Espacialização dos perfis social e econômico das comunidades estudadas pelo Piatam**. Manaus: Edua, 2007.

MCGRATH G.D.; CASTRO F.; FUTEMMA, C. Reservas de Lago e o Manejo Comunitário da Pesca no Baixo Amazonas: uma avaliação preliminar. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel (Orgs.). **A Amazônia e a Crise da Modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 389.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Saúde dos trabalhadores. In: ROUQUAYROL M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. (Eds.). **Epidemiologia & Saúde**. 5. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1999, p. 431-456.

MENDONÇA, S. M. *et al.* Etnobotânica e Saber Tradicional. In: FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

MIGUEZ S. F.; FRAXE, T. J. P.; WITKOSKI, A. C. Caracterização Sociocultural das Comunidades da Área Focal do Projeto Piatam. In: FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

MINAYO, S. M. C. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3ª ed.; São Paulo: Rio de Janeiro: Hucitec–Abrasco, 1994. p. 105.

MORAN, E. F. **A Ecologia das Populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

_____. **Adaptabilidade Humana: uma introdução à antropologia ecológica**. Trad. Carlos E. A. Coimbra Júnior e Marcelo Soares Brandão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MOREIRA, E. S. **Estudo Contábil para a Inserção Tecnológica na Produção de Fibras, a partir de Malva e Juta, na Comunidade Bom Jesus no Baixo Solimões**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade e Controladoria. Manaus, 2008.

MOREIRA, H. L. F. **Marudá: aspectos da mudança social em uma comunidade de pescadores da Amazônia**. In: FURTADO, L. G. Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

MOTIBELLER FILHO, G. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: UFSC, 2004.

MOURA, M. M. **Camponeses**. Primeiros Passos. São Paulo: Ática, 1986.

NODA, S. N. **As Relações de Trabalho na Produção Amazonense de Juta e Malva**. Piracicaba: Esalq–Usp (Dissertação de Mestrado), 1985.

NODA S. N.; NODA, H.; MARTINS, A. L. U. Papel do Processo Produtivo Tradicional na Conservação dos Recursos Genéticos Vegetais. In: **Amazônia**: uma perspectiva interdisciplinar. RIVAS, A.; FREITAS, C. E. C. (Org.). Manaus: Edua, 2002. p. 155-178.

PEREIRA, H. S. A Dinâmica da Paisagem Socioambiental das Várzeas do Rio Solimões-Amazonas. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

PEREIRA, H. S. A Diversidade da Pesca nas Comunidades da Área Focal do Projeto Piatam. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

PIATAM. Inteligência Socioambiental Estratégica da Indústria do Petróleo e do Gás na Amazônia. **Relatório de Atividades**. Manaus, janeiro a agosto de 2007.

PINTO, A. V. **Ciência e Existência**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PINTO, J. M. Aspectos Econômicos da Juta na Amazônia. Cadernos da Amazônia. Manaus: Inpa, 1966.

PINTO, E. R. F. **Os Trabalhadores da Juta**: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no médio Solimões. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1982.

POE, E. A. **A Carta Roubada**. Trad. William Lago. L&PM: São Paulo, 2003.

PORRO, A. **O Povo das Águas**: ensaios de etno-história amazônica. Petrópolis: Vozes, 1995.

QUEIROZ, M. I. P. **O Campesinato Brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

RANCIARO, M. M. M. A. **Andirá**: memórias do cotidiano e representações sociais. Manaus, Edua, 2004.

REVILLA, J. **Plantas Úteis da Bacia Amazônica**. Volume II de N a Z. Manaus: Sebrae-Am/Inpa, 2002.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RICOUER, P. **Do Texto à Ação**. Rés Editora: Porto, 1989.

RIVAS, A. F.; CAVALCANTE, K. V.; FREITAS, C. E. C. **Indicadores Socioambientais e Atributos de Referência para o Trecho Coari-Manaus, Rio Solimões, Amazônia Ocidental**. Manaus: Edua, 2007.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS-FITA, D.; COSTA-NETO, E. M. As Interações entre os Seres Humanos e os Animais: a contribuição da etnozootologia. **Biotemas**, 20 (4): 99-110, Dez, 2007.

SANTOS, J. D. **Fibras de Juta/Malva**: proposta de preço mínimo safra 2006/2007. Disponível em <<http://www.conab.gov.br/conabweb>. Acesso em: 12 jul 2008.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **A urbanização Brasileira** 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SCHNEIDER, A. A. A Flora Naturalizada no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil: herbáceas subspontâneas. **Biociências**. Porto Alegre v.15 p. 257-268, jul de 2007.

SCHNEIDER, R. et al. **Amazônia Sustentável**: limitantes e oportunidades para o desenvolvimento rural. Brasília: Banco Mundial, 2000.

SERRES, M. **O Contrato Natural**. Trad. Beatriz Sidoux. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SHANIN, T. **Naturaleza y Lógica de la Economía Campesina**. [S.l.], [S.d.] p. 8-9.

SILVA, J. G. **O Que é Questão Agrária**. São Paulo: Contexto, 2002.

SILVA, M. C. **O Paiz do Amazonas**. Manaus: EDUA, 1996 p. 196.

SILVA, S. C. P. A Coleta de Produtos Florestais nas Comunidades da Área de Atuação do Projeto Piatam. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

SOARES, M. G. M. et al. (Org.) **Peixes de Lago do Médio Rio Solimões**. Manaus: Edua, 2007. p.15.

SOMBRA, R. N. **Fundamentos de História e Geografia do Amazonas**. Manaus: Prisma, 1994.

SOUSA, M. **A Formação do Povo Brasileiro**. [Filme-vídeo]. Produção de Oceano Vieira de Melo, direção de Fernando Senatóri e Isa Grispim Ferraz. São Paulo, TV Cultura, 2002. 1 cassete VHS / NTSC, 2h: 00 min.

SOUZA, M. L. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

STENBERG, H. O. **Água e o Homem na Várzea do Careiro**. Belém: Museu paraense Emílio Goeldi, 1998.

VIEIRA, R. S. **Várzea Amazônica e a Legislação Ambiental Brasileira**. Ibama/Inpa/Marx-Planck/UA, 1992. p. 39.

WAGLEY, C. **Uma Comunidade Amazônica**: estudo do homem nos trópicos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. p. 44.

WALLERSTEIN, I. **O Fim do Mundo como Concebemos**: Ciência Social para o século XXI. Rio de Janeiro: Rivam, 2000. p. 176.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UNB, 1991.

WEHLING, A; WEHLING, M. J. C. M. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WITKOSKI, A. C. **Terras, Florestas e Águas de Trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

_____. Da Distinção entre Labor e Trabalho. In: BARREIRA, C. (Org.). **Poder e Disciplina**: diálogos com Hannah Arendt e Michel Foucault. Fortaleza: Eufc, 2000.

WITKOSKI, A. C. O Rio (Não)Comanda a Vida: políticas de inclusão social nas comunidades da área de abrangência do Projeto Piatam. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

WOLF, E. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970 p. 87.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. **O Trabalho da Terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 1997.

ANEXOS

Mês: Maio/08

N.ºFormulário ____/ ____ / 08

FORMULÁRIO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA NA JUTA E/OU MALVA

COMUNIDADE: _____

1. DADOS PESSOAIS

1.1 Nome: _____ Idade: _____

1.2 Local de Nascimento/Município: _____

1.3 Comunidade: _____

1.3 Há quanto tempo mora na comunidade? _____

1.4 Por que veio morar aqui?

Porque não tinha propriedade da terra Terra muito pequena Veio com a família Propaganda ou incentivo do governo Assentamento do INCRA

Outros: _____

1.5 Como era a vida aqui quando o senhor chegou (descrição qualitativa do lugar)?

1.6 Local da última moradia (Localidade/município): _____

1.7 Quanto tempo morou lá? _____

1.8 Por que morava lá? _____

1.9 O que fazia lá (plantava, criava, extraía, pescava)? _____

1.10. O que levou o senhor se dedicar à agricultura? Especificamente a de juta e/ou malva?

2. DADOS DA PROPRIEDADE

2.1. Área total _____ Área da plantação de juta e/ou malva _____

2.2 Formas de apropriação da terra:

2.3 Proprietário? _____ Desde quando? _____

Tem documento? _____ Qual? _____

Órgão que expediu: _____

2.4 Posseiro? _____ Desde quando? _____

2.5 Assentamento? _____ Desde quando? _____

2.6 Arrendatário? _____ Desde quando? _____

2.7 De quem arrenda? _____ Qual a área arrendada? _____ ha

3. PROCESSO PRODUTIVO - 2007/08.

3.1 PROVENIÊNCIA DAS SEMENTES

3.1.1 As sementes que o senhor planta são doadas ou compradas?

Totalmente compradas Totalmente Doadas Compradas/doadas

Se compradas de quem?

Patrão Marreteiro Regatão Outros _____

_____ Quantos kg foram

comprados? _____

Qual o preço? _____ Quanto o senhor gastou? _____

3.1.2 Se doadas quem fez a doação?

Idam/Piatam Governo Federal Outros _____

3.1.3 Quantos quilos lhe foram doados? _____

3.1.4 Houve algum termo assinado? Quais as condições? _____

3.1.5 O senhor plantou todas as sementes

doadas? _____

3.1.6 Houve sobra?

Sim Não

Caso afirmativo, o que foi

feito? _____

3.1.7 Se foram compradas e doadas:

3.1.7.1 Quantos quilos o senhor comprou além da

doação? _____

3.1.7.2 Quantos quilos lhe foram doados? _____

2.1.7.3 Qual foi o total de sementes usadas pelo senhor em 2007/08 (entre compradas e

doadas)? _____

3.1.8 Na entrega das sementes por parte do patrão ele entrega algum tipo de produto?

Sim Não

Caso afirmativo quais?

Rancho Remédios Roupas

Outros _____

4. DADOS DO PLANTIO, DA COLHEITA E DOS PROCESSOS DE TRABALHO EM 2007/08.

4.1 Quantos quilos de sementes o senhor usou para plantar toda sua roça em 2007/08? _____

4.2 Descreva as etapas de preparo do roçado. _____

4.3 Como é feito o plantio? _____

4.4 Quanto tempo o senhor leva para plantar uma quadra? _____

4.5 Qual a melhor época para o plantio? _____

Por quê? _____

4.6 Quantas capinas são feitas até a colheita? _____ Quais

os meses? _____

4.7 O senhor aplica agrotóxico?

Sim Não

Qual? _____ Com que finalidade? _____

4.8 Quais os meses da colheita? _____ Por quê? _____

4.9 Como é feita a colheita?

Manual Mecanizada

Se manual descreva: _____

4.10 Quantas hastes são necessárias para compor um feixe? _____

4.11 Quantos feixes o senhor corta por dia? _____

4.12 Quanto tempo os feixes cortados ficam secando? _____

4.13 Quantos feixes são necessários para se obter um quilo de fibra? _____

4.14 Quantas horas o senhor trabalha por dia na lavagem das fibras? _____

4.15 Quanto tempo os feixes ficam macerando? _____

4.16 Como se dá o processo de secagem? _____

4.17 Como evitar problemas relacionados à chuva durante o processo de secagem das fibras?

4.18 O processo de secagem influencia na qualidade das fibras? _____

4.19 Quanto tempo o senhor leva para desfibrar um feixe? _____

4.20 Existem problemas de saúde associados a essa atividade? _____

Sim Não Quais? _____

4.21 Em média, quantos quilos o senhor obtém por dia de lavagem? _____

4.22 Quantas pessoas são necessárias para realização dessa atividade? _____

4.23 Quantos quilos de fibras o senhor produziu em 2007/08? _____

4.24 O senhor empregou alguém na colheita de 2007/08?

Sim Não

Caso afirmativo como isso feito?

Diária Empreita Salário mensal Outros _____

4.25 Se diária qual o valor? _____ Quantas foram preciso? _____

4.26 O senhor teve ajuda de vizinhos na colheita das fibras em 2007/08? _____

Sim Não

Caso afirmativo, Quais?

Mutirão Por

quê? _____

Troca de dia Por quê? _____

Parceria (meia) Por quê? _____

Outros Quais? _____

Observações: _____

4.27 O senhor ou alguém da sua família recebe salário na época da colheita?

Sim Não

Por quê? _____

4.28 O senhor costuma receber assistência técnica?

Sim De quem recebe? _____

Desde quando? _____

Somente para as roças de juta e/ou malva? _____

Não Quais os motivos? _____

4.29 Em que períodos o senhor () ou a comunidade () costuma receber assistência técnica?

Através de	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Visitas no escritório												
Visitas no campo												
Reuniões na comunidade												
Outros												

Observações: _____

4.30 Que tipo de orientação o senhor já recebeu, recebe ou gostaria de receber? _____

5 DADOS DA COMERCIALIZAÇÃO EM 2007/08.

5.1 Para quem o senhor vendeu as suas fibras em 2007/08? _____

Por quê? _____

5.2 Quem determina o preço? _____

Baseado em que? _____

5.3 Qual foi o menor preço alcançado pelas fibras? _____

E o maior? _____

5.4 Qual o preço atual do quilo? _____

5.5 O comprador costuma classificar a sua fibra? _____

Sim Não

Caso afirmativo, de que forma? _____

5.6 Quais as formas pagamento das fibras?

Em dinheiro Em produtos industrializados Outros _____

5.7 Quanto o senhor arrecadou com a venda das fibras em 2007/08 (liquidamente) _____

5.8 A safra 2007/08 pode ser considerada boa?

Sim Não Por quê? _____

5.9 Em sua opinião a subida rápida das águas em 2008 prejudicou a produção de fibras da comunidade?

5.10 Quais são as suas expectativas para a safra 208/09? O senhor vai continuar plantando?

5.11 O que o senhor espera das instituições (Idam/Piatam/Ufam) em relação à safra 2008/09?

5.12 A distribuição gratuita de sementes deve continuar? Por quê?

5.13 Em sua opinião, o que deveria ser feito, por parte das Instituições e Governo para melhorar a comercialização (preço) da juta e da malva no Amazonas?

6. CULTIVOS AGRÍCOLAS – ROÇAS

Quantidade de "Roça Atual":	Quantidade de área de preparo para cultivos:	Quantidade de pouso?
-----------------------------	--	----------------------

6.1 ROÇA ATUAL

ROÇA DO TIPO MONOCULTURA												
Roça N.º	Ambiente*	Coordenadas Geográficas		Tamanho da Roça Largura (m) x Comprimento (m)	Cultura	Variedade	Quant. de Pés	Forma de Aquisição*	Local de Aquisição*]Plantio ou Replanteio mês/ano	Forma de Deslocamento da casa para roça*	Distância da Casa
		Lat	Long									Metros ou Horas

ROÇA DO TIPO MISTURADO ou ROÇA DO TIPO DIVIDIDO												
Tipo de Roça	Ambiente*	Coordenadas Geográficas		Tamanho da Roça Largura (m) x Comprimento (m)	Cultivos Consorciados				Plantio ou Replanteio mês/ano	Forma de Deslocamento da casa para roça*	Distância da Casa	
		Lat	Long		Cultura Principal	Cultura Secundária	Cultura Terciária	Outras Culturas			Metros ou Horas	

Ambiente*

TERRA FIRME (Floresta Primária)
TERRA FIRME (Capoeira)
VARZEA ALTA (Floresta Primária)
VARZEA BAIXA (Floresta Primária)
VARZEA ALTA (Capoeira)
VARZEA BAIXA (Capoeira)
PRAIA

Forma de Aquisição* (Semente, parte vegetativa)

Não sabe informar
Compra
Doação
Comunitária
Troca
Armazenamento

Local de Aquisição*

Não sabe informar
Cidade "Qual?"
Instituição "Qual?"
Na comunidade
Out. comunidade "Qual?"
Próprio

Forma de Deslocamento*

Não sabe informar
A pé
Canoa
Rabeta
Voadeira

8 CRIAÇÃO ANIMAL

Animais	Plantel (Quantidade de Animais)	Finalidade	Quantidade Vendida	Valor R\$	Sistema de Produção (Extensivo / Intensivo)	Produção Média	Consumo Médio	Uso dos Resíduos dos Animais? Qual? Para Que?	Resíduos Usados na Alimentação Animal
AVES CORTE									
AVE POEDEIRA									
SUÍNO									
BOVINO/BUBALINO									
CAPRINO/OVINO									
OUTROS									

O senhor cria animais domésticos (silvestres)? () Sim () Não

Quais: _____

12. INFORMAÇÕES SOBRE COMPONENTE PESCA

Qual a sua principal atividade de trabalho? Agricultura () Pesca () Criação de animais () Caça () Outros ()

Qual dessas atividades o Sr. se considera? _____

O Sr. pesca para vender durante todo o ano? SIM () NÃO ()

Se "NÃO" quais são as épocas/meses de pescaria? _____

A maioria das famílias dessa comunidade pesca para vender? SIM () NÃO ()

O Sr. utiliza caixas de isopor na pescaria? SIM () NÃO () Quantas caixas? _____ de quantos litros? _____

De onde o senhor obtém o gelo? _____

Quantas pessoas da sua família pescam para vender? _____

A partir de quantos anos os filhos começam a pescar? _____

12.1. Informações relacionadas com a tabela abaixo:

Tipos de ambientes de pesca

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____

Apetrechos

1. Malhadeira
2. Tarrafa
3. Espinhel
4. Linha comprida
5. Anzol

6. Arpão
7. Arrastão
8. Caniço
9. Arco e flecha
10. Rede

11. Tresmalho
12. Currico
13. Cacoeira
14. _____
15. _____

Denominações dos Ambientes de pesca:

Espécie	Consumo (C) Venda (V)	Período e Ambiente de pesca		Embarcação	Apetrecho		Processamento			Comercialização			
		Seca	Cheia		Seca	Cheia	Salga Seca	Gelo	Outros	(R\$)/Und. (ultima venda)	Qte/(R\$) (ultima venda)	Compradores	Destino
Peixe de escama													
Peixe Liso													

Total: KG _____ = R\$ _____

